

**A MEMÓRIA MIDIÁTICA NOS 50 ANOS
DO GOLPE DE 1964:
ALBERTO DINES, "CHUMBO QUENTE" E O
OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA**
TESE DE DOUTORADO

POLLIANA MORENO DOS SANTOS
DOUTORADO EM HISTÓRIA



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

Salvador | 2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

POLLIANA MORENO DOS SANTOS

A MEMÓRIA MUDIÁTICA NOS 50 ANOS
DO GOLPE DE 1964:
ALBERTO DINES, “CHUMBO QUENTE” E O OBSERVATÓRIO DA
IMPrensa

Salvador

2022

POLLIANA MORENO DOS SANTOS

**A MEMÓRIA MUDIÁTICA NOS 50 ANOS DO GOLPE DE 1964:
ALBERTO DINES, “CHUMBO QUENTE” E O OBSERVATÓRIO DA
IMPREENSA**

Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, relacionada à linha de pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região como requisito para obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Lucileide Costa Cardoso

Salvador

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237 Santos, Polliana Moreno dos
A memória midiática nos 50 anos do golpe de 1964: Alberto Dines, “chumbo quente” e o observatório da imprensa / Polliana Moreno dos Santos, 2022.
286 f.: il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucileide Costa Cardoso
Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2022.

1. Imprensa e política – Brasil - Memória. 2. Brasil-História Golpe civil militar, 1964. 3. Observatório Nacional (Brasil) \$x História – Imprensa. 4. Dines, Alberto, 1932-2018. I. Cardoso, Lucileide Costa. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 981.062



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DA ALUNA Polliana Moreno dos Santos	MATRÍCULA 217121474	NÍVEL DO CURSO Doutorado
TÍTULO DO TRABALHO A MEMÓRIA MIDIÁTICA NOS 50 ANOS DO GOLPE DE 1964: ALBERTO DINES, “CHUMBO QUENTE ” E O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA		
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF
Lucileide Costa Cardoso (orientadora – UFBA)		30905117549
Ana Rita Fonteles Duarte-UFC		
Lívia Diana Rocha Magalhães-UESB		16463021504
Marilécia Oliveira Santos – UNEB	 Marilécia Oliveira Santos DEDC/UNEB-CAMPUS II Matrícula: 74.003484-2	
Rodrigo Perez Oliveira-UFBA	 Professor Dr. Rodrigo Perez Oliveira Coordenador do Colegiado Noturno do Curso de História UFBA - SIAP: 1493412	

ATA

Aos nove dias do mês de setembro do ano de 2022, plataforma digital institucional, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Polliana Moreno dos Santos**, do curso de doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Lucileide Costa Cardoso orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra a autora, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela **APROVAÇÃO** da aluna. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A tese concentra-se na emergência da memória midiática sobre o golpe de 1964 e a ditadura civil-militar a partir da trajetória do jornalista Alberto Dines e o seu importante papel como construtor de artefatos de memória vinculados a história do jornalismo. A autora, também observou a fusão de testemunhos e análises históricas presentes na série “Chumbo Quente”, bem como o Programa Observatório da Imprensa como precursor de crítica de mídia no Brasil. Por esta razão, a banca considerou importante ressaltar a originalidade do trabalho, a pesquisa com fontes audiovisuais, escritas e orais e a sua significativa contribuição para a historiografia da ditadura, recomendando à sua publicação após a revisão final.

SSA, 09/09/2022: Assinatura da : *Poliana Moreno dos Santos*

SSA, 09/09/2022: Assinatura da orientadora:



A

Meus amores, Júlia e Jonei.

Edson e Alzemar, meus amados pais!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha orientadora, professora Lucileide Costa Cardoso, pelo cuidado primoroso que teve comigo e com essa pesquisa desde o primeiro dia em que nos conhecemos, sempre firme no trabalho de orientar, mas generosa. A ela tributo um aprendizado profundo.

À professora Ana Rita Fonteles Duarte e ao professor Rodrigo Perez por suas contribuições no exame de qualificação, que foram fundamentais ao trabalho, e abriram meus olhos para outras perspectivas e potencialidades e também por estarem presentes na defesa da Tese.

Agradeço à professora Livia Diana Rocha Magalhães por participar da banca de defesa. Com ela tenho uma história de muito aprendizado nos caminhos da memória. E agradeço à professora Marilécia Oliveira Santos por compor a banca de defesa enriquecendo-a também com suas contribuições.

Minha gratidão ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia: coordenação, corpo docente e funcionários.

À Universidade do Estado da Bahia, na qual sou docente, ao Departamento de Ciências Humanas/Campus IV/Jacobina e ao Colegiado de História pelo apoio institucional fundamental para o desenvolvimento da pesquisa.

Minha imensa gratidão às jornalistas Norma Couri, Zezé Sack, Emilia Ferraz, Lilia Diniz, Kristina Michahelles, ao jornalista Rafael Casé e à escritora Marina Colasanti, que cederam suas entrevistas para esta pesquisa, nos confiando suas preciosas memórias. Ao jornalista Luiz Egypto e ao professor Fábio Koifman, que contribuíram para que tivéssemos acesso a esses contatos e que nos forneceram informações e outros materiais importantes para a pesquisa. A Júlia da Matta, Fernando Chaves e funcionários da TV Brasil pela atenção e pelo fornecimento de dados.

Aos colegas e amigos da turma de 2017, aos membros do Grupo de Pesquisa Memórias, Ditaduras e Contemporaneidades, coordenado pela professora Lucileide Costa Cardoso. À Cristiane Motta, Cristian Barreto, João Reis Novaes e Bruno Moreira pelo companheirismo e por esse convívio rico de trocas.

Gratidão aos colegas Adriano Menezes e Thiago Machado de Lima pelas contribuições à pesquisa no campo do jornalismo e à análise de documentos de natureza repressiva. A Joenio Marques pela preciosa ajuda com a coleta de dados nos arquivos digitais. A Marconey de Jesus Oliveira pela parceira desde a coleta das fontes que originaram o projeto de pesquisa até a transcrição das entrevistas.

Ao jornalista Alberto Dines, a quem não tive o prazer de conhecer pessoalmente, mas que me ensinou com sua vida e sua obra que é preciso muita coragem para ser autêntico, para ser quem somos!

Às amigas Rita Roxane, Ivoneide Pires, Isabel Cristina, Dolores Bastos, Margareth Azy, aos amigos Cândido Domingues e Jackson André pelo compartilhamento das alegrias, pela escuta, pela ajuda nos momentos de angústia e desafio.

A Sildete e Regino Magalhães, meus tios e pais do coração. Obrigada pelo carinho e por me acolherem como filha. A meus sogros Jonas e Neire, pelo cuidado e amizade.

Aos companheiros e companheiras da Seeb (Sociedade de Educação Espírita da Bahia) com quem muito aprendi.

Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca, possui
A estranha mania de ter fé na vida...

Milton Nascimento (1978)

RESUMO

Este trabalho analisa a memória midiática acerca da atuação da imprensa nos anos da ditadura civil-militar no Brasil, presente em *Chumbo Quente*, série televisiva exibida em 2014, na efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, produzida pelo programa Observatório da Imprensa, que era apresentado por Alberto Dines, intelectual do jornalismo brasileiro. O contexto de criação e exibição da referida produção foi influenciado pelos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, instituída pela Lei n. 12.528/2011 e cujo Relatório Final resultou em debates intensos na sociedade, visto que muitos atores se reuniram para rememorar e também reivindicar a verdade e a justiça. Investigou-se como *Chumbo Quente* se propõe a ser uma síntese explicativa inscrita na história pública e que tem no seu cerne a inserção do testemunho na história, especialmente de jornalistas e outros sujeitos que vivenciaram os anos da ditadura. Para tanto, buscou-se compreender como esta produção dialoga com uma memória já existente sobre esse período, bem como se insere no debate público entre críticos e defensores da ditadura à medida que seu conteúdo se expande para o formato das plataformas digitais. Para a compreensão de como a memória midiática sobre o regime se organizou, foi igualmente importante mergulhar na trajetória de Alberto Dines, arquiteto do Observatório e de *Chumbo Quente*. Esta pesquisa aproximou-se dos campos da história, da memória e da comunicação, compreendendo a memória midiática como a representação simbólica e as narrativas sobre a história das sociedades que são veiculadas pelos meios de comunicação. Recorreu-se a realização de entrevistas, com base na História Oral, com pessoas próximas a Alberto Dines e membros do Observatório da Imprensa; análise de escritos de Alberto Dines e de material de natureza repressiva acerca desse jornalista; o estudo dos testemunhos e dos recursos ficcionais e não ficcionais em *Chumbo Quente*; a busca por fontes digitais para recuperar a história do Observatório da Imprensa e a análise dos comentários sobre a série no Youtube por meio da ferramenta *Iramuteq*. Esse estudo permitiu compreender um gênero televisivo que se sustenta nos testemunhos de um passado traumático, cujo relato é acrescido da narrativa historiográfica produzida na Academia e atuam como agentes empreendedores da memória. A composição de *Chumbo Quente* também revela silenciamentos, esquecimentos e memórias enquadradas sobre o jornalismo brasileiro no período da ditadura civil-militar. Igualmente, constatou-se uma compreensão difusa na interação dos internautas com a série no Youtube. Conclui-se que *Chumbo Quente* fez parte de uma tradição do Observatório em narrar a história da imprensa na ditadura e também como esforço de Alberto Dines em recompor a memória sobre suas vivências nesse período. E, embora o programa tenha deixado de existir, a série permanece disponível nos meios digitais de modo a perpetuar esse conteúdo a um público amplo.

Palavras-chave: Memória midiática; golpe de 1964; Alberto Dines; *Chumbo Quente*; Observatório da Imprensa

ABSTRACT

This thesis analyses the historical narrative and the media memory regarding the influence of the press during the Brazilian civil-military dictatorship present on *Chumbo Quente*, television series shown in 2014, on the 50th anniversary of the civil-military coup of 1964, produced by the program *Observatório da Imprensa*, which was presented by Alberto Dines, an intellectual in Brazilian journalism. The context of creation and exhibition of this production was influenced by the work of the Comissão Nacional da Verdade (National Truth Commission), established by Law n. 12.528/2011 and which Final Report resulted in fiery debates in society, as many actors gathered to recollect and also claim truth and justice. It was investigated how *Chumbo Quente* proposes to be an explanatory synthesis inscribed in public history and which has at its core the insertion of testimony in history, especially of journalists and other people who experienced the years of the dictatorship. In order to do so, we sought to understand how this production dialogues with an existing memory of that period, as well as how it is inserted in the public debate between critics and defenders of the dictatorship as its content expands to the format of digital platforms. To understand how the media memory of the regime was organized, it was equally important to delve into the trajectory of Alberto Dines, architect of the *Observatório* and *Chumbo Quente*. This research approached the fields of history, memory and communication, understanding how media conveyed media memory as the symbolic representation and the narratives about the history of societies. Interviews were used, based on Oral History, with people close to Alberto Dines and members of the *Observatório da Imprensa*; analysis of writings by Alberto Dines and material of a repressive nature about this journalist; the study of testimonies and fictional and non-fictional resources in *Chumbo Quente*; the search for digital sources to recover the history of the *Observatório da Imprensa* and the analysis of the comments about the series on Youtube using the *Iramuteq* tool. This study allowed us to understand a television genre that is based on the testimonies of a traumatic past, whose report is added to the historiographical narrative produced at the Academy and act as enterprising agents of memory. The composition of *Chumbo Quente* also reveals silences, forgetfulness and framed memories about Brazilian journalism in the period of the civil-military dictatorship. Likewise, there was a diffuse understanding in the interaction of Internet users with the series on Youtube. It is concluded that *Chumbo Quente* was part of a tradition of the *Observatório* to narrate the history of the press in the dictatorship and also as an effort by Alberto Dines to recompose the memory of his experiences in that period. And while the show has ceased to exist, the series remains available on digital media in order to perpetuate that content to a broad audience.

Key-words: Media memory; Coup of 1964; Alberto Dines; *Chumbo Quente*; *Observatório da Imprensa*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Logotipo e slogan do site do Observatório da Imprensa	58
Figura 2 - Primeira versão do site do OI -01 de abril de 1996	59
Figura 3-Capa da primeira edição da Revista Impressa do Observatório da imprensa	61
Figura 4 - Edição 45 do Observatório da Imprensa- 20 de maio de 1998	66
Figura 5 - Frame da abertura do OI em 2005	70
Figura 6 - Imagem da abertura do OI em 2011	70
Figura 7 - Imagem da abertura do OI em 2015	71
Tabela 1 - Listagem dos especiais históricos do OI	73
Figura 8- Quantidade de publicações de Alberto Dines	87
Figura 9- Manchete do Jornal do Brasil, 14 de dezembro de 1968.	111
Figura 10- Notícia da morte de Salvador Allende (JB, 12 de setembro de 1973)	128
Figura 11– Lançamento da sessão Jornal da Cesta, O Pasquim, ano 1, n.1, 1980.	150
Figura 12- Adeus Folha, Jornal da Cesta, O Pasquim, ano 1, n. 2, 1980.	151
Figura 13 - Frame da Abertura do Primeiro Episódio de Chumbo Quente	172
Figura 14 - Frames das aberturas de outras produções televisivas sobre a ditadura	172
Figura 15 - Imagem do apresentador Alberto Dines na abertura da série	174
Figura 16 - Print do título de Chumbo Quente	175
Figura 17 - Títulos de outras séries televisivas com a fonte Courier New	175
Figura 18 - Manifestação em 1968, na Cinelândia, no Rio de Janeiro	178
Figura 19 - Imagem da manifestação na Cinelândia-RJ (1968) apresentada em diferentes programas	179
Figura 20 - Frame da reprodução de trechos dos editoriais do Correio da Manhã	181
Figura 21 - Frame da reprodução de trechos dos editoriais do Correio da Manhã	186
Figura 22 - Trecho do texto de Antônio Callado reproduzido em Chumbo Quente	187
Figura 23- Categoria dos comentários em Chumbo Quente	194
Figura 24 - Frequência dos termos nos comentários	195

Figura 25 Árvore de palavras dos principais termos que aparecem nos comentários do Youtube	196
Figura 26 - Jornalistas em Chumbo Quente (Primeiro Grupo)	207
Figura 27- Outros sujeitos	208
Figura 28- Testemunhos com sentido de Reparação em Chumbo Quente	208
Figura 29 - Pesquisadores Acadêmicos em Chumbo Quente	209
Figura 30 - Jornalistas em Chumbo Quente (Segundo grupo)	210
Figura 31 - Capa e Verso do livro Memórias de uma Guerra suja (2012)	229

LISTA DE SIGLAS

Ato Institucional nº 5	AI-5
Ação Libertadora Nacional	ALN
Centro de Pesquisa e Documentação do Jornal do Brasil	CPDOC-JB
Comissão Parlamentar de Inquérito	CPI
Departamento de Ordem Política e Social	DOPS
Empresa Brasil de Comunicação	EBC
Jornal do Brasil	JB
Movimento Revolucionário 8 de Outubro	MR-8
Ordem dos Advogados do Brasil	OAB
Observatório da Imprensa	OI
Organização das Nações Unidas	ONU
Partido Comunista do Brasil	PC do B
Partido Social Democrático	PSD
Partido dos Trabalhadores	PT
Partido Trabalhista Brasileiro	PTB
Sistema Brasileiro de Televisão	SBT
Vanguarda Popular Revolucionária Palmares	VPR-Palmares

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: TV PÚBLICA, HISTÓRIA E MEMÓRIA MIDIÁTICA	41
2.1 TELEVISÃO, HISTORICIDADE E MEMÓRIA MIDIÁTICA	42
2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA TELEVISÃO PÚBLICA: DA TVE À TV BRASIL	46
2.3 TV E INTERATIVIDADE: DO SITE AO PROGRAMA OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA	56
2.3.1 Bem-vindos ao Observatório da Imprensa: crítica de mídia na TV pública	64
2.3.2. Os especiais históricos do Observatório da Imprensa	72
2.3.3 O encerramento do Observatório da Imprensa na TV	75
3 ALBERTO DINES - TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL DA IMPRENSA E OS EMBATES POLÍTICOS DO SEU TEMPO	82
3.1 ITINERÁRIOS DO INTELLECTUAL MEDIADOR	83
3.1.1 Caminhos formativos de Alberto Dines	91
3.2 A EXPERIÊNCIA NO JORNAL DO BRASIL	93
3.2.1 “Os Idos de Março”: O livro e a polêmica sobre o Golpe de 1964	96
3.2.2 O AI-5 e as prisões: mudança de rumo de Alberto Dines	108
3.2.3 Censura e demissão de Alberto Dines do Jornal do Brasil	124
4 ALBERTO DINES E ATUAÇÃO NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO EM TEMPOS DE ABRANDAMENTO DA CENSURA	133
4.1 O JORNAL DOS JORNAIS E A PÁGINA DE OPINIÃO	135
4.2 CONFLITOS E TENSÕES: O “ADEUS” DE DINES À FSP	147
4.3 LIVROS NO CONTEXTO DA DISTENSÃO	154
4.4 O INTELLECTUAL ENTRE O JORNALISMO, A LITERATURA E A HISTÓRIA	158
5 CHUMBO QUENTE COMO DOCUMENTÁRIO TELEVISIVO: DIMENSÕES DA HISTÓRIA PÚBLICA	163

5.1 CHUMBO QUENTE, O OBSERVATÓRIO E A TRADIÇÃO DE NARRAR A HISTÓRIA DA IMPRENSA NA DITADURA	166
5.2 A LINGUAGEM AUDIOVISUAL EM CHUMBO QUENTE NA PRODUÇÃO DE SENTIDO HISTÓRICO SOBRE A DITADURA	171
5.2.1 Chumbo Quente e a iconografia sobre a ditadura	177
5.3 ÊNFASES, ESQUECIMENTOS, SILÊNCIOS E MEMÓRIAS ENQUADRADAS	182
5.4 CHUMBO QUENTE DA TV PARA O YOUTUBE: ATUALIZAÇÕES NA HISTÓRIA PÚBLICA DA DITADURA	189
5.4.1 A efeméride e a repercussão da série no Youtube	190
5.4.2 A série e o debate público: engajamento de críticos e defensores da ditadura	192
6 CHUMBO QUENTE E SEUS TESTEMUNHOS: REVISÃO DA HISTÓRIA DO JORNALISMO NOS 50 ANOS DO GOLPE DE 1964	203
6.1 O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA E OS TESTEMUNHOS EM CHUMBO QUENTE	204
6.2 VER, VIVER, OUVIR, DIZER: O RELATO TESTEMUNHAL DOS JORNALISTAS	213
6.3 TESTEMUNHOS, LUTA POR REPARAÇÃO E JUSTIÇA	223
6.4 A HISTÓRIA E O JORNALISMO NA “CATARSE” DA DITADURA	235
6.4.1 Historiadores e a mídia: racionalidade histórica e validação do testemunho	238
6.4.2 Jornalistas produzindo narrativas com sentidos históricos	247
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	255
ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA	260
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	268
APÊNDICE A - Biografia dos(as) entrevistados(as)	281
ANEXO A	283
Transcrição do texto do site do Observatório da Imprensa	283

1 INTRODUÇÃO

Por ocasião dos 50 anos do Golpe civil-militar no Brasil, várias foram as tentativas de rememorar e compreender o fato, diversos foram os atos e as manifestações no sentido de elucidação da verdade. Mesmo havendo uma historiografia já consistente sobre o tema, o passado recente é campo de construção onde forças opostas disputam a memória e a história; onde lembrança, esquecimento e silenciamentos se interpõem, desafiando os pesquisadores da história recente do país.

Como problematizam os historiadores Rodrigo Pato Sá Motta, Daniel Aarão Reis e Marcelo Ridenti na coletânea *A ditadura que mudou o Brasil, 50 anos depois do golpe*, para além do dever e da paixão do conhecimento, que requerem um tratamento ético, reconhecem a importância do tema para a cidadania, bem como os desafios que o envolvem, pois

Ele implica também responsabilidade cívica da parte de quem escreve, pois as representações construídas e divulgadas sobre o passado recente podem influenciar as escolhas atuais dos cidadãos. Por isso é tão importante pesquisar a ditadura, assim como divulgar o conhecimento produzido e enfrentar as polêmicas que ele inexoravelmente provoca. (MOTTA; REIS FILHO; RIDENTI, 2014, p. 5)

Desse modo, os autores reforçam a relevância da questão, principalmente por reconhecerem que é grande o número de pessoas que ainda *desconhecem* o nosso passado recente (MOTTA; REIS FILHO, RIDENTI, 2014). Sendo assim, a ditadura civil-militar brasileira constitui-se em campo de pesquisa ainda em construção no debate historiográfico e campo de disputa no debate público com resultados que repercutem no presente.

O próprio termo civil-militar carrega os aportes dos debates acerca da natureza do regime que se instalou após 1964, que se politizou nos 50 anos do golpe e se popularizou principalmente a partir da mídia. A historiadora Lucileide Costa Cardoso e o historiador Bruno Moreira (2022) assinalam os momentos de difusão do termo, primeiro com os trabalhos de Denise Rolembert e Samantha Quadrat entre 2010, 2012 e depois em 2014 quando se acirra e vai para um campo mais amplo, principalmente a grande mídia, com as entrevistas do historiador Daniel Aarão Reis, se agregando à história pública¹ e trazendo consigo uma polemização.

¹ Para uma definição de história pública nos aproximamos das reflexões do historiador Ricardo Santhiago (2016) quando este ao tratar dos sentidos da história pública, a conceitua como aquela voltada para o público

Lucileide Costa Cardoso e Bruno Moreira (2022) explicam ainda que ditadura é um conceito e civil-militar é uma terminologia possível para este conceito, argumentando que as ditaduras se compõem com as especificidades de cada cultura política, gestam-se, de modo geral, na fragilidade das instituições democráticas liberais burguesas, na crise econômica e social e ainda deixam traumas e memórias em disputas. Desse modo, estes historiadores se posicionam:

Adicionamos ao conceito de ditadura o termo civil-militar, por compreendermos ter havido a convivência e/ou participação importante de determinados setores civis, desde o golpe civil-militar, assim como na longa duração da ditadura brasileira, em cargos administrativos e de comunicação, investimentos financeiros, partilha de informações, em todos os níveis da federação. Afinal, seria impossível negarmos o apoio de figuras do setor político, de meios de comunicação que ascenderam sensivelmente, e dos beneficiados com o “milagre” econômico brasileiro. (CARDOSO; MOREIRA, 2022, p. 25)

Ressaltam que, sem deixar de reconhecer a importância das pesquisas consolidadas na historiografia focadas no campo político e institucional, no papel das resistências, nos aparelhos de repressão, no plano econômico, o uso da categoria civil-militar vem contribuindo para as investigações sobre a ditadura, buscando avançar para além dos binarismos algozes/vítimas, nacionalismo/internacionalismo, revolução/reforma, resistência/colaboração, para compreender a complexa articulação que se deu entre setores da sociedade civil e os militares na articulação do golpe, no golpe em si e na instalação da ditadura. Igualmente importante para eles é assinalar aqueles que silenciaram não pelo apoio em si, mas por razões que fogem aos binarismos. Desse modo, advertem que:

[...] é importante ponderar que se parte dessa sociedade apoiou e vibrou com a ditadura, muitos silenciaram diante da cultura do medo que se instalou no interior dos laços familiares e de amizades, levando-os à autocensura e à autorepressão, consolidando o que poderíamos chamar de uma “área cinzenta”, que também ajuda a explicar a longevidade da ditadura. (CARDOSO; MOREIRA, 2022, p. 26)

Entretanto, esclarecem que mesmo que as investigações sobre a cultura do medo ajudem a explicar parte do apoio civil, não significa, de modo algum, amenizar a participação militar nas ações e resultados da ditadura. Em síntese, os estudos que tenham como enfoque a categoria civil-militar podem também contribuir para a compreensão dos motivos pelos quais o regime

se manteve durante 21 anos, numa abordagem que inclui o cotidiano para apreender os matizes onde história, memória, traumas, lembranças, silenciamentos e ambivalências se encontram.

As historiadoras Denise Rollemberg e Samantha Quadrato (2010) buscaram compreender como, em vários momentos e modelos políticos do século XX, a construção do consenso se deu muito mais em “padrões não democráticos”, sem que isso tenha sido percebido como um problema pelas sociedades e, portanto, incorrendo muito mais em acomodações de interesses “materiais e/ou simbólicos”. Na apresentação do livro *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*, as referidas autoras marcam uma posição polêmica e de confronto com as compreensões até então vigentes sobre as ditaduras, sobretudo as instauradas no pós 1945, em lugares, momentos e culturas políticas diferenciadas. Os trabalhos contidos na obra buscaram “[...] entender como se constroem consensos e consentimentos, como se estabelecem relações entre Estado e sociedade. Nessa perspectiva, acredita-se que, uma vez gestadas no interior das sociedades, as ditaduras não lhes são estranhas [...]” (ROLLEMBERG; QUADRATO, 2010, p. 27-28).

Essa, portanto, é uma chave possível e interessante para compreender os regimes vigentes na América Latina nos anos 60 e 70 do século XX, as memórias em disputa que se constroem a respeito dessas ditaduras e sua repercussão no presente. No caso do Brasil e sua última ditadura, devemos lembrar que setores importantes da sociedade civil como a imprensa, igreja, a OAB, empresários e vários outros clamaram pela ação militar e muitos continuaram por um determinado tempo ainda mantendo esse apoio, mesmo com as manifestações claras de autoritarismo. No entanto, alguns desses setores também se tornaram vítimas da ditadura instalada.

O exemplo mais evidente é o da grande imprensa brasileira que apoiou o golpe em 1964, chancelou as ações do governo militar e com o aprofundamento da ditadura passa a também ser perseguida pela censura, principalmente a partir de 1968 com a instauração do AI-5. É importante destacar que alguns jornais continuaram a apoiar o regime, outros que já haviam passado para a oposição sucubiram, enquanto outros se mantiveram entre a tensão e a acomodação, até o fim da censura prévia, somente nos anos que marcaram a transição para a abertura do regime, sobretudo em finais dos anos 1970.

Importante é refletirmos sobre como esses setores recontam sua história. A historiadora Denise Rollemberg (2010) ao estudar as manifestações dos membros da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) entre 1964 a 1974 demonstra que “ambivalência” é o termo predominante para definir história da relação desta instituição com os governos autoritários, já que a ABI

denunciava as prisões de jornalistas, buscava lutar pela libertação destes, ao mesmo tempo em que enaltecia os governos militares e identificava-se com seus valores. Desse modo, para a autora:

A história da ABI nesses anos é a história da defesa da liberdade de expressão e também a história dessas relações cinzentas com a ditadura. [...] Trata-se de uma realidade *dentro* dos grupos, facções ou tendências; de uma realidade que define individualmente muitos dos membros da ABI, que dá o tom às suas atuações. (ROLLEMBERG, 2010, p.132)

Para além desse aspecto, muito pertinente, Denise Rollemberg (2010) busca nos alertar para o fato de que ao contar sua história, instituições como a ABI, a colocam numa divisória em que a memória preponderante é aquela de que sociedade atuou plenamente na defesa da liberdade contra o regime autoritário. Para a historiadora é preciso superar essas leituras, essas “versões entrincheiradas” que não contribuem para a compreensão do presente.

Outro campo de debates para se pensar essas questões, envolve os mecanismos que constituiriam a transição para a democracia, tais como a Lei da Anistia (Lei n. 6.683/1979) num processo que, se por um lado era fruto da luta de movimentos também da sociedade civil, era por outro estritamente controlado pelos militares. Esse modo de funcionamento frágil fez com que, no processo de abertura, muitas feridas continuassem abertas. Por exemplo, a Lei da Anistia ao conceder perdão a presos e exilados políticos e igualmente, agentes acusados de tortura e assassinato, deixou um silêncio e legou um pacto de esquecimento e indignação para vítimas e seus familiares. No entanto, estes nunca deixaram de reivindicar por justiça, sempre buscando se organizar e cobrar por políticas no campo institucional que resultaram em mecanismos importantes nos anos 1990 e continuam na segunda década dos anos 2000.

Retomando a questão da imprensa, esta, recompõe sua história, por meio da memória, como ator importante, juntamente com o restante da sociedade para o fim da ditadura. Por sua vez, nos anos 1990 é gestado o Observatório da Imprensa, organização que busca refletir sobre a relação do jornalismo com a democracia, por meio do debate sobre a prática jornalística nas várias mídias, discutindo ética, compromisso, identidade, investigação, ou seja, seu foco não é necessariamente noticiar fatos, mas debater a atuação da mídia diante dos eventos de repercussão nacional. O Observatório da Imprensa foi idealizado pelo jornalista Alberto Dines, um intelectual do jornalismo brasileiro que atuou em diversos veículos e em grandes jornais como o Jornal do Brasil, a Folha de São Paulo nos anos ditatoriais e que se firmou como uma lenda viva do jornalismo brasileiro, cujo o nome é associado a uma memória de resistência à ditadura.

A primeira versão do Observatório, curiosamente, surgiu em 1996, inicialmente como um website, nos primeiros anos da Internet no Brasil. Só depois, em 1998, teve sua primeira versão na forma de programa e foi apresentado durante todo esse tempo por Alberto Dines. Nos primeiros anos, o programa foi ao ar pela TVE (TV Educativa) e depois passou a ser exibido pela TV Brasil. Durou exatamente 18 anos e seu último programa foi ao ar em 2016. O site do Observatório da Imprensa continua ativo. Ressaltamos que o programa além de pautar assuntos de interesse público também constituiu uma tradição de produzir e exibir especiais históricos sobre vários temas, em que a atividade da imprensa aparece como pano de fundo.

Dentre essas temáticas destacamos os especiais que trataram da atuação da imprensa no período da ditadura civil-militar. Estes datam logo do primeiro ano do programa em 1998, quando o Observatório exibiu um especial sobre os 30 anos do AI-5. Duas outras características dos especiais do OI, sobretudo dos que trataram desses assuntos, eram a participação de testemunhos, pessoas que vivenciaram determinados fatos e também a presença de pesquisadores acadêmicos, especialmente historiadores.

Em 2014, já na efeméride dos 50 anos do golpe, para além dos debates acadêmicos, o assunto também foi pautado por diversas mídias e por diferentes sujeitos. Muitos dos quais puderam recontar essa história, reconstituindo narrativas. A imprensa foi um desses agentes que inclusive produziu materiais que pautaram o debate público sobre a história da ditadura, mas que também pôde se re-posicionar na memória em relação às ações empreendidas no período, reiterando discursos já propagados em outros momentos de rememoração dessa data.

A título de exemplo a pesquisadora Sonia Maria de Meneses Silva (2011) demonstra que o jornal Folha de São Paulo ao longo do tempo realizou uma espécie de “operação midiográfica”² ante sua posição frente ao Golpe de 1964 e a ditadura. Analisando materiais produzidos pelo jornal em momentos distintos, com fins memorialísticos, tais como arquivos, publicações de aniversário, projeto Folha on line, Dossiê da Imprensa a pesquisadora chama a atenção para a narrativa que o jornal constrói e que o torna propagador da memória, do esquecimento e da história em três momentos distintos. Primeiro como agente histórico que interferiu na cena pública para que o golpe acontecesse; em segundo o seu posicionamento ante os anos de ditadura que se sucederam. E finalmente, a narrativa mais recente, na qual o jornal se atribui o papel de defensor da democracia, contribuindo para o esquecimento dessa mesma

² A pesquisadora se inspira no conceito de operação historiográfica desenvolvido por Michael de Certeau.

participação. É importante lembrar que o jornal mantém sua postura de apoio ao golpe até fins dos anos 70. Nesse sentido a autora tenta demonstrar que por isso a censura não recaiu tanto sobre esse jornal como em outros.

Igualmente trazemos o estudo sobre a reconstituição das narrativas pelos jornais, já nos 50 anos do golpe, feito por Allysson Viana Martins (2017) acerca dos especiais digitais produzidos por grandes veículos como a Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo. Em se tratando de jornais que apoiaram o golpe civil-militar, ao investigar as memórias contidas nas versões dos seus especiais digitais o pesquisador percebe os modos pelos quais é recriado um discurso histórico. Martins (2017) constata que ambos os jornais, de forma peculiar, percebem os 21 anos de ditadura como algo “negativo para a história do país, mas tenderam a ser mais complacentes com o regime autoritário e mais severos com o governo João Goulart” (MARTINS, p.252, 2017).

Desse modo, tanto o trabalho de Silva (2011) quanto o de Martins (2017) evidenciam que tem aumentado o número de pesquisas que investigam a relação entre memória, produções culturais e mídias versando sobre o tema da ditadura, abarcando não só a história, mas também os trabalhos em comunicação, visto os embates em torno dos discursos, que alguns chamam de “batalhas de memória” (CARDOSO, 2012) e que ganham projeção midiática em distintos meios.

Se inserindo nessa batalha de memória e na tentativa do jornalismo de recontar midiaticamente, na forma de memória audiovisual, a atuação da própria imprensa nos 50 anos do golpe de 1964, em 2014 o Observatório da Imprensa exibiu o especial histórico/documentário televisivo *Chumbo Quente*. Primeiramente, a série fez parte de uma sequência de programas jornalísticos sobre o tema, produzidos pela TV Brasil que, ao que tudo indica, foram bem recebidos pelos seus telespectadores, como ilustra o comentário a seguir:

Quero parabenizar a TODA a equipe de jornalismo da TV Brasil pela cobertura dos 50 anos do golpe militar de 1964. A série exibida dentro do “Repórter Brasil” foi muito esclarecedora. Fiquei emocionado com o Alberto Dines no “Observatório da Imprensa”. A série de programas do “Caminhos da Reportagem” foi excelente. Também quero lembrar os ótimos debates nos programas “Ver TV” e “Três a Um”. Por último, o ciclo “50 Anos do Golpe” foi maravilhoso. A TV Brasil deu um banho de jornalismo. Parabéns³.

³Postado no site da TV Brasil, na exibição do primeiro episódio de Chumbo Quente.

Juntamente com o Observatório da Imprensa, alguns dos programas citados acima, faziam parte do núcleo de programas especiais da TV Brasil⁴ e como tal veiculavam conteúdos de interesse público pautados na isenção em relação ao poder governamental ou comercial e, portanto, detinham uma maior liberdade para produzir seus programas.

Chumbo Quente é um documentário televisivo que trata do papel desempenhado pela imprensa brasileira antes, durante o golpe e nos 21 anos de ditadura, seguindo a linha do Observatório da Imprensa de analisar criticamente o papel do jornalismo. Desse modo, a referida produção aborda a atuação dos jornais que apoiavam o presidente João Goulart e os que lhe faziam oposição, como estes se posicionaram nos dias do golpe até o final do regime ditatorial. Também retrata como alguns desses veículos sucumbiram, enquanto outros prosperaram, os que passaram de apoiadores a críticos e aborda a censura, a autocensura, a perseguição, a prisão e a morte de jornalistas.

A série tem quatro episódios, com cerca de 40 a 50 minutos cada, sendo os três primeiros o documentário e o quarto um debate mediado pelo apresentador entre um historiador e um jornalista e todos são representativos da maneira de fazer do Observatório. Como já apontamos anteriormente, ao longo de 18 anos no ar, o programa consolidou uma tradição de produzir programas históricos, sempre focando nas ações da imprensa. Por sua vez, alguns dos temas desses especiais históricos também versaram sobre o regime de 1964 e tiveram a característica de ter a participação de sujeitos que dão seu testemunho.

É importante ressaltar que nas narrativas sobre períodos traumáticos do passado recente, como assinala Giorgio Agamben (2008), o testemunho adquire um valor especial, no qual a subjetividade:

[...] se apresenta como *testemunha*, pode falar por quem não pode falar. O testemunho é uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade que adquire existência mediante uma possibilidade de falar. Os dois movimentos não podem nem identificar-se em um sujeito ou em uma consciência, nem sequer separar-se em duas substâncias incomunicáveis. Esta indivisível intimidade é o testemunho. (AGAMBEN, 2008, p. 147)

Contudo, como problematizam Elizabeth Jelin (2002) e Beatriz Sarlo (2007), o relato testemunhal carrega em si um valor que pode ser potencializado no contexto midiático. Dito

⁴O *Ver TV* era um programa de debates sobre televisão; o *3 a 1*, foi um programa de entrevistas com jornalistas e personalidades sobre assuntos que tinham repercussão imediata na mídia. Ambos, assim como o Observatório da Imprensa, foram encerrados e hoje fazem parte dos programas de acervo da TV Brasil. Já *Caminhos da reportagem* é um programa de reportagens especiais (reportagem com profundidade), ainda no ar, vencedor de prêmios na área do jornalismo.

isto, como outras produções que tratam desse período, *Chumbo Quente* tem no seu cerne o testemunho. Assim, jornalistas e intelectuais, homens e mulheres que vivenciaram os bastidores da imprensa e da política no Brasil naquele momento, agentes históricos que presenciaram e participaram ativamente, e que também foram impactados em suas vidas pessoais, vêm narrar suas experiências visando ao esclarecimento e também no sentido da reparação. Por sua vez, esses testemunhos são validados pela explicação histórica, feita por historiadores, cientistas sociais e também por jornalistas que pesquisaram o período.

Também devemos considerar como são reelaboradas midiaticamente as memórias sobre esse período, que envolvem também construções de sentidos históricos. Para Robert Rosenstone (2010), as mídias visuais, como cinema e televisão, se tornaram o principal meio de transmitir “as histórias que nossa cultura conta para si mesma”, independente do tempo em que elas decorrem, se no presente ou no passado e se elas são “factuais, ficcionais” ou combinam ambas. Desse modo, para ele:

Filmes. Minisséries, documentários e docudramas históricos de grande bilheteria são gêneros cada vez mais importantes em nossa relação com o passado e para o nosso entendimento da história. Deixá-los fora da equação quando pensamos o sentido do passado significa nos condenar a ignorar a maneira como um segmento enorme da população passou a entender os acontecimentos e as pessoas que constituem a história. (ROSENSTONE, 2010, p. 17-18)

Desse modo, em relação à última ditadura há uma infinidade de produções dessa natureza que ajudaram a compor uma memória. O cinema brasileiro, por exemplo, com os filmes e documentários que tratam do período, tem um lugar consolidado nessa construção. No que tange a este estudo, podemos dizer que também a televisão tem ajudado a compor essa narrativa histórica com produções ficcionais e não ficcionais. Embora não numerosas, mas significativas, as primeiras produções são exibidas no início dos anos 1990⁵. Somente na

⁵Por exemplo, é consenso que um marco foi *Anos Rebeldes* (Rede Globo) que foi ao ar em 1992. Escrita por Gilberto Braga, com colaboração de Sérgio Marques, Ricardo Linhares e Ângela Carneiro. Foi dirigida por Dennis Carvalho (diretor geral), Ivan Zettel e Silvio Tendler e livremente inspirada nos livros *1968 – O Ano que Não Terminou*, de Zuenir Ventura e *Os Carbonários*, de Alfredo Sirkis. Em resumo, contava a vida de um grupo de amigos da cidade do Rio de Janeiro desde o colegial, no conceituado Colégio Pedro II, e como suas vidas mudam a partir do golpe de 1964 e depois de instalada a ditadura, sendo que alguns passam para a luta armada. Tem como mote o romance entre os jovens João Alfredo e Maria Lúcia. A trama vai até 1979, com o retorno dos exilados políticos. Pode-se dizer que *Anos Rebeldes* marcou uma geração, principalmente porque foi exibida no contexto do impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo, acionando midiaticamente a memória da “rebeldia” dos jovens dos anos 60 e 70 aos jovens que foram para rua no início dos anos de 1990, os chamados “caras pintadas”. A outra, poucos anos depois, foi a reportagem especial sobre *Vala Clandestina de Perus* (reportagem, Globo Réporter, Rede Globo, 1995), sobre a abertura de uma vala descoberta em 1990 que continha centenas de ossadas, muitas das quais foram reconhecidas como desaparecidos políticos, misturadas a indigentes. Esses restos foram levados para a Universidade de Campinas e depois para a Universidade de São Paulo para

segunda metade dos anos 2000 o período ditatorial é retomado, mesmo que em produções ficcionais não tão conhecidas⁶.

A partir da primeira década dos anos 2010, produções televisivas de todos os tipos serão retomadas e se intensificarão com o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade e com a proximidade dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964: novelas, minisséries, séries jornalísticas, reportagens especiais, programas de debates, especiais históricos, documentários televisivos exibidos por canais públicos e comerciais brasileiros, da TV aberta ou fechada (paga), concebidos por eles mesmos ou por produtoras independentes. Em maioria, abordam as experiências complexas vivenciadas nos anos do regime autoritário instalado a partir de 1964 no Brasil⁷.

Essas produções trazem discussões feitas a partir das vivências diretas e indiretas proporcionadas por agentes militares, militantes, advogados, jornalistas, parentes de desaparecidos, pessoas que tiveram sua infância afetada, negros, grupos indígenas, grupos LGBTQIAP+s, trabalhadores do campo, estudantes e outros também atingidos. Sujeitos cujas memórias, antes silenciadas, hoje se mostram como principal combustível para pensar sobre esse período traumático na história brasileira, sobretudo para os opositores diretos e indiretos, especialmente as vítimas da violência perpetrada por militares e civis vinculados ao aparato repressivo. A grande maioria deles também está disponível na Internet, na plataforma Youtube e, portanto, podem ser acessados a qualquer momento e por qualquer pessoa⁸.

serem estudados e tem ajudado até hoje na identificação dos desaparecidos. Informação no site Memórias da Ditadura.

⁶ Em 2006 foi ao ar a telenovela *Cidadão brasileiro* (Rede Record) que contava a história, da juventude até a velhice, de Antônio Maciel, um trabalhador brasileiro que vive as tensões entre a ética, a ambição profissional e amor por duas mulheres de classes sociais distintas. O enredo perpassa os anos 50 e 60, com o protagonista trabalhando na construção de Brasília e depois já na década de 1970, em meio a ditadura. Em 2008 foi exibida a minissérie “*Queridos Amigos*” (Rede Globo) que narrava o reencontro de um grupo de amigos, que se conheceram nos anos 70, em plena ditadura e formaram fortes laços de amizade, mas que, passados os anos, com as mudanças na vida de todos, já não sabiam ainda se seus vínculos ainda estavam mantidos.

⁷ Aqui nós tratamos do conceito de experiência em uma acepção ampla, como algo pertencente ao presente de grupos coetâneos, isto é, de uma mesma geração, que compartilha de comportamentos, hábitos e vivências comuns no tempo presente e que continuam a ser compartilhados na medida em que envelhecem juntos. (ARÓSTEGUI, 2004, MAGALHÃES, 2007).

⁸ Apresentamos algumas dessas produções organizadas por ano, gênero, programa e canal. Assim, listamos em 2010: Nos Porões da Tortura (série de reportagens, Jornal da Record, Rede Record); 2011: Memórias: *Agentes da Repressão* (reportagem especial, Conexão Repórter, SBT), *Fantasma da Ditadura* (série de reportagens, telejornal SBT Brasil); *Amor e Revolução* (telenovela, SBT); 2012: *Crimes da Ditadura* (reportagem especial, Caminhos da Reportagem, TV Brasil); 2013: *Crianças e a Tortura* (série de reportagens, Jornal da Record, Rede Record), *Ditadura – Uma História em revisão* (reportagem especial, Caminhos da Reportagem, TV Brasil) e *Sessões de tortura e corpos de militantes de esquerda exibidos como troféus nos porões da ditadura* (reportagem e debate, Jornal da Cultura, TV Cultura); 2014: *Silêncios da Ditadura* (série de reportagens, SBT Brasil, SBT), *A influência da mídia no período da ditadura* (debate, Programa Ver TV, TV Brasil), *50 anos do Golpe Militar no*

Mais do que abordar o tema, esses produtos audiovisuais articulam um discurso e uma compreensão histórica sobre o contexto da ditadura civil-militar. Ao refletir sobre os documentários históricos, Robert Rosenstone (2010) afirma que, independente de qual seja a forma assumida por estes, o fato é que esse gênero mobiliza uma historiografia e noções de história e, portanto, se vincula a um determinado campo de estudos. Assim, “[...] o documentário histórico se insere inevitavelmente no discurso histórico mais amplo, aquele campo de dados e debates que circunda o seu tema” (ROSENSTONE, 2010, p. 115).

Tomando essa noção de ampliação do discurso histórico, apontada por Rosenstone, podemos afirmar que, por meio dessas produções, em especial os documentários televisivos, sujeitos e setores que tiveram papel ativo no contexto do golpe e da ditadura instaurada em 1964 puderam recontar sua história e se inserir no campo das disputas de memória. Portanto, a série *Chumbo Quente*, produzida pelo Observatório da Imprensa no contexto dos 50 anos do golpe é uma dessas formas do jornalismo, rememorar, avaliar, analisar sua atuação, trazendo-à para o debate público, demarcando posições, ao mesmo tempo que reinscreve no tempo as narrativas que conta para si.

Assim como outros produtos do gênero documentário sobre a ditadura também produzidos nesse mesmo contexto, comparecem na composição de *Chumbo Quente* em primeiro lugar os recursos de efeito documental, tais como documentos históricos, fotografias da época, recortes de jornais, com destaque para as manchetes, vídeos, áudios. Muitas das fontes utilizadas são fornecidas por várias instituições, como: Arquivo Nacional, Fundação Biblioteca Nacional, Acervo da Biblioteca Mário de Andrade, CPDOC-JB, Editora Civilização Brasileira, Instituto João Goulart, Instituto Miguel Arraes, Instituto Vladimir Herzog, Instituto Zuzu Angel e outras. Cabe ressaltar que várias dessas instituições exercem verdadeiro papel de agentes empreendedores da memória (JELIN, 2002).

Em segundo lugar, também comparecem recursos imagéticos, audiovisuais, como a trilha sonora enfática, que remete a uma ideia de tensão, o uso de determinadas cores e formatos de letras presentes em outras produções que tratam do mesmo período, remetendo a uma memória já constituída e ao mesmo dialogando com essa memória na forma de uma certa padronização de recursos visuais, simbólicos e estilos (BOURDIEU, 1997). Por exemplo, a questão da violência e da tortura acaba sendo um tema que perpassa várias delas, bem como a

Brasil (debate, Programa Sem Censura, TV Brasil) *A Pátria Armada* (série de reportagens, Jornal da Cultura, TV Cultura), *Os Advogados contra a Ditadura* (documentário, TV Brasil), *Militares da Democracia* (documentário, TV Brasil).

trilha sonora enfática, o recurso às cenas de filmes ou novelas que ajudam a legitimar a narrativa e o uso das cores preto, branco, vermelho ou a mescla do verde e amarelo.

Chumbo Quente foi exibida no canal da TV Brasil em 2014 no aniversário do golpe e um ano depois, em 2015, após a conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Em ambos os períodos a série foi simultaneamente exibida na Internet, pelo canal da TV Brasil no Youtube, fazendo parte do contexto de convergência de mídias. Assim um produto feito para um canal de televisão pública, com dia e horário específicos, para um público, de certo modo especializado, os telespectadores do Observatório, passa a ser ao mesmo tempo veiculado num meio mais aberto, podendo ser acessado a qualquer tempo, por diferentes públicos e em outros canais para além do canal da TV Brasil.

Vale destacar que a função de disseminar ou desconstruir memórias pelos meios de comunicação se torna mais sensível quando se trata de períodos de transição, aqueles referentes à passagem de regimes ditatoriais para a democracia. Nesses momentos assim como nas efemérides, a mídia atua nos embates e disputas, fazendo emergir distintas memórias. Na conceituação de memórias produzidas midiaticamente destacamos os estudos dos pesquisadores da comunicação Victor Sampedro e Alejandro Baer (2003), para quem a memória cultural moderna é *midiática* e atua como moderador dos binômios democracia/ditadura, lembrança/pactos de esquecimento. Por memória midiática, os autores entendem que esta é:

[...] a representação simbólica e as narrativas veiculadas pelos meios de comunicação sobre a história das sociedades às quais se dirigem. Está ligada à lógica comercial e industrial, à política e à memória ditada pelas instituições, à cultura política das audiências e às limitações da linguagem audiovisual. (SAMPEDRO; BAER, 2003, p. 97, tradução nossa)⁹

Os autores também ressaltam que a memória midiática está sujeita ao *imperativo* da viabilidade econômica e, por isso, reflete a distribuição desigual de recursos para dar visibilidade ou mesmo processar versões distintas do passado e assim pode buscar o mínimo

⁹[...] la representación simbólica y las narrativas que difunden los medios masivos sobre la historia de las sociedades a las que se dirigen. Está ligada a unas lógicas comerciales e industriales, a la política de la memoria que dictan las instituciones, a la cultura política de las audiencias y, a las limitaciones propias del lenguaje audiovisual (SAMPEDRO; BAER, 2003, p. 97).

denominador comum que possa maximizar audiências. Portanto ela é composta na síntese de uma disputa de forças.

Assim sendo, podemos dizer que *Chumbo Quente* é, ao mesmo tempo, uma produção audiovisual, documentário televisivo, feito por jornalistas, que conta a história da imprensa, refeita no contexto dos 50 anos do golpe, se constituindo num misto de história e memória midiática no sentido proposto pelos autores acima. Desse modo se propõe a ser uma síntese explicativa inscrita na história pública e que tem no seu cerne a inserção do testemunho na história, especialmente de jornalistas e outros sujeitos que vivenciaram o golpe, a ditadura e o período de transição política, com destaque para o apresentador do Observatório da Imprensa.

Dito isto, portanto, buscamos investigar os modos pelos quais a memória midiática é produzida na correlação de forças que tenta recuperar a memória a partir de uma reconfiguração pelo jornalismo e com a forte presença do intelectual Alberto Dines, recomposições que perpassam os materiais produzidos pelo Observatório da Imprensa e cuja a síntese é representada em *Chumbo Quente*.

Considerando que a série comporta em si um sentido mais amplo de historiografia, mas que traz os historiadores como parte dessa construção, podemos também compreendê-la como um trabalho de curadoria de teses historiográficas já vigentes sobre a ditadura, uma vez que dialoga com uma memória já constituída sobre o tema, seleciona, arquiva e buscar compartilhar socialmente esse conteúdo. Nesse sentido tomamos as reflexões de Valdei Lopes de Araujo (2017), para quem embora defenda a premissa do historiador ter um papel central na luta pelo “direito à história”, aponta que:

isso não deve nos impedir de reconhecer que o saber histórico sempre teve outras fontes, em última instância pelo simples fato de, em existindo, o ser humano constantemente produzir interpretações sobre sua situação. Produzir historiografias depende da constante interpretação da situação histórica.[...] (ARAUJO, 2017, p. 208)

Além disso, o pesquisador também chama a atenção para esse contexto moderno em que as condições de produção de representações históricas são democratizadas, mas carregadas de ambivalências, podendo incorrer tanto na banalização da experiência histórica, quando para o seu alargamento. Desse modo, Valdei Lopes de Araujo (2017) adverte que ao pensar no ato de curar, também consideremos a dimensão ético-política já que: “A curadoria de histórias como espaço de promoção, seleção, edição e reapresentação de histórias socialmente distribuídas e compartilhadas deve, entretanto, responder ao desafio de decidir que histórias curar. [...]” (ARAUJO, 2017, p. 213). A esta questão este pesquisador responde que a premissa da curadoria

histórica perpassa no olhar para histórias que busquem a “verdade do acontecimento, a defesa da democracia e o respeito à diversidade” e desconstruir qualquer discurso histórico que negue esses valores (ARAÚJO, 2017).

Desse modo buscamos compreender primeiramente a história do programa Observatório da Imprensa na sua relação com o seu apresentador, o site que lhe dá origem e a os canais públicos pelos quais foi transmitido. Igualmente estudamos a trajetória de Alberto Dines, como intelectual da imprensa que recompõe sua trajetória no período da ditadura. Procuramos entender como Chumbo Quente dialoga com uma memória já existente sobre esse período ao mesmo tempo em que sua narrativa é centrada nos testemunhos de jornalistas que vivenciaram o período, mas perpassa pela participação dos pesquisadores acadêmicos, que se defrontam com os enfrentamentos do tempo presente.

Também questionamos acerca dos possíveis esquecimentos, silenciamentos ou memórias enquadradas (POLLACK, 1989, 1992) que podem ser identificados em Chumbo Quente e o quanto estes podem perpassar não só a memória sobre a atuação da imprensa nesse período, mas também pelo teor autobiográfico do relato dos jornalistas, especialmente do seu apresentador, o jornalista de Alberto Dines.

E por fim, uma vez que Chumbo Quente, produção audiovisual feita para a televisão, passa a estar inserida nos meios digitais, sendo exibida, por exemplo, no canal da TV Brasil no Youtube, ainda que com um número pequeno de visualizações, este novo meio potencializa que o seu conteúdo seja atualizado e passado adiante para um público não especializado que, em suas interações na internet, principalmente ao se defrontar com temas políticos, debate, opina, critica, elogia, defende ou agride. Desse modo, analisamos sua inserção no debate público entre críticos e defensores da ditadura à medida que seu conteúdo se expande para o formato das plataformas digitais.

Dito isto, devemos lembrar que os 50 anos do golpe de 1964 também coincidiram com as últimas etapas da implementação de uma *justiça de transição* no Brasil. Esse período foi marcado pela culminância de políticas públicas de reparação que se relacionam a dois mecanismos específicos: a Lei de Acesso a Informações (Lei n. 12.527/2011) e a criação da Comissão da Verdade (Lei n. 12.528/2011). A ONU, no documento intitulado *Justiça de Transição: Manual para a América Latina* (2011)¹⁰, publicado pelo Ministério da Justiça

¹⁰ Publicação que reúne artigos de estudiosos de várias áreas e países a fim de colaborar com as diretrizes para o estabelecimento da justiça no Brasil e na América Latina. Cabe ressaltar que os estudos presentes nos artigos abrangem situações na Europa, África e Ásia.

brasileiro, explica o conceito e demarca uma posição. Nas suas primeiras páginas, Jorge Chediek (2011), um dos seus colaboradores, define a justiça de transição como:

o conjunto de mecanismos usados para tratar o legado histórico da violência dos regimes autoritários. Em seus elementos centrais estão a verdade e a memória, através do conhecimento dos fatos e do resgate da história. Se o Desenvolvimento Humano só existe de fato quando abrange também o reconhecimento dos direitos das pessoas, podemos dizer que temos a obrigação moral de apoiar a criação de mecanismos e processos que promovam a justiça e a reconciliação. (CHEDIEK, 2011, p. 16)

A memória, a verdade e a reparação, nesse caso, são imprescindíveis por uma outra condição: a efetivação dessa justiça para que as situações de violência nunca mais se repitam. Em termos práticos, segundo Paul Van Zyl (2011) refletindo sobre a promoção da justiça de transição em sociedades pós-conflito, “isso implica em algumas ações importantes tais como: processo para os perpetradores de crimes; revelação dos crimes ocorridos; reparação às vítimas e reforma das instituições perpetradoras de abuso com vistas à conciliação” (VAN ZYL, 2011, p. 47). Elas devem ocorrer concomitantemente, interativamente para a manutenção da democracia. Por exemplo, a reconciliação, objetivo final dessas ações, compreende a manutenção da democracia e as garantias que nenhum grupo étnico ou religioso será subordinado ou oprimido por outro.

Este autor também argumenta que se deve pensar na justiça de transição como promotora da paz nas situações pós-conflito, sendo assim, vista nas três dimensões: passado, presente e futuro. Para que isso possa se efetivar é preciso que se realize diagnóstico da dimensão do problema, sendo as Comissões da verdade essenciais para esse objetivo, pois

Frequentemente, as comissões da verdade se encontram em uma posição vantajosa para empreender esse tipo de estudo, pois prestam especial atenção ao testemunho e às circunstâncias atuais das vítimas das violações, examinando os indivíduos e as instituições responsáveis pelas violações dos direitos humanos (ZYL, 2011, p. 56)¹¹

¹¹ Paul Van Zyl (2011) propõe que após os trabalhos dessas comissões e uma vez que levantem diagnósticos, deve haver uma (re)construção do Estado e uma reforma institucional; a remoção dos violadores de direitos, dos cargos públicos; avaliar as formas de tratar as vítimas para promover a conciliação; identificar se há hegemonia de um grupo sobre o outro no sentido político, social e econômico, com vistas a que não se retome o conflito. Também deve haver uma reforma dos setores de segurança, com implementação de programas de desarmamento, desmobilização e mesmo reintegração produtiva de ex-combatentes. Por sua vez, a restauração do estado de direito, mediante a confrontação com a cultura da impunidade, levando ao reestabelecimento da confiança nas instituições estatais e a consolidação da democracia. O autor também defende que uma condição para que tudo isso seja feito é respeitando-se a realidade de cada lugar, portanto, sem transplantação de modelos.

Para além do apoio governamental e estatal, deve-se observar também, segundo o referido autor, por exemplo, o nível de mobilização local, ou melhor, de apoio nacional à instauração de uma comissão da verdade. Isso ajuda a pensar por que, entre outras coisas, justiça de transição e paz nem sempre vêm juntas, pois em algumas situações a emergência dos acordos de paz pode enfraquecer a efetivação da justiça e seus mecanismos, deixando-se de lado a investigação e mesmo a punição dos envolvidos em crimes. Um exemplo trazido pelo autor é o das anistias e o perigo que pode representar a outorga de “[...] uma anistia geral nos casos de graves violações dos direitos humanos a fim de promover a desmobilização vai contra o direito internacional e gerará ressentimento considerável nas comunidades de vítimas. Também promoverá a ideia de impunidade, o que poderia contribuir com o reinício das hostilidades” (VAN ZYL, 2011, p. 62).

A situação relatada acima serve para pensarmos na condição da justiça de transição em alguns países da América Latina e, por sua vez, no Brasil, sendo possível dizer que não há um modelo único a ser seguido, de forma que: “[...] as estruturas de poder que sustentavam o regime anterior e remanescem no regime posterior e influem sobre o tipo de justiça de transição que será implementada por cada sociedade conforme suas peculiaridades históricas” (LIMA, 2012, p. 6). Para Félix Reátegui (2011), ao passo que é claro a urgência dessa justiça em nosso continente, não se pode negar que a América Latina, em função do seu passado de autoritarismo é “[...] possuidora de uma tradição em matéria de verdade e memória em razão de suas experiências pioneiras na busca de justiça nos processos de restauração da democracia ou da paz” (REÁTEGUI, 2011, p. 35). Isso nos ajuda a pensar nos diferentes processos de ditadura e nas formas de reconstrução da democracia, ou seja, como cada sociedade lidou com essas questões.

No caso do Brasil, a concepção de uma Comissão Nacional da Verdade está inserida num contexto histórico amplo, de implementação de uma justiça de transição, um tanto tardia, sob a busca pela verdade e pela memória. E cabe lembrar que a elaboração do projeto, criação, implantação e execução dos trabalhos seguiram-se repletas de debates e embates. Para o historiador Reginaldo Benedito Dias (2013):

Desde que a proposta foi apresentada no corpo da terceira edição do Plano Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), divulgada em dezembro de 2009, os temas relacionados à Comissão Nacional da Verdade têm suscitado posicionamentos e debates nos meios especializados e nas comunidades de interesse, sobretudo nos movimentos de direitos humanos e em instituições que representam a corporação militar, com ressonância nas mídias impressa e eletrônica. (DIAS, 2013, p. 72)

Embora os embates tenham sido “praticamente instantâneos”, eles se acirraram com a notícia da sua criação em 2010, um pouco anterior à campanha eleitoral, quando Dilma Rousseff, que também foi guerrilheira, era candidata sucessora do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹². Outra questão apontada por Reginaldo Dias era o medo que pairava, do pedido da revogação da lei da Anistia, proposta pelo Conselho Federal da OAB e que a comissão trabalhasse nesse sentido. Também fica evidente que há pelo menos duas posições bem opostas quanto ao caráter da comissão. A primeira corresponde à dos movimentos pelos Direitos Humanos e dos familiares das vítimas, apoiadores importantes da comissão, mas também seus críticos, uma vez que se defendia que esta também tivesse função de justiça:

Sobre a diferença entre a versão originalmente articulada na 11ª. Conferência e o conteúdo do projeto de Lei 7.376, de maio de 2010, acusam o presidente da República de ter se rendido às pressões dos grupos conservadores e à ‘chantagem’ do ministro da Defesa e dos comandantes militares, que se amotinaram contra a terceira edição do plano dos direitos humanos. (DIAS, 2013, p. 81)

Mesmo assim, a implantação da comissão foi de suma importância para os movimentos, os familiares e para a sociedade como um todo, sobretudo no que diz respeito à busca da verdade e da memória e na indicação de reparação às vítimas. Do outro lado, acompanhado da execução dos trabalhos da comissão em 2013 seguiu-se o *fantasma da revolução e da revanche*, exorcizado nas comemorações do aniversário do quadragésimo nono ano do golpe de 1964, organizadas pelo Clube Militar, pelo Clube Naval e pela Aeronáutica, para eles intitulado de “Revolução”, quando apresentam um manifesto intitulado “À nação brasileira, 31 de março” dirigido à sociedade formulando suas posições sobre a comissão.

Sobre a disputa da memória, aponta-se que há em setores militares o sentimento de inversão, pois não conseguiram ter como legítima a sua versão da repressão, uma vez que a versão hegemônica foi a propagada pela esquerda. Ou seja, paradoxalmente, os militares que haviam tomado o poder e, portanto, vencido o combate em 1964, perderam a batalha pela memória desse período¹³. Também o fato de ter havido a demora de décadas na apuração de crimes, muito pautada na Lei da Anistia, que liberava também os torturadores, tornaram a

¹² Conforme Reginaldo Dias (2013), a divulgação foi interpretada pelos setores de oposição e por setores militares temerosos de que ela fosse uma “possível revanche” do governo de esquerda. Impasses também ocorreram dentro do próprio governo, o qual era formado por uma coalisão partidária ampla, causando, inclusive, a queda de alguns membros de cargos como o do general Maynard Marques Santa Rosa, então chefe do Departamento Geral do Exército que publicou uma carta pública na internet atacando a comissão.

¹³ Sobre essa questão, Reginaldo Dias cita a série de livros publicados pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) a respeito da memória dos militares e o trabalho de Lucileide Costa Cardoso, em artigo intitulado *Os discursos de celebração da “Revolução de 1964”* publicado na Revista Brasileira de História.

reparação e a justiça palco de disputas violentas, repercutindo nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Em fins de outubro de 2014, próximo à conclusão dos trabalhos da CNV, Dilma Roussef é reeleita para a presidência depois de uma campanha bastante acirrada, porém, não consegue dar continuidade ao seu mandato, que inclusive teve um início já conturbado, no qual a mesma, após enfrentar uma crise política, institucional, econômica, mas também inflamada por um forte apelo midiático, é retirada do poder por um processo de impeachment que começou em dezembro de 2015 e se concretizou em agosto de 2016¹⁴. O interessante é que durante esse decurso, nas manifestações pró e contra o governo Dilma Roussef, posições ideológicas antagônicas também foram mobilizadas, com sentidos no presente e no passado recente. Isto é, no antagonismo entre direita e esquerda, capitalismo ou comunismo, evidenciou-se as interpretações do que foi a ditadura civil-militar de 1964.

Desse modo, houve as manifestações obtusas pedindo a volta dos militares, na tentativa de reerguer uma suposta ordem que os seus defensores afirmam veementemente ter existido. Como exemplo podemos citar as manifestações no ano de 2015, nas quais faixas eram erguidas com os seguintes dizeres: “Intervenção militar já”, “Queremos os militares novamente no poder”, “SOS Forças Armadas: nossa última chance”. Em qualquer imagem veiculadas nas notícias na TV ou na Internet sobre as manifestações de 2015 era possível ver faixas com esse teor¹⁵. E mais adiante, na votação que deu prosseguimento ao Impeachment em 2016, quando o então deputado federal, militar reformado, hoje presidente eleito, Jair Bolsonaro profere um discurso horrendo em rede nacional, que chocou a opinião pública¹⁶. Entretanto, essas

¹⁴ Em síntese o impeachment se iniciou no final de 2015, quando o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha, que estava prestes a enfrentar um processo no Conselho de Ética, deu prosseguimento a um pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, em que os mesmos alegaram que a então presidente havia cometido crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso. O caso durou 273 dias e teve como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma Roussef. O processo e seu desfecho foram classificados pela presidente e seus aliados como um golpe, o mais recente do período republicano. Informação no site da Agência Senado.

¹⁵ Em qualquer imagem veiculada nas notícias na TV ou na Internet sobre as manifestações de 2015 era possível ver faixas com esse teor. Numa busca rápida é possível encontrá-las, a exemplo da notícia no jornal O Globo, tratando do desconforto que essas faixas e cartazes causaram entre vítimas da ditadura. Informação no Portal G1.

¹⁶ Com as seguintes palavras: “Perderam em 64, perderam em 2016, pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, ‘pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Roussef’, pelo exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, meu voto é sim” (grifo nosso). O discurso culminou em pedidos de cassação do seu mandato, mas que não se efetivaram e incorreram em novas manifestações. Por exemplo, em 2018 quando ainda não era oficialmente candidato, em sua página do Facebook divulgou um vídeo em que aparecia uma faixa com os dizeres: “O 7 de Setembro nos deu a independência e o 31 de março, a liberdade”. Informação em notícia do jornal Folha de São Paulo.

manifestações, mais do que nos chocar, demonstram a página aberta e em disputa desse período da nossa história recente.

Por sua vez, é importante lembrar que a data 31 de março, segundo a historiadora Lucileide Costa Cardoso, nunca deixou de ser comemorada pelas instituições militares¹⁷. Na verdade, era uma data oficial nas comemorações do exército brasileiro, sendo extinta no primeiro governo de Dilma Roussef. No ano de 2019, então já empossado, por ocasião dos 55 anos do golpe civil-militar, o então presidente Jair Bolsonaro, para quem não houve golpe e sim uma *revolução*, decretou que se colocasse na *ordem do dia* as *comemorações devidas*, nas instituições militares. Segundo Otávio Santana do Rêgo Barroso, porta-voz da presidência: “Nosso presidente já determinou ao Ministério da Defesa que faça as comemorações devidas com relação ao 31 de março de 1964 incluindo a ordem do dia, patrocinada pelo Ministério da Defesa, que já foi aprovada pelo nosso presidente”¹⁸.

Este decreto causou uma polêmica em nível nacional, tanto na opinião pública quanto nos setores militares para os quais não há consenso sobre as comemorações. Por conta da urgência de pautas importantes e da tensão presente, o presidente, três dias depois, reformulou suas considerações no sentido de *rememoração* e não comemoração: “Rememorar, rever, ver o que está errado, o que está certo e usar isso para o bem do Brasil no futuro”, afirmou o presidente em entrevista ao Jornal Nacional da TV Globo realizada em 28 de março de 2019. Esses acontecimentos demonstram como a questão está aberta e agora parece mais do que nunca. Até meados de março de 2022, ocorreram polêmicas envolvendo não só o presidente, mas apoiadores, ministros, pessoas próximas, que revolvem o tema da ditadura causando estranheza e inquietação¹⁹.

¹⁷ No livro intitulado *Criações da Memória: defensores e críticos da ditadura (1964-1985)*, a autora mostra como, ao longo do tempo, foram se constituindo as narrativas e disputas de memória a respeito do período, feitas por militares e militantes por meio da literatura memorialística. Também no artigo *Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’* publicado em 2011 na Revista Brasileira de História, Cardoso trata dos discursos em celebração da Revolução de 64, construídos pelos militares entre os anos de 1964 e 1999, pelos quais “[...] buscaram explicitar as motivações quanto à articulação do Golpe de Estado, a estruturação do regime e o seu desfecho em 1985” (CARDOSO, 2011, p. 1).

¹⁸ 25.03.2019. Notícia publicada na Folha de São Paulo. Ainda segundo a mesma notícia: “Neste ano, ao menos três estabelecimentos militares incluíram a efeméride em seus calendários, como o dia da “Revolução Democrática de 1964”: a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, o Comando de Operações Terrestres e o Colégio Militar de Santa Maria. No Clube Militar do Rio de Janeiro, foi marcado um almoço em homenagem aos 55 anos”. Em outro momento da recomendação da ordem do dia: “O presidente não considera o 31 de março de 1964 golpe militar. Ele considera que a sociedade reunida e percebendo o perigo que o país estava vivenciando naquele momento, juntou-se civis e militares e nós conseguimos recuperar e recolocar o nosso país num rumo que salvo melhor juízo, se tudo isso não tivesse ocorrido, hoje nós estaríamos tendo algum tipo de governo aqui que não seria bom para ninguém”. Informação no portal Folha UOL.

¹⁹ Por quatro vezes consecutivas, o Ministério da Defesa, na gestão do governo Bolsonaro, tem lançado em suas *ordens* do dia conteúdo elogioso ao regime. Na mais recente, lançada em 2022, é defendido categoricamente que

Feito esse preâmbulo sobre a conjuntura que marcou as disputas de memória que se evidenciaram nos 50 anos do golpe e vem se acirrando desde então no campo político ressaltamos que para a realização desta pesquisa foi necessário que realizássemos uma aproximação entre os campos da história, da memória e da comunicação, o que requereu de nossa parte não só a busca por fontes e métodos variados, mas o trabalho de cruzamento entre eles para a compreensão do fenômeno.

Primeiro, realizamos entrevistas, com base na História Oral, que nos ajudaram a melhor compreender o contexto de idealização, produção de *Chumbo Quente*, a relação desta com Alberto Dines e o Observatório da Imprensa. Desse modo entrevistamos jornalistas ligados mais pessoalmente ou profissionalmente à Alberto Dines, orientando-nos pela metodologia das entrevistas temáticas. Segundo Verena Alberti (2013), a escolha dessa abordagem é adequada para:

[...] o caso de temas que têm estatuto relativamente definido na trajetória de vida dos depoentes, como um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjunturas específicos. Nesses casos, o tema pode ser de alguma forma “extraído” da trajetória de vida mais ampla e tornar-se centro e objeto das entrevistas. Escolhem-se pessoas que dele participaram ou que dele tiveram conhecimento para entrevistá-las a respeito [...]. (ALBERTI, 2013, p. 52)

Desse modo, devido a quantidade de jornalistas que trabalharam com ele ou estiveram próximos em vários projetos fomos obrigados a fazer um recorte que fosse representativo para a pesquisa. A primeira entrevistada é sua esposa, a jornalista Norma Couri, parceira de quatro décadas. Depois a escritora Marina Colasanti, que como Norma Couri trabalhou com Alberto Dines no *Jornal do Brasil*. Também entrevistamos quatro membros do programa Observatório da Imprensa: Emília Ferraz, diretora executiva, Zezé Sack, produtora executiva, Rafael Casé, diretor de programas especiais e Lilia Diniz, de edição e reportagem. Por último, a jornalista Kristina Michahelles, que foi revisora dos livros de Alberto Dines e parceira na criação do museu Casa Stefan Zweig²⁰. Apresentamos nos apêndices no trabalho a biografia de cada uma das pessoas entrevistadas.

“Nos anos seguintes ao dia 31 de março de 1964, a sociedade brasileira conduziu um período de estabilização, de segurança, de crescimento econômico e de amadurecimento político, que resultou no restabelecimento da paz no País, no fortalecimento da democracia, na ascensão do Brasil no concerto das nações e na aprovação da anistia ampla, geral e irrestrita pelo Congresso Nacional”. Informação no site do Ministério da Defesa.

²⁰ Localizado na cidade de Petrópolis, o museu tem como finalidade contar a história do escritor austríaco Stefan Zweig, refugiado no Brasil em 1942, assim como a história de outros escritores exilados. Stefan Zweig foi biografado por Alberto Dines em 1981.

Contactá-los (as) foi um trabalho de investigação e composição de um mosaico de relações que culminaram nas entrevistas realizadas em 2019 e 2020. Chegamos a essas fontes primeiramente por meio do jornalista Luiz Egyto, que trabalhou durante muito tempo no site do Observatório. Foi ele quem nos passou os contatos de Zezé Sack e Emília Ferraz, as quais foram entrevistadas em fevereiro de 2019 na cidade do Rio de Janeiro. Por meio destas duas chegamos a Norma Couri, Lilia Diniz e Rafael Casé, sendo que estes dois últimos nos concederam entrevista em novembro de 2019. Por meio de Lilia Diniz pudemos ter um contato mais efetivo com Norma Couri e também pudemos contatar a escritora Marina Colasanti que foram entrevistadas em janeiro de 2020, a primeira na cidade de São Paulo e a segunda no Rio de Janeiro. A nossa última entrevistada, Kristina Michahelles nos chegou por meio do historiador Fabio Koifman, também parceiro de Alberto Dines em projetos acadêmicos. Esta foi entrevistada também em janeiro de 2020 na Rio de Janeiro.

As entrevistas nos ajudaram a compreender os aspectos da produção de *Chumbo Quente*, dada sua inserção num canal público de televisão, bem como se dá o envolvimento dos testemunhos para a construção do seu argumento. Também evidencia uma miscelânea de afetos nutridos pelo trabalho no Observatório e pela convivência com o jornalista Alberto Dines. E por último revelam o enquadramento de Alberto Dines como intelectual do jornalismo para muito além da sua atuação no programa e que também confere legitimidade à série.

Pensando em *Chumbo Quente* e o programa que lhe dá origem, o Observatório da Imprensa, como produtos da comunicação, artefatos culturais materialmente produzidos num contexto, imbuídos de autoridade e legitimidade para falar também de temas históricos, trazemos os conceitos desenvolvidos por Itânia Gomes (2011), estudiosa da comunicação. O primeiro é a noção de “gênero televisivo”. Nas palavras da autora, a utilização desse conceito permite ao pesquisador:

[...] compreender as regularidades e especificidades em produtos que se configuram historicamente – ele permite dizer tanto do jornalismo como ideologia, valores, normas, quanto das formas culturais historicamente dadas – e, sobretudo, vincular nosso objeto de análise ao processo comunicacional – gênero televisivo é uma estratégia de comunicabilidade. (GOMES, 2011, p. 29)

O segundo conceito desenvolvido por Itânea Gomes (2011) é o de “modos de endereçamento”, os quais nos ajudam a perceber como um determinado programa se relaciona com a sua audiência a partir de um estilo que historicamente também educa o nosso olhar e ao mesmo tempo orienta a produção das notícias. Conforme a autora, os modos de endereçamento podem ser investigados por determinados operadores de análise que a grosso modo são: “ 1) o papel do *Mediador* - feito geralmente pelo

apresentador; 2) *O contexto comunicativo* - momento no qual se dá a comunicação, circunstâncias espaciais e temporais nas quais a comunicação se dá; 3) *Pacto sobre o papel do jornalismo* - diz respeito ao que o telespectador pode esperar do programa; 4) *Organização temática* - operador de maior importância, é o assunto específico de que trata o programa”(GOMES, 2011, p. 37). Nessa perspectiva, a estudiosa aponta a importância de se considerar a contextualização de um produto na grade de programação da emissora, sua relação com a mesma, entendida enquanto marca e organização jornalística, posição frente à concorrência, à televisão, à sociedade, à cultura e ao jornalismo como instituição social e forma cultural (GOMES, 2011).

Por sua vez a série *Chumbo Quente* foi estudada como documentário televisivo abarcando os testemunhos e seus recursos ficcionais e não ficcionais, ou seja, procurando compreender como ela mobiliza efeitos sonoros, imagens, documentos históricos com fins remeter o telespectador para o seu sentido de verdade histórica e acesso ao passado (ROSENSTONE, 2010). Também buscamos compreender como a narrativa é mobilizada por meio do testemunho de jornalistas e a participação de historiadores numa relação que se dá entre a comunicação e a história.

E visto que a ampliação do conteúdo desta produção televisiva para as plataformas digitais, onde ocorre o debate público entre críticos e defensores da ditadura por meio dos comentários feitos por internautas. Desse modo, buscamos analisar o teor dos engajamentos na plataforma do Youtube por meio do *software* Iramuteq, ferramenta de análise lexicográfica, utilizada por áreas diversas, que seleciona termos e suas correlações, podendo ser utilizada tanto em pesquisas quantitativas quanto qualitativas e ou/na combinação das duas²¹. Desse modo pudemos levantar a frequência dos termos utilizados nos comentários e suas correlações, podendo também representá-los graficamente, o que enriqueceu a categorização desses comentários.

No sentido de compreender a trajetória do jornalista Alberto Dines, intelectual artífice do Observatório da Imprensa e de *Chumbo Quente*, além das entrevistas, buscamos compreender aspectos da sua trajetória nos anos da ditadura civil-militar, nos momentos em

²¹ Muito útil para pesquisas na área de comunicação, linguística, mas também em saúde e outras, é um *software* livre ligado ao pacote estatístico R para análises de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. Desenvolvido pelo Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales, da Universidade de Toulouse, em 2008. O *software* realiza mineração de dados em textos, permitindo a obtenção de várias análises quantitativas de corpus linguísticos: estatísticas textuais clássicas (contagem de palavras), pesquisa de especificidades de grupos, classificação hierárquica descendente, análise de similitudes e nuvem de palavras.

que este atuava no jornalismo impresso. Para isso nos debruçamos sobre as fontes dos arquivos sensíveis ou chamadas de *fontes de natureza repressiva*, produzidas sobre esse jornalista em fins dos anos 1960 e meados dos anos de 1970, anos em que ele esteve na mira do regime. Igualmente importante foi a análise dos seus escritos jornalísticos, livros, bem como algumas de suas entrevistas e do material memorialístico produzido sobre ele por aqueles que tentam preservar o seu legado.

Por fim, completando esse quadro diverso de fontes, nos empenhamos em recuperar a história do site e do programa Observatório da Imprensa. Sendo pioneiro no campo da cultura digital no Brasil, o acesso a arquivos digitais também foi fundamental para compreender aspectos do surgimento do programa, já que este nasce vinculado ao site do Observatório da Imprensa logo nos primórdios da Internet no Brasil. Dessa maneira, recorreremos ao *Internet Archive*, biblioteca digital, projeto sem fins lucrativos que armazena e disponibiliza arquivos digitais e *softwares*, entre eles versões digitais antigas de sites, programas de computação, livros, vídeos e imagens²².

Dito isto, no primeiro capítulo trataremos um pouco da história do programa Observatório da Imprensa, pertencente a um canal público de televisão, a TV Brasil, mas que nas suas origens foi primeiramente um site com o objetivo de problematizar a atuação da imprensa brasileira. O site, idealizado pelo jornalista Alberto Dines, foi a primeira instituição brasileira a avaliar o desempenho da imprensa mediante os acontecimentos de repercussão nacional e internacional. O programa Observatório da Imprensa é fruto do contexto de convergência de mídias, primeiro a realizar debate simultâneo em lugares diferentes do Brasil, mas também abordando temas históricos e debatendo as efemérides. Considerando que um programa com esse teor seria impensável na televisão comercial, procuramos entender o OI na relação com a TV pública à qual pertencia. Sendo assim, neste capítulo também buscamos refletir sobre televisão, história e memória midiática, tendo como foco a televisão pública, no caso a TV Brasil.

Sendo Chumbo Quente uma busca por falar da imprensa no contexto do golpe e da ditadura, enfatizando principalmente os testemunhos dos que viveram o período, há que se destacar a atuação do jornalista Alberto Dines, ícone do jornalismo impresso, não só como

²² Foi fundado pelo engenheiro de computadores e empreendedor da internet estadunidense Brewster Kahle em 1996 e se localiza em São Francisco, Califórnia. Além de vídeos e outros arquivos, seu acervo inclui capturas de páginas da internet que podem estar disponíveis em mais de uma versão, caso tenham sido arquivadas em momentos diferentes. O acervo pretende manter uma cópia digital desses materiais para consulta, a grande maioria deles no domínio público.

idealizador da série, apresentador, narrador e entrevistador, mas principalmente como intelectual que viveu esse momento e o reconta na série, numa perspectiva também autobiográfica de uma carreira lonjeva no jornalismo. Desse modo, o segundo e o terceiro capítulos tratam de sua trajetória, sobre momentos decisivos nos quais o percurso profissional desse jornalista é emaranhado a acontecimentos tais como o golpe de 1964, a instalação da ditadura, a distensão em que o mesmo atuava em grandes veículos impressos e quando firma uma narrativa de jornalista que resistiu à ditadura.

No segundo capítulo, recuperando sua trajetória como intelectual mediador, tratamos do período em que Dines trabalhou como editor-chefe no Jornal do Brasil entre 1962 a 1973, quando foi preso por duas vezes: uma em dezembro de 1968 e a outra em janeiro de 1969, ambas como consequência dele se pronunciar publicamente contra o AI-5. Outro momento recuperado é o convívio com a instalação da censura no JB e a demissão do jornal em 1973 por autorizar a manchete, proibida pela censura, que noticiava a morte do presidente chileno Salvador Allende, após o golpe militar no Chile. Como esses percursos não são lineares, buscamos também nesse capítulo entender a construção de uma memória que passa pelo enquadramento e, igualmente, os silenciamentos que envolvem o jornalista Alberto Dines, principalmente aqueles que implicam em polêmicas com outros intelectuais, que repercutiram no presente, isto é, no contexto da rememoração dos 50 anos do golpe.

No terceiro capítulo, trataremos sobre a época em que Alberto Dines trabalhou na Folha de São Paulo, entre 1975 a 1980, compreendido como o momento de abertura do regime. Na Folha ele criou a coluna *Jornal dos Jornais*, que vigorou entre 1975 e 1977, espaço em que semanalmente Dines comentava assuntos culturais, mídia, mas principalmente a atuação da imprensa. Essa fase foi marcada pelas tensões políticas no cenário nacional que repercutiam diretamente na censura ao jornal. Assim, buscamos também compreender os conflitos que marcam a saída de Dines da FSP. Ao final do capítulo, analisamos os livros escritos pelo jornalista, justamente no contexto da distensão, situando-o como um jornalista-intelectual que transitava pelos campos da imprensa, da literatura e da história.

No quarto capítulo analisamos a série Chumbo Quente percebendo-a na sua relação com o programa Observatório da Imprensa e com a tradição deste de produzir especiais sobre a história da imprensa. Também identificamos os seus dispositivos de linguagem audiovisual, mas também documental no sentido de elaborar e comunicar sentidos do passado. E, por fim, estudamos a propagação da série como história pública por meio da repercussão de sua exibição pelo Youtube.

No quinto e último capítulo abordaremos a narrativa testemunhal que marca Chumbo Quente feita por jornalistas, historiadores, cientistas políticos e outros sujeitos. Inicialmente, analisamos os relatos feitos em primeira pessoa, por jornalistas que viveram de algum modo os acontecimentos entre 1964 e o final da ditadura, os quais a narração ajuda a tecer a linha temporal na série. Também tratamos dos testemunhos cujo sentido é a reparação e a justiça e que se inserem no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Por outro lado, como a narrativa dos testemunhos é corroborada pela fala de historiadores pertencentes à Academia assim como de jornalistas que pesquisaram o período, buscamos refletir sobre a complexa relação que se dá entre a história e o jornalismo, inicialmente identificando as concepções historiográficas sobre a imprensa e a ditadura que são curadas na referida produção, na fala dos historiadores e depois tratando da interação destes com a mídia. Além disso, buscamos problematizar a atuação dos jornalistas que também comparecem na explicação dos eventos, portanto, atuando também como narradores da experiência histórica no tempo passado.

2 OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA: TV PÚBLICA, HISTÓRIA E MEMÓRIA MIDIÁTICA

Neste capítulo, inicialmente trazemos uma discussão sobre os aspectos que envolvem a televisão, suas relações com a temporalidade histórica e com a formação da memória midiática. Nas palavras de Marialva Barbosa (2010), estudiosa das relações entre comunicação e história, esse meio transforma-se para a realização da fantasia de aprisionar o tempo, construindo assim a utopia midiática que possibilita o acesso a “imagens-imaginação” que quando acessadas, produzem “um sentido de tempo particular, destancando-se a construção de um eterno presente” (BARBOSA, 2010, p.34). Assim, esse meio é lugar de produção do simbólico, das utopias, mas também de modos de lidar com o tempo (BOURDIEU, 1997; BARBOSA, 2010).

Na segunda parte abordamos aspectos e momentos históricos relevantes para compreender a televisão pública no Brasil. Essa contextualização abrange a década de 60, no período autoritário, quando são criados os primeiros canais com fins educativos, até a segunda década do século XXI, no contexto democrático e do capitalismo globalizado. Esta fase mais recente compreende a inserção da TV na era da interatividade, com a chegada da Internet e da convergência de mídias, pela qual novos formatos puderam ser experimentados, sendo também o contexto em que surge o programa Observatório da Imprensa e a TV Brasil.

Desse modo, na última parte do capítulo abordamos a história do programa *Observatório da Imprensa*, projeto de crítica da mídia, primeiramente gestado e lançado como site em 1996, ou seja, nos primeiros anos da Internet no país, e que passa a ter a sua versão televisiva transmitida por canais públicos de televisão. O programa permaneceu por dezoito anos no ar, entre 1998 e 2016, e durante todo esse tempo foi apresentado por seu idealizador, o jornalista e intelectual da imprensa Alberto Dines. Além de pautar os debates sobre a imprensa, jornalismo e mídias de modo geral, elegendo temas da atualidade, nacionais e internacionais, ao longo de sua existência o OI também produziu uma série de especiais históricos, muitos dos quais relacionados às efemérides. Entre os eventos tratados no programa, sem dúvida estão o golpe civil-militar de 1964 e os seus desdobramentos, incluindo a repercussão desse fato histórico na história da imprensa brasileira. Ao longo dos anos o Observatório debateu esses temas e transmitiu especiais relacionados ao assunto, exercendo uma função de curadoria de teses históricas sobre o passado recente do país.

Acerca dessa temática, as entrevistas realizadas com jornalistas que trabalharam no programa e mais a jornalista Norma Couri, viúva do jornalista Alberto Dines, nos ajudaram a compreender melhor a origem do programa, a relação intrínseca entre a identidade do OI e o seu apresentador âncora, o significado de sua transmissão pela TV pública e a singularidade dos especiais no formato de história investigativa e pública. E, igualmente, nos propiciaram entender o contexto peculiar em que se deu o encerramento do programa televisivo em 2016 e o seu legado. Para este capítulo, também fizemos uso de fontes oriundas de arquivos digitais, resgatando versões antigas do site do Observatório da Imprensa por meio do *Internet Archive*, biblioteca digital, que armazena versões antigas de sites e outros produtos.

2.1 TELEVISÃO, HISTORICIDADE E MEMÓRIA MIDIÁTICA

Os meios de comunicação têm atuado como propagadores de novas formas de lidar com o tempo, assim como, com a própria historicidade, construindo sentidos e explicações históricas. Nas primeiras décadas do século XX, Walter Benjamin observou o surgimento da cultura de massa, no contexto da modernidade e da sociedade capitalista. Desse modo, a fotografia, o rádio e o cinema, marcariam para este pensador um período que ele denominou como “era da reprodutibilidade técnica”, em que esses novos meios rompem com a “área única” da produção artística. Além disso, esse fenômeno sinalizaria para novas formas de perceber o tempo, narrar a experiência, implicando também no rompimento do vínculo entre as gerações e, portanto, no enfraquecimento da história e da memória como experiências do campo coletivo e geracional.

Por sua vez, as novas atitudes e determinadas formas de lidar com a temporalidade, especialmente com a relação entre presente e passado, segundo François Hartog (2015), inaugura um novo “Regime de Historicidade” que ele denomina de presentismo. Num cenário cuja rapidez e a velocidade ditam o cotidiano, exigido por uma sociedade de consumo, institui-se uma concepção imediatista na qual o presente se hipertrofia. Isto é, os fenômenos são deslocados de uma temporalidade histórica constituindo um presente sem passado, onipresente. Nessa mesma sociedade de consumo, as mudanças tecnológicas e a busca pela rapidez, tudo se torna ultrapassado, ou seja:

Tornam obsoletos as coisas e os homens, cada vez mais depressa. Produtividade, flexibilidade, mobilidade tornam-se palavras-chave dos novos administradores. Se o tempo é, há muito tempo uma mercadoria, o consumo atual valoriza o efêmero [...]. (HARTOG, 2015, p. 148)

Desse modo, o processo midiático faz parte desse cenário. Seguindo esse raciocínio, Hartog vai além, apontando o papel da mídia na conformação de uma determinada percepção, relacionada a uma temporalidade histórica cuja rapidez da linguagem, a corrida pelo *ao vivo* atualiza palavras, imagens, sons, comprime o tempo e dilui o passado, que passa a ser cada vez mais comprimido, ou melhor “[...] um minuto e meio para trinta anos de história” (HARTOG, 2015, p. 148).

No entanto, ainda segundo Hartog, paradoxalmente, esse presente necessita da memória, *inquieta* recorre a ela “Como se quisesse preservar, na verdade reconstituir, um passado já extinto ou prestes a desaparecer para sempre. Já inquieto, o presente descobre-se igualmente em busca de raízes e de identidade, preocupado com memórias e genealogias” (HARTOG, 2015, p. 151). Também refletindo sobre esse fenômeno Pierre Nora, aponta que, na ausência de uma memória *autêntica*, compartilhada socialmente, coletivamente, os grupos passam a pesquisar suas origens e redefinir suas identidades, buscando se apoiar em lugares de memórias, conceito chave de Pierre Nora, e assim cada um segue sendo “[...] historiador de si mesmo” (NORA, 1991, p. 17).

Em seu artigo *O retorno do fato*, escrito no início dos anos 1970 do século XX, Nora adverte que nas sociedades contemporâneas, a atuação midiática fornece ao acontecimento um outro estatuto, fazendo *reaparecer* a história. Assim, os *mass medias* passam a monopolizar os eventos e “[...] é por intermédio deles e somente por eles que o acontecimento marca a sua presença e não nos pode evitar”. (NORA, 1972, p. 181). Equivale a dizer que esse retorno do fato é o que traz o presente à tona. Porém, ele vem carregado de imediatismo, de elementos *emocionais*, deslocado de seu sentido coletivo e social. Também esse novo status do acontecimento só é efetivado a partir do momento em que é transmitido e legitimado pela mídia.

Em se tratando de televisão, François Hartog diz que ela opera na esfera que ele denomina de *economia mediática* do presente, em que, justamente por ter sucedido ao rádio, produz e utiliza persistentemente o acontecimento. Por sua vez, esta economia atua de modo particular em que “[...] o presente, no momento mesmo em que se faz, deseja olhar-se como já histórico, como já passado” (HARTOG, 2015, p. 150). É como se o presente ao ser transmitido já procurasse antecipar o olhar do observador dirigido a ele, se transformando em passado, antes de ter acontecido. No entanto, nos adverte Hartog, isso é o próprio presente olhando para si. Esta compreensão se aproxima do pensamento de Pierre Bourdieu (1997) quando este, um pouco antes, nos seus estudos *Sobre a Televisão* aponta que esta favorece uma espécie de *amnésia permanente* onde o *novo* e o *ultrapassado* estão sempre em oposição.

Feitas essas considerações, como tem sido pensada a relação desse meio midiático com o público, telespectadores e audiências? Haveria alternativas para o esvaziamento da História e para uma padronização de valores como preconizava Umberto Eco no início da década de 1990? Os telespectadores recebem passivamente um conteúdo televisivo sem ressignificá-lo? Estudos dos anos 1990, na história e na comunicação trouxeram uma concepção renovada ao procurarem compreender esse fenômeno no cotidiano e puderam perceber que os telespectadores não são *meros receptores* de informação. Assim, é preciso considerar elementos de interação, *negociação de sentidos*, fabricação de conteúdos culturais, que variam, atuam no tempo e no espaço (CERTEAU, 1994; MARTIM-BARBERO, 1995).

Por sua vez, nessa mediação cultural feita entre esse meio e seu público se agregam a relação com o tempo, o conhecimento histórico e a construção de memórias. Assim, pode-se afirmar que há uma associação da memória ao conteúdo da imagem televisiva que pode acontecer de várias maneiras. Num primeiro sentido, dizemos que a televisão pode ser ela própria um veículo de preservação da memória na medida em que armazena imagens e é um arquivo infinito por meio do qual essas imagens podem ser acessadas a qualquer momento. Ela também promove a educação do olhar, produzindo sentidos, uma vez que as imagens que transmite passam por uma seleção, portanto, possuem um “dispositivo pedagógico” (FISCHER, 2002, p. 159). Esse dispositivo também opera as construções de memória pela mídia, ou melhor, as memórias midiáticas.

A esse respeito, os pesquisadores da comunicação Victor Sampedro e Alejandro Baer (2003), em alguns dos seus estudos buscaram compreender as memórias, mediadas pela televisão, de duas gerações de espanhóis, pertencentes às classes populares, acerca dos últimos anos da *ditadura franquista*²³. Assim, dialogam com duas conceituações: *memórias midiáticas* e *memórias mediatizadas*, investigando as narrativas presentes numa série televisiva espanhola intitulada *Cuéntame*²⁴ e como os telespectadores ressignificam suas compreensões sobre a ditadura franquista a partir dessa produção. Retomamos a conceituação desses autores sobre a memória midiática compreendendo-a como a representação simbólica e as narrativas sobre a

²³Ditadura de Francisco Franco ou Ditadura Franquista refere-se ao período do governo autoritário do Generalíssimo Francisco Franco Bahamonde na Espanha, instaurado a partir do final da Guerra Civil Espanhola em 1939 até sua morte e sucessão em 1975. Segundo os autores acima, a ditadura franquista ainda é um evento presente na memória recente do povo espanhol.

²⁴Cuéntame é uma série de ficção televisiva e está inscrita entre as produções que têm audiência entre as camadas populares na Espanha. Mistura elementos de ficção, da telenovela e imagens da época, construindo um discurso histórico, ressignificado pelos telespectadores.

história das sociedades que são veiculadas pelos meios de comunicação (SAMPEDRO; BAER, 2003)

Importante também é que Sampredo e Baer (2003) consideram que esses meios são reflexo do grau de hegemonia alcançada pela política de memória empreendida por instituições, isto é, julgamentos, expurgos, comissões da verdade ou pela sobrevivência de memórias que o corpo social enfrentou. Ao mesmo tempo que retratam os mitos, símbolos e ritos da memória do público, esses meios as reformulam. E, por último, são limitados pela linguagem e recursos narrativos próprios de cada meio.

Todavia, os autores advertem que essa pluralidade e o caráter *polissêmico* da memória midiática podem ser considerados como fontes de virtudes e não de vícios sociais, pois “Desse ponto de vista, a visão hegemônica da memória histórica enfrentaria a contestação de várias memórias sociais e a interpretação crítica ou contextualizada dos públicos” (SAMPEDRO; BAER, 2003, p. 97, tradução nossa)²⁵. Isto é, a partir das memórias midiáticas, as versões oficiais poderiam ser confrontadas pela evidência de várias memórias sociais e pela atitude do público, o qual poderia fazer uma apreciação analítica ou focada em contextos.

Por sua vez, acerca da *memória mediatizada*, esses autores se referem como “A narrativa histórica que o público recria, a partir de conteúdos midiáticos que remetem ao passado, mais ou menos imediato (a memória midiática a que nos referimos)” (SAMPEDRO; BAER, 2003, p. 98, tradução nossa)²⁶. Ou seja, a *memória mediatizada* é a narrativa entendida como compreensão histórica, que o público reelabora a partir de conteúdos do passado recente que são veiculados pela mídia, melhor dizendo, pela memória midiática. Portanto, esses conceitos partem do princípio da interação, atribuição de sentidos, de conteúdos de vida já presentes no indivíduo e na sociedade, que são reelaborados a partir do contato com as produções midiáticas e constroem compreensões históricas.

Devemos ressaltar que para estudar memórias mediatizadas os autores enfatizam que se faz necessário uma investigação aprofundada com sujeitos telespectadores, que envolve uma metodologia baseada nas histórias de vida, estudos geracionais, estruturados ou não, em grupos focais de discussão, enfim, um contato direto com o público de determinada produção midiática,

²⁵Desde esta óptica, la visión hegemónica de la memoria histórica se enfrentaría a la contestación de varias memorias sociales y a la interpretación crítica o contextualizada de las audiencias. (SAMPEDRO; BAER, 2003, p. 97).

²⁶[...] la narrativa histórica que las audiencias recrean, a partir de los contenidos mediáticos que hacen referencia al pasado, más o menos inmediato (la memoria mediática a la que hacíamos referencia)” (SAMPEDRO; BAER, 2003, p. 98).

seja ela televisiva ou não, pertencente a qualquer gênero, seja jornalístico, teledramtúrgico, documentário ou ficcional. Dito isto, enfim, pelas limitações de acesso direto ao público telespectador de Chumbo Quente, produção investigada nesse estudo, elaborada pelo programa Observatório da Imprensa, este por sua vez pertencente a um canal público de televisão, a TV Brasil, optamos pela aproximação com a categoria de memória midiática, observando aspectos de sua produção, os sujeitos envolvidos nas narrativas, as ressignificações de documentos históricos, testemunhos, mas também sua sujeição aos limites da linguagem audiovisual.

Não menos importante será compreender sua intenção de atuar como curadoria histórica se circunscrevendo também no campo da história pública no contexto da efeméride dos 50 anos do golpe civil-militar de 1964, compondo uma narrativa audiovisual sobre a atuação da imprensa e o jornalismo brasileiros nesse período histórico, demarcando espaços e operando na disputa de memória.

A seguir, traremos um breve preâmbulo, elegendo apenas momentos significativos da constituição da TV pública brasileira no sentido de compreender as relações desta com o poder institucional, com seu público e sua programação. Pensada desde os seus primórdios, em meados do século XX para fins educativos, esta é desafiada na entrada do século XXI pelo novo cenário da comunicação, que passa a funcionar por meio da *convergência midiática* (BRITTOS; SIMÕES, 2010), resultante da interação e do fluxo de informações por distintos meios entre o final dos anos 90 e anos 2000. É nesse contexto que surge a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e a TV Brasil, emissora pública de televisão, canal que por vários anos transmitiu o programa Observatório da Imprensa.

2.2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA TELEVISÃO PÚBLICA: DA TVE À TV BRASIL

Considerando que não existe um percurso único para analisar a relação da TV com as sociedades nas quais se insere, deve-se observar que é necessário o estudo particularizado de cada realidade, abrangendo as relações políticas, culturais, econômicas de cada país, bem como os contextos que interferem em suas linguagens (MATTOS, 2002; GOMES, 2011). Desse modo, os estudos sobre a TV no Brasil e acerca dos aspectos que a consolidam demonstram que esta foi gestada sob a ótica e as lógicas de funcionamento do capital, da iniciativa privada, mas sem prescindir do apoio estatal para o seu desenvolvimento, como por exemplo, com investimento em infra-estrutura, publicidade e concessões. Essa é uma característica que desde os primeiros tempos fez com que até o momento haja uma dificuldade para definir a função

desse veículo no equilíbrio entre o que é de interesse público, da população em geral, e o que é de interesse empresarial²⁷. E é nessa realidade que atuam a TV comercial, hegemônica concentradora de capital e das audiências, e a TV pública, que busca se manter entre as instabilidades das políticas de governo e a ausência de políticas de Estado.

Quando ocorre o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, o consumo televisivo no Brasil estava em expansão e popularização contando “[...] com 34 estações de televisão e 1,8 milhões de aparelhos receptores” (MATTOS, 2002, p. 179)²⁸. As mudanças no cenário político terão repercussão no cenário cultural e comunicacional por meio da modernização conservadora empreendida a partir de então pelos governos militares por meio dos ideais da Escola Superior de Guerra (ESG) pautados na Doutrina de Segurança Nacional. Para Ana Rita Fonteles Duarte, que pesquisou trabalhos elaborados na ESG entre os anos de 1968 e 1980 sobre os meios de comunicação e censura:

Os escritos da ESG, principal centro formador de lideranças para a Ditadura estabelecida em 1964, sejam eles civis ou militares, cruzam-se com uma série de outros discursos que marcam não apenas a elaboração de normas, mas a execução de ações efetivas no campo das políticas públicas e da produção cultural durante o regime civil-militar o que desconstrói, ou deveria desconstruir, para os historiadores e outros estudiosos do período, a ideia de que é possível falar de maneira tão segura e tão definitiva de uma censura política e de outra censura de caráter moral. (DUARTE, 2017, p. 34)

A autora demonstra o alcance das ideias defendidas pela ESG e como elas vão repercutir na produção cultural e no âmbito da comunicação, mas de forma que o conteúdo político ideológico está imbricado também ao conteúdo moralizante. Isto é, ao mesmo tempo em que esses governos intitucionalizaram a comunicação, por meio da criação de órgãos e financiamento, modernizando-os, vendo-os como fator para o seu *projeto de integração nacional*, aprofundavam o controle sobre as informações, os meios de comunicação, as artes de modo geral e a censura como meio de combater os críticos e opositores²⁹.

²⁷Quando a primeira emissora de TV brasileira e da América do Sul foi inaugurada, a *TV Tupi Difusora de São Paulo* por Assis Chateaubriand, em 18 de setembro de 1950, a televisão não era popularizada, quase não havia aparelhos de TV no Brasil e foi necessário que se constituísse ao longo do tempo uma cultura de *ver TV*. Somente na década de 60 é que há “[...] o prenúncio da massificação da televisão e a formatação definitiva da indústria cultural no Brasil” (RIBEIRO; SACRAMENTO; ROXO, 2010, p. 57). Um desses marcos foi a chegada da TV Excelsior, que renovou na maneira de se fazer televisão no país, trazendo mais profissionalismo.

²⁸Dois eventos marcaram esse momento: primeiro o surgimento da TV Globo (1965), que como apoiadora do novo regime se tornaria o maior grupo empresarial midiático do país. Por sua vez, a TV Excelsior, que se posicionava a favor do presidente João Goulart, sofreu perseguições, censura, perda de patrocínio, adquirindo dívidas e teve a concessão cassada definitivamente pelo governo Médici em 1970.

²⁹Em 1966 uma portaria de 27 de julho, do Serviço de Censura Federal, enumerava exemplos de assuntos e situações que estavam proibidos e não podiam ser transmitidos. Também nesse ano o serviço de Censura e Diversões Públicas, do Departamento Federal de Segurança Pública dita novas normas para censura a programas

A respeito das realizações na década de 60, feitas no governo militar, Sérgio Mattos (2002), em sua cronologia sobre a história da Televisão no Brasil, aponta algumas dessas realizações, como: a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), em 1965, que deu início às transmissões via-satélite. Em 1967 foi criado o Ministério das Comunicações. Em janeiro de 1968 é criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) que era encarregada da propaganda política do governo militar. (MATTOS, 2002, p.180-182). No dia 28 de fevereiro de 1967, o Decreto-lei n. 236 modifica o Código Brasileiro de Telecomunicações, estabelecendo limites para a quantidade de emissoras VHF que cada grupo ou entidade poderia ter.

No que concerne à TV pública, Sérgio Mattos (2002) aponta que esta já se desenvolve nos anos 60 e daí por diante sob o signo da TV educativa. Como tal, em 1966 foi instituído o Fundo de Financiamento de Televisão Educativa (Decreto n. 59.366). Mattos (2002) aponta que neste mesmo ano são realizados os primeiros estudos para a implantação de um sistema doméstico de comunicações por satélite pelo projeto Satélites Avançados de Comunicação Interdisciplinares (Saci) para fins de Teleducação. Em 1967, o Decreto-lei n. 236, de 28 de fevereiro, proíbe taxativamente as TVs públicas de transmitir qualquer coisa que não fosse aula à distância. Desse modo, de acordo com os termos do art. 13: “A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates (MATTOS, 2002, p. 182). Também em 1967 é instituída a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE).

Nesse período é criado o primeiro canal de televisão público do Brasil, a TV Universitária no Estado de Pernambuco, em 1968,³⁰ e um ano depois a TV Cultura, canal pertencente ao grupo dos Diários Associados, que já veiculava programação cultural e educativa desde o final dos anos 50 no Estado de São Paulo e no ano de 1969 passa a ser um

de televisão, restringindo a transmissão de programas estrangeiros e estabelecendo os critérios para a censura prévia de filmes, programas e vídeos (MATTOS, 2002, p. 180-181).

³⁰ A TV Universitária (TVU) pertence ao Núcleo de Televisão e Rádio Universitárias (NTVRU), órgão suplementar da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), que existe desde 1968. Também compõem esse núcleo a Rádio Universitária AM (1963) e a rádio Universitária FM (1979). Segundo informações no próprio site da TVU esta foi criada em 22 de novembro de 1968, e entre os motivos “[...] estava o desejo de oferecer à população uma programação que reunisse, ao mesmo tempo, informação, cultura, lazer e educação” e “[...] propiciar aos estudantes de comunicação um espaço onde pudessem colocar em prática os conceitos aprendidos na sala de aula”. No seu início produziu mais de “20 programas sob a direção do professor e diretor-geral Manoel Caetano”. Ao longo do tempo ampliou seu número de funcionários e investiu na modernização de sua infraestrutura técnica. Até 2008, a TVU integrou a Rede Pública de Televisão (RPTV). Atualmente é parceira da TV Brasil e pode ser sintonizada na Região Metropolitana do Recife, no canal 11 e através da Internet. Informações no Internet Archive e site da NTVRU.

canal público³¹. Em meados dos anos 1970 é criada a TVE do Rio (TV Educativa do Rio de Janeiro)³². Esses dois últimos canais se tornaram redes públicas de televisão, transmitindo seu conteúdo para canais das retransmissoras estaduais e locais do Brasil.

Por sua vez, os anos 70 assinalam uma modificação na linguagem estética, qualidade técnica e profissional da televisão comercial e pública de modo geral. A televisão brasileira sofreu o impacto da modernização que articulava as demandas empresariais aos objetivos de unidade e integração nacional dos militares.³³ Conforme Ana Paula Goulart Ribeiro e Igor Sacramento (2010), embora à primeira vista possa parecer contraditório, por distintas razões, para militares e empresários, a *integração nacional* era vista com bons olhos, de modo que puderam adaptar suas ambições:

Os militares queriam a unificação política das consciências e a preservação das fronteiras do território nacional. Os homens da mídia, por sua vez, vislumbravam a integração do Mercado de consumo. Um grupo se pautava mais pela dimensão político-ideológica e o outro mais pela econômica. Em princípio, isso não configurou uma contradição. Significou, ao contrário, uma adequação de interesses. (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 116)

No entanto, esse fato não representou a ausência de conflitos, como atestam os autores. Assim, ao mesmo tempo em que a televisão era importante para veicular o sentido de integração nacional e a visão dos militares, ela passa a sentir também a repercussão da censura no jornalismo e na teledramaturgia, visto as divergências de conteúdo. E ainda mais, as

³¹A TV Cultura foi fundada em São Paulo, no ano de 1958, pelo grupo Diários Associados, de Assis Chateaubriand, e tinha como proposta veicular o conteúdo cultural mais *erudito*. Em 1969, com a crise financeira do grupo, ela é vendida para o governo de São Paulo e passa a ser administrada pela Fundação Padre Anchieta, passando a ter um caráter público. Segundo Teresa Montero Otondo (2002), a TV Cultura se destacou no panorama televisivo da América Latina e “[...] pode ser pensada como uma televisão a serviço do cidadão e desenvolver uma programação destinada a servir o público. O conceito de sua missão é claro e primordial: educação, cultura, informação e entretenimento de qualidade, para atender às necessidades específicas de suas diversas audiências: crianças, jovens e adultos. A produção e a programação como um todo devem obedecer a essa missão”. (OTONDO, 2002, p. 275). Ao longo do tempo a TV Cultura é caracterizada principalmente pela qualidade do seu jornalismo, documentários e por sua programação infanto-juvenil, inclusive esta premiada internacionalmente.

³²A TVE do Rio de Janeiro pertencia à Fundação Roquete Pinto. Após anos de experimentação o canal fez sua primeira transmissão experimental em 1975 e em 1977 passa a ter sua programação transmitida diariamente em caráter definitivo. A partir de 1979 passou a funcionar como Rede de Televisão Educativa, de propriedade da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa, passou a integrar o Sistema Nacional de Televisão Educativa, coordenando as nove emissoras de televisão educativa existentes no País. Mudou sua nomenclatura algumas vezes, mas sempre operando como rede até 2007, quando é extinta para dar lugar a TV Brasil.

³³Nesse sentido, Mattos (2002) destaca: a criação da Telebrás (Telecomunicações Brasileiras S.A), empresa estatal responsável pelo serviço público de telecomunicações no ano de 1972; a criação do Prontel (Programa Nacional de Teleducação, a fundação da Radiobrás, através da Lei n. 6.301/ 1974 também e a vinculação do Telecurso 2º Grau, em 1978, produzido pela Fundação Roberto Marinho e a Fundação Padre Anchieta, o qual o autor aponta como o programa educativo de maior sucesso da televisão brasileira (MATTOS, 2002)

perseguições, cassações de concessões, censura e cancelamento de programas implicavam em prejuízo financeiro para empresários e emissoras (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 116).

Entre 1974 e 1979, na vigência do governo de Ernesto Geisel³⁴, inicia-se o processo de *distensão* do regime, arquitetado com o suporte do general Golbery do Couto e Silva³⁵, que daria continuidade à abertura política até a redemocratização. Segundo Suseley Kalil Mathias(1995), analisando os discursos do presidente, esse projeto:

Não se limitava a um único mandato e nem terminava com o fim do AI-5, mas contemplava a transição como processo de longo prazo”, cujo limite não está localizado no tempo, mas realizar-se ia com a institucionalização da “democracia relativa”, com a preservação das prerrogativas militares sob um governo civil. (MATHIAS, 1995, p. 157)

Ou seja, o que marca esse momento, para a autora, é a forma de transição estritamente controlada, como um traço persistente da cultura política brasileira. E uma vez que não havia consenso entre os militares e civis sobre o processo, ocorreu que setores do exército contrários à abertura reagiram pesadamente.

Portanto, até que a transição para a democracia acontecesse, as ações de perseguição e violência, capitaneadas pelos aparelhos repressivos, continuaram a ocorrer. Inclusive, atualmente é rediscutido até que ponto o governo Geisel, marcado pela atuação na transição democrática, *lenta gradual e segura* era também responsável pela eliminação de indivíduos considerados subversivos³⁶. Assim sendo, a televisão de modo geral, comercial e pública, seus conteúdos e seus profissionais foram igualmente impactados, ocorrendo censura a telenovelas, jornalismo e outros programas³⁷. Na televisão pública um caso emblemático foi a prisão do

³⁴ Ernesto Beckmann Geisel(1907-1996) foi chefe da Casa Militar do governo Castelo Branco em 1964, nomeado a General-de-exército em 1966 e Ministro do Superior Tribunal Militar em 1967. Em 1974, foi candidato à presidência pela(ARENA), vencendo a chapa opositorista de Ulysses Guimarães (MDB).

³⁵Golbery do Couto e Silva (1911-1987), militar, estudioso da geopolítica brasileira e um dos principais teóricos da doutrina de segurança nacional, concebida nos anos 1950 na Escola Superior de Guerra (ESG). Foi também um dos criadores do SNI (Serviço Nacional de Informações) e Chefe da Casa Civil nos governos militares de Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo até 1981.

³⁶Em 2018 o pesquisador do CPDOC- FGV Matias Spektor divulgou um documento publicado pela agência norte-americana CIA em 2015 que revelou um diálogo entre o Presidente Geisel e membros do Centro de Informações do Exército (CIE). Segundo ele “[...] o documento secreto mais perturbador que já li em vinte anos de pesquisa”, demonstra que o presidente sabia das execuções sumárias de indivíduos considerados subversivos e inimigos do regime. Informação no portal institucional norte-americano *Office the Historian*.

³⁷Por exemplo, a novela Fogo sobre Terra (1974), de Janete Clair, teve vários capítulos cortados (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2010, p. 127). Também duas novelas de Dias Gomes estiveram na mira da censura: O Bem Amado (1973) e Roque Santeiro (1975). A primeira célebre sátira política, teve parte de suas cenas cortadas, simplesmente pela menção da palavra “coronel” usada para designar o personagem principal da trama, o prefeito Odorico Paraguaçu, interpretado pelo ator Paulo Gracindo. Já Roque Santeiro foi censurada e cancelada no dia da estréia, só podendo ser exibida anos mais tarde, regravada e com parte do elenco modificado. Outro caso foi o da demissão de 36 jornalistas da rádio Tupi que se recusaram a mudar o conteúdo de um programa que seria

jornalista Vladimir Herzog, na época diretor de jornalismo da TV Cultura e seu assassinato em outubro de 1975 nas dependências na sede do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) em São Paulo³⁸.

O final dos anos 1970 foi marcado pela extinção do AI-5 em 1978, quando os meios de comunicação puderam ter um “respiro”, pela sucessão presidencial que completaria a distensão do regime, quando o presidente Ernesto Geisel conseguiu eleger seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo³⁹, e pela promulgação da Lei da Anistia (Lei n. 6.683/1979). Esta última, fruto da mobilização de setores da sociedade civil, possibilitou o retorno dos brasileiros exilados pelo regime, o indulto para os que tiveram seus direitos civis e políticos cassados, mas perdendo os militantes acusados de terrorismo pelo Estado e igualmente os militares acusados de praticar tortura, o que ainda hoje é objeto de divergências.

Desse modo, os primeiros anos da década seguinte serão assinalados pelos eventos da transição política. No que no que concerne à TV pública, segundo Jonas Valente (2009) os anos 1980 marcaram a tentativa de integração das diversas experiências para que as emissoras educativas pudessem intercambiar suas produções. Em 1982, as emissoras, sob a coordenação da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTVE) é criado o Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (Sinred), vinculado ao Ministério da Educação e Cultura e ao Ministério das Comunicações.

No campo dos eventos políticos a primeira cobertura ao vivo do comício a favor das *Diretas Já*, realizado na Praça da Sé, em São Paulo, é feita por um canal público, a TV Cultura, para só depois a TV comercial aderir à campanha. Já em 1986, no então governo Sarney, houve uma flexibilização para que as TVs educativas pudessem captar patrocínio. Por sua vez, a promulgação da nova Constituição brasileira, em 5 de outubro de 1988, modifica o sistema de concessões de canais de rádio e de televisão. Jonas Valente (2009) aponta esse como “[...] o segundo grande marco da consolidação do nosso confuso quadro institucional da comunicação pública” uma vez que “[...] em seu artigo 223, a carta Magna estabelece que a concessão de outorgas deveria observar a complementaridade dos sistemas públicos, estatal e privado. Criou-

transmitido simultaneamente ao da televisão e do qual participava Dom Evaristo Arns (MATTOS, 2002, p.100-106).

³⁸Sobre o caso e sua inserção na memória e na história da imprensa trataremos nos terceiro e quarto capítulos deste trabalho.

³⁹(1918-1999), era filho do general Euclides Figueiredo, comandante da Revolução Constitucionalista de 1932. Foi Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional no governo de Jânio Quadros. Em 1964, integrou o movimento que culminou no golpe. Foi chefe da agência do SNI e da Força Pública de São Paulo de 1966 a 1967. Em 1969 foi Chefe do Estado-Maior do III Exército. Informação consultada no verbete biográfico do Cpdoc- FGV.

se aí a ideia de um sistema público, diferenciado tanto do privado quanto do estatal” (VALENTE, 2009, p.43). Desse modo, o pesquisador coloca que enquanto o conceito de sistema público no Brasil permaneceu como letra morta na Constituição de 1988, a designação pública consolidou seu significado associado à independência tanto de mercados quanto de governos, sendo buscado pelas emissoras educativas como um título para aquelas que conseguissem alcançar essa condição.

Os anos 1990, principalmente da segunda metade em diante, foram demarcados pelas políticas neoliberais que buscavam diminuir a estrutura do Estado, de modo que o setor da comunicação foi impactado. Sobre esse período, os pesquisadores Valério Brittos e Denis Simões (2010) apontam que devemos observar que há “[...] o ingresso dos serviços de mídias pagas e a estruturação de novas bases de mercado dentro de padrões globalizados, iniciando a entrada, em larga escala, de novas tecnologias ligadas aos meios comunicacionais e às telecomunicações no país, a partir das privatizações” (BRITTOS; SIMÕES, 2010, p. 229-230)⁴⁰. No entanto, nessa nova configuração as TVs públicas sofreram com a diminuição do apoio financeiro do Estado e com o sucateamento. Jonas Valente (2009) aponta em seu trabalho como as principais expressões da TV pública no Brasil, a TV Cultura e a TV do Rio de Janeiro, tiveram que adaptar seus modelos para inserir recursos oriundos de verbas publicitárias. Somente no final dessa década, e para reagir a esta crise, é que as TVs educativas ensaiaram a formação de uma rede pública⁴¹.

Ao final dos anos 1990 para os anos 2000 a comunicação foi assinalada pela concentração empresarial e de capital, momento que Brittos e Simões (2010) definem como fase de *pré-digitalização* do mercado televisivo. Os autores argumentam que a partir de 2000 as empresas de televisão por assinatura intensificam a venda da programação televisiva, agora

⁴⁰No Brasil, um evento que contribuiu para a interação e convergência midiática foi a privatização da telefonia em meados da década de 90, pois “Com a venda das companhias integrantes da Telecomunicações Brasileira S.A (Telebrás), ocorreu a propagação de associações e fusões entre empresas com base de telefonia (concessionárias e autorizadas), televisão a cabo e acesso à internet” (BRITTOS; SIMÕES, 2010, p. 223). Em 1995, no primeiro governo FHC, foi instituída a Lei do Cabo n. 8.977/1995, para regulamentar o setor e que também obrigava as operadoras a exibirem canais de utilidade pública (MATTOS, 2002, p. 211). Em 1997, foi criada a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), primeiro órgão regulador instalado no país, ligada ao Ministério das Telecomunicações, criada pela Lei n. 9.472, de 16 de julho de 1997. Em 1998, as doze empresas pertencentes ao antigo sistema Telebrás foram transferidas para a iniciativa privada, por meio das privatizações (MATTOS, 2002, p. 221)

⁴¹Dois eventos que marcaram essa iniciativa foram a criação da Associação Brasileira de Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC), em 1998, e a formação da Rede Pública de TV (RPTV) que em 1999 começa a operar por meio das retransmissoras “[...] que recebiam o sinal da TVE-Rio ou da TV Cultura de São Paulo passando a transmitir uma programação real durante seis horas no horário nobre” (MATTOS, 2002, p. 224).

casada a novos serviços, com destaque para a internet de banda larga e a telefonia (BRITTOS; SIMÕES, 2010, p. 229-230). Além disso, atestam que tanto no Brasil como em vários outros países caíam continuamente as barreiras para a “[...] concentração empresarial e a participação do capital transnacional na indústria televisiva e de convergência no conjunto” (BRITTOS; SIMÕES, 2010, p. 235).

É nesse cenário, também de multiplicidade de oferta, que novos formatos televisivos, pautados na *transnacionalização* e na *transmediação* passam a ser experimentados e consumidos pelo público⁴². Assim, um produto feito para a televisão pôde começar a ser veiculado em outros meios como o cinema, nos aparelhos celulares, na internet por meio dos blogs, redes sociais e plataformas como o Youtube. Essa transmediação remodela os formatos, as linguagens, o trânsito de conteúdos e suas relações com o público, que passa a interagir quase que instantaneamente e concomitantemente (FECHINE; FIGUEIRÔA, 2010).

No que diz respeito a TV pública, segundo Valente (2009), no início da primeira gestão do governo Lula houve uma “[...] tímida tentativa de discussão sobre os propósitos dos veículos públicos nas estruturas do governo federal (VALENTE, 2009, p. 273)”. Em 2003, foi realizado o seminário *O futuro da TV pública*, organizado pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp) mantenedora da TVE do Rio Janeiro. Ao mesmo tempo sinalizam-se ações no âmbito governamental de fomento à produção cultural, cujo um bom exemplo é o DOC TV, projeto de fomento à produção de documentários nacionais, realizado pelo Ministério da Cultura, desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira de Documentaristas, produtores e TVs públicas. A primeira edição selecionou 26 projetos de documentários que foram produzidos durante um ano e exibidos em 2004 pela TV Cultura. Os pesquisadores Yvana Fechine e Alexandre Figueirôa (2010) apontam que os objetivos do projeto, em seu lançamento, eram:

“[...] fomentar a regionalização da produção de documentários; incentivar a parceria da produção independente com as TVs públicas; valorizar as manifestações culturais e regionais; e implantar um circuito nacional de teledifusão de documentários através da rede pública de televisão” (FECHINE; FIGUEIRÔA, 2010, p. 303).

⁴²Isto é, modelos de programas que são importados e passam a ser veiculados em diversos países, à semelhança de franquias. Assim, surgiram muitos programas pautados em *modelos* padronizados internacionalmente, alcançando gêneros já consolidados como os telejornais e outros, mas implicando no surgimento de novos formatos, tais como os *“reality shows”* (BRITTOS; SIMÕES, 2010).

Conforme os autores, este projeto refletiu a política de comunicação do Governo Federal, retomando procedimentos *já experimentados* de períodos anteriores na história política e social do país que envolveram a aproximação ente Estado e o documento visual e:

[...] cujas matrizes estéticas acompanham a tendência de construção de uma imagem documental de tendência nacionalista e ancorada na intenção de retratar nessas obras a identidade cultural do país e a imagem do homem brasileiro comum [...]. (FECHINE; FIGUEIRÔA, 2010, p. 302)⁴³

Desse modo, argumentam que o DOC TV, trazendo o documentário para a televisão, contribuiu para um *ressurgimento* do nacional-popular e estava claramente ligado às concepções paradigmáticas, ou seja, “visão da realidade política e social do país” preconizada “[...] de alguma forma pela Associação Brasileira dos Documentaristas (ABD) e a orientação do Governo Federal cujas bases ideológicas têm vínculos com o Partido dos Trabalhadores e sua herança sindical. ” (FECHINE; FIGUEIRÔA, 2010, p. 303).

Em 2006 se fortalecem as iniciativas no sentido de refletir sobre um sistema público de televisão no Brasil que englobasse várias modalidades de TVs. Ainda em 2006, o Ministério da Cultura e a Radiobrás realizaram o 1º Fórum de TVs Públicas. Este, segundo Jonas Valente (2009), teve um caráter mais abrangente incluindo as “TVs legislativas, universitárias e as comunitárias” que resultou num “[...] amplo diagnóstico e um programa de mudanças para a criação de um efetivo sistema público de comunicação, com foco na televisão, no país” (VALENTE, 2009, p. 274). Em 2007, já na metade do segundo mandato do presidente Lula, o novo sistema de transmissão digital começou a operar no Brasil, ampliando o alcance da televisão aberta e aproximando mais ainda a TV e a Internet.

Neste contexto, é criada a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), empresa pública responsável por oferecer, gerir e agenciar serviços de radiodifusão públicos. Considerada por Jonas Valente (2009) como o “[...] terceiro grande marco da estruturação institucional da comunicação pública no país”, esta se articulou com “[...] o claro propósito de diferenciar-se do que até então havia sido construído pelo governo federal em termos de comunicação própria para operar uma “efetiva mídia pública” (VALENTE, 2009, p.44). A criação da EBC foi aprovada primeiro em medida provisória, depois transformada na Lei n. 11.652/2008. Na sua fundação era gerida por um conselho curador, um conselho administrativo, uma diretoria

⁴³Como exemplos dessas ações em períodos anteriores, Yvana Fechine e Alexandre Figueirôa (2010) indicam: a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo, no período do governo Vargas; os documentários do CCP da UNE, o movimento do Cinema Novo e mesmo o Globo Repórter dos primeiros anos, que tinha na sua equipe cineastas como Eduardo Coutinho e Paulo Gil Soares.

executiva e um conselho fiscal. A mesma lei também já previa a existência de uma ouvidoria para exercer crítica interna e também acolher críticas ou reclamações dos telespectadores e ouvintes.

Segundo Jonas Valente (2009), o modelo de financiamento da EBC na sua fundação era o mesmo até então utilizado pelas outras emissoras públicas, assim, ele aponta como fontes de receita da EBC: “[...] dotações orçamentárias, prestação de serviços, doações, distribuição da publicidade legal do poder executivo, apoios culturais, publicidade institucional, receitas obtidas por meio de leis de incentivo à cultura e ao audiovisual”. (VALENTE, 2009, p. 281). Contava com duas agências reguladoras, cerca de 12 emissoras de rádio e dois canais de televisão: o TV Nacional do Brasil (NBR)⁴⁴, a TV Brasil Canal Integracion e a TV Brasil. Esta última surgiu da fusão entre a TV Nacional de Brasília e as TVEs do Maranhão e do Rio de Janeiro.

O pesquisador também ainda aponta que, embora se tenha críticas de todo gênero ao funcionamento da EBC, como, por exemplo, a prevalência de um tom personalista na escolha dos membros do conselho curador, escolhidos pela presidência da república, “[...] com poucos parâmetros, limites, e muita subjetividade”, bem como a não disponibilização das atas das reuniões do conselho curador, que era fechadas (VALENTE, 2009, p. 280), de modo geral a concepção das emissoras de rádio e TV em seu surgimento foram pautados no oferecimento de um serviço público de qualidade, educativo, livre e democrático com enfoque na divulgação da diversidade, da cultura local e regional.

Por sua vez, esses aspectos vão se refletir na sua concepção peculiar e própria para lidar com as disputas por audiência, a qual também está intrínseca na sua programação, produção e circulação de conteúdos. No que toca ao nosso estudo, especificamente falando da TV Brasil, esta desde o seu surgimento se propunha a ser uma TV pública financiada pelo Estado, mas não estatal, de modo a ser uma alternativa às TVs comerciais e àquelas monopolizadas por governos. Também não lhe interessava disputar audiência com as TVs privadas, mas ser um espaço legítimo de questões de interesse público para um público fiel e por isso poderia manter o compromisso com a prestação de um serviço de excelência. Em termos de programação, no seu surgimento pautava-se pela qualidade dos programas infantis, do seu jornalismo e dos

⁴⁴O NBR era o canal pertencente ao poder Executivo, que acompanhava as ações do governo federal, incluindo transmissão de eventos dos ministérios e da presidência da República (VALENTE, 2009) e era distribuído pelo serviço de TV a cabo. Em 2019, o canal foi extinto pelo governo federal e teve sua programação fundida com um outro canal, a TV Brasil 2.

programas de debates, em parte produzindo novos programas, transmitindo parte da programação de canais como a TV Cultura e até internacionais como a BBC de Londres. Ainda, como decorrência da fusão que lhe deu origem, também herdou parte da programação da TVE do Rio de Janeiro, entre os quais o programa Observatório da Imprensa, que já estava no ar desde 1998.

O Observatório da Imprensa (OI) foi um programa que já era exibido na televisão pública muito antes da TV Brasil existir e, uma vez sendo transmitido por esse canal, passa a ser um símbolo deste. Outro ponto interessante é que, diferente da grande maioria dos programas da era da digitalização, o Observatório se inicia primeiro como site para depois se tornar programa de TV. Sua existência é símbolo do contexto democrático em que o país estava inserido, no qual o debate de ideias, o respeito às diferenças, o compromisso com a informação séria e com o conhecimento, para a manutenção da democracia, não são só necessários, são vitais.

2.3 TV E INTERATIVIDADE: DO SITE AO PROGRAMA OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA

Síntese do contexto de pré-digitalização, ou seja, do início da era da Internet no Brasil e depois da convergência de mídias, o *Observatório da Imprensa* é um projeto não governamental e sem fins lucrativos que surgiu em 1996, primeiro como um *website*, que se mantém até hoje, e depois se estendeu aos formatos impresso, televisivo e radiofônico. Funciona como um *fórum*, mas também *veículo* cuja finalidade é debater a prática jornalística brasileira do ponto de vista da técnica e da ética, a grande mídia, bem como a relação entre comunicação, sociedade e democracia, elencando não só acontecimentos de grande repercussão nacional, como pautando temas internacionais, política, economia, cultura, ciência e outros. Para tanto, acolhe colaboradores não só da comunicação, mas de áreas distintas assim como leitores e telespectadores, sendo todos responsáveis pelo conteúdo de seus escritos.

O projeto foi idealizado pelo jornalista Alberto Dines durante os anos em que este trabalhou em Portugal e participou da criação do Observatório da Imprensa de Lisboa, pautado na diferenciação entre meios de comunicação de massa e jornalismo e sua relação com os leitores. Este jornalista compreendia que a mídia de massa é regida pelos interesses dos proprietários e o jornalismo, sendo um serviço de *utilidade pública*, deveria oferecer informação de boa qualidade. Contudo, também se fazia necessário estimular que os leitores saíssem do lugar de passividade, isto é, de meros consumidores da notícia mastigada pela mídia.

Sobre esse caráter do OI, a jornalista Norma Couri (2018) define que “O site é esse questionador, esse fazer pensar, essa pausa nas redes sociais, essa releitura e essa recolocação do leitor no lugar de crítico e filtro daquilo que deglute sem mastigar na mídia. Um site com credibilidade (COURI, 2018, p. 7) ”.

É igualmente importante ressaltar que a reflexão e a crítica presentes no Observatório da Imprensa se confundem com a longa trajetória de Alberto Dines, esse jornalista que foi também escritor, biógrafo, professor e é considerado como um intelectual da imprensa brasileira, reconhecido por defender a qualidade e a liberdade da imprensa como requisitos importantes para o sistema democrático. Além de ter atuado em importantes jornais brasileiros, tais como o Diário da Noite, Última Hora e o Jornal do Brasil, ocupando funções de editor-chefe e direção, Dines também se destacou pelo trabalho de análise da atuação da imprensa que realizou até o final da vida. Primeiro exemplo desse trabalho foram os *Cadernos de Jornalismo*, publicação criada por ele em parceria com o jornalista Fernando Gabeira em meados dos anos 1960. Entre 1975 e 1977, exerceu a crítica de mídia por meio da coluna *Jornal dos Jornais*, criada por ele no jornal *Folha de São Paulo*. Anos depois, no início da década de 90, escreveu alguns textos para uma coluna na Revista Imprensa, batizada por ele com o nome *Observatório*⁴⁵.

Em abril de 1996, a partir de uma parceria institucional com núcleos da Universidade de Campinas, é lançado o site do *Observatório da Imprensa*. Cabe ressaltar que o site, em seus primeiros meses de fundação, era abrigado pelo Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor)⁴⁶ e funcionava como uma atividade extensionista, isto é, para o público externo à universidade. Assim, inicia-se o OI como projeto pioneiro para a crítica de mídia no Brasil, moderno não só pela atuação, mas pelo experimento de utilizar uma plataforma digital

⁴⁵Apresentamos sua trajetória com maior profundidade nos capítulos II e III, problematizando sua experiência no período que corresponde ao golpe e à ditadura de 1964.

⁴⁶O Labjor foi criado a partir de uma parceria entre Alberto Dines, o professor Carlos Vogt, então reitor da Unicamp e do professor José Marques de Melo. Em seus objetivos iniciais estavam a realizar o acompanhamento crítico da mídia, bem como aprimorar a qualidade da formação dos jornalistas por meio de pesquisas, pós-graduação e atividades que se estendiam para além da universidade. A partir do Labjor, juntamente com parcerias, várias ações foram desenvolvidas, tais como seminários, cursos, publicações (VARONI; OLIVIERA, 2018). Em vinte e sete anos de funcionamento, o Labjor “[...] desenvolve atividades de pós-graduação, pesquisa, extensão, treinamento e consultoria”. Além de abrigar vários projetos de pesquisa na área de jornalismo, comunicação, tecnologia e outros, abrange pesquisas de Pós-doutorado, oferece um curso de Mestrado em Divulgação Científica e Cultural e uma Pós-Graduação *latu sensu* em Jornalismo Científico. Na Universidade de Campinas, é ligado ao Nudecri (Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade) e ao Cocen (Coordenadoria de Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa). Informação no site do Labjor.

praticamente nos primórdios da utilização da Internet no Brasil. Para Carlos Vogt (2018), este é outro aspecto inovador, pois:

[...] o *Observatório* já nasceu sob o signo da internet, colocando-se novamente à frente de seu tempo. E isso se multiplicou rápido. Logo, o OI passou a ser replicado pelo UOL, depois pelo IG e depois, autonomizado, pelas redes sociais. A chegada às mídias “tradicionais” ocorre por causa de sua presença digital. (VOGT, 2018, p. 21)⁴⁷

Em torno do projeto, segundo Norma Couri (2018, p. 7), se formou “uma equipe de primeira linha” entre eles “[...] os jornalistas Mauro Malin e José Carlos Marão, aos quais se juntaram Luiz Egypto e, depois, a assessoria administrativa de Maria Luiza Werle”. O OI *online* ao longo do tempo contou com colaboradores voluntários, mas também remunerados como pesquisadores, professores e jornalistas. As publicações eram primeiro quinzenais, depois passaram a ser semanais, ritmo que conserva mais ou menos até hoje. No entanto, com a maior utilização da Internet e o crescimento dos sites jornalísticos, às vezes há uma renovação rápida dos artigos que podem ser enviados a qualquer momento. Embora os temas dos artigos possam variar, o eixo central destes deve ser sempre a atuação da mídia.

O slogan e o logotipo do Observatório da Imprensa são os mesmos desde os primórdios do site e acompanham as versões impressa e televisiva com poucas variações. Desse modo, a imagem de um olho atento e o aviso “*Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito*” convidam e provocam o leitor:

Figura 1- Logotipo e slogan do site do Observatório da Imprensa



Fonte: Site do Observatório da Imprensa, 2018.

Segundo Alberto Dines, a ideia do nome *Observatório* origina-se de uma premissa física quântica segundo a qual “o olhar do observador interfere no objeto da observação”⁴⁸. Todavia,

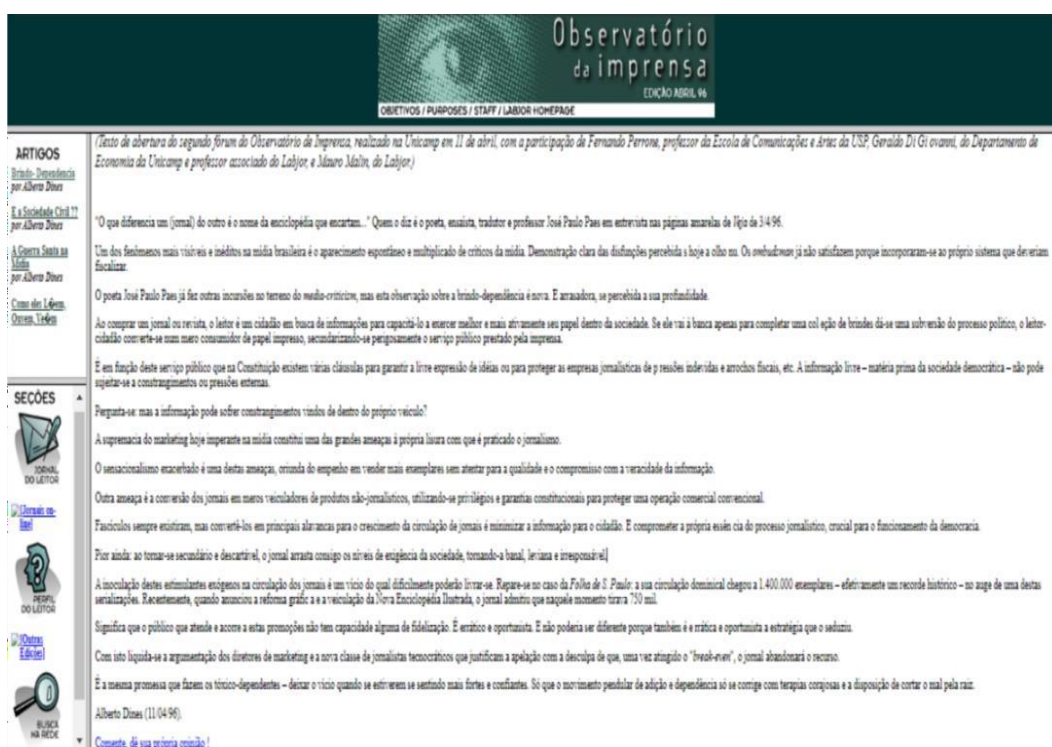
⁴⁷ No livro “Observatório da Imprensa uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018”, em formato digital, organizado por Pedro Varoni e Lucy Oliveira, além de uma seleção de textos publicados no site também é possível consultar uma linha do tempo sobre a história do Observatório.

⁴⁸Essa ideia foi desenvolvida pelo físico alemão Werner Karl Heisenberg, ganhador do Nobel de Física em 1932, “pela criação da mecânica quântica”. Está contida em sua publicação intitulada *Princípio da Incerteza*, que afirma

aplicado aos fenômenos sociais, trata-se da interferência sem controle, nem dominação. Isto é, no caso da imprensa, significa que à medida em que esta sente que é observada por seus pares e pelo público, passa a primar pela qualidade do serviço que oferece. Desde o início o site pontuou questões polêmicas e caras à comunicação no país: a relação da mídia com a sociedade, a liberdade da imprensa, a concentração de mídia nas mãos de grupos privilegiados, a mercantilização se sobrepondo à qualidade da informação, ao jornalismo qualificado e à formação dos jornalistas. Isso abrangendo todos os formatos de mídia.

A versão inicial do site era simples e comportava o acesso aos textos, a outros jornais e o espaço dos leitores. Mas constavam os objetivos, preceitos e a quem se destinava o *Observatório da Imprensa*. Assim, publicou-se quatro textos críticos que debatiam a padronização dos jornais, a relação da imprensa com a liberdade de credo e a participação da sociedade civil nas ações do Estado acerca da comunicação no país:

Figura 2 - Primeira versão do site do OI -01 de abril de 1996



Fonte: Internet Archive (biblioteca digital), 2021.

que a posição exata de um elétron dentro do núcleo atômico em um dado momento não poderia ser determinada com certeza, mas apenas ser calculada estatisticamente dentro de uma certa probabilidade. Sua descoberta foi fundamental para a física quântica e considerado por alguns como o conceito científico mais revolucionário do século XX.

Nota-se pela figura acima que três dos textos publicados foram escritos pelo jornalista Alberto Dines, sendo a predominância de seus textos um aspecto marcante no início do OI. Conforme estudo sobre o *Observatório da Imprensa* publicado por Albuquerque, Ladeira e Silva (2002), constatou-se que dos 54 artigos produzidos para as 6 primeiras edições do site, dois terços, isto é 36, eram de sua autoria.

Desse modo, o texto em destaque na imagem acima e que inaugura o site, intitulado *Brindo-Dependência-Quando conseguirão os jornais desatrelar-se dos fascículos?*, também de Dines, de modo geral, discute o empobrecimento do conteúdo dos jornais, ao passo que se investia na incorporação de fascículos e enciclopédias às edições, estratégia de vendas equivocada na opinião do autor⁴⁹. Ao lado, à esquerda está o acesso para outros dois textos de Dines. O segundo, *E a Sociedade Civil?* tece uma crítica à maneira como o então senador e ex-presidente Jorsé Sarney havia montado o *Conselho de Comunicação Social*⁵⁰, isto é, considerando apenas empresários da comunicação, proprietários de jornais, políticos e excluindo outros setores, tais como professores, pesquisadores e críticos de mídia. E o terceiro, sob o título *Como a Concorrência na TV trouxe a questão da liberdade religiosa* analisa a cobertura *nada isenta* da mídia acerca da *guerra de audiências* entre a Rede Globo e a Rede Record naquele período, travestida de guerra santa. Também aborda a forte inserção da Igreja Católica na mídia brasileira, que *desequilibrava* os debates e as ações em favor da liberdade de credo no país. Por fim, o último artigo, *Como eles lêem, ouvem, vêem*, é um compilado de comentários de José Paulo Paes, João Sayad e do então presidente Fernando Henrique Cardoso, feitos na revista *Veja* e no jornal *Folha de São Paulo*, os quais criticavam a *padronização* discursiva da imprensa, sempre reproduzindo acriticamente os dogmas dos economistas⁵¹.

A partir de 1997 o OI lançou a *Revista do Observatório da Imprensa*, um impresso com os resumos das edições para quem quisesse recebê-los pelo correio. A versão impressa do OI foi publicada entre agosto de 1997 e março de 2000, com o patrocínio da empresa XEROX, que fazia as impressões e a distribuição de cerca de 2000 exemplares por mês:

⁴⁹Para uma melhor leitura, a transcrição deste texto encontra-se no Anexo A deste trabalho.

⁵⁰Instituído pela Constituição de 1988, o conselho é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Entre as suas atribuições está a de realizar estudos, pareceres e outras solicitações encaminhadas pelos parlamentares sobre liberdade de expressão, monopólio e oligopólio dos meios de comunicação e sobre a programação das emissoras de rádio e TV. Foi regulamentado pela Lei n. 8.389/1991. É composto por membros da sociedade civil, representantes das empresas de rádio, televisão, imprensa escrita, engenheiros na área de comunicação social e representantes das categorias profissionais dos jornalistas, radialistas, artistas e profissionais de cinema e vídeo. São eleitos em sessão conjunta do Congresso Nacional dentre nomes indicados por entidades representativas dos setores da comunicação social. Informação consultada no site da Agência Câmara de Notícias.

⁵¹ Ambas informações coletadas no site do Internet Archive.

Figura 3-Capa da primeira edição da Revista Impressa do Observatório da imprensa



Fonte: Varoni e Oliveira (2018)

Era gratuita e enviada pelo correio para quem quisesse receber e seu conteúdo era o resumo das edições do site. Ao todo foram publicadas 29 edições da revista, pois havia interrupções em meses de férias e feriados. A publicação deixou de circular quando a empresa Xerox mudou a sua política de patrocínio e o OI não teve condições de mantê-la sem apoio financeiro⁵².

No decorrer do tempo, o site foi ganhando força e acumulando parcerias, criou seções, sua abrangência foi se tornando maior e incorporando novos espaços de modo que, no início

⁵²Informação coletada em 22 de junho de 2021 com Luiz Egypto, que foi editor do impresso e do site do Observatório da Imprensa por dezoito anos.

dos anos 2000 precisou de uma personalidade jurídica, e então, passou a pertencer ao Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (Projor), também criado por Alberto Dines e oficializado em 2002. O Projor é apresentado como uma “[...] uma entidade civil sem fins lucrativos não-governamental, não-corporativa, pluralista e apartidária” e “[...] que mantém atividades e projetos voltados à reflexão e ao aprimoramento da prática jornalística em parceria com veículos de comunicação, jornalistas profissionais, estudantes de jornalismo e jornalistas cidadãos” (PROJOR, s/d)⁵³. Atualmente o Observatório da Imprensa é uma das atividades, entre outras, também inovadoras, que são abrigadas pelo instituto⁵⁴.

Em estudo sobre o *website* do OI, Albuquerque, Ladeira e Silva (2002) analisam a sua função como *arena* de debates e ao mesmo tempo *agente* que se posiciona e interfere nesses debates, delimitando parâmetros de conduta e da responsabilidade política da imprensa e do jornalismo, bem como nas relações destes com as instituições. Ao estudar a evolução do site, por meio da organização de suas sessões, informam que a mesma ocorreu de forma *lenta* no que se refere aos seus colaboradores e também ao seu formato. Exemplificando essa transformação do site, os autores apresentam as seguintes seções: *Entre Aspas* - surge na edição de n. 7 do Observatório (que marca a entrada do site no provedor da UOL); *Circo da Notícia*, a primeira seção temática, surge na edição n. 15; *Jornal de Debates*, *Caderno da Cidadania* e *Observatório na TV* são inauguradas na edição n. 29, juntamente com as charges na primeira página. Essa estrutura iria se complexificar nas edições seguintes, com o surgimento das seções *Monitor* e *OFJOR Ciência*, na edição n. 31, *Imprensa em Questão*, na edição 37 e *Feitos e Desfeitos*, edição n. 38. (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002). Cabe ressaltar que a grande maioria dessas seções permanece até hoje.

Igualmente nesse estudo, aprofundando a análise nas seções *Circo da Notícia*, *Imprensa em Questão*, *Jornal de Debates* e *Caderno da Cidadania*, esses autores se defrontaram com o que seria a supremacia do discurso do OI e ao mesmo tempo uma ambiguidade em relação aos

⁵³ Informação obtida no site do Projor. Também obtivemos esclarecimento sobre o Projor por meio do jornalista Luíz Egypto em consulta realizada no dia 16 de junho de 2021.

⁵⁴Entre elas estão: o *Atlas da Notícia*, um projeto inédito de jornalismo de dados para mapear os veículos produtores de notícias – especialmente de jornalismo local – no território brasileiro; *Grande Pequena Imprensa* (GPI), projeto pioneiro que visa fortalecer o jornalismo regional e local em meio à revolução digital, que ameaça a sobrevivência de veículos do interior do país, foi idealizado também por Alberto Dines em 2013 e realizado em parceria com o Google e a Fundação Ford; *Projeto Credibilidade* é o capítulo brasileiro do *Trust Project*, um projeto que elabora estratégias digitais para que os pilares básicos do jornalismo sejam cumpridos: servir à sociedade com relatos confiáveis, inteligentes e tangíveis; *Impacto.Jor*: visa medir, acompanhar e compreender o impacto que as notícias provocam na sociedade. Idealizado pelo jornalista Pedro Burgos, a iniciativa usa uma metodologia inspirada no trabalho das maiores ONGs de jornalismo investigativo dos Estados Unidos, entre elas o *The Marshall Project* e a *ProPublica*. Consulta ao site do Projor.

seus objetivos. Isto é, no lugar da edição, ponto de encontro entre as funções de arena e agente, assim:

Este lugar permite ao *Observatório da Imprensa* não apenas destacar o seu próprio discurso, como também hierarquizar os demais, atribuindo-lhes maior ou menor pertinência. Em decorrência disso, o *Observatório*, não obstante ser um espaço polifônico, se apresenta como um espaço muito menos plural do que nos parecia ser a princípio. (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p. 185)

Desse modo, os autores buscaram entendê-lo como agente normativo, sua perspectiva e a forma como esta acabava ordenando também as perspectivas dos outros agentes participam do debate sobre o jornalismo. No entanto, também para estes autores esse fato não enfraquece o Observatório da Imprensa como referência notável para a análise das questões da imprensa. Na verdade, faz parte de uma tendência do jornalismo brasileiro que, pela falta de valores comuns, bem estruturados, faz com que os jornalistas não somente informem os cidadãos, mas que eles compreendam que também são responsáveis pela formação destes cidadãos. Desse modo, “[...] na ausência de um acordo amplo dos jornalistas em torno de princípios éticos comuns, o *Observatório* se vê tentado a extrapolar o seu papel formal (tal como expresso nos seus *Objetivos*) e se investir da autoridade de agente normatizador” (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p. 85-86).

Por sua vez, essa autoridade acabava se expressando muito em função do prestígio pessoal de Alberto Dines e sua presença dominante no OI e cuja experiência no jornalismo servia como fundamento importante para as análises das questões éticas e políticas da imprensa. Para Albuquerque, Ladeira e Silva (2002), o jornalista usualmente proferia “[...] juízos particularizados acerca de casos concretos, sem que se apresentem explicitamente outros fundamentos de tal ação normativa além da experiência do seu autor como jornalista” (2002, p. 186). A exceção à regra, conforme os autores, está na concepção de *Quarto Poder*, definida pelo OI de forma bem congruente, ainda que o identifique com o Ministério Público e não mais com a própria imprensa, cabendo a esta ser um suporte para a ação do Ministério Público. Esse fato é discutido pelos autores quando analisam a seção *Caderno da Cidadania*, definida como um serviço de utilidade pública. Esta seção reúne artigos que tratam da atuação do Ministério Público e está presente até hoje no site do OI.

Para os referidos autores, também a concepção de Quarto Poder definida pelo OI, embora afirme ser próxima do modelo americano de Quarto Poder, “[...] ela parece estar muito mais próxima da tradição brasileira do Poder Moderador [...]” (ALBUQUERQUE; LADEIRA;

SILVA, 2002, p. 186). Por estes aspectos levantados em seu estudo, concluem pela importância do espaço construído pelo Observatório e que este:

Redefine a sua responsabilidade em termos muito mais amplos dos que constam dos seus *Objetivos*: ao que tudo indica, proporcionar um espaço para o debate em torno de questões relativas à ética jornalística não parece ser o bastante; é preciso conduzir esse debate, a fim de garantir que ele chegue a bom termo. (ALBUQUERQUE; LADEIRA; SILVA, 2002, p. 187)

O estudo destes autores contempla uma seleção de edições no período de 1996 até o ano 2000. Nesse interím, o OI passa a ter também sua versão como programa televisivo, exibido unicamente pelas emissoras públicas de televisão. Em 2007, o Observatório lança seu programa de rádio. Neste trabalho nos detemos ao estudo do programa de televisão, que foi ao ar por dezoito anos, de 1998 a 2016.

2.3.1 Bem-vindos ao Observatório da Imprensa: crítica de mídia na TV pública

O programa televisivo Observatório da Imprensa, como se pode perceber, surge após o site, como produto da convergência de mídias, portanto, vinculado a este, mas preservando sua autonomia em relação ao mesmo e com as particularidades do formato televisivo. Foi também um dos pioneiros na utilização da Internet para interatividade com convidados e telespectadores. Contou com um público “mais qualificado” (COURI, 2018, p. 7), formado por jornalistas, professores e alunos de jornalismo, mas também por pessoas interessadas em comunicação de modo geral. Durante os seus dezoito anos de vigência foi exibido pela Televisão Educativa (TVE), que anos depois se tornou TV Brasil, e apresentado pelo jornalista Alberto Dines.

O vínculo do programa com o site é um instrumento importante para esta pesquisa. Por exemplo, foi notório que desde a elaboração do projeto do OI já estava imbutida a ideia de expandi-lo para outros formatos e no lançamento do site, portanto em 1996, já ocorriam iniciativas junto à TV pública para criação da versão televisiva. No aniversário de dez anos do OI, na edição 336, em maio de 2006, publicou-se a seção *Imprensa em Questão*, um texto de cunho memorialístico intitulado *Um compromisso, uma história, um saldo*, escrito por Alberto Dines. Nele, o jornalista recupera princípios éticos e origens do projeto. Nos princípios estavam: o fato do OI ter se iniciado *num Laboratório* de um espaço acadêmico, mas recusar o *hermetismo teórico*; a combinação da inovação com a participação pública, portanto, utilizar a tecnologia, mas sem se deixar *escravizar* por ela. E reforça o engajamento desse projeto com a sociedade, de modo que o Observatório:

Comprometeu-se a incentivar a discussão sobre a imprensa e os meios de comunicação na presença de um interlocutor crucial, indispensável e, não obstante, sempre esquecido – a sociedade. Diversificada, pluralista, e por isso sábia. Razão pela qual em todos os seus formatos busca a interatividade com suas audiências. São elas que o legitimam. São os seus interesses que o pautam (DINES, 2006, OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA).

Igualmente o texto recupera registros do período de articulação do Labjor e do programa televisivo. O primeiro desses registros apresenta uma carta, escrita em Lisboa em 1994, quando Dines ainda residia em Portugal, não há identificação do destinatário, mas refere-se à elaboração do OI como atividade do Labjor e, mais importante, demonstra que na ideia inicial já estava contido o formato televisivo, visto que o documento indicava a instituição dos seguintes canais de comunicação: “I) um programa regular em TV Pública, com periodicidade moderada; II) um nicho na internet com atualização diária ou semanal; e III) uma publicação mensal ou bimestral para veicular os estudos produzidos no período” (DINES, 1994 apud VARONI; OLIVEIRA, 2018, p.29).

O segundo registro é um documento encaminhado diretamente à diretoria de Jornalismo da TVE, em agosto 1996, quando do lançamento do site, que apresentava a proposta do programa de televisão com normas, critérios, parâmetros, estrutura para o funcionamento. Neste, demonstra-se uma preocupação em que além dos *âncoras* participassem do programa uma diversidade de segmentos sociais para que este pudesse ser caracterizado como um instrumento legítimo da sociedade e ressalta ainda que “Esta busca de representatividade implica uma escolha criteriosa dos intervenientes (alguns regulares, outros esporádicos) para evitar que o programa transforme-se num veículo sobre jornalismo para jornalistas” (DINES, 1996 apud VARONI, OLIVEIRA, 2018). Outro aspecto interessante do documento direcionado à TVE era a determinação de que os debatedores pudessem participar de lugares distintos por meio de videoconferência e que o programa deveria ser ao vivo.

É possível que por esse motivo, visto o andar do projeto, na edição 29 do OI, de setembro de 1997, já apareça no site uma seção destinada ao programa na TV. No entanto, este só foi ao ar quase um ano depois, isto é, em maio de 1998. Assim, o programa estreou na terça, no horário das 21 às 22h, pela TVE do Rio de Janeiro, apresentado por Luciana Villas-Boas e Alberto Dines, seu editor-responsável. Era transmitido ao vivo e podia receber perguntas dos telespectadores em tempo real, pela Internet. Inicialmente, as notícias e os fatos da semana eram comentados com depoimentos gravados e depois havia a participação dos convidados ao vivo. Não foi possível encontrar a gravação dos primeiros programas, mas a informação contida no site nos ajuda a elucidar os temas debatidos, principalmente porque um dia após o programa ir

ao ar o site informava um resumo do que fora discutido e os convidados podiam escrever artigos sobre o tema. O primeiro desses registros aparece a partir da edição 45 do site do Observatório:

Figura 4 - Edição 45 do Observatório da Imprensa- 20 de maio de 1998



Fonte: Internet Archive

Percebe-se, nesse momento, que o site já se encontrava com uma estrutura mais complexa, com seções, imagens e no meio um espaço para o OI na TV. Nesta seção era possível acessar os temas debatidos no programa e os textos dos convidados. Na edição apresentada acima constam um resumo dos assuntos, reportagens comentadas, bem como artigos de convidados do primeiro, segundo e terceiro programas⁵⁵.

Em relação aos temas debatidos ao vivo nos primeiros programas, embora não haja uma menção direta a eles, é possível inferirmos sobre o teor dos debates por meio dos textos apresentados pelos convidados. Destes artigos, destacamos três, seus assuntos e os autores na ordem de exibição do programa. Desse modo, a ética da imprensa no trato com as notícias acerca de dependentes químicos foi abordada em *Por uma imprensa que ajude a recuperar doentes e viciados*, da psicanalista Nadia Couri, debatedora do primeiro programa (05 set.1998),

⁵⁵Em ordem: “Editorial de Alberto Dines contra censura da Fifa ao jornalista Juca Kifouri; foi abordado o tema reportagem de polícia (com depoimentos de Percival de Souza, Paulo Goldrajh, Henrique Caban (JB) e Luíz Erlanger (TV Globo); Discussão sobre reportagens sensacionalistas e entrevista com o então deputado Fernando Gabeira sobre o uso generalizado de pílulas. Nesse programa também foram ao ar, ao vivo, os jornalistas Augusto Nunes de São Paulo e Luíz Carlos de Andrade, de São Paulo”. Informação obtida no Internet Archive.

direto do estúdio no Rio de Janeiro. O papel do Ministério Público de garantir ao cidadão o direito à boa informação foi discutido em *Ministério Público e tutela da liberdade de informação*, da promotora de Justiça Heloísa Carpena Vieira de Mello, debatedora do segundo programa (12 mai.1998), também do estúdio do Rio de Janeiro. E a qualidade da notícia e a formação dos jornalistas foram problematizadas em *Conteúdo deficiente agravado pela mediocridade da forma*, do jornalista Augusto Nunes⁵⁶, um dos debatedores do terceiro programa (19 mai. 1998) do estúdio de São Paulo.

A primeira abertura do programa televisivo do OI mesclava imagens do site, imagens de rua e da equipe na redação, portanto, além de remeter a ideia do contínuo, da atualidade, da rapidez, dava também uma ideia do vínculo entre o programa e o site. Aos poucos, o programa adquire autonomia e projeção para muito além do site, mas o vínculo entre ambos foi contínuo, só que não de modo unilateral, nem determinista. Por exemplo, no site os conteúdos são variados, enquanto no programa os debates com os convidados versavam sobre um único tema. Também, às vezes um debatedor do programa podia ser convidado para escrever um texto no site ou alguém que escreveu um artigo para o site poderia ser chamado para debater no programa. Ou ainda, um tema de algum artigo do site viria a ser um assunto debatido na TV. Então, não raramente o que acontecia no site e no programa era consequência da comunicação entre ambos⁵⁷.

Por sua vez, esse diálogo era bem representado na fala do seu apresentador ao se despedir do telespectador, chamando sua atenção sempre com a frase “Lembre-se, acompanhando o Observatório da Imprensa, pela Internet, pela TV e pelo rádio, você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito! ”. Durante bastante tempo o programa foi apresentado por

⁵⁶ Augusto Nunes da Silva é um jornalista, escritor e comentarista brasileiro. Trabalhou nos Diários Associados, jornal O Estado de São Paulo e depois Revista Veja nos anos de 1970. Nestes dois últimos exerceu a função de diretor nos anos 1980. Também dirigiu as revistas Época e Forbes, o Jornal do Brasil e o Jornal Zero Hora. Foi apresentador e debatedor do programa Roda Viva da TV Cultura, na década de 80 e primeira década dos anos 2000. Vencedor de quatro prêmios Esso de Jornalismo, seu depoimento integra o livro *Eles Mudaram a Imprensa* (FGV). É colunista da revista *Veja* desde 2009. Foi diretor do portal R7 e apresentador do Jornal da Recor News (ambos da Rede Record). Desde dezembro de 2016, trabalha na Rádio Jovem Pan. Neste veículo se envolveu numa discussão que resultou numa agressão ao jornalista norte-americano Glenn Greenwald em 2019, quando este concedia uma entrevista à rádio. Também escreve para a Revista Oeste, veículo declaradamente defensor da direita liberal e conservadora.

⁵⁷ Estas informações sobre o site e o programa foram fornecidas por Luiz Egyto à pesquisadora dia 22 jun. 2021. Luiz Egyto nos informou que despachava com Dines no fim de semana e na terça-feira o apresentador viajava para o Rio de Janeiro, de onde apresentava o programa.

duas pessoas, isto é, Dines e uma apresentadora. Entre as jornalistas que apresentaram o programa por mais tempo com Alberto Dines estão Luciana Villas Boas, Claudia Tisato e Lúcia Abreu. Contudo, pensando na forma como o OI foi constituindo sua relação com o público, isto é, seus “modos de endereçamento” (GOMES, 2011), é óbvio que a ponte entre o programa e o site era, sem dúvida, o jornalista Alberto Dines.

Nesse sentido, sua atuação como *mediador*, isto é, apresentador e editor-chefe do programa é um dos operadores, isto é, lugares para onde devemos olhar, sua performance como âncora, “[...] aquele que representa a cara do programa e que constrói a ligação entre o telespectador, os outros jornalistas que fazem o programa e as fontes” (GOMES, 2011, p. 38). E uma vez que o mediador tem a responsabilidade por fazer predominar a linguagem verbal na TV, deve-se considerar “[...] as estratégias narrativas e argumentativas desenvolvidas” pelos mediadores, bem como os recursos de retórica e persuasão que são empregados pelos mesmos (GOMES, 2011, p. 38).

Alberto Dines, quando se tornou apresentador do programa Observatório, tinha já seus 65 anos de vida, era um jornalista com uma trajetória na imprensa escrita. Não conhecia todos os meandros do funcionamento de uma emissora de TV e nem de um programa televisivo, pois sua única experiência nesse ramo havia sido ainda nos anos 50, nos primórdios da TV brasileira⁵⁸. As entrevistas realizadas com profissionais que trabalharam no programa nos ajudaram a compreender, entre vários aspectos, a relação do OI com o seu apresentador. Sobre este, devemos ressaltar que nos chamou a atenção na fala dos entrevistados a admiração pela ousadia de Alberto Dines de encarar as câmeras naquela fase da vida e a vitalidade que o apresentador mantinha, mesmo no decorrer dos anos, visto que “não era mais um garoto”, mas estava sempre motivado e disposto a novos desafios, “queria mais e mais”. Para os entrevistados, a legitimidade que o programa foi alcançando muito se deve à sua notoriedade, isto é, ele era a cara do Observatório, o que lhe conferia identidade.

Por exemplo, o jornalista Rafael Casé, que foi diretor executivo do OI e depois gerente do Núcleo de Programas Especiais da TV Brasil, nos relatou que embora a TV Brasil não tivesse uma alta audiência pelos números do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

⁵⁸Consta que Dines trabalhou adaptando textos para programas televisivos. Conforme informação no livro *Ensaio em homenagem a Alberto Dines*, organizado por Avraham Milgram e Fábio Koifman, Dines “assinou roteiros para programas de TV, como *Os 10 mais da semana* (1956, TV Rio). Teve uma peça de sua autoria, *O caso do homem sincero*, encenada na TV (1957, TV Tupi), fez a adaptação para a TV do texto *O crime Perfeito*, de Nelson Rodrigues, exibida em 1957. Apresentou um programa chamado *High Society*, em 1957 (TV Tupi)” (MILGRAM; KOIFMAN, 2017, p. 420-421).

(IBOPE), o Observatório era um dos programas com maior audiência e justamente por causa do seu apresentador. Ou seja, ainda que o objetivo do programa fosse debater o jornalismo e a mídia, “[...] as pessoas viam o observatório por causa dele, para saber o que ele estava pensando [...]. Ele trazia pessoas para debater, mas essas pessoas estavam interessadas em saber a opinião dele. (CASÉ, 2019)⁵⁹. Outra questão é que o nome de Dines abria portas para o OI e, por causa dele, pessoas renomadas, e que não eram tão acessíveis como políticos, juristas, ministros, se dispunham a ir ao programa. Zezé Sack, que foi produtora executiva do OI por 18 anos, nos informou que a abordagem a esse tipo de convidado tinha que ser objetiva “Então, onde a gente chegava, que estava se apresentando para a pessoa, sempre falava logo “_ Olha, estou te convidando em nome do jornalista Alberto Dines”. A pessoa: “Ah, é do Dines? Ah, então eu vou” (SACK, 2019)⁶⁰. E instruía os novos produtores para que assim procedessem.

Outro ponto importantíssimo a se destacar e que foi consenso entre os entrevistados é que até os seus últimos anos o OI nunca havia sofrido censura, ainda que no programa fossem discutidos temas polêmicos para a imprensa e para a política nacional. E isso, segundo os entrevistados, se deve em grande parte à liberdade que o seu apresentador detinha. A fala de Emília Ferraz, que foi diretora executiva durante boa parte da vigência do Observatório, até 2016, é bem representativa desse ponto de vista. A entrevistada ressaltou a passagem do programa em meio a diferentes governos entre 1998 e 2015:

Isso também é interessante de falar, porque a gente tinha esse programa, *Observatório*, que o Dines tinha total, total responsabilidade e liberdade para fazê-lo. E ele também não admitiria fazer esse programa, no qual ele não tivesse essa liberdade. Se é um programa que critica a mídia, a própria TV teria que ser aberta a ser criticada. Então, ele não poderia ter amarras nenhuma. E ele conseguiu, nesses anos todos, a não ter isto (sic). (FERRAZ, 2019)⁶¹

Na sua opinião, esse foi um fator importante para a própria existência do programa e fez com que pudesse alcançar *respeitabilidade* e *credibilidade*, isto é, pela idoneidade do apresentador. Por sua vez, a abertura do programa desde sempre situava o telespectador sobre o que esperar do OI. E, ao passo que o programa foi adquirindo mais autonomia em relação ao site, a imagem deste foi retirada da abertura. Por exemplo, observando três vinhetas do

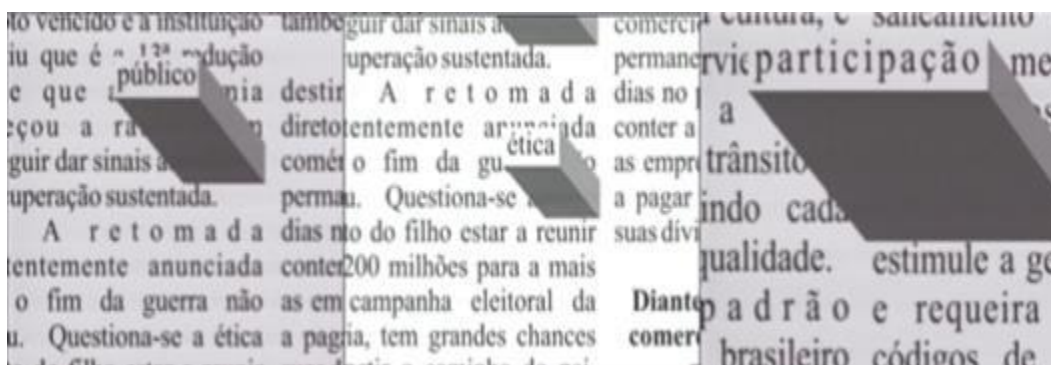
⁵⁹Entrevista realizada em 08 de novembro de 2019. Rafael Casé reside na cidade do Rio de Janeiro e a entrevista foi feita por videoconferência.

⁶⁰ Zezé Sack foi entrevistada duas vezes. A primeira entrevista foi concedida à pesquisadora no dia 12 de fevereiro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro. A segunda foi realizada dia 18 de fevereiro do mesmo ano por videoconferência.

⁶¹Entrevista concedida no dia 11 de fevereiro de 2019. A entrevista foi realizada na sede da TV Brasil, no Rio de Janeiro, quando a entrevistada nos recebeu em meio a uma pausa da sua rotina de trabalho.

programa em períodos distintos, pode-se perceber os modos através dos quais o OI se endereçava aos seus telespectadores:

Figura 5 - Frame da abertura do OI em 2005



Fonte: Coletânea *História da imprensa no Brasil* (Observatório da Imprensa/TVBrasil, 2013)⁶²

Acima pode-se ver um texto jornalístico no qual algumas palavras parecem saltar para fora, aparecendo em destaque e perspectiva. Além dos termos “público, ética, participação”, até o final da abertura também se destacam, respectivamente, “fato, manipulação, observação, crítica, cidadania, realidade” até chegar ao olho do Observatório. Agora observemos a imagem abaixo:

Figura 6 - Imagem da abertura do OI em 2011

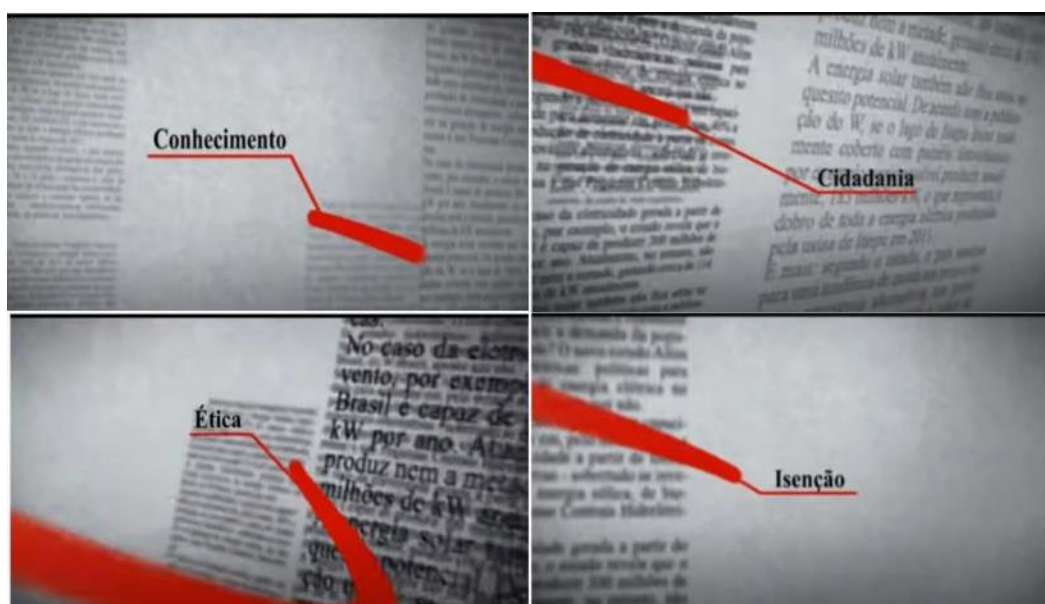


Fonte: Coletânea *História da imprensa no Brasil* (Observatório da Imprensa/TVBrasil, 2013)

⁶²Material fornecido por Emília Ferraz, que foi diretora do programa Observatório da Imprensa em fevereiro de 2019, na ocasião da entrevista concedida à pesquisadora.

Nessa abertura feita alguns anos depois, os termos dão lugar a uma sequência de imagens que remete a diferentes mídias, mas também à história da imprensa. Nos quadros acima, na sequência da esquerda para direita, o primeiro é um desenho que sugere ser uma tipografia antiga. No segundo quadro, a imagem de um vídeo sendo exibido em algum site. Noterceiro, em meio a um texto sobre a invenção da tipografia por Johann Gutemberg, no século XV, emerge o logotipo do OI, o qual, ao final, já é possível reconhecer, formado somente pelas palavras. Na última abertura do Observatório essa configuração se modifica para dar lugar novamente a determinados termos:

Figura 7 - Imagem da abertura do OI em 2015



Fonte: Coletânea História da imprensa no Brasil (Observatório da Imprensa/TVBrasil, 2013)

Aqui o texto escrito aparece nos tons cinzas enquanto as palavras são destacadas pelo sublinhado em vermelho e transitam em meio às páginas em movimento. Percebe-se nesta última abertura uma versão mais sucinta, em que “conhecimento, cidadania, ética e isenção” são as poucas palavras até ao símbolo do OI. Desse modo, foi possível identificar o contexto comunicativo, o pacto sobre o papel do jornalismo e a organização temática, isto é, os demais operadores de análise propostos por Itânea Gomes (2011) para compreender com mais profundidade os modos de endereçamento pelos quais operava o Observatório na TV.

Sobre o contexto comunicativo podemos dizer, primeiramente, que o programa operava o diálogo num espaço-tempo interativo – suas transmissões, em grande parte, eram ao vivo. A participação do público, sua interação com os entrevistados, debatedores, era garantida por meio da internet, telefone e fax. Também a postura do apresentador dava nota desse contexto.

Assim, Dines iniciava o programa literalmente dando *boas-vindas* aos telespectadores e introduzia o público ao assunto do dia, sempre com um comentário muito bem contextualizado, culto, com erudição, porém didático, até professoral, objetivo, direto e, muitas vezes, polêmico, quando achava necessário.

Entre muitos exemplos citamos uma fala do apresentador ao iniciar uma entrevista especial com o cineasta Eduardo Coutinho, em 2013, por ocasião do aniversário de 15 anos Observatório da Imprensa. Após dar o seu costumeiro boas-vindas aos telespectadores, Dines apresenta o convidado: “a série de especiais dedicados aos 15 anos deste programa traz hoje uma figura extraordinária, uma das vozes mais críticas da cultura nacional e talvez por isso pouco ouvida. Ele incomoda, mas não se importa com isso, nem nós! [...] (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2013). Além de provocativo, esse minieditorial era uma marca registrada do OI e situava o telespectador no lugar de público qualificado.

Em relação ao pacto sobre o papel do jornalismo na sociedade, o telespectador sabia exatamente o que esperava ver no Observatório da Imprensa, ou seja, o debate equilibrado, a pluralidade de ideias, a criticidade em relação à imprensa e as mídias de modo geral, a ética, a isenção. E, embora tenha sido um programa que não focasse necessariamente em transmitir notícias e sim refletir sobre a imprensa, acerca de sua organização temática, conceituamos o OI na TV, bem como seus subprodutos, como gêneros jornalísticos televisivos, visto que, ao debater os posicionamentos dos veículos jornalísticos, acabava não só ressignificando sua visão dos fatos, mas advogando para si os elementos de *compromisso com a verdade*, a noção de utilidade pública e a responsabilidade social. Desse modo, sua pretensão era ser muito mais que um programa para jornalistas.

2.3.2. Os especiais históricos do Observatório da Imprensa

Ao longo dos dezoito anos, além dos debates e entrevistas, o OI também produziu especiais e séries históricas, com temas diversos, mas sempre com a atuação da imprensa servindo como pano de fundo. Também é muito presente nesses documentários televisivos a reminiscência das efemérides, ou seja, remoração de fatos em datas redondas. Em vários deles é clara a justificativa de que *não se deve esquecer, lembrar para não repetir erros do passado, lembrar das guerras nos tempos de paz, para que elas não ocorram novamente, lembrar a ditadura para que outra não volte a ocorrer*. Embora aqui não seja nosso objetivo relatar ou analisar os especiais históricos produzidos pelo Observatório, que na verdade são muitos em 18 anos de programa, trazemos alguns, a título de exemplo, para compreender sua importância

dentro do programa e até a chave que nos leva aos especiais sobre a ditadura civil-militar. Na tabela abaixo, listamos alguns dos especiais históricos do OI, elencados por ano, título e número de episódios:

Tabela 1 - Listagem dos especiais históricos do OI

Ano	Título	N. de Episódios
1998	30 anos do AI-5	2
1999	Getúlio Vargas, a imprensa como protagonista	1
	Correio da Manhã	1
2000	O Cruzeiro	1
2001	Jornal do Brasil	1
2005	Vladimir Herzog, a imprensa nos porões da ditadura	1
	1808-Impressão Régia	1
	1808-Correio Braziliense	1
2008	1808- Gazeta do Rio de Janeiro	1
	Euclides da Cunha no <i>front</i>	1
	70 anos da 2ª Guerra Mundial	4
2009	O primeiro conflito midiático: a Guerra Civil Espanhola	1
	Sete de Setembro, a Construção do Marco	1
	Tancredo Neves, os bastidores da tragédia	1
2010	Brasília, a Construção	1
	Última Hora	1
	70 anos de Brasil País do Futuro	1
2011	90 anos do Rádio	1
2012	Chumbo Quente 50 anos do Golpe	4
	Os 100 anos da guerra que não acabou	1
2014	O assassinato de Trotsky: a lata do Lixo da História (Parte 1)	2
	e 75 anos da morte de Trotsky (Parte 2)	
	80 anos do Levante Comunista de 1935	1
	Rio 450	1

Fonte: Elaborada pela pesquisadora (2021)

Como podemos perceber, os especiais sobre as efemérides começam a ser feitos já nos primeiros meses do programa. Desse modo, o tema que foi destaque em 1998 foram os 30 anos do AI-5, ainda que não possamos dizer com certeza se esse foi o primeiro especial histórico do

OI. Sobre os formatos desses especiais, de modo geral, podemos dizer que podiam variar entre o documentário televisivo e o debate temático com pesquisadores, ou mesmo a mescla dos dois, ou seja, um documentário feito pelo OI podia ser expandido para um debate ao vivo com especialistas sobre o tema. Também o debate podia ser intercalado com uma narrativa documental com áudios, imagens de época, enfim. E, em relação aos assuntos, pode-se dizer que a grande maioria se refere diretamente à história da imprensa, da mídia, dos jornais no Brasil. No entanto, mesmo entre aqueles que tratem de outros conteúdos, a atuação da imprensa acaba sendo o viés da trama por trás do evento histórico. Ainda é possível notar que pelo menos quatro desses especiais trataram diretamente do imprensa e ditadura civil-militar.

Para a produção dos especiais era necessário um trabalho de pesquisa pautado no levantamento de documentos oficiais, iconográficos, fílmicos ou na forma de áudio, bem como até o deslocamento da equipe do programa para o exterior, na busca de locais onde determinados eventos ocorreram a fim de realizar gravações e locações. Esse trabalho contribuía para a produção de sentidos históricos e era bastante condizente com a relação do OI e seu público exigente, com aquilo que este esperava do programa.

Havia também uma compreensão de que a narrativa precisava ser fundamentada pelo testemunho, ou seja, por aqueles que vivenciaram determinados fatos, tiveram a experiência do passado traumático. Essa mesma narrativa, igualmente, precisava ser racionalizada, explicada e por que não, qualificada, pelos historiadores ou demais cientistas sociais. Portanto, é usual que estes apareçam nos especiais do OI explicando, esclarecendo, problematizando, sendo uma escolha metodológica da produção e da edição.

Por sua vez, determinadas concepções históricas aparecem nos especiais, implícitas ou explicitamente, por meio da performance do apresentador, exercendo o papel de mediador (GOMES, 2011). É importante ressaltar que as introduções, assim como os fechamentos feitos por Alberto Dines nos episódios, em que ele fala da história, do acontecimento, justificam o motivo de determinado assunto estar sendo abordado, problematizando e, às vezes, polemizando. Evidencia-se ainda, nessas produções, um aspecto tácito do programa, que é a liberdade de poder dizer, expressar opiniões que não poderiam ser ditas em qualquer lugar e nem por qualquer um. Portanto, esta característica é reflexo da autoridade intelectual do apresentador, mas também das emissoras públicas às quais o Observatório foi vinculado.

Outra questão importante é observar o trabalho de atualização e preservação feito pelo OI em relação aos seus especiais históricos e seus temas. Como já mencionado, determinados assuntos podiam aparecer nas séries e depois serem retomados na forma de debates, o que Dines

denominava *ampliação* ou *revisita*. Ainda, outros temas podiam ser rediscutidos num intervalo de anos, entre os aniversários das efemérides. É o caso dos especiais e debates sobre a ditadura que trataremos mais adiante. E, na preservação dos especiais também está contida a noção do OI como utilidade pública, da transmissão de um legado. Por exemplo, em comemoração aos 15 anos do Observatório na TV, vários dos especiais históricos listados na Tabela 1 acima foram organizados por temática, numa coletânea de DVDs de quatro volumes, intitulada *História da imprensa no Brasil*, que também deveria, seria distribuída gratuitamente para as universidades, especialmente para cursos de comunicação e jornalismo.

Como já apontamos, o OI na TV surge vinculado ao site, justamente quando a Internet dava os seus primeiros passos no Brasil e vai se aprimorando, sendo inserido no contexto de convergência de mídias. Esse é um outro fator que inside sobre os especiais históricos do programa, pois o especial produzido inicialmente para a TV passa a ser também exibido em determinadas plataformas digitais e redes sociais ampliando o seu alcance de público, a interatividade e, sobretudo, alarga consideravelmente a noção de tempo e espaço.

2.3.3 O encerramento do Observatório da Imprensa na TV

O último episódio do Observatório da Imprensa foi ao ar poucos meses antes do programa completar 18 anos de existência. Dada a relevância social do programa, original e, diga-se de passagem, único no seu formato, faz-se necessário indagar as razões que levaram ao fim do OI na TV. Nesse sentido, as entrevistas nos ajudam sobremaneira a elencar e compreender os fatores decisivos para que isso ocorresse e até a levantar mais questões. *Melancolia, injustiça e tristeza* são sentimentos expressos por uma parte dos entrevistados ao evocar a lembrança do período de crise e do fim do programa. De antemão, pudemos constatar que entre os elementos envolvidos nessa crise foram cruciais a conjuntura política nacional entre 2015 e 2016 e a situação financeira enfrentada pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), a qual incidiu fortemente na TV Brasil.

Após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff (PT), no processo de *impeachment*, em maio de 2016, em 31 de agosto do mesmo ano, assume em seu lugar o vice-presidente Michael Temer (PMDB). A partir de então aprofundam-se políticas que feriram a autonomia e a identidade da EBC. Ao mesmo tempo, a empresa passava por uma crise financeira, com um acúmulo de dívidas que repercutiram diretamente na TV Brasil, na programação da emissora e na renovação de contratos de pessoal.

Alberto Dines, naquele momento com 84 anos de idade, era um daqueles apresentadores cujo contrato estava beirando o final e precisava ser renovado para o que programa pudesse continuar. Contudo, na transição entre a saída da presidenta Dilma Rousseff e a assunção do vice Michel Temer, ocorreram disputas judiciais pela direção da EBC, criando uma situação de instabilidade em que um diretor era exonerado e substituído, recorria à justiça e logo em seguida voltava ao cargo novamente. Desse modo, os diretores que assumiam se comprometiam com a renovação do contrato, alegando aguardar a resolução da crise financeira, mas não ficavam tempo suficiente para, de fato, darem solução ao problema.

Todavia, mesmo com essas questões e com menos recursos financeiros, o programa funcionava e continuava produzindo os seus especiais. Do terceiro trimestre de 2015 em diante o OI passou a exibir alguns especiais, entrevistas e debates que culminariam, no final do ano, nos 80 anos do *Levante Comunista de 1935*, seguindo a linha do programa de debater eventos importantes da história política do Brasil e do mundo. Segundo Zezé Sack (2019), havia uma sequência programada para a exibição destes programas ao longo dos meses até o final do ano. Por exemplo, em julho de 2015 Alberto Dines fez uma entrevista especial com o escritor cubano Leonardo Padura, autor de *O homem que amava os cachorros*, premiado romance histórico que retrata os últimos meses da vida de Leon Trótsky, um dos ícones da Revolução Russa de 1917⁶³. No mês seguinte, o OI exibiu um especial de dois episódios intitulado *O assassinato de Trotsky: a lata de Lixo da História* para rememorar os 75 anos da morte de Leon Trotsky, assassinado na cidade do México, em 21 de agosto de 1940, a mando de Joseph Stálin, então dirigente geral do Partido Comunista Soviético e líder da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)⁶⁴.

Em dezembro o OI fez um debate com historiadores sobre os *80 anos do Levante Comunista de 1935*⁶⁵. E, por fim, a culminância foi uma entrevista especial, exibida já em finais

⁶³A entrevista foi ao ar dia 14 de julho de 2015, gravada na Feira Literária de Parati (FLIP), quando o escritor, que também é jornalista, esteve participando para palestrar e divulgar sua obra.

⁶⁴A primeira parte do especial foi ao ar em 11 de agosto de 2015. É um documentário televisivo que recupera a trajetória do revolucionário, que também foi jornalista e escritor, e a influência de suas ideias para a esquerda no Brasil e no mundo. A segunda parte foi um debate ao vivo, transmitido dia 18 de agosto de 2015, com os historiadores Ricardo Castro, professor da UFRJ, presente no estúdio da TV Brasil e Gilson Dantas, professor da UnB, dos estúdios de Brasília. Nesse programa discutiu-se acerca da repercussão da morte de Trotsky no Brasil, a influência no PCB, a recuperação dos princípios trotskystas na luta contra a ditadura a partir de 70 e da atualidade de suas ideias. Cabe ressaltar que ambos os episódios também contêm depoimentos gravados de historiadores, cientistas políticos, jornalistas, pesquisadores, entre outros.

⁶⁵O debate foi ao ar dia 03 de dezembro de 2015 com a presença nos estúdios das historiadoras Marly Vianna (FGV), Dulci Pandolfi (Universidade Salgado de Oliveira) e o historiador Ricardo Castro (UFRJ). E conta com trechos gravados com o historiador Daniel Aarão Reis, da Univesidade Federal Fluminense (UFF).

de 2016, com a historiadora Anita Leocádia Prestes, professora da UFRJ, pesquisadora do comunismo no Brasil e na época presidente do Instituto Luiz Carlos Prestes. Na ocasião, a pesquisadora acabara de lançar o livro *“Luiz Carlos Prestes, um comunista brasileiro”*, livro biográfico sobre o líder político, e também seu pai, Luiz Carlos Prestes. Na entrevista, a historiadora falou principalmente sobre a coluna Prestes e suas consequências para a política nacional, a criação da Aliança Nacional Libertadora, o Levante Comunista de 1935, a relação de Prestes com sua mãe, a militante comunista Olga Benário, sobre as posições de Prestes em relação ao presidente João Goulart, ao golpe de 1964 e depois à ditadura e as cisões no PCB. Esse foi o último episódio inédito do Observatório da Imprensa na TV e os bastidores da exibição dessa entrevista são um tanto curiosos e revelam uma parte da crise identitária da TV Brasil naquele contexto de instabilidade na política nacional. A entrevista foi ao ar em 25 de fevereiro de 2016.

O Observatório da Imprensa, que até então nunca havia sofrido censura, foi compelido pela direção da TV Brasil a modificar a data de exibição da entrevista com a historiadora. Conforme nos relatou Zezé Sack (2019), a produção passou, então, pelo constrangimento de exibi-lo fora da sequência prevista e, em seu lugar, repetir uma entrevista já reprisada, pois no entendimento da direção da TV, os programas estavam demasiadamente tratando sobre temas da esquerda e naquele contexto de crise política o fato poderia ser mal interpretado. Nos meses seguintes, o programa foi ao ar apenas com reprises até parar de ser transmitido.

O contrato de Dines que ainda não havia sido renovado e o próprio site do Observatório enfrentou dificuldades financeiras de modo que em 2016 ocorreu uma campanha na Internet com o objetivo de agiar contribuições para o site. Desse modo, as incertezas, a instabilidade, a demora por uma posição sobre a renovação do contrato repercutiu na saúde de Dines, que aquela altura já cogitava nomes para substituí-lo. Em fevereiro de 2016, quatro dias após completar 84 anos, foi acometido por um problema sério de saúde e teve que se afastar de suas atividades por dois anos. Enquanto ele esteve doente, membros da produção tentaram, sem sucesso, negociações com a direção da TV para que o programa continuasse, mesmo com um substituto. Dines veio a falecer em 22 de maio de 2018, aos 86 anos.

Por meio da fala dos entrevistados, membros do OI, revelou-se um sentimento de frustração e decepção pela forma como o programa foi encerrado e os últimos meses deste foram descritos como melancólicos. Nesse processo, também consideram injusto o tratamento dado ao seu apresentador que, por sua importância intelectual e contribuições para o jornalismo brasileiro, deveria ter sido mais valorizado. Por exemplo, para Lília Diniz, que iniciou sua

carreira profissional como estagiária do OI assessorando Alberto Dines nas pesquisas para os especiais históricos, este merecia que o programa tivesse terminado de uma outra maneira, que não o tivesse desgastado tanto:

E é uma coisa que me dói até hoje! [...] a forma que o programa acabou, desgastado, de uma forma um tanto desonesta para mim. Foi triste em relação a tudo o que o Dines deu para o Brasil e para história da imprensa. Acho que não merecia realmente! Eu não estava mais lá, mas o meu depoimento é amargo [...] não vou mentir para você. (DINIZ, 2019)⁶⁶

Esse mesmo sentimento é demonstrado por Zezé Sack, para quem Dines, com todo o saber que detinha, foi “muito maltratado na TV pública”. Também afirmou que em um outro país ele seria muito mais valorizado e teria o reconhecimento condizente com o nível do seu saber e do seu trabalho. Nas suas palavras “Se fosse numa outra televisão, é que ele não podia, ele era muito independente. Então ele não podia trabalhar numa TV comercial. A TV comercial não ia permitir falar o que ele falava. Então o trabalho dele, realmente era na TV pública, mas uma TV pública séria, tipo a BBC de Londres.” (SACK, 2019)⁶⁷. Mais consternado ainda é o depoimento de sua esposa, Norma Couri (2020), para quem “Dines foi uma vítima do jornalismo”⁶⁸, visto que este, na idade que tinha, muito ativo na profissão, vinha já abalado pela incerteza do futuro do Observatório e também do seu próprio sustento profissional. Desse modo:

O golpe de não renovarem o contrato do Observatório na TV com o programa dos 18 anos praticamente pronto, e os enguiços que o Observatório on line, de 20 anos, criado por ele, já vinham sofrendo, foram um golpe duro que o apanharam quatro dias depois de completar 84 anos e o mataram mais de dois anos depois em maio de 2018. (COURI, 2020)

Segundo a jornalista, a crise financeira pela qual passava o site do OI na internet fez com que houvesse mudanças na equipe que ele já estava acostumado a trabalhar e isso também o abalou. Associado a esse quadro, foi notório para uma boa parte dos entrevistados que não havia interesse na renovação do contrato, nem na continuidade do programa por algumas razões: a crise financeira da TV Brasil e o próprio contexto político nos últimos anos até 2016,

⁶⁶Entrevista concedida à pesquisadora em 09 de novembro de 2019. Lilia Diniz mora no Rio de Janeiro e a entrevista foi feita por chamada de vídeo.

⁶⁷A esse respeito, Zezé Sack nos esclareceu que a equipe do programa se pautava muito pela emissora britânica, que tinham colaboradores fora do país e estes faziam a ligação com a BBC de Londres, “[...] gravando depoimentos, indicando documentários, trechos de vídeos” e os enviavam para o OI no Brasil.

⁶⁸Entrevista realizada em 17 de janeiro de 2020, na cidade de São Paulo. A entrevista foi revisada e corrigida pela entrevistada. Norma Couri nos recebeu em seu escritório, no bairro da Vila Madalena, sede da empresa Jornalistas Associados, que mantinha com Alberto Dines.

as mudanças que ocorriam no país, a nova configuração política, ideológica, à direita, que implicava na identidade da emissora. Rafael Casé nos relatou como a questão financeira fez com que os programas especiais fossem diminuindo, e embora o OI nunca tendo sofrido pressões como outros programas sofreram, a doença de Dines acabou, de certo modo, “facilitando” para a nova direção que não tinha interesse na renovação de um programa como o Observatório da Imprensa:

Eles tentaram acabar com o programa *Sem Censura* e aí houve uma reação muito grande das pessoas, da internet... eles voltaram atrás com o programa *Sem Censura*, acredito se em algum momento tivessem tentado acabar com o Observatório a bronca ia ser muito grande e eles não queriam esse tipo de indisposição. Então com a doença do Dines isso tudo ficou muito facilitado, né? Você não tinha mais o Dines, então acabou! (CASÉ, 2019)

Por fim, um ponto questionado foi se caso Alberto Dines não tivesse adoecido, o programa teria continuidade até que tivesse um substituto? Ou caso o contrato tivesse sido assinado o OI teria mais um tempo com Dines sendo seu apresentador? Para Emília Ferraz, que foi diretora executiva do OI, esta é uma pergunta “que não tem resposta”. Mas reconhece que houve uma dificuldade, talvez até uma demora da equipe em perceber o cenário e agir mais efetivamente para a renovação do contrato de Dines logo no final de 2015, favorecendo a permanência do OI no ar e “[...] quem sabe ele não teria ficado doente? Mas tudo aí são coisas que não têm explicação, não tem como responder”. (FERRAZ, 2019). Sobre essa questão devemos observar que de fato Dines que era a *alma* do programa e também dado o seguimento dos eventos na política nacional a partir de 2016, os rumos da TV Brasil, a partir de então, um programa com o teor do Observatório da Imprensa, lamentavelmente, é quase impensável⁶⁹.

Em relação ao que o programa representou para entrevistados, membros da equipe, foi notório para nós que o OI foi um lugar de formação desses jornalistas, bem como uma escola para futuros jornalistas, que estiveram lá como estagiários em 18 anos do programa no ar⁷⁰. Os

⁶⁹Em 2017 o então presidente Michel Temer extinguiu o conselho curador da TV Brasil. Em 2020 foi divulgado o 2º *Dossiê Censura EBC – Inciso VIII- GT Censura*, organizado pela Comissão Empregados da EBC, Sindicatos dos Jornalistas DF, Rio e SP, Sindicatos dos Radialistas DF, RJ e SP e Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Este documento denuncia todo tipo de ingerências, censura na TV e rádios da EBC, após a posse do presidente Jair Bolsonaro. Outro aspecto bem peculiar desse contexto é a exibição de novelas com conteúdo bíblico no canal, produções oriundas da Rede Record de televisão.

⁷⁰Lilia Diniz é um desses exemplos de jovens que passaram pelo Observatório. Segundo Zezé Sack, pelo menos uns 200 estagiários passaram pelo programa, estes vinham da UERJ e de outras faculdades, numa média de dois estudantes por semestre com a possibilidade de renovação do Estágio. Esta também afirmou que desses “[...] todos que passaram por lá, 70% deles estão no mercado de trabalho e graças ao Observatório. Porque eles mandavam esses *feedbacks* para a gente, falavam: “Olha, eu fui entrevistado em tal lugar, aí o cara não deu a menor bola, mas quando perguntou por onde eu passei, quando eu falava que eu tinha feito estágio no Observatório”... pronto! Mas muito legal isso, né?” (SACK, 2019).

entrevistados manifestaram o orgulho de terem feito parte do Observatório, o programa que botava *o dedo na ferida da mídia* e que por isso mesmo podia causar incômodo, desafetos, visto que havia pessoas que não queriam ir ao programa, justamente para não se comprometerem. Conforme Lilia Diniz (2019), quando o Observatório começou havia o preceito de que “[...] a imprensa era sim o quarto poder e que ela fazia sim um canal de comunicação entre o cidadão e o poder e que ela era sim o filtro de notícia. Então quando o Observatório começou o mundo não é o que é hoje, o jornalismo não era o que é hoje [...], mas naquela época o Observatório fazia todo o sentido, poucas pessoas queriam discutir jornalismo, poucas pessoas queriam pensar sobre sua profissão, muita gente tinha muito medo de ir ao Observatório e pensar a imprensa e depois ficar mal visto no mercado de trabalho” (DINIZ, 2019).

E igualmente importante foi a ponderação de que a crítica feita pelo Observatório da Imprensa se relaciona a uma determinada visão de jornalismo, pertence a uma época, isto é, tem sua temporalidade, portanto, não serve para o jornalismo das redes sociais, considerado superficial. Para Rafael Casé o encerramento do programa deixou uma lacuna nesse tempo de “informações diluídas”, pois

O Observatório da Imprensa vai exatamente na contramão disso tudo, ele vai contra qualquer teoria de que a informação tem que ser concisa, curta, objetiva, não! Ali é um espaço de debate, é um espaço de discussão, de reflexão! Então eu me sinto muito orgulhoso de ter feito parte desse trabalho, acho que a gente trouxe contribuições espetaculares. As pessoas não têm noção de tudo que foi debatido ali. (CASÉ, 2019)

Todavia, muitos dos programas do OI estão disponíveis na Internet, no site da TV Brasil como programa de acervo, no canal da TV Brasil no Youtube, no perfil do OI no Facebook e té possível ler os artigos sobre os episódios do programa no site do Observatório. Portanto, os debates, as entrevistas, os especiais, ainda que com baixa audiência, se tomarmos como parâmetro a TV comercial, passam a ter um alcance para muito além do tempo e espaço em que foram produzidos.

Por fim, cabe a nós destacar que as entrevistas foram feitas cerca de três anos após a retirada do programa do ar e completado um ano da morte de Dines. Portanto um período muito recente na elaboração do sentimento de luto e das lembranças de modo que nos chamou a atenção o sentimento do pesar não só pelo fim do programa, mas pela perda do ícone Alberto Dines, do qual verifica-se a formulação de uma memória monumentalizada.

Dito isto, nos próximos dois capítulos veremos a trajetória de Alberto Dines, situando-o num momento específico de sua história de vida, isto é, o período do golpe civil-militar de 1964 e os anos ditadura, a fim de compreender a sua importância como intelectual da imprensa,

testemunha e agente histórico desse momento, cujas narrativas se tornaram legítimas, mas não livre dos dissensos que marcam as disputas de memória nas lembranças do golpe.

3 ALBERTO DINES - TRAJETÓRIA DE UM INTELLECTUAL DA IMPRENSA E OS EMBATES POLÍTICOS DO SEU TEMPO

Iniciamos este capítulo com a trajetória de Alberto Dines a partir de suas várias faces – jornalista, biógrafo, professor, pesquisador, apresentador – percebendo-o como intelectual da imprensa. Constituiu uma trajetória singular, chegando a ser intitulado *Príncipe dos Jornalistas Brasileiros*⁷¹ pelo pensador Alceu Amoroso Lima⁷². Também, ao longo do tempo, suas narrativas se tornaram legítimas, mas nem por isso livre de polêmicas, envolvendo visões divergentes e convergentes sobre o Brasil e o mundo.

Sua vida se confunde com a história do jornalismo brasileiro da segunda metade do século XX e da primeira década do século XXI. A carreira deste jornalista, com mais de 50 anos de profissão, foi marcada por resistências e um trabalho incessante para tornar o jornalismo brasileiro crítico, em plena ditadura civil-militar iniciada em 1964. Diante das dificuldades de consolidação da democracia, tendo em vista a fragilidade das instituições, defendeu a criticidade da imprensa como mote para o fortalecimento do sistema republicano até o fim de sua vida. Lecionou em universidades brasileiras e estrangeiras, além de escrever vários livros e editar publicações importantes no Brasil e em Portugal.

Podemos dizer, em síntese, que de todas as suas contribuições ao jornalismo brasileiro, a maior tenha sido a *inauguração da crítica de mídia* ou, como outros preferem, a *media criticism*. Ou seja, a possibilidade de que a imprensa pudesse refletir criticamente sobre sua própria prática. Esse trabalho contribuiu para o surgimento da figura do Ombudsman⁷³ na imprensa brasileira. O primeiro jornal no Brasil a ter esse cargo foi a Folha de São Paulo, jornal

⁷¹ Citado por José Marques de Melo na apresentação da 4ª edição do livro *O Papel do Jornal*, de Alberto Dines.

⁷² Escritor e crítico literário, membro da Academia Brasileira de Letras, professor e liberal, Alceu Amoroso Lima também foi uma das lideranças do movimento católico brasileiro atuando em momentos distintos da política nacional passando pela Revolução de 30, os dois governos de Getúlio Vargas, sendo apoiador das reformas de João Goulart e crítico ferrenho da ditadura civil-militar de 1964 até sua morte em 1983. Usava o pseudônimo *Tristão de Ataíde* e colaborou com diversos jornais nacionais entre eles o *Jornal do Brasil* e a *Folha de São Paulo*.

⁷³ O cargo de *Ombudsman* corresponde ao de mediador, ouvidor e, portanto, um auxiliar importante na resolução de conflitos entre uma instituição, seja ela pública ou privada, e o público ao qual atende. Ele acolhe e apura denúncias ou reclamações de toda ordem. O termo deriva do idioma sueco designando *aquele que representa*. Nos órgãos de imprensa esse cargo foi criado em 1967, nos EUA, por uma empresa jornalística e depois implantado pelo *Washington Post* em 1970 e depois por outros grandes jornais.

no qual Alberto Dines trabalhou entre 1975 e 1980⁷⁴. Viria, anos depois, já nos anos 1990, a desenvolver com mais profundidade a crítica de mídia por meio do Observatório da Imprensa, no *site* e depois no programa televisivo na TVE e na TV Brasil.

Nesse sentido, neste capítulo primeiramente reconstituímos, de modo geral, os percursos da formação e produção intelectual de Alberto Dines. A seguir, elencamos para a análise, como recorte temporal, os anos em que trabalhou como editor-chefe do Jornal do Brasil, de 1962 a 1973, período que também corresponde aos dois últimos anos do governo João Goulart, à articulação do golpe civil-militar de 1964 e ao estabelecimento da ditadura, os quais compõem eventos narrados por ele na série Chumbo Quente. Desse modo, os acontecimentos mais emblemáticos desse espaço de tempo serão elencados no sentido de compreender as demarcações, permanências, mudanças de posições do campo dos jornalistas perante as ações que envolveram o golpe e a ditadura.

3.1 ITINERÁRIOS DO INTELLECTUAL MEDIADOR

O que define um intelectual? Sua produção, sua identidade, seu pertencimento a um grupo? Reconhecimento dos pares e de um público? Atuação em campos distintos da sociedade? A construção de uma narrativa de si? Refletindo sobre as representações acerca dos intelectuais, o pensador Edward Said (2005) define um intelectual, primeiramente, como aquele que compreende a importância e o uso das palavras para comunicar uma ideia, alguém que se arrisca, que insiste em lembrar o que os outros querem esquecer, correndo o risco, inclusive, de ser *desagradável*, que se recusa a aceitar verdades prontas e acabadas cuja ação tem repercussões políticas. O argumento de Said (2005, p. 20-21), segundo ele próprio, é que: “[...] os intelectuais são indivíduos com vocação para a arte de representar, seja escrevendo, falando, ensinando ou aparecendo na televisão. E essa vocação é importante na medida em que é reconhecível publicamente e envolve, ao mesmo tempo, compromisso e risco, ousadia e vulnerabilidade”. Outra questão pontuada por ele é a necessidade de que os estudos sobre esse campo prestem mais atenção “[...] à imagem, às características pessoais, à intervenção efetiva

⁷⁴ A Folha criou o cargo em 1989 e o mantém até hoje. Atualmente, no mundo cerca de 152 jornalistas ocupam essa posição, sendo que muitos jornais têm preferido manter esse contato diretamente com os leitores por meio das redes sociais. Os que defendem a função do Ombudsman a justificam justamente pelo contexto de fragilidade das democracias e a necessidade da ética na imprensa. É o caso da jornalista Paula Cesarino Costa que foi Ombudsman da Folha de São Paulo em 2017, que, nos adverte que “A sobrevivência dos jornais na era da hiperinformação não permitirá que abram mão de precisão, equidade, transparência e ética. Sendo assim, os ombudsmans não são parte do problema da sobrevivência dos jornais. São parte da solução” (CESARINO, 2017).

e ao desempenho, que juntos, constituem a própria força vital de todo verdadeiro intelectual ” (SAID, 2005. p. 21), ou seja, que se olhe para a autenticidade do intelectual, aquilo que o torna único. Por sua vez, ele também é entendido como o sujeito que aposta, acerta, mas também erra e age num determinado tempo histórico, sujeito às contingências.

A reflexão em torno da atuação de intelectuais em perspectiva histórica ou a contribuição do campo *história dos intelectuais* para a historiografia da história do tempo presente é fortemente associada à dimensão política da história. Contudo, outros autores advogam que ela é muito mais que uma ramificação da história política (SIRINELLI, 2003; SCHMIDT, 2012). Para François Sirinelli (2003, p. 232) “A história dos intelectuais tornou-se assim, em poucos anos, um campo histórico autônomo que, longe de se fechar sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural”. Desta noção advém a compreensão mais ampla dos intelectuais como *mediadores culturais*, ou seja, produtores de bens simbólicos.

Para Angêla de Castro Gomes (2016. p. 8-9) seriam intelectuais mediadores, “[...] os sujeitos históricos identificados como intelectuais” e “[...] que atuam, exclusiva ou paralelamente, como mediadores culturais”. Isto é, aqueles que trabalham com a circulação e a produção de bens culturais, divulgadores do conhecimento. Este entendimento exclui a hierarquia entre eles, havendo um reconhecimento de que “[...] as práticas de mediação cultural podem ser exercidas por um conjunto diversificado de atores, cuja presença e importância nas várias sociedades e culturas têm grande relevância, porém, nem sempre reconhecimento” (GOMES, 2016, p. 9).

Outra consideração da historiadora sobre o conceito de intelectuais mediadores e suas contribuições para a investigação histórica diz respeito à recepção dos bens culturais por grupos diversos assim como por uma variedade de bens “[...] que vão da palavra falada e escrita, passam pelos impressos e pelo audiovisual e chegam aos meios digitais” (GOMES, 2016, p. 14). Dito isso, campos como a literatura, a arte, o teatro e a imprensa se tornam lugares privilegiados de mediação cultural. Nos reportando basicamente à imprensa, à medida que jornalistas, editores, colunistas, críticos, exercendo uma ou várias funções, promovem debates, divulgam conhecimento e, portanto, participam da produção e da circulação de bens culturais, estes também podem ser entendidos como intelectuais mediadores. Essa categoria nos ajudou a perceber os vínculos de Alberto Dines com setores que se complementam, ou seja, como intelectual mediador, uma vez que exerceu a função de editor de jornal, crítico da imprensa,

atuante no jornalismo cultural, colunista, autor de livros, divulgador de outros pensadores e apresentador de televisão.

Por sua vez, a ação de jornalistas e intelectuais no Brasil já foi problematizada no estudo de Fábio Henrique Pereira. Nele, o autor investiga a trajetória de Alberto Dines juntamente com a de outros jornalistas, destacando como as práticas jornalísticas foram influenciadas pelas transformações ocorridas no Brasil na segunda metade do século XX, particularmente no âmbito das relações culturais, econômicas e políticas, e que permeiam o jogo estatal. Entretanto, no discurso destes jornalistas sobre sua profissionalização, Pereira (2008) identifica que esta aparece desconectada dessas transformações e de um contexto maior. Ou seja, como algo concebido internamente entre eles próprios. Diante desse fato, conclui:

Se o mundo dos jornalistas fosse composto apenas por jornalistas, talvez fosse possível estabelecer uma separação definitiva entre os meios jornalístico e intelectual. Quando estendida a análise aos demais atores sociais que participam das escolhas, convenções e reputação dessa atividade compreendemos como o processo de transformação do estatuto profissional dos jornalistas ocorre, mas de forma imperfeita. (PEREIRA, 2008, p. 6)

Sendo assim, a profissionalização dos jornalistas ocorrerá, inúmeras vezes, imbricada com as contradições das relações sociais nas quais estão inseridos. Isso se dará de forma semelhante quanto à autonomização dos jornalistas frente a outros grupos intelectuais. Esse pressuposto nos ajudou a olhar com cuidado para o meio intelectual no qual Alberto Dines foi formado, onde compartilhou suas experiências e ajudou a formar gerações de jornalistas.

Desse modo, a composição biográfica representou um ponto de partida. No entanto, ressaltamos que construir um retrato histórico/biográfico não é algo simples porque a vida de um autor não se diseca, separando por partes, ainda que o recorte nos ajude a enxergar melhor o sujeito. Nos limites dessa tese, o conceito de trajetória nos ajuda a melhor recompor momentos significativos nos quais Alberto Dines assume simbolicamente a função de intelectual do jornalismo. Assim, não alcançamos o relato biográfico, mas privilegiamos um recorte temporal e espacial que se relaciona com tramas vividas no contexto do golpe civil militar de 1964 e a continuidade da ditadura. Compreende-se trajetória aqui, na acepção de Sirinelli (2003) como os itinerários pelos quais é possível perceber os eixos de engajamento dos intelectuais, itinerários políticos por meio dos quais atuam na sociedade ao longo do tempo.

Assim, se fez necessário compreender o trânsito por determinadas redes de sociabilidade. Este conceito, nos lembra Jean-François Sirinelli (2003, p. 248), corresponde a estruturas de sociabilidade nas quais todo grupo de intelectuais está organizado, por meio “[...] de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas

igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de viver”. Porém, o autor adverte que não são estruturas de fácil apreensão, pois pertencem a um determinado tempo histórico, variam conforme o grupo de intelectuais pesquisados e não devem ser ignoradas ou subestimadas pelo historiador. Também não são somente campo de afinidades e adesão, mas onde o debate e a exclusão também acontecem. Um exemplo disso, segundo Sirinelli (2003), são as revistas pois estas, segundo o historiador “[...]conferem uma estrutura ao campo intelectual por meio de forças antagônicas de adesão_ pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem e de exclusão pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas.” (SIRINELLI, 2003, p. 249). Nesta pesquisa estende-se esta compreensão para os jornais, percebidos também como redes de sociabilidade e espaços privilegiados da ação de Alberto Dines no período estudado.

Por outro lado, acerca da relevância dos escritos de Alberto Dines para esse estudo, confirma-se a observação de Sirinelli (2003) para quem a abundância de documentação é um “obstáculo extra” na investigação da história política dos intelectuais, a qual

[...] passa obrigatoriamente pela pesquisa, longa e ingrata, e pela exegese de textos, e particularmente de textos impressos, primeiro suporte dos fatos de opinião, em cuja gênese, circulação e transmissão os intelectuais desempenham um papel decisivo; e sua história social exige a análise sistemática de elementos dispersos, com finalidades prosopográficas. [...].(SIRINELLI, 2003, p. 245)

Essa dificuldade se apresentou durante todo o percurso da pesquisa, visto a quantidade de textos escritos, principalmente os jornalísticos, mas devemos ressaltar que o trabalho de levantamento de uma parte dos escritos de Dines já vem sendo feito há algum tempo por pessoas que compartilharam projetos com ele, parceiros de trabalho, sua esposa, dentre outros. Em vários momentos da pesquisa esses sujeitos colaboram com informações que podemos usar como premissa e contribuem para o aprofundamento em busca de novas fontes⁷⁵.

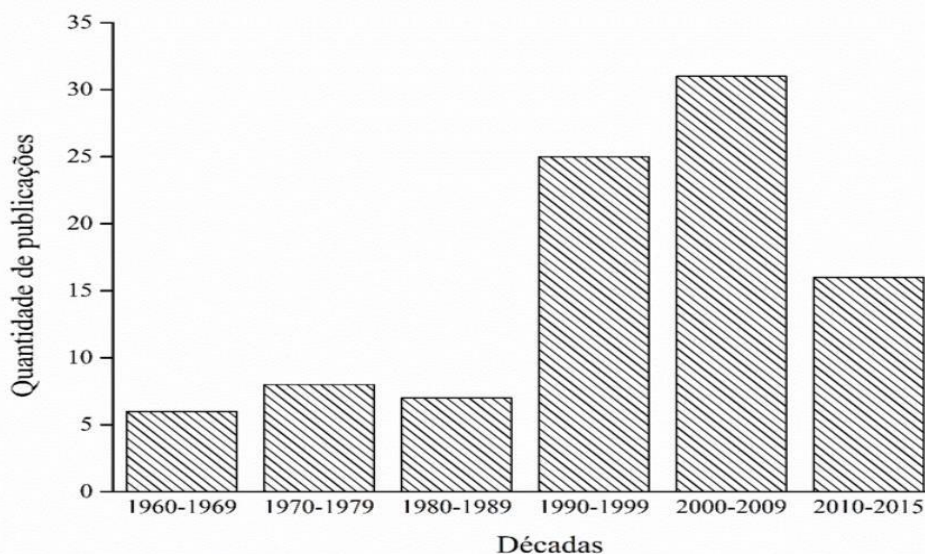
Um desses levantamentos é apresentado no final do livro *Ensaio em homenagem a Alberto Dines* (2017), organizado por Avraham Milgram e Fábio Koifman. Ao final da obra consta uma listagem de parte dos escritos de Dines, organizados por tipo: livros, artigos, prefácios, apresentações, entrevistas e memórias, feitos individualmente, organizados por ele e/ou em parceria. Englobam, de modo geral, os anos de 1960 a 2015 (MILGRAM; KOIFMAN,

⁷⁵Além de alguns dos entrevistados que atuaram nesse sentido, fornecendo pistas e mais contatos, devemos registrar a colaboração do jornalista e professor Luiz Egypto e do professor e historiador Fabio Koifman. Ambos, de muito bom grado, além de esclarecerem informações sobre Dines, nos disponibilizaram textos escritos por ele.

2017, p. 423-428). Assim, para uma primeira amostragem foi feita uma contagem dos escritos citados no livro usando a própria tipologia dos autores. Desse modo, observa-se 12 livros de autoria de Dines publicados entre 1972 e 2012; 11 livros coordenados ou organizados por ele entre 1995 e 2009; 10 livros feitos em parceria de Dines como outros autores entre 1960 e 2013; 20 artigos de sua autoria publicados entre 1971 e 2013 e, por fim, uma *miscelânea* de 42 textos curtos em forma de apresentações de livros, prefácios, posfácios e entrevistas de teor mais autobiográfico ou biográfico sobre assuntos variados.

A partir disso, o segundo passo foi fazer uma recontagem desses escritos, ano a ano, agrupando-os por data de publicação, número, formato da publicação, autoria e assuntos tratados. O objetivo foi situar o ritmo de sua produção em determinados períodos, os espaços sociais e os temas de sua preferência contidos nessas obras. Com esse novo registro pudemos compor uma tabela e uma representação ilustrativa em forma de gráfico organizado por décadas nas quais se aglutinou um quantitativo significativo dessas publicações:

Figura 8- Quantidade de publicações de Alberto Dines



Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir do livro de Milgram e Koifman, 2017.

Este quantitativo nos permitiu visualizar que entre os anos 1960 e 1980 concentra-se um menor número de publicações quando comparadas às décadas mais recentes. Os anos 1960 apresentam o menor desempenho em termos de produção intelectual livresca, no entanto, a partir dos anos noventa em diante notamos o aumento significativo de publicações, com destaque para o período que se estende de 2000 a 2009. Devemos observar que essa breve divisão de períodos se relaciona diretamente com os veículos e vínculos de Alberto Dines. Assim, por exemplo, de 1960 a 1988 compreende a sua atuação mais efetiva em jornais, quando

ocupou cargos de edição e chefia⁷⁶. Por outro lado, os períodos nos quais aparecem uma maior produção são justamente aqueles em que o seu vínculo com a mídia impressa não foi tão direto, podendo ter mais liberdade para escrever, ter acesso a grupos de pesquisa e a outros tipos de mídia⁷⁷.

De modo geral, o tema apreciado em suas obras, artigos e nos livros prefaciados por ele é a Comunicação, abrangendo a Imprensa e o Jornalismo. Em seguida, os temas históricos: história da imprensa, história da Inquisição, história do judaísmo e história do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura. Por último agregam-se as biografias, a literatura e os textos memorialísticos no formato de entrevistas ou depoimentos.

Por conseguinte, um outro ponto de destaque são as reedições de três dos seus livros, cujos temas são bem distintos. O primeiro, *Os Idos de março e a queda em abril*, escrito em 1964, espécie de livro-reportagem sobre o golpe de 1964, foi reeditado mais duas vezes, em junho e julho, só no ano de sua publicação⁷⁸. O segundo livro, *O papel do Jornal*, publicado em 1974, aborda a imprensa e o ofício do jornalismo, foi reeditado uma vez, ainda em 1974, e mais sete vezes, em 1977, 1986, 1988, 1996, 2001, 2004 e 2009. Por sua vez, o terceiro livro, *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*, de 1981, biografia do escritor austríaco, foi publicado mais três vezes, nos anos de 1982, 2004 e 2012. Cabe ressaltar o fato de que os dois últimos livros ao serem relançados eram acrescidos de novas informações e, portanto, atualizados, demonstrando a preocupação do autor com os contextos e com a continuidade dos estudos e a busca por novas fontes.

Também acrescentamos que Alberto Dines organizou, coordenou e colaborou com obras de divulgação das ideias de outros pensadores. Pesquisou a trajetória de Antônio José da Silva, brasileiro, judeu, teatrólogo do século XVIII, condenado à morte na fogueira pela

⁷⁶No começo dos anos de 1960 o autor trabalhou no jornal a Última Hora e depois no jornal Diário da Noite, de Assis Chateaubriand, nas revistas Manchete e na Fatos e Fotos, pertencentes ao grupo Bloch. Entre 1962 e 1973 foi editor-chefe do Jornal do Brasil. Em 1974 e 1975 esteve no exterior exercendo a função de professor visitante na Universidade de Colúmbia (EUA). Entre 1975 e 1980 foi colunista da Folha de São Paulo e de 1982 a 1988 foi consultor e coordenador de projetos internos da editora Abril.

⁷⁷Em finais da década de 1980 e começo dos anos 90 Dines concorre a uma bolsa de pesquisa, pede demissão do cargo de coordenador da Editora Abril e parte para Portugal para realizar um estudo biográfico sobre Antônio José da Silva, lá ajudou na criação de algumas revistas. Como vimos no primeiro capítulo em meados da década de 1990 retorna ao Brasil e se articula a pesquisadores do jornalismo, criando em parceria o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor). Em 1996 cria o site do Observatório da Imprensa. A partir de 1998 passa a apresentar o programa Observatório da Imprensa até o início de 2016.

⁷⁸Segundo Alexandre Zarate Maciel (2021), o livro-reportagem é um gênero jornalístico em que os jornalistas podem aprofundar a abordagem de determinados temas, e trazê-los para o público, sobre questões sociais, históricas ou biográficas, a qual não é possível fazer no jornalismo diário. Requer trabalho de investigação, recolha de fontes, pesquisa e muitas vezes assume a forma da escrita literária.

Inquisição em Portugal. Organizou em parceria a edição *fac-símile* do *Correio Braziliense*, primeiro jornal brasileiro, criado por Hipólito da Costa, também preso pela Inquisição portuguesa no começo do século XIX. Organizou a publicação no Brasil dos *Diários do Capitão Dreyfus*, militar franco-judeu que foi acusado e condenado injustamente no período da Terceira República na França, em fins do século XIX. Organizou e prefaciou traduções de obras do historiador e romancista austríaco Stefan Zweig, que se refugiou no Brasil em 1942, fugindo da perseguição nazista. Além disso, participou da organização de um livro em homenagem a Elias Lipiner, historiador da Inquisição (MILGRAM; KOIFMAN, 2017, p. 423-428).

Por fim, é de suma relevância dizer que, para além desse primeiro levantamento de publicações contido no livro *Ensaio em Homenagem a Alberto Dines*, analisado nessa pesquisa, há uma série de textos curtos, publicados em jornais, publicações periódicas e do Observatório da Imprensa que compõem um rico acervo documental, mas impõem o desafio de reuni-los todos. Trata-se, por exemplo: dos *Cadernos do Jornalismo*, criados por Dines e o jornalista Fernando Gabeira, em 1965, quando estes trabalhavam no Jornal do Brasil; dos textos da página de Opinião e da coluna *Jornal dos Jornais*, ambos de quando Dines trabalhou na Folha de São Paulo; dos escritos para *O Jornal da Cesta*, no Pasquim; dos artigos publicados no *site* do Observatório da Imprensa e dos roteiros para o Programa Observatório da Imprensa na TV. Igualmente se aplica aos trabalhos para a TV e o cinema, já na década de 1950, antes de ingressar na carreira de jornalista⁷⁹. Tudo isso é interessante para elucidar o quanto uma trajetória intelectual pode manter elementos de permanências e ainda assim ser diversa, aberta, cheia de simultaneidade e descontinuidade, compondo um mosaico abrangente e dinâmico que se torna um desafio para o historiador.

Ainda que existam os limites, parte desse acervo citado no item anterior compõe as fontes utilizadas neste capítulo. Assim, pontuamos livros e textos jornalísticos, opinativos, de sua autoria e obras coletivas que tiveram repercussão durante o golpe civil-militar de 1964, na ditadura e refletiram contendas jornalísticas com outros sujeitos, textos de cunho mais

⁷⁹ Dines assinou roteiros de programas de TV: “[...] em 1956, *Os 10 mais da semana* (TV Rio), apresentou o programa *High Society* em 1957 (TV Tupi), teve uma peça de sua autoria, *O caso do Homem sincero*, encenada na TV em 1957 (TV Tupi), fez a adaptação para a TV do texto *O crime Perfeito*, de Nelson Rodrigues, exibida em 1957. Para o cinema criou e apresentou um programa de rádio chamado *Cinema*, transmitido em 1952 (Rádio Roquette-Pinto), escreveu crítica de cinema para a Revista *Cena Muda*, trabalhou em 1952 como assistente no filme *Está com tudo*, foi corroteirista no filme *O Craque*, lançado em 1953, primeiro filme brasileiro sobre futebol. Redigiu o argumento do filme *A Sogra*, de 1953. Seu livro *Vínculos do fogo – Antônio José da Silva, o Judeu e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*, de 1992, serviu para as pesquisas do filme *O Judeu*. Por último, foi autor do argumento para o filme *Preto no branco, a censura antes da imprensa*, de Silvio Tendler, lançado em 2009.” (MILGRAM; KOIFMAN, 2017, p. 420-421).

memorialístico com teor autobiográfico na forma de entrevistas, depoimentos. Por outro lado, sua vida foi narrada por outros agentes: jornalistas, pesquisadores de área de comunicação, historiadores e, lógico, por seus críticos. Esses meios também são fontes para compreender o seu percurso.

Acerca do período específico em que atuou no Jornal do Brasil, na função de editor-chefe, isto é, entre 1962 e 1973, elencamos primeiramente a análise do livro *Os Idos de Março e queda em abril (1964)* e textos do JB publicados sob sua supervisão. Entre as fontes oficiais para investigar esse período estão dois documentos judiciais relativos ao Inquérito Policial Militar (IPM), instaurado quando Alberto Dines foi detido em dezembro 1968 e em janeiro de 1969 por ter feito um discurso contra o Ato Institucional n. 5, o AI-5⁸⁰. No intuito de compreender melhor os detalhes de sua prisão e a repercussão desta, também são estudadas as notícias veiculadas pelo Jornal *The New York Times* nesse momento.

Por sua vez, incluem-se textos de teor memorialístico de sua autoria, autobiográficos, no formato de depoimento, entrevistas para jornais, revistas e livros acadêmicos à medida que nos possibilitam compreender a visão do jornalista acerca de determinados acontecimentos de sua vida. Nesse rol, destacamos o texto autobiográfico presente no livro *Fragmentos de Memória (2010)*, de Avraham Milgram, e o depoimento para o livro *Eles mudaram a Imprensa-CPDOC-FGV (2003)*, organizado por Alzira Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha. Outras entrevistas em menor grau, concedidas para jornais e televisão, também são referenciadas ao longo do capítulo.

Por outro lado, são igualmente relevantes os escritos que refletem o teor de controvérsias com outros intelectuais, principalmente a permanência das disputas de memória em torno do golpe e da ditadura. Assim, integram-se textos daqueles que se posicionaram como críticos da sua atuação e escritos de Dines publicados anos depois no *site* do Observatório da Imprensa no calor desses embates. Um primeiro desses exemplos foram os debates com o jornalista Juremir Machado no relançamento, em 2015, do livro *1964 Golpe midiático-civil-militar*, de autoria deste. Também elencamos a resposta de Alberto Dines ao historiador João Amado⁸¹ quando da

⁸⁰ Estes documentos foram consultados no acervo Centro de Referências das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, coordenado pelo Arquivo Nacional. Implantado em 2009 por iniciativa da Casa Civil ainda no segundo mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, abarca vasto acervo documental, iconográfico e audiovisual, disponível para consulta, referente ao período da ditadura civil-militar, documentos de órgãos extintos como o SNI e documentos doados por particulares, além de exposições virtuais, documentários sobre o período.

⁸¹ Autor da dissertação de Mestrado intitulada *Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: Os idos de março e a queda em abril a primeira narrativa do golpe de 1964* (2008).

publicação do artigo *Os jornalistas e o golpe de 1964*, publicado no site Observatório da Imprensa em 2007.

Tal análise de uma memória escrita e publicizada sobre ele será refletida com maior profundidade a partir dos depoimentos orais, coletados entre os anos de 2019 e 2020, através de técnicas de entrevistas orientadas pela abordagem da História Oral. No conjunto, para além dos aspectos que cercavam a vida de Dines, queremos apresentar o mosaico de memórias afetivas que se formou em torno dele a partir de amigos, jornalistas de distintas gerações, familiares, dentre outros sujeitos que insistem em preservar o seu legado cultural.

3.1.1 Caminhos formativos de Alberto Dines

O autor aqui em questão está no rol dos grandes nomes do jornalismo brasileiro. Intelectual, pensador da imprensa por sua formação ampla e sensibilidade ao pensar sobre os rumos desta e as implicações político-ideológicas que a permeiam. Pertenceu a uma geração em que a maioria dos jornalistas não se formava exatamente nas faculdades, mas na experiênciado trabalho, no compartilhamento com os pares e no autodidatismo⁸². A esse respeito, o escritor Gabriel García Márquez, que também atuou no jornalismo, em suas memórias sobre o exercício da profissão na Colômbia, nos traz um paralelo afetivo e representativo do que era preciso para esta geração poder adentrar na *confraria* dos jornalistas:

[...] não havia nenhuma condição, a não ser o desejo de ser jornalista, mas até os filhos dos donos de jornais familiares – que eram a maioria – tinham que comprovar suas aptidões na prática. Um lema dizia tudo: o jornalismo se faz aprendendo [...]. A experiência havia demonstrado que tudo era fácil de aprender em cima da hora, para quem tivesse o sentido, a sensibilidade e o tutano do jornalista. (MÁRQUEZ, 2011, p. 90-91)

Para Alberto Dines essa sensibilidade veio por meio da paixão que tinha pelo cinema. Ele trabalhou como documentarista, assistente de direção no início dos anos 50 e queria ser cineasta. Antes havia sido crítico de cinema na revista *Cena Muda* (UCHA, 2012).

⁸²Vale ressaltar que a primeira escola de jornalismo, que surgiu em finais da década de 40 do século XX, ao que consta é a Cásper Líbero. E até hoje a formação universitária não é exigência para a atuação profissional.

Era de origem judaica⁸³ e, sem ter feito faculdade e sem terminar o colegial⁸⁴, ingressa na profissão aos 20 anos na revista *Visão* como repórter de assuntos culturais. Era o mais novo da revista e, como relatou em seu depoimento ao CPDOC, “[...] era inevitável aprender, porque havia gente experiente do lado (DINES, 2003, p. 77)”. E, mesmo se estabelecendo no jornalismo, deixando de lado a opção pelo cinema, ao longo de sua trajetória seguiu dando impulso ao chamado jornalismo cultural. Esse tema foi recorrente em sua atuação como jornalista e aparece nos seus escritos memorialísticos.

Percebemos em comum, nas entrevistas das pessoas que trabalharam com ele, a descrição de um espírito generoso, que compartilhava o seu conhecimento, portador de um faro jornalístico e memória incríveis, um humanista, um pensador do seu tempo e um visionário, sempre afeito a novos projetos. Para Emília Ferraz, diretora executiva, que trabalhou com ele no programa Observatório da Imprensa, “[...] tem pensadores, mas o Dines, para mim, tá na categoria de pensador, muito mais do que um jornalista brilhante. Ele é um pensador. E ele é um pensador da história do seu tempo. Ele foi. E ele conseguia enxergar aquele tempo além”. (FERRAZ, 2019)⁸⁵.

Também sujeito às contradições e juntamente com essa característica de liderança na condução das inovações vinha o temperamento forte, tido muitas vezes como *brigão*, o que lhe rendeu *desafetos* ao longo da vida. Os entrevistados nos deram esse panorama, embora em relação às antipatias demonstrassem discrição para relatar nomes. Desse modo, um dos aspectos que pudemos perceber era a firmeza e a defesa de suas opiniões, mesmo as mais polêmicas. Para sua esposa, Norma Couri, “Ele não corria da raia não, respondia, era polemista mesmo!” (COURI, 2020)⁸⁶. Similar é o relato de Lilia Diniz, para quem os *desafetos* eram pessoas que

⁸³ Seus pais vieram para o Brasil por volta de 1927 tentando melhores condições de vida fora da Europa, ainda devastada pelos efeitos da Primeira Guerra Mundial. E, posteriormente, com a ascensão do nazismo, teve familiares por parte de pai e de mãe que foram assassinados durante a Segunda Guerra Mundial pela perseguição empreendida aos judeus.

⁸⁴ Fez parte da Juventude Socialista Sionista, desde os 15 anos pelo grupo *Dror*, do Rio de Janeiro. Abandona a escola formal antes de completar o colegial para participar de uma experiência coletiva com outros jovens de classe média, rapazes e moças, na criação de uma comunidade judaica, um *kibutz*, para a vivência do socialismo sionista na cidade de Jundiaí. O nome *Dror* é em alusão às andorinhas e significa *pássaros da liberdade*. Esse movimento “político-educativo”, segundo Carla Bassanezi Pinsky (1999) “[...] acreditava na capacidade revolucionária juvenil” “[...] num contexto social em que o poder hegemônico está na mão de gerações mais velhas ciosas de manterem sob controle a juventude” (PINSKY, 1999, p.5). Dines permaneceu no *Dror* até os 18 anos e saiu quando sentiu dificuldade de lidar com a vida extremamente coletiva, contrastando com suas aspirações individuais, criativas e crescentes. As memórias de Dines sobre o *Dror* também estão em *O contrato das Andorinhas* no livro *Fragmentos de Memórias*, organizado por Avraham Milgram.

⁸⁵ Entrevista realizada dia 11 de fevereiro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro.

⁸⁶ Entrevista realizada em 17 de janeiro de 2020, em São Paulo.

não gostavam dele “[...] porque ele falava o que ele pensava ... então ele não tinha medo. Por causa disso ele criticava quando achava que tinha que criticar e as pessoas levavam isso para o pessoal” (DINIZ, 2019)⁸⁷. Esse traço marcante de seu caráter, juntamente com o rigor e a exigência intelectual, acrescidos de uma porção de teimosia, lhe trouxe também uma reputação de pessoa *difícil*⁸⁸.

3.2 A EXPERIÊNCIA NO JORNAL DO BRASIL

Antes de ir para o Jornal do Brasil, Alberto Dines, ainda bem jovem, trabalhou em revistas e jornais de perfis ideológicos distintos. A historiadora Alzira Alves Abreu, no seu texto comemorativo sobre o jornalismo inaugurado por Alberto Dines, cujo sentido é homenageá-lo, nos relembra que:

Ele vinha de experiências de grande sucesso: trabalhara na revista *Manchete*, onde chegou a ser diretor, passara pela *Última Hora*, fazendo o segundo caderno da edição matutina que acabara de ser lançada, em seguida tornou-se diretor do primeiro caderno. Deixou o jornal para trabalhar no *Diário da Noite*, de Assis Chateaubriand. transformou a qualidade do jornal, improvisando e criando algo novo. (ABREU, 2017, p. 28)

Criada em 1952, a revista *Manchete* pertencia ao Grupo Bloch⁸⁹ e foi publicada até o ano 2000. Em abril de 1964, este veículo lançou uma edição histórica, cuja capa era a fotografia do governador Carlos Lacerda, destacado como um dos líderes da *revolução vitoriosa*. Ao que consta, Dines trabalhou na *Manchete* em meados da década de 50 e depois entre os anos 1961 e 1964⁹⁰, no entanto, não encontramos registro do seu nome nessa edição, indicando que possa ter saído no início do ano quando foi efetivado no Jornal do Brasil.

⁸⁷ Entrevista realizada dia 09 de novembro de 2019 por meio de vídeo conferência.

⁸⁸ Dois outros entrevistados, Zezé Sack e Rafael Casé, em suas respectivas entrevistas, nos relataram que quando foram convidados para trabalhar no Observatório da Imprensa, em épocas distintas, ela primeiro e ele alguns anos depois, algumas pessoas ao saberem do fato imediatamente esboçavam uma surpresa e os advertiam: “Eu fui temerosa porque as pessoas que conheciam ele de antes e durante, de lá mesmo na TV, quem trabalhou com ele no jornal, me deram um prazo, inclusive quando souberam... Aí me deram um prazo de três anos, que eu ia aguentar ficar com ele uns três anos” (SACK, 2019). De igual modo aconteceu com Rafael Casé: “Quando eu falei vou lá... vou trabalhar com o Dines a primeira reação das pessoas era assim: “Nossa! Você vai trabalhar com o Dines? É uma pessoa tão difícil. Uma pessoa tão... de um temperamento tão forte e tal!” (CASÉ, 2019).

⁸⁹ Pertencente a Adolpho Bloch, importante empresário da imprensa e criador da TV *Manchete*.

⁹⁰ Conforme seu depoimento ao CPDOC-FGV saiu da primeira vez por motivos pessoais, pois ficou noivo de uma das sobrinhas de Adolpho Bloch. Em sua segunda vez no grupo Bloch trabalhou na *Manchete* e na Revista *Fatos e Fotos*. Por dois anos conciliou esses trabalhos com o emprego no Jornal do Brasil, só saindo, como já foi dito, em 1964.

Teve sua primeira experiência em jornal ocupando a função de diretor no Última Hora, jornal que defendia as pautas populares e trabalhistas⁹¹, teve forte ligação com o segundo governo de Getúlio Vargas, e fora fundado em 1951 pelo jornalista Samuel Weiner⁹². Mesmo depois da morte de Vargas, o jornal manteve sua linha trabalhista e anos depois apoiou a posse de João Goulart, o seu governo e as Reformas de Base. Esse apoio lhe rendeu uma campanha de boicote, promovida pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Nos momentos de crise do governo de Jango, a Última Hora continuou a defendê-lo até a eclosão do golpe de 1964. Em 31 de março de 1964, já nos primeiros momentos, o jornal teve sua sede violentamente atacada e Samuel Wainer, seu proprietário, teve os direitos políticos cassados⁹³.

Dines ajudou a fortalecer o caderno matutino do Última Hora e logo depois estava no vespertino. Sua saída de lá se deveu a questões pessoais, mas também a uma *incompatibilidade* com jornalistas ligados ao PCB. Segundo ele, em depoimento ao CPDOC/FGV, “[...] havia um pessoal ligado ao Partidão que era barra pesada, que não gostava desse espírito mais moderno, digamos, mais americano, que eu estava tentando imprimir ao jornal.” (DINES, 2003, p. 81). Um desses nomes do PCB, citado por Dines, seria o do jornalista Paulo Silveira, irmão do também jornalista e escritor Joel Silveira. Portanto, revela-se aqui como motivo para a sua saída do Última Hora uma oposição entre Dines e os outros jornalistas sobre os rumos do jornal, que já possuía uma identidade mais próxima do trabalhismo, alimentada por uma divergência ideológica. Desse modo, a fala de Dines reflete bem a atmosfera do Última Hora, que por ter um perfil mais próximo à esquerda era atacado por todos os lados, acusado de ser reduto do

⁹¹Já no lançamento do jornal foi publicada uma carta do presidente desejando-lhe sucesso. Em 1953, a Última Hora foi acusada de favoritismo e incluída numa CPI, cujo alvo era o impeachment do Presidente Getúlio Vargas. A CPI não obteve sucesso, mas até a morte do presidente Getúlio Vargas sua proximidade com o jornal se demonstra. Momentos antes de suicídio, pediu para que o Última Hora publicasse a manchete “Só morto sairei do Catete”. Após a morte do presidente, a Última hora foi o único jornal a circular no Rio de Janeiro, pois os demais foram impedidos de fazê-lo pela ação do povo. Informação no verbete temático do dicionário do CPDOC-FGV.

⁹²(1912-1980) o jornalista Samuel Wainer nasceu na cidade de São Paulo era filho de imigrantes judeus de origem romena. Iniciou sua carreira, como repórter no Diário de Notícias. Em 1938, já em pleno Estado Novo participou da criação do impresso *Diretrizes*, que criticava a ditadura de Vargas, e por isso foi perseguido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), saindo de circulação. Com o fim do Estado Novo, Samuel Wainer que estava no exílio retorna ao país e em 1947 passa a trabalhar como repórter no Diários Associados. Com o retorno de Getúlio Vargas pela via eleitoral, Samuel Wainer recebe apoio do governo para fundar o jornal Última Hora. Após o golpe de 1964 o jornalista foi cassado e teve os direitos políticos suspensos e saiu do Brasil novamente só retornando em 1967. Na década de 1970 trabalhou em várias publicações, entre elas a Folha de São Paulo e a Editora Três. Informação no verbete temático do CPDOC/FGV.

⁹³ Samuel Wainer fugiu saiu do país e o jornal passou para outros proprietários. Ao retornar ao Brasil na década de 70, tentou, sem êxito, comprar e reformular novamente a Última Hora. Durante a ditadura, o jornal mudou fez diversas concessões, perdendo sua linha política. Em 1991, com uma enorme dívida a Última Hora deixa de circular. Informações no verbete temático do CPDOC/FGV.

comunismo. O jornalista e governador da Guanabara Carlos Lacerda era um dos grandes acusadores do jornal.

Nesse contexto, como já citado acima, foi convidado para dirigir e revitalizar o *Diário da Noite*, pertencente ao grupo dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand⁹⁴. Vespertino carioca, foi criado em 1929 e foi um dos jornais mais influentes do Rio de Janeiro, tendo funcionado até 1961. Do *Diário da Noite*, Alberto Dines foi demitido por Assis Chateaubriand por noticiar um evento internacional: a tomada do navio Santa Maria pelos anarquistas portugueses e espanhóis, ação realizada contra a ditadura de António Salazar⁹⁵, em Portugal. Acontece que Chateaubriand era próximo a Salazar e havia ordenado que o fato não fosse divulgado, ordem que Alberto Dines desobedeceu. Esse fato é relatado em várias entrevistas feitas por ele ao longo da vida⁹⁶.

Dados os perfis e condições das revistas e dos jornais, brevemente citados, questionamos sobre o que levou esse homem, ainda jovem, a trabalhar em veículos com perfis ideológicos tão distintos. Uma questão primeira a ser colocada é a da sobrevivência no início de carreira, numa época em que começava a profissionalização dos jornalistas e era possível trabalhar em diferentes veículos, dois ou mais, concomitantemente. E, muito embora fosse jovem, percebe-se que já ganhava notoriedade entre os colegas de profissão, visto os convites dirigidos a ele, além da integração com uma rede de contatos importantes nesse setor. Sobre a permanência ou não nesses trabalhos, nota-se que há uma maior afinidade de sua parte com os veículos de caráter mais liberal, o que irá acompanhar toda sua trajetória. Por outro lado, o evento ocorrido no *Diário da Noite*, jornal notoriamente liberal, indica não só o compromisso com a notícia, mas a insubordinação como traço de personalidade.

⁹⁴Jornalista e político paraibano (1892-1968). Proprietário da primeira grande rede de empresas de comunicação do Brasil, uma das personalidades mais influentes do país nos anos 40 e 50. Teve sob seu comando mais de 100 jornais, revistas, estações de rádio e TV, sendo temido pelas campanhas jornalísticas que organizou, como a contrária à criação da Petrobrás. Foi o criador do Museu de Arte de São Paulo (Masp) em 1947. Também foi pioneiro na transmissão do sinal de televisão no país, criando a TV Tupi em 1950.

⁹⁵António de Oliveira Salazar, conservador e intelectual católico, foi ministro das finanças do governo instaurado por meio de um golpe militar em Portugal e depois se tornou primeiro-ministro em meados de 32, ficou no poder até 1968, instaurando a mais longa ditadura conhecida na Europa, que só terminou em 1974 com a *Revolução dos Cravos*. Seu governo foi intitulado de *Estado Novo* em Portugal, sendo um misto de nacionalismo, liberalismo, colonialismo, corporativismo e fascismo. Se enquadra no rol dos regimes fascistas do século XX. A oposição mais forte a Salazar veio do Partido Comunista Português.

⁹⁶O assalto ao navio Santa Maria foi um evento de grande repercussão internacional que a censura portuguesa não pôde controlar. Sobre a ligação de Assis Chateaubriand com Salazar, Dines afirmou algumas vezes que esta era mais forte do que se supunha e que foi amenizada no livro *Chatô, o rei do Brasil*, do escritor Fernando Morais, a mais conhecida biografia de Chateaubriand.

Do Diário da Noite, Dines é convidado em 1962 para trabalhar no Jornal do Brasil. Ele é considerado como o *finalizador* da modernização do JB, esta que foi iniciada por Reynaldo Jardim, em 1956, e prosseguida por Odílio Costa Filho. A ida de Dines, em 1962, para o Jornal do Brasil e a reforma da qual fez parte pertenceu a um contexto de maior profissionalização pela qual passavam os grandes jornais da época e os jornalistas. Segundo Fábio Pereira (2008, p. 5), esses processos “[...] alteram a qualidade gráfica e a estrutura interna das redações. Outro exemplo dado pelo autor é o do jornal Última Hora que “[...] por sua vez, inova na maneira de informar e opinar, produzindo um jornal vibrante, voltado para as classes populares. Ao pagar melhores salários aos jornalistas, Wainer também contribui para a profissionalização da categoria” (PEREIRA, 2008, p.5).

3.2.1 “Os Idos de Março”: O livro e a polêmica sobre o Golpe de 1964

As realizações de Alberto Dines no Jornal do Brasil, em torno de doze anos nesse veículo, na função de direção, ficaram conhecidas, pois ele inovou, agregou coisas que até então não havia em outros jornais. Só para citar brevemente: a periodicidade das reuniões de redação, departamento de pesquisa, criação do arquivo do jornal, que incluía o arquivamento dos negativos fotográficos, cursos de formação para jornalistas estagiários, a Agência JB⁹⁷. Nesse jornal, em parceria com o jornalista Fernando Gabeira, ele também cria os *Cadernos de Jornalismo*, um impresso que tratava sobre a atuação da própria imprensa, algo inusitado na época, periódico que circulou entre 1965 e 1973.

Essas transformações ocorrem pouco antes e durante a ditadura civil-militar e é justamente sobre esse período que se encontram os eventos mais emblemáticos da vida de Dines que o posicionaram como um nome de resistência. É também sobre essa época que encontramos uma produção escrita sobre ele. Vejamos um pouco dessa trajetória na citação de Alzira Alves Abreu (2017) em seu artigo *Alberto Dines: um jornalista inovador*:

A posição de Dines no contexto do regime militar nos mostra um jornalista criativo e combativo, o que teve várias consequências em sua carreira. A imprensa brasileira, com raras exceções, apoiou o golpe militar que derrubou o governo constitucional de João Goulart. Logo após a subida dos militares ao poder teve início a censura à imprensa e muitos jornalistas sofreram

⁹⁷ Segundo Dines, uma instituição de caráter cooperativo que agenciava a venda de matérias para os jornais do interior. Nessa operação “o produto da venda era dividido em três partes: uma eu mandava para a tesouraria do jornal, para ele ressarcir do investimento na redação; a outra era para o autor da matéria; e a outra era um fundo para gerir a agência.” (DINES, 2003, p. 93), depoimento ao CPDOC.

perseguição e foram presos. A imprensa começou então a se distanciar do governo militar e a denunciar as arbitrariedades cometidas pelo novo regime. Dines foi um dos jornalistas que sofreu as consequências dessa situação. (ABREU, 2017, p. 32)

É observável que esse percurso é intrinsecamente imbricado com a atuação da imprensa nesse período. O texto citado acima faz parte de uma obra lançada em homenagem ao jornalista, ainda em vida. Portanto é um texto celebrativo, cujo objetivo é lembrar suas contribuições. É também um exemplo no qual, no que pesem história e memória, prevalece a imagem de Dines como nome de resistência à ditadura civil-militar. Não obstante, há momentos em que essa narrativa é contradita, surgindo versões que o adequam numa outra posição, como parte importante da imprensa que apoiou o golpe de Estado.

Por sua vez, é sabido, hoje, que a participação da imprensa foi fundamental para que o golpe civil-militar de 1964 ocorresse, excetuando uns poucos jornais. Desse modo, uma parte significativa da mesma não só *solicitou* a intervenção militar como endossou a ação dos militares. Entre os jornais opositores a João Goulart compunha-se a chamada *Rede da Democracia*. Segundo Aloysio Castelo de Carvalho (2010), a Rede:

[...] foi idealizada por João Calmon, deputado do Partido Social Democrático (PSD) e vice presidente dos Diários Associados. Criada no Rio de Janeiro em outubro de 1963, a Rede da Democracia era um programa radiofônico comandado pelas rádios Tupi, Globo e Jornal do Brasil. Ia ao ar quase todos os dias e repercutia pelo país através de outras centenas de emissoras afiliadas. Os pronunciamentos difundidos pelas emissoras eram posteriormente publicados nos respectivos jornais: O Globo, Jornal do Brasil e, sobretudo, O Jornal. (CARVALHO, 2010, p. 15)

Mas a função política da rede era articular e legitimar o discurso liberal contra o governo de João Goulart. Por meio dela, esses jornais exaltavam a imprensa como

[...] campo privilegiado para debater os rumos do país e conferiam a ela um lugar estratégico como contrapeso a um governo que preconizava maior intervenção do Estado, que estaria se mostrando omissos diante da infiltração comunista e que se dispunha a estimular a ação política das massas. (CARVALHO, 2010, p. 158)

A essa rede se juntaram os jornais *Tribuna da Imprensa*⁹⁸ e o *Correio da Manhã*, cujas ações foram decisivas para o desfecho do golpe. Com o recrudescimento do regime e depois a censura, alguns se calaram e outros passaram diretamente para a oposição.

⁹⁸ Por volta de 1962, quando Dines já trabalhava no Jornal do Brasil, a Tribuna da Imprensa havia sido comprada de Carlos Lacerda pelo JB. Segundo ele, que fez a negociação e a transição das equipes, a compra fora financiada

Dito isto, a visão da grande imprensa nos primeiros momentos após o golpe de 1964 foi mostrada na forma de registro jornalístico e memorialístico logo em maio daquele ano. Trata-se do livro/reportagem *Os Idos de Março e a Queda em abril*, organizado por Alberto Dines juntamente com um grupo de jornalistas compostos por: Antonio Callado, Araújo Netto, Carlos Castello Branco, Cláudio Mello e Souza, Eurilo Duarte, Pedro Gomes e Wilson Figueiredo, todos quadros do Jornal do Brasil. Esses jornalistas se reuniram para escrever um relato, espécie de registro imediato dos acontecimentos que foram do dia 13 de março até 15 de abril daquele ano.

A maioria era formada por profissionais atuantes, expressivos e respeitados no jornalismo político; outros no jornalismo cultural. Alguns vinham de experiências de esquerda, tinham simpatia pela esquerda, outros nem tanto. A título de exemplo, citamos o caso do jornalista Antônio Callado, que sempre foi simpático às esquerdas, sendo preso duas vezes durante a ditadura. Por sua vez, numa posição contrária, estava o jornalista Wilson Figueiredo, que trabalhou no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), instituição que fortaleceu as bases de sustentação ideológica do golpe e depois das ações militares. O prefácio, intitulado *A Revolução numa poltrona*, é de Otto Lara Resende e resume as intenções da obra:

Como reportagem, mantém vivo o seu caráter de palpitante atualidade. Como livro, traz um compromisso de depoimento histórico a que não poderia faltar. Jornalismo, Literatura, História – algo provavelmente híbrido, mas de comprovado sucesso junto ao grande público a que se destina, e que não lhe nega receptividade. Eminentemente jornalístico – um livro desta espécie não passa, em última análise, de um prolongamento do jornalismo. (RESENDE, 1964, p. 09)⁹⁹

Esse caráter de história imediata e veridicidade da obra é completado ao final com dois anexos. O primeiro, intitulado *Documentário Fotográfico*, traz fotos diversas daqueles momentos, feitas pela equipe do Jornal do Brasil, tais como: imagens do presidente João Goulart no Comício das Reformas, na assembleia dos sargentos, no exílio; imagens das manifestações pró e contrárias ao presidente; dos seus aliados e opositores; das movimentações das tropas nos dias do golpe. Caberia um estudo somente das legendas contidas nessas imagens,

pelo Banco Nacional e era uma tentativa naquele momento de *calar* Carlos Lacerda, grande opositor do presidente e, portanto, agradar a João Goulart. Esse fato é retratado no primeiro episódio de *Chumbo Quente*.

⁹⁹ (1922-1992) Jornalista, escritor mineiro e membro da Academia Brasileira de Letras, trabalhou em diversos jornais e revistas, entre eles: *Diário de Notícias*, *O Globo*, *Diário Carioca*, *Correio da Manhã*, *Última Hora*, *Jornal do Brasil* e *Revista Manchete*. Também trabalhou na TV Globo. Informação no verbete do dicionário biográfico do CPDOC/FGV.

pois várias delas são acrescidas de comentários, nada neutros, os quais, se analisados, nos ajudam a entender mais sobre a posição da equipe que as produziu.

O segundo anexo, chamado *Documentos da Crise*, abrange uma coletânea de documentos daquela época, a saber: a Nota conjunta dos três ministros militares sobre a posse do Sr. João Goulart na Presidência da República em 1961; O decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra); a Instrução reservada do General Castelo Branco de 20 de março de 1964; o Manifesto de Magalhães Pinto em Belo Horizonte a 30 de março de 1964; a Nota do Comando Geral dos Trabalhadores; a entrevista do Ministro da Justiça, Abelardo Jurema, no dia 30 de março de 1964; o Discurso de João Goulart na assembléia de sargentos e subtenentes, no dia 30 de março de 1964 (tal como foi publicado no Jornal do Brasil de 31-3-1964); o Manifesto do General Kruel e o primeiro Ato Institucional. O livro foi um sucesso de vendas e reeditado no mesmo ano duas vezes, em maio e julho, como já foi dito anteriormente. Quanto ao seu conteúdo, relacionado aos autores, tomamos de novo um trecho do prefácio. Apesar de um pouco longo, é bem elucidativo:

Pedro Gomes subiu a Minas, ouviu o governador, generais e outras patentes para contar como e porque a revolta partiu da montanha. Carlos Castello Branco rastreou com intimidade a trilha da conspiração militar. Num painel puxado à crônica, Araújo Neto ordenou o caos e as surpresas daqueles dias críticos. As ambiciosas e afoitas esquerdas estão retratadas, no dia-a-dia que precedeu o seu eclipse, por Wilson Figueiredo. O britânico Antônio Callado invocou Shakespeare para recompor e transfigurar o drama brasileiro que teve o seu primeiro ato montado por Jango-Hamlet no comício do dia 13 de março. Cláudio Mello e Souza voou até Roma para ouvir o depoimento de outro importante personagem da crise, que teve no Palácio Guanabara um dos pontos altos da tensão¹⁰⁰. Eurilo Duarte se incubiu do ponderoso e expectante front paulista. E Alberto Dines – lasbut no tleast – escreveu o diário trepidante de dentro de seu pôsto de observação – a redação do “Jornal do Brasil”. (RESENDE, 1964, p. 11)

De modo geral, além de narrarem os acontecimentos daqueles dias, retratam também as esquerdas, o presidente João Goulart e seus opositores, as ações militares antes e nos primeiros 15 dias do golpe. Particularmente os capítulos escritos por Antônio Callado e Alberto Dines usam das peças literárias de Shakespeare, para retratar o *drama* daqueles dias, respectivamente, *Hamlet* e *Cesár*. Por enquanto nos deteremos ao último capítulo *Debaixo dos Deuses*, escrito

¹⁰⁰ Nota da autora: o personagem a quem se refere Otto Lara, entrevistado por Cláudio Mello e Souza, é o político Carlos Lacerda. Os títulos dos capítulos com os nomes dos autores, na ordem que estão no livro são: *A paisagem* (Araújo Netto), *Minas: do diálogo ao “Front”* (Pedro Gomes), *32 mais 32, igual a 64* (Eurilo Duarte), *O vizinho do Presidente* (Cláudio Mello e Souza), *A margem esquerda* (Wilson Figueiredo), *Jango ou o suicídio sem sangue* (Antonio Callado), *Da conspiração à Revolução* (Carlos Castello Branco) e *Debaixo dos Deuses* (Alberto Dines).

por Dines. O jornalista, a seu modo, retrata as ações do Jornal do Brasil que, diferente dos outros jornais, diante dos acontecimentos daqueles dias conseguiu fazer frente aos atos do presidente, assim “A velocidade do Presidente tirava a capacidade de resistir. Só podíamos dedicar um único editorial contra cada ato ou falação de Goulart. No dia seguinte já havia outros para atacar. Mesmo assim, o nosso era o único, dos chamados grandes jornais do Rio, a resistir [...]” (DINES, 1964, p. 315). Há mais afirmações com esse teor ao longo do texto. Percebemos também sua visão sobre as esquerdas e o presidente, naquela época, diante do qual não havia outra possibilidade de ação por parte dos militares. Destaca-se Jango sempre responsabilizado pela instalação da crise pois:

Êle quebrara a espinha dorsal do País, tirara sua grandeza, amesquinhara homens e idéias, principalmente as socialistas, insuflara aquela terrível atmosfera de mediocridade onde sòmente sobrevivem os tipos menores, e nos deixara uma triste e irremediável opção: ou o seu esquerdismo tacanho ou a revolução contra Jango, que não se contentaria apenas em derrubá-lo do Govêrno. Iria bem mais longe. (DINES, 1964, p. 324)

Esse trecho refere-se ao tom de radicalidade dado pelo presidente a partir do comício histórico do dia 13 de março de 1964, o qual clamava para a urgência das Reformas de Base. Esse momento foi de aprofundamento de uma crise já instaurada entre o executivo e o congresso nacional. Quanto ao clima dos dias que se seguiram após o comício, Dines os denomina como *dias tristes*, para os quais a única solução era a retirada de Jango: “Naquela hora de decisão e angústia não tínhamos outra alternativa: ou o Golpe lento de Jango ou o golpe rápido contra êle” (DINES, 1964, p. 324). O texto do jornalista em si, preservado o rigor da análise histórica, tem muitos outros elementos interessantes que merecem serem analisados. É o capítulo mais extenso, um dos poucos que se estende noticiando os 15 primeiros dias depois do golpe. Aqui apresentamos apenas partes que consideramos representativas do todo.

Nesse sentido, é notória a importância da leitura dos Idos de Março como fonte para se entender uma parte importante daquele contexto e, por isso, deve ser problematizada. Esse trabalho foi feito primeiramente pelo historiador João Amado na pesquisa intitulada *Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: Os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964*. Esse estudo foca na obra como fonte e objeto, da qual pode-se apreender para além do contexto em que foi produzida. Assim, permite também compreender a impressão, a visão de mundo dos jornalistas que o produziram e do veículo ao qual eram ligados, isto é:

O Jornal do Brasil e Os idos de março são fontes para entendermos não só a derrubada de João Goulart, mas principalmente aqueles profissionais da imprensa e o ambiente político e intelectual daquele momento. O golpe é o pano de fundo, mas não exatamente o objeto. No proscênio estão os

jornalistas, seu papel naquele teatro e a percepção que tiveram dos acontecimentos, refletida em seus escritos. (AMADO, 2008, p. 19)

Primeiramente, a despeito disso o historiador nos alerta para o fato de que diversas narrativas contidas no livro foram tomadas sem a devida crítica documental e *sedimentadas* ao longo do tempo, inclusive na historiografia, tomando o discurso dos jornalistas não como representação de sua visão de mundo, mas como verdade pura e, muitas vezes, feito sem referência¹⁰¹. Entre elas estão principalmente as versões sobre o golpe, o caráter do presidente João Goulart, a polarização e radicalização dos discursos que levaram àqueles atos das forças armadas, os dias que se seguiram a partir do 13 de março até o 15 de abril de 1964 e o perfil das esquerdas.

O trabalho de João Amado centra-se em duas hipóteses principais: a primeira, que o grupo de jornalistas intelectuais, nomes importantes da imprensa naquele momento, participantes da obra, atuaram efetivamente para a produção do consenso e aceitação da deposição de João Goulart com o golpe de 1964 e “[...] demonstraram pouco apreço pela normalidade constitucional” (AMADO, 2008, p. 18). A segunda hipótese é que o livro tenha sido escrito também para enaltecer, frente à opinião pública, a figura de José de Magalhães Pinto¹⁰², então governador de Minas Gerais, um dos líderes civis dos eventos de 1964. João Amado aponta que este sempre era representado pelo Jornal do Brasil como um político ponderado, engrandecendo suas qualidades, enquanto o presidente João Goulart aparecia como irresponsável, inculto, inconsequente, no mínimo. Esta mesma visão embasou o perfil de ambos em todos os capítulos dos Idos de Março.

Nos deteremos apenas na primeira hipótese e como ela repercute na trajetória de Alberto Dines, que foi organizador do livro. Em sua análise do capítulo *Debaixo dos deuses*, João Amado evidencia alguns elementos da posição do jornalista naquele período. O primeiro deles é a repercussão do golpe em nível internacional como algo a ser bem recebido pelos Estados Unidos¹⁰³. O segundo é o elogio aos generais Castelo Branco e Costa e Silva como definidores

¹⁰¹ Como exemplo dessa crítica traz Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar, de Carlos Fico, no qual o historiador problematiza trechos do livro 1964 - Golpe ou Contragolpe?, do jornalista Hélio Silva, no qual este teria reproduzido diálogos dos Idos de Março sem saber como foram reconstituídos por seus autores. Mas João Amado cita também os exemplos do brasilianista Thomas Skidmore, dos historiadores Marco Antonio Villa e Jorge Ferreira, do sociólogo Otávio Ianni e da cientista política Argelina Figueiredo.

¹⁰² João Amado aponta ainda o parentesco como tio e sobrinho entre José de Magalhães Pinto e José Luiz Magalhães Lins, *banqueiro e czar da imprensa carioca*, sendo José Luiz de Magalhães Lins a pessoa que teria indicado Alberto Dines para trabalhar no Jornal do Brasil em 1962.

¹⁰³ É sabido hoje da atuação norte-americana para a efetivação do golpe de 1964 e da ditadura civil-militar no Brasil. A este respeito João Amado aponta que a simpatia de Alberto Dines pelos EUA era mais estreita do que

do governo que se instalava. Terceiro, a ação dos militares como um *contragolpe* para evitar o golpe que seria dado por Jango e as esquerdas. O quarto é a comparação do golpe com uma eleição, na qual erraram os que “não saíram para defendê-lo”. O quinto e último seria, diante do contexto, a defesa da ilegalidade representada no elogio que fez ao Ato Institucional n. 1 e ao avanço contra as garantias constitucionais da classe política.

E embora, em alguns momentos, retratando os primeiros 15 dias de abril, tivesse manifestado sua preocupação com os rumos violentos dos acontecimentos, encarou a repressão como um remédio amargo, mas necessário, apontando *falha de caráter* como atributo dos que reprovavam os atos repressivos. Nas palavras de João Amado, “[...] o capítulo que fecha o volume, escrito justamente pelo editor-chefe do JB e idealizador da obra, é o que mais defende o novo regime, e busca justificativas para os excessos que começavam a ser praticados pelos novos detentores do poder” (AMADO, 2008, p. 212). E uma última questão, mas não menos importante, apontada pelo historiador é a ausência do livro *Os Idos de Março e a queda em abril*, nos escritos importantes que tratam da atuação profissional de Alberto Dines.¹⁰⁴

Por outro lado, entre os estudos que versam sobre o apoio da imprensa ao golpe e as releituras que a mesma e seus jornalistas fazem do fato, encontramos o livro do jornalista e historiador Juremir Machado da Silva, intitulado *1964, Golpe Midiático-Civil-Militar* que teve sua mais recente edição lançada em 2015, também no contexto dos 50 anos do golpe.¹⁰⁵ Segundo o autor: “Trata-se de um trabalho de “descobrimto”, de desconstrução narrativa e de desvelamento: fazer vir à tona o que se esconde sob a poeira das frases do passado” (SILVA, 2015, p. 9). Portanto, é um livro polemista, provocativo, cujo teor é alertar para o que seria um revisionismo memorialístico da imprensa em relação ao papel desempenhado em 1964. Equivale a dizer que jornalistas e jornais, que antes foram apoiadores do golpe, ao longo do tempo se isentaram desse apoio em suas narrativas e trajetórias. Para o autor “[...] a mídia não apenas escreve a história do seu tempo, ela principalmente, reescreve a sua história no tempo”

aparentava e que ele era *bem-visto* pela embaixada americana. Momentos importantes da formação do jornalista ocorreram nos EUA, como um curso que fez em fins 1964 e marcou sua profissão. E mais de dez anos depois quando, em 1975, foi trabalhar como professor na Universidade de Columbia.

¹⁰⁴ Fato que, segundo Amado (2008, p. 164), “[...] não passou completamente despercebido”. Um exemplo dessa ausência é apontado por Victor Gentili na resenha do livro *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*, organizado por Alzira Alves de Abreu, Fernando Lattman-Weltman e Dora Rocha.

¹⁰⁵ Entre os livros escritos pelo autor, encontra-se outro com a temáticas do golpe, ditadura e imprensa: *Jango: a vida e a morte no exílio* – como foram construídos, com a ajuda da mídia, o imaginário favorável ao golpe e as narrativas sobre as suspeitas de assassinato do presidente deposto em 1964, publicado em 2013 pela editora Sulina.

(SILVA, 2015, p. 10). Esse embate se acentua no contexto da rememoração das efemérides, como o aniversário dos 50 anos do golpe.

Entre os jornais que puderam recompor suas narrativas, Juremir Machado da Silva cita O Globo, a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo. Há no livro pelo menos três capítulos dedicados especialmente aos jornalistas, vistos como intelectuais, mas também como traidores. Há um capítulo somente para o jornalista Antônio Callado e outro para os demais jornalistas que escreveram os Idos de Março. Este, por sua vez, é definido por ele como uma espécie de “preces e salves” ao golpe no qual os oito jornalistas comprometem suas biografias:

[...] na posição de “intelectuais orgânicos” dos golpistas, chafurdam na lama dos sofismas mais primários, bajulam os coveiros da democracia, exercem com esmero a arte sempre atual do jornalismo de desqualificar adversários ideológicos sob a aparência da pretensa objetividade e praticam, logo depois do fato mais grave da nação, o velho estilo jornalístico superficial cheio de anedotas de mau gosto, sem visão global, com baixa complexidade e alta capacidade de difamação. (SILVA, 2015, p. 46)

Aos textos de Antônio Callado e Alberto Dine o autor se detém com mais veemência. No capítulo dedicado a Antônio Callado, intitulado *Callado falou demais*, Juremir Machado da Silva evidencia que o perfil de Jango feito pelo jornalista nos Idos de Março o situa como “[...] bêbado, frouxo, incompetente, manipulado, desejoso de mostrar-se mais do que era, em permanente luta contra sua falta de personalidade” (SILVA, 2015, p. 65) não havendo outra opção para os militares senão trai-lo.

Quanto a Alberto Dines, Juremir Machado da Silva o denuncia como militante, junto com o Jornal do Brasil, cujo ódio ao governo Jango é destilado na negação da verdade. Para ele, o texto *Debaixo dos Deuses* é carregado “[...] de um fanatismo que procura se dissimular num texto pretensamente elegante e descritivo. “Intelectual orgânico” da direita de 1964, Dines clama pelo golpe [...]” (SILVA, 2015, p. 48). Desse modo, o referido autor, atenta para as posições do jornalista em seu texto, entre o antes e os primeiros dias após o golpe, no qual revela-se uma “[...] alegria incontida da vitória sobre o reformismo de Jango” (SILVA, 2015, p. 50). Finaliza sua análise questionando: “Até que ponto Alberto Dines, depois de 1968 um jornalista sempre disposto a driblar a censura, arrependeu-se de 1964?” (SILVA, 2015, p. 63). Uma outra questão importante levantada pelo autor é que anos depois, o Jornal do Brasil, junto com outros veículos, ainda comemorava o sucesso da “revolução” (SILVA, 2015, p.39). Desse modo, é perceptível que a crítica do autor de 1964, *Golpe Midiático-Civil-Militar* direcionada a Alberto Dines centra-se no argumento de que este *forjou* sua trajetória como um defensor da democracia e como tal deveria ter se desculpado pelo elogio que fez às ações militares em 1964.

A publicação do livro rendeu debates acalorados entre Juremir Machado da Silva e Alberto Dines. Um exemplo foi a matéria intitulada *Juremir vs. Dines: A polêmica sobre jornalistas e o golpe*, publicada no site de notícias Viomundo no dia 16 de março de 2014, por ocasião do lançamento da 6ª edição do livro de Juremir. A matéria foi a reprodução desse debate com a publicação do texto deste, *Intelectuais e jornalistas golpistas*, ao que Dines responde com *1964+50: As tentações da história simplificada* e, ao final, uma réplica de Machado sob o título de *Alberto Dines, pelego interventor da ditadura*.¹⁰⁶

Nesse embate peculiar, Juremir reitera suas críticas a Dines, enquadra-o no grupo dos jornalistas *mais espertos*, dentre os que apoiaram o golpe que conseguiram se *reescrever*, mas que nunca fez um *bom mea-culpa*, ao que Alberto Dines responde, não só por ele, mas pelos outros jornalistas que, segundo ele, por sua *longevidade* pôde *compartilhar da companhia*. Dines também caracteriza o livro de Machado como uma *historiografia simplificada* que não ouve todos os lados. Nas suas palavras:

Na verdade, o doutor Juremir quer punir este observador pelo crime de opinião, como qualquer tiranete: como o livro foi publicado DEPOIS do golpe e já instalada a ditadura, não pode alegar que os oito autores e o prefaciador fizeram parte da conspiração. Por isso aferra-se às partes do texto que abomina e esquece o resto.¹⁰⁷

A partir dos estudos de João Amado e Juremir Machado conclui-se que Alberto Dines, como organizador do livro *Os Idos de Março e a queda em abril*, foi firmemente criticado pelos que se debruçaram para estudá-lo. Esses debates aparecem em forma de livros, textos em meios impressos e digitais e tendem a se acirrar em contextos dos aniversários das efemérides, como é o caso de 1964, cujo um outro exemplo é o texto *Os jornalistas e o golpe de 1964*, artigo provocativo de João Amado, publicado no site do Observatório da Imprensa em 2007. Acerca do fato, Lucileide Cardoso (2017) adverte:

A redescoberta desse livro no contexto dos 50 anos do Golpe reacendeu a reflexão sobre a posição dos jornalistas naquele contexto e a polêmica segue marcada pela cultura essencialmente dualista entre glorificação versus demonização ou entre apoiadores e oposição. Essa redescoberta tem desencadeado ressignificação de trajetórias e críticas anacrônicas ou simpatias, orientadas por desmascarar os envolvidos sem repor as condições do contexto. (CARDOSO, 2017, p. 101)

¹⁰⁶ Nesse texto, Juremir Machado da Silva, utilizando novamente trechos dos *Idos de Março*, aponta o fato de Alberto Dines ter sido indicado como interventor no Sindicato dos jornalistas no Rio de Janeiro durante o governo Castelo Branco. Esse fato é explicado por Dines no depoimento ao CPDOC. No entanto, carece de mais investigações para uma maior compreensão do contexto em que o fato se deu.

¹⁰⁷ Idem.

Desse modo, Cardoso identifica o teor polemista em torno da efeméride dos 50 anos do golpe e se posiciona para o risco da rotulação precipitada dos sujeitos que vivenciaram os fatos. Diz claramente que é necessário compreender o contexto e evitar julgamentos fora do tempo do ocorrido.

Nesse sentido, ressaltamos que Dines também ponderou sobre o fato. Acerca disso, encontramos duas manifestações do jornalista, em março e abril de 2014¹⁰⁸. A primeira foi a publicação no próprio site do Observatório da Imprensa, um artigo cujo título é *Cuidado com os Idos de Março*. Discorrendo sobre os 50 anos do golpe, alerta-nos que “A conjuntura nacional e internacional favorece a exacerbação, as fúrias, os ajustes de contas” e que o esclarecimento das questões do nosso passado não se faz mediante a “Ignorância e a compulsão linchadora”, que ao contrário, só servem para “confundir e ludibriar”. Nesse caso, a busca por justiça deveria, então, basear-se no empenho pela “[...] exatidão e, no seu decorrer, a aplicação das penas e sanções previstas em lei” (DINES, 2014). Lembremos que naquele momento, além do aniversário dos 50 anos do golpe, estavam em andamento os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Tudo isso foi acompanhado de uma *produção de presença massiva* memorialística por meio de livros e da mídia em geral. Aliadas a isso, a polarização e as polêmicas que repercutiam diretamente na política nacional: de um lado, militares que comemoravam o evento como realização das forças armadas; do outro, vítimas e familiares clamando por justiça e no meio um governo progressista de esquerda que disputava a reeleição.

Ainda nesse texto, Dines adverte que a *catarse*, momento posterior às tragédias, tais como o golpe e a ditadura, só podem desaparecer à medida que *fúrias e demônios são expurgados*. Referindo-se à tragédia dos *idos de março* de 1964, aponta que seus vaticínios “[...] só conseguiram materializar-se por conta do ódio. Na ocasião, nossos radares espirituais estavam embaçados, incapazes de identificar a catástrofe” (DINES, 2014). Compreendemos que o que está posto aqui não é a proposta do esquecimento do fato ou daqueles que nele se envolveram, ao contrário, para além de uma visão binária, entre *prós e contras*, é a verificação dos fatos até a reparação. No entanto, que esta se dê pautada no contexto histórico em que ocorreu, o que não significa igualar vítimas a carrascos.

Há aqui também uma compreensão tácita do equívoco *catastrófico* que foi o apoio prestado ao golpe naquele momento e que este só ocorreu por conta de uma mesma visão

¹⁰⁸ Respectivamente entre os dias 18 de março e 3 de abril de 2014. Nesse entremeio foi lançada a série Chumbo Quente pela TV Brasil e depois no Youtube.

dualista e impregnada de ódio. Em outra manifestação de Dines fica claro que essa mesma visão perpassou a escrita dos Idos de Março como tentativa de compreensão daqueles dias, ou seja, “As pessoas estavam impregnadas entre a direita e a esquerda”(DINES, 2014). No caso do livro, naquela circunstância, o sentimento que se expressa é muito o ideal de uma democracia representativa, mais próximo de uma direita liberal, muito embora houvesse alguns autores simpatizantes com ideais de esquerda, como Antônio Callado. Um outro elemento perceptível em alguns dos intelectuais autores do livro é a aversão ao populismo, identificado na figura do presidente João Goulart, suposto *herdeiro* político de Getúlio Vargas e uma vez reconhecido o engano de apoiar os militares, a maioria passa para o campo de uma oposição moderada.

Por outro lado, no relato de Dines nos chama a atenção a situação a que ficam sujeitos aqueles que estão envolvidos num contexto de ruptura democrática, como são as ditaduras, que marcam a descontinuidade da vida na normalidade: “Foi um período trágico, difícil. Como ele se esticou muito, você vai convivendo com as coisas. Você acha que a vida continua, mas não continua. Eu comecei a fazer análise por causa dessa situação” (DINES, 2014). Conclui-se, então, que, para aqueles que permaneceram e alcançaram longevidade, a vida segue meio que estagnada. Contudo, muitos puderam rever seus posicionamentos.

Todos os contornos dessa memória, que representa um labirinto de emoções, abarcando ajustes, paixões, expectativas, decepções, incertezas e vários desafios, são compartilhados também nos processos rememorativos de sua esposa, a jornalista Norma Couri (2020):

Dines era o editor chefe em março de 64 e resolveu fazer uma análise daquele momento histórico quando ninguém ainda sabia o que aconteceria e a maioria dos jornais acreditava que Castelo Branco ficaria seis meses no poder e depois passaria o lugar para um civil (Lacerda?). (...) Naquele momento ninguém sabia a extensão do ato, nem que os militares não sairiam do poder nas próximas duas décadas depois de torturar e mutilar uma geração. Souberam depois e ninguém pode dizer que Dines, Callado, Araújo Neto, Otto Lara pactuaram com o golpe ou apoiaram a ditadura.¹⁰⁹

Sua fala é solidária aos demais defensores dos jornalistas. Ela reitera a seriedade destes, remetendo-se ao contexto e se referindo àquele período como um momento muito conturbado do qual se esperava um determinado desfecho que, no entanto, ocorreu completamente adverso, pior, com a continuidade da ditadura.

Em relação ao livro, o fato é que como demonstra João Amado (2008) alguns dos seus autores não o incluíram em suas biografias. Esses sujeitos, também por suas posições políticas,

¹⁰⁹ Entrevista com Norma Couri concedida à pesquisadora em 17 de janeiro de 2020, na cidade de São Paulo.

seguiram por caminhos diversos. Alguns se exiliaram, outros foram presos, uma boa parcela foi atingida de alguma maneira, a curto ou médio prazo; poucos passaram incólumes. A título de exemplo, citamos os casos de quatro jornalistas: Araújo Neto, considerado um moderado de esquerda, foi embora para a Itália em 1968; Carlos Castello Branco, considerado liberal e referência importante no jornalismo político brasileiro, sofreu intimidações em 1975, ameaças que só pararam após a morte do seu filho, num acidente de carro perto do aeroporto de Brasília em 1976. O acidente teria sido provocado por uma ação de grupos paramilitares ligados aos serviços de informações, os quais resistiam ao processo de abertura política no país. Já citamos o exemplo de Antônio Callado, que era já um jornalista de esquerda, simpatizante do governo de Miguel Arraes, expoente do romance político de oposição à ditadura, autor da trilogia *Quarup* (1967), *Bar Don Juan* (1971), *Reflexos do Baile* (1977) e como já dissemos, foi preso duas vezes em 1965 e 1968. E, por último, o próprio Alberto Dines, detido duas vezes após o AI-5.

Podemos inferir que estes jornalistas, atuantes em os Idos de Março, os quais elogiaram a ação dos militares em 1964, solicitaram a saída do presidente João Goulart e que permaneceram por certo tempo no cenário público, prosseguiram com suas vidas, mas tiveram que se acomodar à ruptura histórica provocada pelo Golpe. Alguns puderam, assim, transformar ações e discursos ao longo do tempo e, o mais importante, se posicionaram ou mudaram suas opiniões quando a conjuntura assim o exigiu¹¹⁰. O organizador dos *Idos de Março e a queda em abril*, embora não tenha *pedido desculpas* da forma como queriam seus críticos, reconheceu equívoco, não individualmente, mas identificado no grupo de jornalistas intelectuais do qual fazia parte, intelectuais forjados no coletivo. Aponta a necessidade de se olhar para o fato com a visão histórica daquele contexto. Entre 1964 e 2014 muitas transformações aconteceram no âmbito de gerações. Se comparamos essa escala de tempo, agora como símbolo da existência de um único homem, podemos alcançar o teor dessas mudanças na vida de Alberto Dines.

Nesse caso, o reencontro com o passado e essa memória se efetivou no aniversário de 50 anos do golpe. Ele se dá também muito forte na produção de *Chumbo Quente*, onde o livro *Idos de Março* é lembrado e a memória desse passado é ressignificada. Embora o seu engajamento em 1964 não tenha sido favorável ao campo democrático, Dines enfrentou os desafios do seu tempo e se posicionou frente aos acontecimentos políticos que marcaram a

¹¹⁰ Um outro exemplo, que não esteve nos Idos de Março, mas é ícone da mudança de posição imediata, é Carlos Heitor Cony, jornalista do *Correio da Manhã*, que logo nos primeiros dias depois do 31 de março de 1964, passa para a oposição aos militares.

história do país, comprometido com o rigor e o avanço do talento criativo do jornalismo brasileiro.

Ao final da vida e em suas palavras, presentes no texto em resposta direcionada a Juremir Machado da Silva: “[...] homens não se reescrevem se fazem” foi possível observar uma guinada de rota mais progressista no campo de uma oposição moderada à ditadura que tanto censurou e torturou os jornalistas. Ao longo dos anos, Dines procurou não só nos seus escritos, mas também por meio do Observatório da Imprensa, na televisão, debater a democracia e recuperar temas históricos, como a ditadura, a perseguição à imprensa por meio dos especiais produzidos ao longo dos 18 anos do programa. Portanto, a defesa que fez da imprensa e da democracia, ao longo de sua vida, foi sincera, autêntica, representando um longo aprendizado para as futuras gerações do jornalismo e para a história da imprensa brasileira.

3.2.2 O AI-5 e as prisões: mudança de rumo de Alberto Dines

Ao longo de quatro anos, o regime instaurado, violento desde o início, seguiu se recrudescendo, com a perseguição e a eliminação de opositores, que chega ao ápice no final de 1968. Vale lembrar que 1968 é um ano em que eclodiram diversos movimentos de contestação pelo mundo afora e no Brasil marcados por um protagonismo da juventude¹¹¹. Primeiro, no campo político, foi forte a crítica dos autoritarismos de direita assim como de esquerda, demandando por novas formas de atuação política. Igualmente, surgiram movimentos no campo cultural que ansiavam por novos valores e refutavam as normas *constituídas* da sociedade, da família, da sexualidade e da estética. Analisando as memórias sobre 1968, produzidas por alguns integrantes desses movimentos no contexto brasileiro, Lucileide Costa Cardoso (2012) nos alerta para a necessidade de perceber a simultaneidade dos movimentos que ocorreram no seio do capitalismo central e periférico bem como no Leste europeu de modo que não houve um, mas vários e múltiplos significados de 68 (CARDOSO, 2012, p. 158). Assim sendo, na experiência de gerações que vivenciaram o entusiasmo desse período:

¹¹¹ Em maio de 1968, na França, estudantes e trabalhadores que ocuparam as ruas conseguiram parar Paris por 24 horas numa greve geral que reivindicava reformas na educação e na política trabalhista. Em janeiro, no Leste Europeu irrompeu a *Primavera de Praga* na chamada República Tcheca (Tchecoslováquia), conjunto de reformas políticas, sociais, econômicas e culturais que confrontavam a política austera da URSS. Nos EUA e em outros países ocorreram protestos contra a Guerra do Vietnã (1959-1975). Também nos EUA, em abril, o assassinato do líder Martin Luther King agravou as tensões e as lutas pelos direitos civis naquele país. No México, em outubro, cerca de 40 pessoas, a maioria estudantes, foram assassinadas pelo Exército mexicano, dias antes das Olimpíadas, quando protestavam por mais liberdades civis e punição para os casos de repressão policial, evento que ficou conhecido como *Massacre de Tlatelolco*.

Introduziu-se um novo modo de se fazer política, não apenas a partir das macro-relações estado e sociedade, capital versus trabalho, mas agora também no cotidiano. Questões ecológicas e a cultura da jovialidade foram instituídas, fortalecendo um imaginário da fraternidade capaz de produzir uma nova ideia de revolução – transformação real da sociedade. (CARDOSO, 2012, p. 158-159)

Nesse ínterim, a autora supracitada também nos lembra que transformações já aconteciam desde as décadas de 50 e 60, ou seja, já havia uma insatisfação crescente com o contexto da Guerra Fria, assinalando a Guerra da Argélia, o movimento dos Panteras Negras, as Guerrilhas e os movimentos pacifistas que surgiam. A diferença, frisada na memória dos autores que escreveram sobre o período “[...] é que em 68, o desejo de mudança chega ao alcance das mãos, marcada pelo inconformismo” (CARDOSO, 2012, p. 159)¹¹². No Brasil, entre os acontecimentos que marcaram esse ano estão: o falecimento do estudante Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro, em março de 1968, morto pela polícia numa manifestação estudantil, a *Passeata dos 100 mil*, maior manifestação feita contra o regime, as greves dos trabalhadores metalúrgicos nas cidades de Contagem, em Minas Gerais, e Osasco, grande São Paulo. E, por fim, em outubro a prisão dos estudantes no Congresso da UNE em Ibiúna, São Paulo.

A inquietação desse período, mais os desgastes sofridos pelo regime culminaram no Ato Institucional n. 5, o AI-5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, que dava poderes extraordinários ao Presidente Costa e Silva, restringia as liberdades individuais e políticas, entre outras coisas, e inaugurou o controle de informações sob a forma de censura. Avaliando as motivações para a promulgação do ato, Rodrigo Patto Sá Motta (2018) nos traz um panorama ampliado para a compreensão do fato e procura ir mais além dos marcos já conhecidos na compreensão do AI-5, como o endurecimento da repressão junto à esquerda ou processo contra o político Márcio Moreira Alves¹¹³. Segundo o historiador é importante:

[...] ressaltar que o Ato Institucional de 13 de dezembro de 1968 teve como alvos privilegiados setores de elite que apoiaram 1964, mas se distanciaram

¹¹² A autora observa a importância de 68 na construção memorialística presente nos livros *O que é isso Companheiro?*, de Fernando Gabeira, e *Os carbonários*, de Alfredo Sirkis, autores que foram ícones dos movimentos libertários.

¹¹³ (1936-2009) Márcio Moreira Alves, jornalista e político brasileiro, fez parte do MDB e depois PMDB. Apoiou a ação dos militares em 1964, mas logo passou para a oposição passando a criticar a ditadura e denunciar torturas. Em 1968 fez um pronunciamento conclamando um boicote às comemorações pelo Dia da Independência. Ficou famoso o trecho em que se dirige às jovens brasileiras “para que não saíssem com oficiais do exército”. No entanto, segundo Rodrigo Patto Sá Motta (2018) que uma parte especial desse discurso a qual desagradou os militares, foi quando estes foram chamados de *torturadores* pelo deputado. De modo geral, sua fala desagradou muito os militares que tentaram fazer com que o Congresso o processasse, mas não tiveram sucesso. Pouco tempo depois foi promulgado o AI-5 e ele teve o mandato cassado junto com vários outros políticos brasileiros.

da ditadura no momento seguinte. O AI-5 forneceu ao Estado meios para punir e enquadrar lideranças e segmentos rebeldes do seu próprio campo, como parlamentares, juízes e a imprensa. (MOTTA, 2018, p. 112)

Portanto, a grande imprensa, até então apoiadora do golpe em 1964, que passou ilese pelas violências cometidas nos primeiros quatro anos do regime, passa a sentir os efeitos do AI-5 quase que imediatamente. Jornais receberam a *visita* dos censores, dezenas de jornalistas, políticos, artistas, intelectuais foram presos, funcionários públicos demitidos sumariamente, além de nomes da militância política da esquerda que já eram alvos da repressão.

No mesmo dia em que foi decretado o AI-5, o Jornal do Brasil foi procurado por militares, fato narrado por Alberto Dines em suas memórias. Afirma que até então não havia tomado atitude política dentro do jornal, tentando manter o noticiário das manifestações de forma equilibrada, inclusive passando, segundo ele, de maneira *incólume* pelo problema com o deputado Márcio Moreira Alves. No entanto, naquela sexta-feira 13, quando o presidente Costa e Silva transmitiu seu pronunciamento no rádio, ou nas palavras de Dines *aquele arrazoado*:

Eu disse: ‘A barra vai pesar’. Acho que, meia hora depois, entraram na redação, muito educados, três ou quatro majores fardados, da Escola de Comando e Estado-Maior da Praia Vermelha. Não falaram em censura, mas falaram em um “acompanhamento”, inspirado na medida que tinha sido promulgada uma hora antes, uma coisa assim. (DINES, 2003, p. 97-98)

Após esse acontecimento, Dines relata que logo alertou o proprietário e diretor do Jornal, o senhor Nascimento Brito que começaria um período difícil e que seria necessário precaver os leitores de que o jornal estava sob censura. Conforme o jornalista, essa decisão de precaver os leitores, por meio de mensagens, teria sido sua “primeira atitude política dentro do Jornal do Brasil” (DINES, 2003). Assim, saiu uma edição em que não só noticiava o dia fatídico e seus desdobramentos, mas o criticava e tentava demonstrar a imposição da censura, não na manchete, mas na previsão do tempo, dos anúncios ou mesmo em alguma notícia sobre um fato religioso. Vejamos a imagem abaixo:

Figura 9- Manchete do Jornal do Brasil, 14 de dezembro de 1968.



Fonte: Emeroteca digital/Biblioteca Nacional

Segundo a narrativa, o que irritou os agentes militares não foi a manchete referente ao Ato e o recesso imposto ao Congresso e sim a publicação, nas entrelinhas, da meteorologia incomum, neste caso o alerta de um clima tenso naquela sexta-feira 13, destacado acima, uma clara referência ao Ato Complementar 38, que pôs o Congresso em recesso por tempo indeterminado e ao AI-5 diretamente. Por sua vez, coincidentemente, 13 de dezembro é o dia de Santa Luzia, santa dos cegos, aquela que cura a cegueira. Por uma decisão consciente, a notícia das comemorações foi dada na mesma página em que era feita a cobertura dos eventos que desembocaram no AI-5. Assim, o anúncio de uma matéria que seria trivial acabou encampando a página principal em *Ontem foi dia dos cegos* (RIBEIRO, 2016). De fato, toda a edição foi composta por elementos que demonstravam uma crise.

A edição irritou profundamente os militares que no dia seguinte partiram contra o JB. Esse fato rendeu ao jornalista uma discussão com um dos agentes militares na redação do jornal e confirma a presença dos censores já na primeira semana, após o AI-5, com seus manuais técnicos. No entanto, quando percebem que as notícias poderiam ser modificadas na parte de baixo da redação, segundo Dines, eles passaram a atuar com mais *eficiência*, ocupando este espaço e mais a oficina. Vale ressaltar que nesse mesmo dia um dos diretores do jornal, o Embaixador José Sette Câmara Filho¹¹⁴ havia sido preso, juntamente com tantos outros. Em protesto, a direção do jornal suspendeu a edição de domingo.

¹¹⁴ José Sette Câmara Filho exerceu vários cargos políticos no Brasil, entre eles o de primeiro-secretário do Gabinete Civil de Getúlio Vargas de 1952 a 1953. Foi subchefe do Gabinete Civil de Juscelino Kubitschek, sendo também seu conselheiro para assuntos internacionais. Atuou como embaixador do Brasil no Canadá, na Suíça e Tchecoslováquia. Designado em 1964 pelo presidente Castelo Branco, chefiou a missão brasileira permanente na ONU. Em 1968 licenciou-se do Itamaraty para assumir uma das diretorias do Jornal do Brasil até 1972. Em 1970 foi eleito representante brasileiro junto à Comissão de Direito Internacional da ONU, onde exerceu mais dois mandatos. Em 1978 elegeram-se como membro da Corte Internacional de Justiça (CIJ), mais conhecida como Corte

Na sexta feira seguinte, 20 de dezembro de 1968, Alberto Dines, então paraninfo da turma de formandos em Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde era professor de Jornalismo Comparado, modifica o discurso que realizaria, fazendo uma fala contra o AI-5 e a censura. Sua manifestação desagradou bastante aos militares, pois comparava a situação do Brasil às arbitrariedades que ocorreram em lugares como a Tchecoslováquia¹¹⁵ e a Alemanha no período nazista. Segundo ele também, lembrando esse momento “Os censores tinham recebido o meu discurso, porque ia ser matéria, evidentemente. [...] Mais tarde, descobri que havia dois agentes do Cenimar no auditório da PUC para alertá-los. Fiz o discurso, fui aplaudido e tal e acabou-se” (DINES, 2003, p. 98). O órgão ao qual Dines se refere era o Centro de Informações da Marinha, unidade de informação e repressão.

Esse ato efetivamente impactou a plateia. A jornalista Norma Couri foi testemunha do evento. Em seu relato, lembrou que quando estava começando a cursar jornalismo na PUC do Rio de Janeiro foi assistir à formatura do seu então noivo, que era aluno de Alberto Dines. O professor a quem seu namorado sempre se referia dizendo que ela *não poderia perder*. É o momento em que o vê pela primeira vez:

E eu levei meu pai, minha mãe, porque era um compromisso sério. E entra o paraninfo, que era o Dines. Eu nem sabia. E entra uma pessoa exuberante, o Dines sempre teve isso, ele tinha uma exuberância, uma vitalidade que nunca perdeu. Aí o Dines entra e me faz um discurso arrasador sobre a ditadura, sobre o AI-5, e o meu pai, advogado, ficou horrorizado. E fala assim: “esse vai sair daí preso”, mas eu não fiquei horrorizada, eu fiquei apaixonada, porque eu falei “nossa! (COURI, 2020)¹¹⁶

Não tivemos acesso direto ao discurso na íntegra uma vez que não havia registros dele. Mas encontramos trechos da fala de Dines num editorial do jornal *The New York Times*, dos Estados Unidos, o mesmo que noticiou sua primeira prisão em dezembro de 1968. Intitulado *Brazilian Editor Arrested for Assailing Censorship (december, 24, 1968, p.5)*¹¹⁷, escrito pelo correspondente internacional Paul L. Montgomery¹¹⁸, contém uma parte chamada *Doing Their*

de Haia. Eleito primeiro vice-presidente da CIJ, em 1982, foi o primeiro brasileiro a ocupar tal posto. Em 1992 exerceu o cargo de vice-presidente do Instituto de Direito Internacional. Informação verbete biográfico do CPDOC/FGV.

¹¹⁵ Na noite entre 20 de agosto e 21 de agosto de 1968, os países membros do Pacto de Varsóvia invadiram a República Socialista da Tchecoslováquia a fim de deter a Primavera de Praga, as reformas de liberalização política promovidas por Alexander Dubcek.

¹¹⁶ Vale ressaltar que tanto Norma Couri quanto Alberto Dines foram casados com outras pessoas antes de se conhecerem. Ele foi seu professor no curso de Jornalismo e ela trabalhou no Jornal do Brasil quando ele era editor-chefe.

¹¹⁷ Editor Brasileiro Preso por Atacar Censura. Tradução nossa.

¹¹⁸ Paul L. Montgomery (1936-2008) foi repórter do The New York Times para assuntos internacionais. No início dos anos 1960, cobriu os distúrbios no Harlem e o movimento pelos direitos civis no sul dos Estados Unidos,

Dut ou *Cumprindo Seu Dever*, onde fragmentos do discurso são comentados. Reproduzimos tal qual o relato do jornal:

Lá tem uma nova presença na redação essa semana”, Sr. Dines disse aos formandos. Lá tem um novo critério e novas vozes. E estas vozes falam e mudaram os dias, fazem o seu dever, o dever deles, cumprindo o seu dever, é até vergonhoso”. “Os nazistas usavam a frase, ‘cumprindo o seu dever’ para justificar seus crimes”, ele continuou. “Os assuntos de Stalin, usaram e usam isso para explicar suas monstruosidades. E agora eu escuto a frase ao meu lado de brasileiros como eu. Eles estão fazendo o dever deles e ferindo o país”. “Eles disseram que estão fazendo o dever deles. Disse o Sr. Dines.” Bem, agora eu estou fazendo o meu”. Ele encerrou com a advertência: “O motor sem uma válvula de escape que eles estão construindo no Brasil está pronto pra explodir. Violência é uma lição fácil de aprender, não é esquecida. E quem pagará? Estes que cumprem seu dever cegamente. E a sociedade brasileira, também, porque o país não pode suspender o progresso sem pagar.” (Tradução nossa)¹¹⁹

Pelo teor do discurso é possível perceber o nível de tensão daqueles dias e os motivos pelos quais trouxe tanta irritação entre os militares. Três dias depois, Dines, que estava de folga em Itaipava com a primeira esposa¹²⁰ e os filhos, ainda crianças, foi visitado por dois agentes da Polícia Federal, que o prenderam e o transportaram para a sede da PF no Rio de Janeiro, *sem violência*, mas foi uma noite longa. Rememora as péssimas instalações do local da PF, situação agravada pelo calor de dezembro. Ao que parece nos seus depoimentos, ficou três dias na prisão, entre 22 e 25 de dezembro de 1968. Vejamos o momento em que evoca essa lembrança:

A coisa durou a madrugada inteira, porque eu ia de repartição em repartição. [...] Tenho a impressão que minha mulher logo começou a ligar para diretoria do jornal. De madrugada cheguei à Vila Militar, em Deodoro. Batalhão de Canhões Antiaéreos. Me enfiaram lá, inteiramente recluso. Aquilo eram instalações militares, eles não tinham cárceres, e fiquei num desvão debaixo de uma escada, um negócio infecto. (DINES, 2003, p. 98)

incluindo as marchas de Selma a Montgomery, contra a política segregacionista daquela região. Foi chefe do escritório do Times no Rio de Janeiro de 1966 a 1969. Nesse período cobriu assuntos da América Latina, como as viagens dos soldados do Exército boliviano em busca de Che Guevara. Também fez artigos impactantes sobre assuntos políticos e condições sociais no México e Equador.

¹¹⁹ There are new presences in the newsroom this week,” Mr. Dines told the graduates. “There are new criteria and new voices. And these voices speak, in these changed days, of doing their duty, of doing their duty, of doing their duty, even if it is disgraceful”. “The Nazis used the phrase ‘doing their duty’ to justify their crimes,” he went on. “The subjects of Stalin used and use it to explain their monstrosities. And now I hear the phrase at my side, used by Brazilians like me. They are doing their duty, and injuring the country”. “They say they are doing their duty”. Mr. Dines said “Well, now I am doing mine”. He ended with a warning: “The engine without an escape valve that they are building in Brazil is ready to explode. Violence is a lesson easily learned. And once learned it is not forgotten. And who will pay? Those who their duty blindly. And Brazilian society, too because no country can suspend progress without paying.

¹²⁰ A primeira esposa de Alberto Dines era a senhora Ester Rosali, sobrinha de Adolfo Bloch. Tiveram quatro filhos.

É marcante no depoimento como ele manifesta asco pelas condições do lugar da detenção, lugar de muita “sujeira”, “infecto”. Foi solto como *anistia* pelas festividades de Natal para que pudesse passar o feriado com sua família, mas com o compromisso de que retornasse, para não recair em insubordinação. Em dezembro ficou preso por quatro dias e em janeiro por um dia. É importante ressaltar que há uma lacuna acerca dos documentos referentes à época em que o jornalista esteve preso, tais como ficha prisional, abertura de processo, mas encontramos documentos referentes ao encerramento do inquérito, disponíveis no banco de dados do projeto *Memórias Reveladas*, pertencente ao Arquivo Nacional. Trata-se da cópia do relatório do Inquérito Policial Militar (IPM) e do parecer do procurador da Justiça Militar acerca do processo.

É interessante observar os fatores pelos quais, nessa primeira vez em que esteve recluso, não houve agravamento de sua situação, pois não sofreu nenhum tipo de violência física e, enfim, culminando na sua soltura. O primeiro fator trata-se da repercussão internacional de sua prisão e o segundo refere-se aos contatos pessoais e no *Jornal do Brasil*. Isso também é pontuado por ele no depoimento ao CPDOC tempos depois quando fala das notícias e das pessoas que o ajudaram nesse momento difícil.

Como dito acima, a prisão de Dines em dezembro foi logo noticiada internacionalmente em editorial do *The New York Times*. Nos três dias que seguiram até sua saída da detenção mais notícias foram publicadas. Elas nos permitem perceber a repercussão do caso, os meandros da prisão e a notoriedade de Alberto Dines na função de editor-chefe do JB. Uma amostra foi a publicação de *Brazilian Arrest Protested* (25 de dezembro de 1968, p. 3),¹²¹ que relata o protesto da organização internacional Overseas Press Club¹²², enviado diretamente ao presidente Costa e Silva para que interviesse no caso. Quando, enfim, Dines foi solto, dois textos foram publicados no mesmo dia: *Rio Editor Who Opposed Censorship Is Released* (26 de dezembro, p. 2)¹²³ e *Brazil Press Crackdown* (26 de dezembro de 1968, p. 36)¹²⁴. O primeiro texto

¹²¹Protesto por Brasileiro Preso (Tradução nossa).

¹²²A Overseas Press Club of América é uma instituição fundada em 1939 na cidade de Nova York por um grupo de correspondentes estrangeiros que busca manter uma associação internacional de jornalistas trabalhando nos Estados Unidos e no exterior, no intuito de promover os mais altos padrões de integridade profissional e habilidade na divulgação de notícias, contribuir com a formação de novos jornalistas, a liberdade e a independência da imprensa pelo mundo. Todo ano o Overseas Press Club premia jornalistas que tiveram um trabalho de excelência. Também possui uma fundação que distribui bolsas de estudo para universitários que almejam a carreira de correspondente estrangeiro. Entre os integrantes da fundação estão jornalistas de grandes jornais, emissoras de televisão e rádio dos EUA. Informação no portal *Overseas Press Club of America*.

¹²³“Editor do Rio, que se opôs à censura é liberado” (Tradução nossa).

¹²⁴Repressão da Imprensa Brasileira” (Tradução nossa).

comunica a soltura de Dines e o segundo noticia a situação de perseguição e censura no país, à qual não só Dines, mas outros editores estavam sujeitos naquele momento. O último texto deste curto, mas intenso período, é *Arrest Not Explained, Says Editor in Brazil* (27 de dezembro de 1968)¹²⁵. Este é curioso porque informa que o jornalista não foi interrogado nesse momento e nem foi informado sobre os motivos de sua prisão.

Constata-se que houve uma repercussão internacional por meio das notícias difundidas num intervalo pequeno de tempo. De modo geral, Alberto Dines é retratado como um dos jornalistas “mais influentes do país” naquele momento e o JB como sendo o jornal “mais respeitado” do Rio de Janeiro. Por sua vez, as causas da prisão, segundo as notícias, são a censura instaurada no Brasil e a cassação de direitos feita pelo regime militar, fato agravado pela Lei de Segurança Nacional, com a perseguição de políticos, jornalistas, opositores de modo geral¹²⁶. As analogias feitas por Dines na ocasião do discurso de formatura são recuperadas nos textos jornalísticos para denunciar a presença de censores nos escritórios dos jornais, nas estações de rádio e televisão, revelando uma preocupação com a situação delicada da política e da imprensa no Brasil que a diplomacia dos Estados Unidos deveria levar em conta:

O encarceramento e censura são manifestações externas de algo que incomoda mais profundamente o Governo Brasileiro. O direito de parlamentares e políticos tem sido ameaçado e em alguns casos suspensos. Agitações estudantis e trabalhistas e demandas por reformas foram atendidas com força militar. É contra esse cenário que a analogia do Sr. Dines sobre Nazismo e Stalinismo chegam tão perto da realidade. É uma verdade que os diplomatas dos Estados Unidos devem levar em conta, no Brasil e em qualquer lugar. Censura e cadeia para jornalistas não podem ser toleradas nem em governos constitucionalmente limitados. (*The New York Times*, 26 de dezembro de 1968, p. 36, tradução nossa).¹²⁷

Quanto às causas dessa primeira prisão, embora seja noticiado que não foram informadas a ele, os textos apontam que a *fala* feita contra a censura, por ocasião da formatura,

¹²⁵“Detenção não explicada, afirma o editor no Brasil” (Tradução nossa).

¹²⁶ Por exemplo, nomes importantes da política brasileira como o ex-presidente Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, ex-governador do Estado da Guanabara, são citados entre os cerca de 200 opositores detidos naqueles dias. In: *Brazilian Editor Arrested for Assailing Censorship* (MONTGOMERY, P. THE NEW YORK TIMES, 24 de dezembro de 1968, p. 5)

¹²⁷The imprisonment and censorship are external manifestations of something deeper bothering the Brazilian Government. Parliamentary and political rights have been threatened and in some cases suspended. Student and labor unrest and demands for reforms have been met with force. It is against this background that Mr. Dine’s analogy to Nazism and Stalinism cut too close to the truth. It is a truth that United States diplomats must take into account, in Brazil and elsewhere. Censorship and jail for journalists cannot be tolerated even in limited constitutional governments. In: *Brazil Press Crackdown* (*The New York Times*, 26 de dezembro de 1968, p. 36).

foi o real motivo. E, por fim, outra ocorrência peculiar é a instauração da *autocensura* nos jornais, noticiada no editorial de Paul L. Montgomery:

A imprensa e emissoras de rádio e televisão foram proibidas de veicular notícias de prisões políticas em geral, criticar o governo ou as forças armadas, ou de denunciar a existência de censura. Os censores foram removidos dos escritórios da TV na sexta-feira e dos jornais e estações que concordaram com a auto-censura. (THE NEW YORK TIMES, terça-feira, 24 de dezembro de 1968, p. 5), tradução nossa).¹²⁸

Ainda no mesmo editorial é evidenciado o posicionamento do Jornal do Brasil, pelo menos naquele primeiro momento, que, diferente dos demais jornais, não teria consentido à autocensura e, por esse motivo, foi dito que “The censors were not removed from Mr. Dines’s newspaper” ou “Os censores não foram removidos do jornal do Sr. Dines”.

Por outro lado, no que diz respeito aos contatos de Alberto Dines e como eles o ajudaram na prisão, é narrado que no primeiro momento de sua detenção se encontrava na Vila Militar o então capitão do Exército Gustavo de Faria¹²⁹, um frequentador do Jornal do Brasil. Embora não tivessem conversado, o jornalista fez algum sinal para que fosse visto por Gustavo de Faria, que entendeu o contexto e “avisou à redação” do jornal. Relembrou que uma vez instalado, segundo ele, já “em condições mais civilizadas”, às quais atribuiu a repercussão da notícia de sua prisão, recebeu também a visita do general Otávio Costa¹³⁰. Este na época fora avisado pelo irmão do jornalista, que era dentista e amigo do general. A visita do general Otávio Costa, “único militar que conhecia bem”, é lembrada por Dines com reconhecimento e gratidão, como uma atitude “extraordinária” de sua parte:

[...] com farda, com carro oficial, foi ao quartel onde eu estava preso – tiveram que dar aquele toque formal para receber oficial superior – e foi me visitar. Para evitar qualquer violência[...] Mas ele fez uma coisa muito bonita mesmo, muito corajosa, eu acho, e depois foi embora. (DINES, 2003, p. 99)

¹²⁸To press and radio e television station were forbidden to carry news of widespread political arrests, to criticize the Government or the armed forces, or to report the existence of censorship. The censors were removed from the cable offices Friday and from those newspaper and stations that agreed to self-censorship”.)

¹²⁹Paulo Gustavo Coutinho de Faria foi capitão do Exército em 1965 e chegou a coronel em 1979. Foi também advogado, jornalista, professor, empresário, escritor e editor. Exerceu a carreira política na década de 80, chegando a atuar como deputado federal, na constituinte em 1988 pelo PMDB. Informações no verbete biográfico do CPDOC/FGV.

¹³⁰ (1920-2021) Otávio Pereira da Costa integrou a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que combateu os fascistas na Itália, de 1944 até o final da Segunda Guerra Mundial, em maio de 1945. Em 1964 servia na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Durante o governo do general Emílio Médici (1969-1974), tornou-se chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) da Presidência da República. No exercício desse cargo, foi o responsável pela exibição de filmes de propaganda governamental, considerados como instrumentos de "campanhas educacionais visando o fortalecimento do caráter nacional". Informações no verbete do CPDOC/FGV.

É interessante refletirmos sobre as interações de Alberto Dines enquanto esteve preso. A visita de dois militares, não só de alta patente, mas articulistas do governo, faz-nos refletir sobre a rede de sociabilidades à qual o jornalista estava integrado naquele momento. Primeiro, a posição do Jornal do Brasil, cujo apoio ao golpe foi fundamental e, por isso, frequentado por oficiais. Também, do ponto de vista da vida familiar, pois seu irmão era dentista de um militar de alta função. É importante ressaltar que o Cel. Otávio Costa também foi testemunha no inquérito de Alberto Dines.

Cerca de oito dias depois, em 02 de janeiro de 1969, Alberto Dines se apresenta ao I Exército, 2ª Seção para depor. Segundo ele, havia um dossiê repleto de observações a seu respeito e a apresentação se transforma num novo interrogatório, mais agressivo que o anterior, com novas acusações, “inquisitorial”. Dura o dia inteiro e, ao final, mesmo o jornalista se comprometendo a voltar no dia seguinte, acaba sendo detido novamente. O fato é noticiado outra vez pelo The New York Times em novo editorial e reportagem.

Assim, o editorial também escrito por Paul L. Montgomery, intitulado *Brasil aperta Curbos na Economia: Presidente corta ajuda federal a estados e cidades* (03 de janeiro de 1969, p. 7)¹³¹, analisa os rumos da economia brasileira, falando dos cortes de gastos do governo Costa e Silva. Ao final, traz a notícia da prisão do jornalista Irineo Guimarães, brasileiro, correspondente do *Le Monde*, jornal francês, e informa a nova prisão de Dines em janeiro de 1969. Sobre os motivos dessa detenção, comunica: “[...] Ele foi informado hoje que o depoimento que havia dado às forças armadas explicando sua atitude foi insatisfatório e ele foi novamente posto em custódia militar” (Tradução nossa).¹³² Por sua vez, a reportagem intitulada *Notícias presas na América Latina* (04 de janeiro de 1969, p. 26)¹³³ trata dos ataques dos militares às imprensas do Brasil e Argentina e tece críticas ao Governo Costa e Silva, que com suas ações de aprisionar membros do congresso estaria *minando* a fé em seu governo. Cita outra vez as detenções de Dines e de Carlos Castelo Branco. Neste texto, as prisões e solturas de jornalistas são denunciadas como um *método* para impor autocensura aos jornais: “Essas técnicas de recompensas e punições são projetadas para forçar autocensura” (Tradução

¹³¹ Brazil Tighens Curbs on Economy: President Cuts Federal Aid States and Cities (Tradução nossa).

¹³² “[...] He was informed today that the deposition he made to the armed forces explaining his action was unsatisfactory and he was again taken into military custody.” In: *Brazil Tighens Curbs on Economy: President Cuts Federal Aid States and Cities*. (03 de janeiro de 1969, p. 7)

¹³³ *Latin America's Jailed News* (04 de janeiro de 1969, p. 26).

nossa)¹³⁴. É interessante pontuar que nestes dois últimos textos a situação de Dines é inserida em um contexto no qual a perseguição a jornalistas na América Latina deve ser vista como um fato preocupante, inclusive para a nova “administração de Washington” do presidente Richard Nixon, que estava prestes a tomar posse.

Ao lembrar a segunda prisão, em janeiro de 1969, o jornalista atesta que não sofreu violência física, “mas a humilhação foi uma coisa inesquecível”, o que corrobora a ideia de que a prisão em si já é considerada uma violência:

Apresentam-se meia dúzia de catarinas, com metralhadora, capacete, era hora de saída de todo o funcionalismo, eu desço no elevador com seis caras armados e cruzo o saguão com eles em volta de mim, como se eu fosse um facínora, um bandido. A vingança perversa. Me põem num jipão, me levam para o Batalhão de Guardas – de novo – uma coisa infecta, suja, imunda – e passo aquela noite lá. No dia seguinte de manhã, me levam de volta e continua o inquérito, até quase o fim da tarde. (DINES, 2003, p. 101)

Segundo ele, esteve preso, na primeira vez, na Vila Militar, em Deodoro, Batalhão de Canhões Antiaéreos e, pela segunda vez, na 2ª seção do Primeiro Exército. Lamentavelmente, como já foi dito, o IPM aberto em nome de Dines não se encontra disponível, talvez por ainda não ter sido publicado ou quem sabe pode ter sido destruído.

Como já relatamos, sobre essa época encontram-se dois documentos referentes ao encerramento do inquérito, ou seja, ao arquivamento do IPM em março de 1969¹³⁵. O primeiro documento é a cópia do relatório do IPM, encaminhado pelo chefe do gabinete do Ministério do Exército ao Presidente da Comissão Geral de Inquérito Policial Militar (CGIPM)¹³⁶, de

¹³⁴ “These carrot-and-stick techniques are designed to force self-censorship”. In: *Latin America’s Jailed News* (04 de janeiro de 1969, p. 26)

¹³⁵ Ambos pertencentes ao FUNDO: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar - BR DFANBSB AAJ, no projeto *Memórias Reveladas*, relacionado ao Arquivo Nacional

¹³⁶ Segundo informação coletada no site do Arquivo Nacional, na “História administrativa”: “a CGIPM foi instituída pelo Decreto-Lei n. 459, de 10 de fevereiro de 1969, tendo por embasamento a Exposição de Motivos n. 46-SG/CSN (Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, órgão vinculado à Presidência da República).(...) Foi criada tendo como atribuição “cooperar para assegurar a tranquilidade do país no campo da Segurança Nacional”(...) Para a consecução de sua missão, a Comissão poderia “solicitar aos órgãos de informações – Serviço Nacional de Informações (SNI); Centro de Informações do Exército (CIE); Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica (N-CISA); Divisões de Segurança e Informações; Departamentos de Ordem Política e Social; Polícia Federal; a investigação de atos subversivos e contrarrevolucionários”. Tinha, ainda, a atribuição de realizar “com os próprios meios” diligências policiais, determinar a abertura de Inquérito Policial-Militar (IPM) e de Inquérito Policial, entre muitas outras atribuições. Integrada por representantes das três forças armadas, a CGIPM era presidida por um general-de-divisão, e contava com assessoramento do Ministério Público. Coordenava as atividades de combate à subversão, em todas as suas fases: preparatória, na qual predominavam as investigações, que podiam ser realizadas por ela mesma ou solicitadas a outros órgãos (por exemplo, o SNI, a DSI e a PF); de repressão, que culminava com os inquéritos; e de conclusão da ação e acompanhamento na Justiça. Dessa forma, a Comissão identificou nos estados inquéritos policial-militares e inquéritos policiais, flagrantes, fichas de indiciados e fichas auxiliares, computando envolvidos julgados, condenados, absolvidos, foragidos e excluídos dos processos. Realizou também transportes de prisioneiros, de modo a facilitar o andamento dos inquéritos(...)Foi extinta formalmente pelo

“caráter confidencial”¹³⁷. A segunda documentação refere-se ao parecer do procurador da Justiça Militar, também encaminhado ao Presidente da CGIPM¹³⁸. São documentos complementares, já que o relatório é a indicação do arquivamento do IPM, pedindo o envio para a Auditoria Militar. O segundo é o Parecer do procurador junto à Auditoria concluindo pelo arquivamento do IPM. Contudo, cabe ressaltar que a cópia do relatório do IPM de Alberto Dines apresenta um desgaste considerável, de modo que a interpretação dos dados se centra na ficha de apresentação e no ofício em si. Dito isto, passemos ao encerramento do IPM.

Primeiramente, Dines, no depoimento ao CPDOC-FGV, relata que quem assinou seu processo foi o Cel César “Montanha”, católico conservador¹³⁹ e que foi inquirido por ele. Essa informação é relevante e explicaria os motivos pelos quais a partir de um determinado momento, segundo Dines em suas memórias, o interrogatório partiu para um determinado *tom* no qual questionou-se o fato de ele, sendo um judeu, estar à frente de um jornal *católico*¹⁴⁰. Também foi inquirido por uma reportagem especial feita para a Semana Santa de 1968, cujo tema era *O Homem Jesus Cristo*, publicada no Caderno B. O artigo foi criticado por Gustavo Corção¹⁴¹, intelectual católico conservador que escrevia no jornal O Globo. No entanto, no que

Decreto-Lei n. 1.084, de 6 de fevereiro de 1970, que determinou, em seu Artigo 2º, que o acervo e os arquivos da CGIPM deveriam ser transferidos para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional”. Para ver a descrição completa, ver site do Arquivo Nacional.

¹³⁷ Ofício n. 128 D/2 de 19 de março 1969, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, IPM 81. (FUNDO CGI, CAIXA 2, CAMISA 81) Título: BR_DFANBSB_AAJ_0_IPM_0081_D0001DE0001.pdf. FUNDO: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar - BR DFANBSB AAJ. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0081/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0081_d0001de0001.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021. O arquivo em que consta o relatório possui outros anexos, como o relatório do IPM aberto em nome do escritor Antônio Callado e o IPM para investigação de OPM (Organização Político Militar). No, total, é composto por 22 páginas. No entanto, os relatórios apresentam um certo desgaste.

¹³⁸ Ofício n. 41 de 21 de março de 1969. Justiça Militar, 1ª Auditoria da 1ª Região Militar. IPM 84. Título: BR_DFANBSB_AAJ_0_IPM_0084_d0001de0001.pdf. FUNDO: Fundo/Coleção AAJ- Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar. Neste arquivo também consta o pedido de denúncia contra Herval Arueira, membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro e outros.

¹³⁹ Acreditamos que Dines disse se tratar do Gen. de divisão César Montagna de Sousa, ex-combatente da FEB. Quando coronel, que foi responsável pela tomada do Forte de Copacabana em 1964, onde estavam militares apoiadores do presidente João Goulart. Teve postos de comando no 31º Grupo de Artilharia de Campanha - Escola e o Forte de Copacabana e na Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, ambos no Rio de Janeiro e na 3ª Divisão de Exército, em Santa Maria. Faleceu em 2007 aos 93 anos. Em seu depoimento ao CPDOC-FGV, Dines também relata que o general era próximo de Gustavo Corção, escritor, colunista e intelectual católico conservador.

¹⁴⁰ Esse episódio gerou uma polêmica e cartas de repostas publicadas nos jornais O Globo, Jornal do Brasil, na Revista Manchete e também artigos na Revista Permanência, publicação católica fundada por Gustavo Corção e outros intelectuais católicos. A revista Permanência com textos sobre os assuntos estão disponíveis no banco de dados do “Memórias Reveladas”, no Arquivo Nacional. Título do Documento: BR_RJANRIO_S7_CX129_PT003_d0001de0001. FUNDO Paulo de Assis Ribeiro – BR RJANRIO S7.

¹⁴¹ Em seu artigo sobre *Os Discursos de Celebração da ‘Revolução de 64’* Lucileide Costa Cardoso cita dois artigos de Gustavo Corção que integraram a coletânea *O Processo Revolucionário Brasileiro*, feito para comemorar o quinto aniversário da ‘revolução’, em 1969. Segundo a autora: “A intenção foi celebrar o quinto aniversário da ‘revolução’, fornecendo explicações históricas, consolidadas em estudos e julgamentos de militares e intelectuais que pensaram a ‘Revolução Democrática Brasileira’ (CARDOSO, 2011, p. 119). Assim, a

diz respeito ao encarregado pelo IPM o nome que consta é o do Cel. Agrício Faria Pimentel. O mesmo responsável pelo processo do escritor Antônio Callado.

Também, como já dito, pelo desgaste do relatório não foi possível ter acesso a informações sobre interrogatório e, portanto, quem o comandou ou o teor desse questionamento específico. Todavia, não se exclui a possibilidade de que a inquirição tenha ocorrido desse modo, até mesmo como forma de intimidação. Também, porque nos chamou a atenção, a indignação e os detalhes de quando Dines revê essas memórias no depoimento dado ao CPDOC levando-o a contendas anos depois¹⁴². Portanto, ficaram marcas do tratamento que lhe foi dispensado pelo fato de ser judeu: a humilhação, aviltante na sua condição humana, do direito a fazer parte da comunidade judaica, ter suas crenças. E, ainda mais, a sensação de impotência, raiva, indignidade e a ferida de não poder se manifestar, a perda da liberdade de dizer.

Quanto às acusações feitas contra Dines, presentes nestas fontes, figuraram efetivamente o discurso proferido na formatura de jornalistas da PUC e uma série especial de reportagens no *Jornal do Brasil* sobre os *50 anos da Revolução russa*. Acontece que Dines esteve na URSS em 1967¹⁴³ e a reportagem feita por ele, apesar de criticar o regime soviético, também fez elogios ao sistema educacional, à saúde, ao preço dos livros e outras coisas. O conteúdo teria desagradado militares, que a teriam chamado de *o ouro de Moscou*. Desse modo, por conta da reportagem sobre a URSS, o jornalista também foi questionado se era “comunista”. Como lembra Rodrigo Patto Sá Mota (2006; 2018) o pensamento *anticomunista* perpassou os pretextos para o golpe em 1964, a promulgação do AI-5 e todas as ações do aparato repressivo durante a ditadura, atingindo a qualquer um que fosse posto em suspeita pelo regime.

historiadora aponta que nos artigos de Gustavo Corção intitulados *Para a Normalização do Brasil e Lembrança de um pesadelo e de um Milagre*, o autor busca analisar as relações da Igreja com o movimento de 64 e entender as leis que regem a história atacando veementemente o comunismo e os clérigos de esquerda.

¹⁴²A título de exemplo, na mesma entrevista, indignado, Dines menciona que seu pai procurou o senhor Jaime Rotstein, engenheiro que segundo o jornalista, seria naquele momento Presidente da Federação Israelita do Rio de Janeiro, para ajudá-lo com questão da prisão, tendo ouvido a seguinte resposta: “Mas ele está preso como um brasileiro, não está preso como judeu”. Meu pai disse: “Mas ele é judeu também não é?” Algum pressentimento do meu pai. Na mesma hora em que estavam me perguntando por que um jornal católico era dirigido por um judeu, o presidente da Federação Israelita estava tirando o corpo fora. Isso é uma coisa da maior importância. (DINES, 2003, p.101-102). A narrativa desse acontecimento gerou uma questão judicial entre Alberto Dines e Jaime Rotstein, por ocasião do lançamento do livro “Eles Mudaram a Imprensa”. Houve, via justiça, uma tentativa de interdição do livro até que fosse removido esse trecho do depoimento de Dines. Consta que o trecho não foi retirado, mas acordou-se que o reclamante, o Sr. Rostein, por meio do seu advogado, pudesse acrescentar ao livro uma carta com direito de resposta, desde que acompanhada da réplica do autor do depoimento. As cartas podem ser acessadas no site do Observatório da Imprensa, notícia intitulada “Advogado tentou embargar a edição”. Observatório da Imprensa. Edição 241, de 9 de setembro de 2003.

¹⁴³ Esteve por um tempo na URSS, segundo ele a convite da *União dos Jornalistas russos*. Na mesma ocasião em que esteve fora do Brasil, ficou encarregado de cobrir a *Guerra dos seis dias*, em Israel, sendo o único jornalista brasileiro a cobrir o conflito.

Por sua vez, depuseram no inquérito o Cel. Octávio Pereira Costa, já citado anteriormente, o Cel Manoel Moreira Paes e o Embaixador José Sette Câmara. Foi concluído que Dines não cometeu nenhum dos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional (Decreto-lei n. 314, de 13 de março de 1967), remetendo o inquérito para a Auditoria. Segue resumo do relatório, na ficha de apresentação:

ALBERTO DINES: Responsável pela composição do Jornal do Brasil Participou da confecção de report. sobre os 50 anos da Rev. Russa. Sempre se manifesta crítico ao reg. (ilegível). Colaborou com o governo revol. Escrevendo um livro sôbre a rev. e orienta feitura cadernos p/ difundir obj. rev. Após AI-5 fêz discurso como paraninfo turma jornalismo PUC desabafando contra a censura, O IPM não considera crime. Remetido para Audit. Não será denunciado. Conclusão: Fichário.¹⁴⁴

Esclarecemos que o trecho acima foi manuscrito num pedaço pequeno da ficha e por isso contém as abreviações. Nele aparecem os motivos da acusação, presentes no relatório, e a conclusão pelo encerramento do processo, visto não haver configuração de crime, sendo recomendado o envio do processo à Auditoria.

Assim, no início do parecer da 1ª Auditoria, redigido pelo procurador Eudo Guedes Pereira¹⁴⁵, é possível perceber os eventos que puseram Alberto Dines em suspeita levando à abertura do IPM: “Observa-se da Portaria de fls. 2, que o presente INQUÉRITO POLICIAL MILITAR, por ordem do Exmo Cmte. do Exército¹⁴⁶, foi instaurado para apurar a ativa participação do cidadão Alberto Dines nos acontecimentos que ultimamente vinham tumultuando e intranquilizando o país”. Todavia, encaminha o arquivamento do IPM por

¹⁴⁴ Ofício n. 128 D/2 de 19.03.1969, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, IPM 81. Banco de dados do Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional (FUNDO CGI, CAIXA 2, CAMISA 81) Título: br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0081_d0001de0001.pdf. FUNDO: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar - BR DFANBSB AAJ.

¹⁴⁵ No parecer é apresentado como 1º Substituto do Procurador de 2ª Categoria da Justiça Militar.

¹⁴⁶ Quem exercia o cargo de comandante do 1º Exército era o Gen. Syseno Ramos Sarmiento. Integrou a FEB, em 1944 e 1945, durante a Segunda Guerra. Como militar exerceu vários cargos. Participou ativamente do planejamento e da execução do golpe em 1964. Foi nomeado chefe-de-gabinete do então ministro da Guerra, Gen. Artur da Costa e Silva. Em maio de 1968, assumiu o comando do I Exército, sediado no Rio de Janeiro. Após o falecimento de Costa e Silva, foi um dos nomes cotados para a presidência da República. Comandou o Exército entre 1968 e 1971. Em 1969, fez parte do comando que operou as negociações para libertar o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, sequestrado por organizações de esquerda. Como comandante do I Exército, criou o Centro de Operação para a Defesa Interna (CODI), órgão destinado a combater a subversão e sediado no Rio de Janeiro, mais tarde transformado no Departamento de Operações Internas (DOI). Em novembro de 1970, o general dirigiu uma das maiores operações militares antissubversivas que tiveram lugar desde 1964, da qual resultou a prisão de cerca de três mil pessoas. Em 7 de maio de 1971, tornou-se ministro do Superior Tribunal Militar (STM), cargo que ocupou até junho de 1977. O general Sarmiento está entre os 377 militares denunciado pela Comissão Nacional da Verdade em 2014.

concluir que não houve crime contra a Segurança Nacional. No entanto, o auditor endossa a recomendação feita pelo Cel. Encarregado do IPM de que, a partir daquele momento em diante:

[...] o jornalista Alberto Dines deva ser mantido sob observação, seu comportamento vigiado de maneira a se poder no futuro próximo, ter a certeza do seu procedimento, ordenando, a remessa dos autos, em virtude de não haver crime a punir, ao Exmo. Sr. Gen. Syzeno Sarmiento, Comte. do I Ex., a fim de dar a competente solução do feito, conforme se insere no Relatório de fls. 81/82. Solucionado o feito, a fls. 85, S. Exn., o Gen. Cmt. Do I Ex., também concluiu pela inexistência de crime. Na verdade, os fatos apurados nestes autos não constituem crime contra a Segurança Nacional, e assim, opinamos pelo arquivamento do presente processo por ser de inteira JUSTIÇA. Rio de Janeiro, 13 de março de 1969, Eudo Guedes Pereira, Procurador Substituto, em exercício.¹⁴⁷

Ou seja, desde então, iniciou-se uma nova situação em que o jornalista passa a ser visto como *suspeito* pelo regime, tendo a conduta vigiada, entre a tensão e acomodação. De fato, suas ações passaram a ser descritas em dossiês, transitando entre órgãos de informação da ditadura.

Refletindo sobre a prisão de Dines, como editor-chefe do Jornal do Brasil, inserido num meio de intelectuais, jornalistas, seus contatos familiares, os militares que conhecia e frequentavam o jornal, ainda que moderados, mas integrantes do governo, é plausível pensar que essa rede, naquele momento conturbado em que vivia o país, não foi suficiente para protegê-lo de ser preso. No entanto, o protegeu durante a sua detenção, evitando que estivesse submetido às violações físicas e psíquicas¹⁴⁸. Desse modo, sua posição como diretor de um dos maiores jornais do Brasil e a repercussão do fato no exterior, notadamente nos Estados Unidos da América, sem dúvida motivaram uma rápida liberação de sua pessoa, melhor dizendo, o regime tinha consciência da estatura intelectual ou política dos seus presos ou opositores,

¹⁴⁷ Ofício n. 128 D/2 de 19.03.1969, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, IPM 81. Banco de dados do Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional (FUNDO CGI, CAIXA 2, CAMISA 81) Título: br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0081_d0001de0001.pdf. FUNDO: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar - BR DFANBSB AAJ.

¹⁴⁸ Um fato curioso é a percepção do próprio Dines sobre as prisões de jornalistas naquele período, em seu depoimento ao CPDOC: “Embora as prisões todas que ocorreram naquela época não tenham sido prisões violentas. Naquela semana foram presos dezenas de jornalistas, nenhum com violência” (DINES, 2003, p. 99). Possivelmente ele estivesse se referindo à violência física, a tortura, que já era praticada contra opositores e denunciadas. Mas uma simples prisão, em si já é uma violência. Por sua vez, para aqueles considerados culpados, denunciados por crime contra a segurança nacional as consequências das prisões iam da cassação dos direitos civis até a privação da liberdade, juntamente com a violência física. Dois casos que exemplificam essa situação, entre muitos, guardadas as devidas proporções, são os dos jornalistas Antônio Callado e de Fernando Gabeira. O primeiro, por sua posição de esquerda e crítica aos militares, claramente manifestada em seus escritos, foi preso em 1968 e denunciado em IPM, tendo seus direitos políticos cassados, mais a proibição de exercer o jornalismo na imprensa, rádio e televisão, ficando restrito apenas à escrita de peças teatrais e livros. Já Fernando Gabeira, que participou da luta armada, levou tiros por resistir à prisão em 1970, foi preso e depois foi exilado.

mesmo que *consentidos*. Contudo, a própria prisão, de curta ou de longa duração, reflete um mal-estar no sujeito que se coloca a partir dali como um suspeito diante do Estado ditatorial.

A prisão de Alberto Dines é uma prova do agravamento da repressão do regime, que já praticava violências contra opositores desde 1964. Neste caso, foi proeminente a prisão de um jornalista que, assim como o veículo de imprensa do qual fazia parte, apoiou o golpe civil militar de 1964. E, apesar do clima tenso que se instalava, segundo ele, em suas memórias, o Jornal do Brasil conseguia passar ileso. Em seu depoimento ao CPDOC ele se refere a esse período como uma espécie de “momento de ouro” do jornalismo brasileiro: “Embora estivéssemos na ditadura, não sofríamos com isso, não sentíamos isso na redação, porque não havia censura, e os jornais continuavam a ser feitos de acordo com o desejo do dono” (DINES, 2003, p. 92). Tanto foi assim, que pouco depois, em 1965, Dines havia criado, junto com o jornalista Fernando Gabeira, os *Cadernos do Jornalismo*, periódico mensal para comentar e debater jornalismo¹⁴⁹. No entanto, a situação *áurea* do jornalismo, descrita por Dines, reflete apenas a situação dos jornais que apoiaram o regime nos primeiros anos.

Isto nos leva a refletir sobre o que teria feito o jornalista ir mudando de opinião, chegando desse modo a *denunciar* a censura aos leitores. É possível pensar que antes de 1968 já havia de sua parte uma consciência do equivocado apoio aos militares e civis golpistas visto o recrudescimento do regime? É lógico que a oficialização da censura, por meio do AI-5, com certeza foi um marco para ele, que já havia sido demitido de um jornal importante, o *Diário da Noite*, por dar uma notícia sobre opositores do regime salazarista que desagradou profundamente Assis Chateaubriand, o dono do jornal¹⁵⁰. Um dado importante é que Alberto Dines era insubordinado. Fato é que por sua posição no Jornal do Brasil sua prisão também foi feita para servir de exemplo para outros jornalistas. Assim, agora posto em suspeição pelo regime, continuaria por mais um tempo no JB, nesse processo de acomodação e de tensionamento.

¹⁴⁹ A esse respeito vale ressaltar as memórias de Fernando Gabeira sobre esses tempos no Jornal do Brasil contidas, principalmente, no livro *O que é isso, Companheiro?*, no qual narra momentos importantes do JB, que aparece como lugar privilegiado para se observar os movimentos, analisar a política. Relembra também o momento em que sai do jornal para ingressar de vez na luta armada.

¹⁵⁰ Notícia *desautorizada* sobre o sequestro do Navio Santa Maria, ato contra a ditadura de Salazar, já mencionado no começo do capítulo.

3.2.3 Censura e demissão de Alberto Dines do Jornal do Brasil

Segue-se a vida em meio ao agravamento da ditadura. Uma vez instaurada a censura pelo governo, estabeleceu-se também o que se costumou chamar *autocensura*, processo pelo qual os jornalistas se antecipavam aos censores *adequando* matérias, cortando uma coisa ou outra antes que os censores o fizessem. Essa cumplicidade foi exercida por uma grande parte de jornalistas, diretores, proprietários de jornais num sistema organizado. A autocensura pode ser compreendida, inclusive, como um suporte importante do sistema censor. Alberto Dines, ao longo dos depoimentos que deu, declarava que a autocensura se instala no Jornal do Brasil já em 1969, associada à sua segunda prisão, pois, segundo ele, na noite em que esteve preso, fez-se um acordo no qual os censores saíam presencialmente do Jornal do Brasil e no seu lugar se instaurasse uma espécie de *autocensura* e que uma vez preso, não teria como reclamar. Nesse primeiro momento, já após o seu retorno:

Nós obedecíamos às ordens que vinham, mas tentávamos também fazer algumas coisas. Como eles não eram muito claros, não entendíamos direito e fazíamos. Nessa primeira fase as instruções vinham pela direção, e a coisa era muito disfarçada. (DINES, 2003, p. 102)

No entanto, também segundo o jornalista, a pressão da censura sobre o jornal começa a agravar após o sequestro do Embaixador americano Charles Elbrick, em setembro de 1969¹⁵¹. Ocorre que um dos participantes da ação armada era o jornalista Fernando Gabeira que, na época, trabalhava como redator e integrava o departamento de pesquisa, criado por Dines no Jornal do Brasil. Também conforme Dines, Fernando Gabeira, que pediu demissão do jornal em meados de 1969, meses antes da ação armada, “[...] tinha saído do jornal e tinha dado como depósito para o aluguel da casa onde esconderam o embaixador, o cheque que tinha recebido de indenização [...]” (DINES, 2003, p. 102). Portanto, esse evento aprofundou uma desconfiança que já recaía sobre o JB desde o AI-5 e que, como já mencionado, havia implicado na prisão de Alberto Dines e Sette Câmara, quadros importantes do jornal.

Por sua vez, em janeiro de 1970, já no governo Médici é promulgado o Decreto n. 1.077/70, o qual dava *organicidade* à censura. Versava sobre normas e assuntos que podiam

¹⁵¹ O sequestro foi uma ação dos grupos Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e Ação Libertadora Nacional (ALN), que resultou na troca do Embaixador por presos políticos. O assunto foi tema do livro *O que é isso, Companheiro?*, escrito por Fernando Gabeira, em 1979, e que também se tornou filme em 1998. Gerou muitos debates na historiografia sobre a memória da ação das esquerdas nos tempos da ditadura. Esse debate está contido no livro *Versões e Ficções: o sequestro da História*, organizado pelo historiador Daniel Aarão Reis. Também no livro *Criações da Memória*, Lucileide Costa Cardoso analisa a trilogia de Gabeira em *O que é isso, Companheiro?*, *O crepúsculo do Macho* (1980) e *Entradas e Bandeiras* (1981).

ser veiculados para a televisão, livros, artes de modo geral assim como a imprensa escrita. Analisando as chamadas *comunidades de informações*, o historiador Carlos Fico (2001) definiu a imprensa escrita como uma das *grandes vítimas da censura*. Vista como reduto de propagação das ideias comunistas, era atacada com pedidos de proibições de notícias, de todos os setores. Desse modo: “Era o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal (DPF) quem comandava essa atividade, orientado pelo ministro da Justiça, ambos atendendo a diretrizes gerais ou a pedidos específicos provenientes das diversas instâncias do governo” (FICO, 2001, p. 168). De igual modo, o historiador demonstra que não só conteúdos foram proibidos, mas a maneira de informar a notícia, a escrita jornalística, os recursos gráficos do jornal, as manchetes também estiveram na lista de restrições:

Questões de estilo jornalístico ou inerentes à diagramação e distribuição das notícias nas páginas dos jornais também eram objeto da censura. Documento do Ministério da Justiça, de meados dos anos 1970, recomendava que a imprensa evitasse o uso das expressões “fontes fidedignas”, “pessoas ou político bem informado”, “fontes autorizadas da Presidência” e equivalentes. (FICO, 2001, p. 171)

Dadas as circunstâncias, é pertinente pontuar as ações internas na redação do JB para resistir e ao mesmo tempo sobreviver à censura. A historiadora Beatriz Kushnir, ao pesquisar a censura no Brasil, no período que vai do AI-5 até a Constituição de 1988, identificou um processo paradoxo de adequação e resistência vivido pelo jornal. A esse respeito Kushnir (2003) menciona que já em dezembro de 1969, portanto poucos meses antes da promulgação do Decreto n. 1.077/70, fora criado dentro do JB um grupo destinado a promover o *Controle de Qualidade* dentro do jornal:

Para confirmar essas alterações de rota do JB, edita-se uma circular interna de cinco páginas, em 29/12/1969, do diretor do jornal, José Sette Câmara, para o editor chefe, Alberto Dines. Nela há um elenco de normas intituladas “Instruções para o controle de qualidade e problemas políticos. (KUSHNIR, 2003, p. 27).

Segundo o documento analisado por Kushnir, “não se tratava de autocensura”, mas de uma ação “pautada pelo bom senso”, e que o *JB* não era nem a favor, nem contra, mas recomendava-se a “máxima discricção com as questões militares”. Para a autora, o jornal entrou numa situação *esquizofrênica* por querer *combater sem se expor*, assumindo para si o papel de defensor de um perfil “[...] único do Brasil, dos brasileiros e de suas necessidades” (KUSHNIR, 2003, p. 28). Por sua vez, o documento reafirma a importância da participação do Jornal na *Revolução de 1964*, a fidelidade aos seus ideários, pela necessidade de *sobreviver* e outros

assuntos a serem filtrados tais como como subversão, atividades políticas da esquerda, do movimento estudantil e temas ligados à Igreja e ao clero (KUSHNIR, 2003, p. 28).

É interessante ver como a autora aponta os desdobramentos desse documento nos bastidores do jornal e como a chefia compreendia o *controle de qualidade*, analisando alguns documentos, a saber: circular da direção do jornal encaminhado por Alberto Dines, em 02 de janeiro de 1970, memorando introdutório assinado por Dines, juntamente com o documento de Sette Câmara. No memorando do editor-chefe, este declarava:

[...] que o sistema de autocontrole que o jornal se impôs desde o AI-5 chegara ao fim. Para substituí-lo, segundo Dines informava, formulara-se o “sistema de Controle de Qualidade”, centrado nas questões políticas, explicitadas no documento de Sette Câmara e nas técnicas que Alberto Dines expunha. Ou seja, nas formas e instruções de viabilizar esse sistema. Alguns dos jornalistas/funcionários do JB que receberam essas minutas foram escolhidos para fazer parte do grupo de Controle de Qualidade. (KUSHNIR, 2003, p. 28)

Como já observado, a normativa do jornal foi anterior ao Decreto n. 1.770/70. Questionamos, assim, se o jornal estava se antecipando, se adequando ao que estaria por vir. E como o novo “sistema de Controle de Qualidade” substituiria o “autocontrole” imposto pelo próprio jornal desde o AI-5? Ou como os jornalistas o interpretaram? Essa é uma lacuna, e até um tanto complexa para compreendermos, inclusive, a visão de Alberto Dines a respeito, visto não haver menção a esse sistema nas várias entrevistas dadas pelo jornalista que puderam ser consultadas. Entretanto, concordamos com Kushnir (2003) quando conclui que “[...] o papel da imprensa nesse momento político necessita ser reavaliado. Mas, percebe-se claramente que, com a aceitação da autocensura, do autocontrole, do padrão de qualidade, da abdicação de atitudes quixotescas, que tanto remetem à imagem do jornalismo, a grande imprensa brasileira perdeu muito” (KUSHNIR, 2003, p. 29).

Por outro lado, o evento revela um clima de acomodação, mas também de apreensão presente naqueles dias, reverberando no cotidiano do jornal. A partir do Decreto n. 1.077/70, as ordens começaram a ir mais diretamente para as redações. Segundo Dines (2003), essas passaram a ser documentadas, registradas a partir de 1972, anotações que manteve consigo durante muitos anos. Também as notícias publicadas no JB neste mesmo ano foram um tanto desconfortáveis para o governo. Segundo Carlos Fico (2008), analisando a documentação do Centro de Inteligência do Exército (CIE) constatou que: “O *Jornal do Brasil* foi um dos que mais incomodaram as comunidades de segurança e informações durante o ano de 1972” (FICO, 2008, p. 186). Entre os assuntos mencionados pelo historiador estavam denúncias de tortura e

ações policiais que poderiam prejudicar a imagem da polícia e fortalecer as ações dos comunistas e terroristas.

Neste mesmo ano, completava-se dois anos da eleição do presidente Salvador Allende¹⁵², primeiro governo popular socialista no Chile, contrariando os rumos das ditaduras militares do cone Sul¹⁵³. Ante o agravamento da censura no Brasil, acontece o golpe militar no Chile, em que tragicamente o presidente Salvador Allende tira a própria vida no palácio do governo para não se entregar. Ao JB, a censura recomendou “[...] parcimônia nas notícias referentes aos fatos ocorridos no Chile. Situação do presidente Allende assim como a evolução dos acontecimentos naquele país” (DINES, 2003, p.103), ou seja, estava proibida manchete referente ao assunto. Acontece que a notícia e a manchete já estavam prontas para serem publicadas, então, a maneira encontrada pela redação foi remodelar a notícia. Dines relembra como a refizeram e seu impacto:

E aí desenhei a primeira página. “Vamos dar a primeira página sem o título forte, só com a história, mas num corpo tão grande que a história vai ser uma manchete.”[...] No dia seguinte, foi aquele escândalo. Para o bem e para o mal, não é. Armando Nogueira me telefonou: “Que coisa sensacional! Você lavou a minha alma!” (DINES, 2003, p. 104)

A forma como foi dada a manchete irritou a censura e assinalou o evento, que para Dines teria ocasionado sua saída do jornal, pouco tempo depois. Aqui, segue a imagem da notícia daquele 11 de setembro de 1973, no Jornal do Brasil:

¹⁵² O médico e político Salvador Allende Gossens havia sido eleito por uma grande coalisão de esquerda, a Unidade Popular, com ideais da social-democracia. Seu governo durou de novembro de 1970 a 11 de setembro de 1973. Foi o primeiro socialista marxista a ser eleito democraticamente na América e acreditava ser possível implantar o socialismo pela via eleitoral. Seu governo foi marcado por greves, boicotes para o enfraquecimento da economia até a intervenção dos EUA e articulação do golpe de estado feito por seu Ministro da Defesa, o general Augusto Pinochet.

¹⁵³ Em 1970 já havia ditaduras militares no Paraguai (1954), Brasil (1964), Bolívia (1964) e Peru (1968). Em junho de 1973 houve um golpe militar no Uruguai. E ressaltamos o caso da Argentina, que depois de várias tentativas de golpes, passou por duas ditaduras militares: entre 1966 e 1973 e pouco depois, de 1976 a 1983.

Figura 10- Notícia da morte de Salvador Allende (JB, 12 de setembro de 1973)

JORNAL DO BRASIL Hoje tem "Caderno de Automóveis"

Rio de Janeiro — Quarta-feira, 12 de setembro de 1973

ANO LXXXIII — Nº 157

O Presidente Salvador Allende, do Chile, suicidou-se ontem com um tiro na boca no Palácio de La Moneda, segundo dois repórteres do jornal "El Mercurio", que entraram no Palácio e viram o corpo reclinado num sofá, no meio de uma poça de sangue. O Palácio fora submetido a intenso bombardeio de aviões e tanques durante mais de quatro horas.

As autoridades se recusaram a confirmar ou desmentir a morte do Presidente, prometendo para hoje um comunicado sobre o destino de Allende. Segundo um dos jornalistas de "El Mercurio", Allende, antes de morrer, disse a dois dos seus mais próximos colaboradores, Orlando Letelier e José Toha: "Estas são as últimas palavras que vocês ouvirão de mim. Confiem em seus dirigentes. Continuem a confiar no povo".

O corpo de Allende teria sido retirado do Palácio às 19h 30m e levado para local ignorado. A Junta Militar que o depôs anunciou logo depois ter o país sob controle e prometeu devolver a nação à normalidade. Foi decretado o estado de sítio e o toque de recolher.

O movimento mili-

tar começou de manhã, em Valparaíso, principal porto chileno, onde unidades de fuzileiros navais ocuparam a estação de rádio e os pontos-chave da cidade. Logo depois, em Santiago, o General Augusto Pinochet, Ministro da Defesa, o Brigadeiro Gustavo Leigh Guzman, da Aeronáutica, o Almirante José Toribio Medina, da Marinha, e o General César Mendonça, do Corpo de Carabineiros, constituíram uma Junta Militar e exigiram a renúncia de Allende.

A resistência ao movimento, em Santiago, concentrou-se no Palácio de La Moneda e outros pontos do centro da capital, onde franco-atiradores fustigaram até o fim da tarde as tropas que atacavam a sede do Governo.

Em seu primeiro comunicado, os membros da Junta exigiram de Allende a entrega do cargo e sua retirada do Palácio, dizendo-se unidos "na histórica missão de libertar a nossa pátria do jugo marxista". Asseguraram aos trabalhadores a manutenção das "conquistas econômicas e sociais".

Allende foi visto pela última vez em público às 9 horas da manhã, quando de uma das sacadas do Palácio acenou a um pequeno grupo de pessoas. Meia hora depois, sua voz era ouvida pelo rádio: "Um grupo de militares sediciosos levantou-se contra o Governo na cidade de Valparaíso, violando as leis e a Constituição. Confio em que as Forças Armadas saberão esmagar a rebelião".

Poucos minutos depois, iniciou-se o bombardeio aéreo ao Palácio e à casa de Allende no bairro El Alto, que foi mais tarde saqueada pelos seus adversários políticos.

Imensas colunas de fumaça cobriram então o Palácio, totalmente cercado por tanques, jipes armados com metralhadoras e outros veículos militares. O ataque foi suspenso por volta do meio-dia, quando se renou o ultimato. Com as mãos para cima, alguns funcionários civis saíram, mas o Presidente e seus colaboradores mais próximos permaneceram no Palácio.

A Junta Militar justificou o levante: Pôr fim à "gravíssima crise econômica, moral e social do Chile", devido à incapacidade do Governo de conter o caos, o crescimento de grupos armados e organizados por Partidos da coalizão governamental, e ter fortalecido a luta de classes, "uma luta fratricida alheia à nossa formação".

Nos últimos meses, a economia chilena ficou praticamente paralisada, em consequência de uma sucessão de greves, tanto no setor de produção como de comércio, de uma inflação sem controle e que pode chegar a 400% este ano. Sem crédito no exterior, as importações caíram a níveis insignificantes, causando escassez de combustíveis e até mesmo de alimentos.

O enviado especial do JORNAL DO BRASIL, Humberto Vasconcelos assistiu em Santiago aos últimos momentos do Governo Allende e destacou que os esquerdistas foram tomados de surpresa com a ação militar, que pôs fim a 41 anos de normalidade constitucional no Chile. Em 1932, o Presidente Juan Esteban Montero foi obrigado a renunciar sob pressão das Forças Armadas. Salvador Allende Gossens, de 65 anos, casado, pai de 3 filhas, permaneceu no Poder "oito anos, dez meses e sete dias. (Págs. 2, 3, 5, 7. Coluna do Castello, Caderno B e editorial na página 6)

ACHADOS E PERDIDOS

EMPREGOS DOMÉSTICOS

Fonte: Emeroteca digital/Biblioteca Nacional

Três meses depois desse acontecimento e perto de completar 12 anos no Jornal do Brasil, Dines foi demitido. Esse feito, no mínimo corajoso, ajudou a reverberar seu nome como oposição à ditadura. Contudo, a repercussão da manchete e a demissão foram a culminância da situação dele no jornal, na qual outros fatores também estavam envolvidos. Em suma, a manchete agravou realmente uma situação que já estava em curso, que incluía o crescimento dele no jornal. Segundo Marina Colasanti (2020):

A demissão do Dines não foi por conta disso, ou por conta daquilo. A demissão do Dines eu acho... a gente comentava na redação, foi por conta do seu crescimento e da sua personalidade, por que ele se impunha, tentava se impor ao Brito e à direção do jornal e crescia muito. O jornal era dele...!Não,

o jornal era do dono, do Brito [...] era o proprietário do brinquedo e o Dines cresceu em importância e tudo isso acarretou a demissão dele.¹⁵⁴

O depoimento de Marina Colasanti sobre o que era dito na redação do jornal nos ajuda a compreender melhor a situação de Dines no JB e os motivos de sua demissão, indo um pouco além da *manchete de Allende* como causa única desta ação.

Por sua vez, o próprio Dines, no seu depoimento ao CPDOC, confirma os tensionamentos em relação à direção do jornal. Uma dessas ocasiões teria sido após a implantação de um programa de *sensitive training*,¹⁵⁵ organizado por ele com funcionários da redação, no qual ficou claro sua insatisfação com a *passividade* da direção do jornal, a qual, na sua opinião, não contribuía para o avanço da redação. Esse fato chegou ao conhecimento da direção por meio do psicólogo responsável pelo treinamento na época, que levava todas as informações para a chefia¹⁵⁶ e esta que não teria gostado nada das opiniões de Dines.

Por fim, acrescido a isso, na sua narrativa encontra-se outro elemento, pertencente ao contexto político e geopolítico, que, em sua perspectiva, teria implicado na demissão. Envolvia os posicionamentos da direção do jornal frente à saída do presidente Médici e a transição presidencial. Ocorre que a direção teria se engajado numa campanha para apoiar um candidato civil, segundo Dines, o nome seria o do jurista Leitão de Abreu. Uma vez que a candidatura não emplacou, a imagem do JB teria ficado desgastada perante o general Ernesto Geisel, o nome mais forte para a sucessão presidencial. Geisel era presidente da Petrobrás e tinha uma posição antiamericana e a favor do mundo árabe¹⁵⁷. Pouco depois do episódio da manchete da morte de Allende estoura a Guerra do YomKippur¹⁵⁸ no Oriente Médio, à qual o jornal deu ampla cobertura. Muito embora a direção do JB fosse católica, era também a favor de Israel no conflito. No entanto, a hipótese levantada pelo jornalista era que sua demissão teria ocorrido

¹⁵⁴ Entrevista realizada no dia 22 de janeiro de 2020 no Rio de Janeiro. A escritora nos recebeu em sua residência.

¹⁵⁵ Ou “Treino de Sensibilidade”, surgiu em 1946 a partir dos workshops realizados pelo psicólogo alemão Kurt Lewin. Consiste numa forma de treinamento cujo objetivo é tornar as pessoas mais conscientes dos seus objetivos, preconceitos, bem como mais sensíveis aos outros e às dinâmicas de interação de um grupo. Segundo Dines, essas sessões eram feitas com o pessoal da redação do JB e tinham resultados “extraordinários” no ambiente de trabalho.

¹⁵⁶ O senhor Paulo Moura, segundo Dines “tinha sido do Exército, mas tinha saído tempos antes, não sei se antes de 64 ou logo depois”. Uma questão interessante apontada pelo jornalista foi a existência de ex-militares em todas as gerências do Jornal do Brasil.

¹⁵⁷ A título de exemplo, Geisel, já presidente em 1975, participou de uma votação na ONU, sendo favorável à Resolução n. 3.379, na qual o sionismo foi considerado uma forma de racismo. A mesma só foi revogada em 1991.

¹⁵⁸ Conflito Árabe-Israelense ocorrido entre 6 e 24 de outubro de 1973 em que os países árabes tentavam recuperar territórios tomados por Israel desde a Guerra dos seis dias em 1967. O conflito teve dimensão mais ampla quando os EUA se posicionaram a favor de Israel e a URSS apoiou os países árabes. Como desfecho Israel sai fortalecido, mas uma das consequências foi o boicote da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) aos EUA e Europa, desembocando numa alta dos preços em todo o mundo, a chamada *crise do Petróleo*, de 1973.

como uma forma de *agradar* o general Geisel e recompor a imagem do jornal frente ao governo, pelo fato de ele ser judeu¹⁵⁹ e abertamente sionista¹⁶⁰.

Como se vê, lembrando a história anos depois e agrupando os motivos para a sua demissão em dezembro de 1973, é plausível que todos esses elementos tenham contribuído para que isso acontecesse: a manchete de Allende, uma empreitada política que envolvia também o fato de ele ser judeu, seu crescimento e sua insubordinação dentro do jornal. Mas o pretexto para a demissão de Alberto Dines foi o ato de *indisciplina* pela forma como a morte do presidente Allende foi publicada. Teria sido isso também um rompimento com o tal *Controle de Qualidade*? Com o qual até então havia convivido por quatro anos? Por enquanto ficam as indagações.

Há outro dado, que dava a dimensão do crescimento, da importância dele como editor-chefe, vice-presidente do JB e do incômodo causado mesmo depois de sua saída. As entrevistas com Norma Couri e Marina Colasanti confirmam as informações sobre perseguições e demissões de colegas, principalmente aqueles que iam à sua casa prestar solidariedade. Segundo Norma Couri “[...] todo mundo que ia na casa dele acabou sendo demitido, porque tinha sempre algum olheiro ali” (COURI, 2020). Por outro lado, também houve os que saíram do jornal, por vontade própria, em apoio a Dines. Conforme Marina Colasanti (2020):

Eu me demiti em seguida, por que um grupo se demitiu em seguida. No Caderno B acho que fomos eu e o Leonam, Carlos Leonam por que a gente não aceitava o *Walter*¹⁶¹ como editor chefe do jornal, a gente achava que ele era um *business* mais que um jornalista e fomos fieis ao Dines e nos demitimos, um grupo se demitiu [...].¹⁶²

É perceptível que a partir desse momento há uma mudança na trajetória de Alberto Dines como jornalista. Sua prisão em 1968, depois em 1969, a notícia sobre Allende, juntamente com

¹⁵⁹ Rememorando o período, lembrou dos rumores que corriam no jornal depois da sua demissão, tais como “O jornal tem muito judeu, vão começar a demitir os judeus...” ou “Já acabamos com os judeus desse jornal”, frases que teriam sido ditas por ex-militares católicos que frequentavam todas as gerências do jornal. Um exemplo dessas demissões foi a da escritora Clarice Lispector que, segundo Dines, foi trabalhar no jornal por seu intermédio.

¹⁶⁰ Dines era um estudioso da cultura judaica e, embora já há muito tempo não fizesse parte de nenhuma organização de qualquer tipo, foi um sionista até o final da vida. Em síntese, sua posição aparece bem clara no texto “Sou Sionista” publicado no Jornal do Brasil, em 08 de setembro de 2001: “Defender o sionismo não significa apoiar incondicionalmente o Estado de Israel. Sobretudo porque naquele país, a partir de 1977, a aliança da direita com a ortodoxia religiosa iniciou a lenta degradação de um projeto sonhado, concebido e montado para ser exemplo de democracia, secularismo e igualdade social”. Compreende-se que ser sionista para ele não significava apoiar irremistavelmente o governo de Israel, mas defender o Estado de Israel, pelo seu significado para o povo judeu. Este mesmo texto encontra-se no site do movimento *Amigos Brasileiros do Paz Agora*, organização associada ao “Paz Agora”, mais antigo movimento pacifista de Israel.

¹⁶¹ Walter a quem a escritora se refere é Walter Fontoura, que era chefe da sucursal de São Paulo.

¹⁶² Entrevista realizada em 22 de janeiro de 2020, no Rio de Janeiro.

outras ações e narrativas posteriores irão sedimentar uma memória a seu respeito como nome de resistência à ditadura. Por outro lado, é notório que tudo isso está imbricado com seu trabalho no Jornal do Brasil. Nas entrevistas feitas com jornalistas de gerações distintas, contemporâneos ou não dos *tempos do JB*, pudemos perceber tanto a validação desses feitos *históricos* para a memória da resistência do jornalismo como a existência de um Dines inovador do JB, mas também *manda-chuva* do jornal, até um tanto intimidador, não pela força, mas pela assertividade. Ao mesmo tempo se irrompe uma memória bastante afetuosa dos entrevistados. Será esse o paradoxo de conviver com um intelectual, entre a pressão e a admiração?

Sobre as vivências e as inovações no Jornal do Brasil, as entrevistas nos trazem algumas pistas. Para Marina Colasanti, esse período foi muito importante para a sua formação. Na época era colunista do *Caderno B*, que era a seção de Cultura e Arte do Jornal do Brasil. Desse modo a escritora afirma que tudo que aprendeu sobre jornalismo foi no JB. Foi seu mestrado e seu doutoramento e um lugar agradável de se trabalhar. Também aponta que:

O que mais marcou foi a presença do Dines que era muito dinâmico, muito aberto [...] que nos estimulou a fazer várias páginas [...] nós fizemos várias páginas no Segundo Caderno B. Fizemos uma página de verão que publicávamos só durante os meses de verão e a página era feita por *Yllen Kerr*, eu e *Carlos Leonam*. (COLASANTI, 2020)¹⁶³

Por sua vez, Norma Couri, que entrou no Jornal do Brasil, depois de Marina Colasanti, também fala dessa experiência para a sua formação, tendo relatado que havia no jornal uma espécie de curso para instrução dos jornalistas novatos: *o cursinho JB*, criado por Alberto Dines:

Eu me lembro de um professor, que falava assim, a gente estava saindo da faculdade né, aí ele falava “você estão pensando que vocês vão ter...vão trabalhar cinquenta por cento da sua vida e os outros cinquenta por cento vão ter a sua vida, estão muito enganados, o jornal é muito mais do que cinquenta por cento da sua vida, o jornal é setenta e cinco por cento da sua vida, talvez oitenta por cento da sua vida, não se iludam!”, e eles tinham toda a razão. Pro Dines, era cem por cento [...].(COURI, 2020)¹⁶⁴

Ela narrou que *ninguém* entrava no jornal sem ter feito cursinho, um modo de dizer que era realmente importante. Outra coisa que nos chamou a atenção e é significativo nessa fala é a dimensão da importância do jornalismo, naquele momento na vida de Alberto Dines, e como imprimiu isso ao jornal e aos jornalistas que chegavam. Por fim, acerca da sua demissão do Jornal do Brasil, a fala de Norma Couri também demonstra como o fato o marcou:

¹⁶³ Yllen Kerr, jornalista, artista plástico e fotógrafo brasileiro. Carlos Leonam Rosado Penna é fotógrafo, jornalista e colunista brasileiro. O Caderno B era uma referência para se informar sobre cultura no Brasil e no mundo.

¹⁶⁴ Entrevista realizada em 17 de janeiro de 2020 em São Paulo.

Principalmente a demissão do JB, foi muito dura pra ele, porque ... Ele estava há doze anos lá. O período do Dines como editor chefe foi o melhor período que o jornal poderia ter tido. Foi o período de ouro do JB, todo mundo fala isso, todo mundo sabe, historicamente os jornalistas elegem esse período que ele foi editor. Foi muito bom porque ele criou muitas coisas, ele levou muita gente. Ele era um jornalista muito ativo nesse sentido! (COURI, 2020)¹⁶⁵

Esse relato nos remete também a pensar em como é atualizado na memória de gerações do jornalismo brasileiro o período em que Dines foi editor-chefe do Jornal do Brasil, qualificado como um momento grandioso em termos de modernização. Kristina Michahelles (2020)¹⁶⁶, que trabalhou no JB em 1979, quando estava iniciando na profissão, relembra que naquela época Alberto Dines “[...] já era uma lenda viva do jornalismo”¹⁶⁷. Outro aspecto importante é pensar como a ditadura e a censura afetaram toda uma geração de jornalistas-intelectuais brasileiros. Lembremos que Dines antes da demissão do JB já era considerado suspeito pelo estado e, portanto, posto em vigilância. Desse modo, é importante compreender o seu trajeto em outros veículos da imprensa em meio ao patrulhamento da ditadura, à censura, no período compreendido entre o início da abertura controlada do regime.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ Jornalista. Fez a primeira tradução em alemão do livro *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. Era diretora da o Museu Casa Stefan Zweig.

¹⁶⁷ Entrevista realizada dia 21 de janeiro de 2020, no Rio de Janeiro.

4 ALBERTO DINES E ATUAÇÃO NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO EM TEMPOS DE ABRANDAMENTO DA CENSURA

Neste capítulo abordamos os momentos em que o jornalista Alberto Dines esteve na Folha de São Paulo, ocupando funções administrativas, mas principalmente atuando como colunista. Esse período coincidiu com o início da abertura do regime pelo presidente Ernesto Geisel a partir de 1974, e, portanto, com um certo atenuamento da censura na grande imprensa, do qual aproveitou-se a direção da Folha de São Paulo. Assim primeiramente abordamos seus posicionamentos na Página de Opinião e na coluna *Jornal dos Jornais*, criada por Dines para analisar a atuação da imprensa.

Na segunda parte do capítulo trataremos sobre os tensionamentos que acarretaram na sua saída da Folha de São Paulo e que estavam intrinsecamente ligados a eventos e bastidores da imprensa, da política nacional e também sobre como uma vez na Folha, o jornalista era objetivo de vigília dos setores de informação do governo, principalmente quando escrevia sua coluna *Jornal dos Jornais*.

Na terceira e quarta parte trataremos de modo geral sobre os livros escritos por Dines no período de distensão e que são representativos de campos e temas aos quais este intelectual esteve envolvido: a literatura, a história e lógico, o jornalismo. Desse modo, as entrevistas realizadas com pessoas próximas, entre as quais sua esposa, jornalistas próximos, parceiros de trabalho nos ajudaram a ter uma aproximação com este sujeito e o entendimento sobre a sua importância.

Em 1975, logo depois de ter trabalhado como *visiting professor* na Universidade de Columbia, Alberto Dines foi convidado pelo jornalista Cláudio Abramo¹⁶⁸ para atuar no jornal Folha de São Paulo como diretor da sucursal do Rio de Janeiro e contribuir para sua modernização. Esse empreendimento, segundo Kushnir (2012), ficou conhecido depois como *Projeto Folha* e nele incluíram a criação da *Página Três*, para a qual Dines contribuiu junto com outros intelectuais como Paulo Francis, Newton Rodrigues.

Até aquele momento a Folha era um jornal que não tinha editoriais, nem página de opinião, sendo que a única coluna política que havia apenas noticiava os fatos de Brasília. Pertencente ao Grupo Folha, juntamente com o *Folha da Manhã* e o *Folha da Tarde*, eram jornais do

¹⁶⁸ Cláudio Abramo (1923-1987) trabalhou em vários jornais e foi responsável pelas transformações ocorridas em outro grande jornal paulista: O Estado de São Paulo. Afastado do jornal desde 1972, retorna à Folha em 1975. Abramo chegou a ser preso pelo DOI-Codi, junto com sua esposa, acusados de subversão. Informações no verbete biográfico do CPDOC/FGV.

“*establishment*” militar. Esses veículos não só apoiaram o golpe como, posteriormente, já se sabe, serviram como braço civil, contribuindo logisticamente para ações da repressão¹⁶⁹.

De acordo com Alberto Dines, a ideia de dar uma *virada* na FSP foi pensada pelo proprietário Otávio Frias, no sentido de projetar o jornal, mesmo sabendo dos riscos que se correria ao torná-lo opinativo. Além de Dines, passa a fazer parte como articulista de São Paulo o jornalista Samuel Weiner, antes proprietário do jornal A Última Hora, extinto já naquele período, além do jornalista Rui Lopes, que fazia as crônicas de Brasília. Assim, a Folha de São Paulo, por dois anos, entre 1975 e 1977, tem uma mudança gráfica, de conteúdo e de opinião.

No acordo para entrar no jornal, segundo o jornalista, inspirado pelo escândalo envolvendo a imprensa e o governo norte-americano no caso Watergate¹⁷⁰, Dines propôs a Otávio Frias que além do espaço diário na página de opinião, como correspondente do Rio de Janeiro, pudesse escrever uma coluna sobre crítica de mídia, ou seja, um espaço onde a imprensa pudesse falar sobre a atuação da imprensa. Desse modo, Dines atuava em dois espaços da Folha: na página de opinião do primeiro caderno, página 2, onde assinava A. D. e na página 6, no caderno de domingo, tinha a coluna *Jornal dos jornais* onde assinava como Alberto Dines. Curiosamente, essa página é até hoje o espaço do *Ombudsman*. Na página 2, de opinião, ele escrevia um texto diário sobre assuntos variados da política nacional, como correspondente do Rio de Janeiro. Na página 6, na coluna *Jornal dos Jornais*, publicada sempre aos domingos, eram comentados diversos temas, não só da imprensa, mas da cultura em geral, em textos de tamanhos variados. Nela se inaugurava o primeiro instrumento de *crítica da imprensa* brasileira.

É interessante perceber nos relatos do jornalista a importância da coluna *Jornal dos Jornais* na sua trajetória, presente nas entrevistas que deu ao longo da vida assim como nos testemunhos de quem conviveu com ele. Um exemplo é que foi alertado pelo proprietário do jornal que iria *ganhar inimigos*, possibilidade que evidencia um estado de tensão constante. Por outro lado, essa era uma das memórias recontada e enfatizada por ele em algumas entrevistas. Outra questão acentuada por Dines é que na vigência de *Jornal dos Jornais* havia se tornado o colunista mais agressivo da Folha naquele período,

¹⁶⁹ Sabe-se que a Folha da Manhã emprestava seus carros para a Oban (Operação Bandeirantes), operação organizada pelo II Exército, com apoio de empresários para *caçar e desmantelar* organizações de esquerda, responsável por inúmeros casos de tortura e mortes. Também há o caso estudado por Kushnir (2012) do jornal Folha da Tarde, que atuava como uma espécie de *diário oficial* da Oban e cujos quadros eram jornalistas e policiais.

¹⁷⁰ O caso Watergate foi um dos maiores escândalos políticos dos EUA. Basicamente, em meados de 1972, durante a campanha eleitoral que reelegeu o então presidente Richard Nixon, a sede do Comitê Nacional Democrata sofreu um assalto. Após noticiar o fato pela primeira vez, o jornal Washington Post investigou durante meses e seus jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, informados por uma fonte do FBI, descobriram a ligação do presidente com o assalto. Nixon renunciou ao mandato em 1974 e o caso gerou um debate na sociedade norte-americana sobre a atuação da imprensa. A história foi contada em 1976 no filme *Todos os Homens do Presidente*, de Alan J. Pakula.

tanto que acabou recebendo *convite*, em 1977, para uma audiência no II Exército. É importante salientar que os textos escritos por ele, tanto na página de opinião quanto na coluna Jornal dos Jornais, refletem o contexto da *distensão lenta e gradual do regime* empreendida pelo general Ernesto Geisel, eleito presidente em 1974, e pelo general Golbery do Couto e Silva.

Assim sendo, as colunas de Dines na Folha de São Paulo são bem representativas desse contexto, destacando-se a Jornal dos Jornais, que tratava de vários assuntos no campo da cultura, mas especialmente analisava a atuação da própria imprensa. Ela existiu entre 1975 e 1977, juntamente com a página de opinião, que continha os editoriais políticos. Há uma quantidade considerável de textos publicados por Alberto Dines nas duas colunas, sobre diversos assuntos da política, da cultura, enfim, e que merecem ser pesquisados mais a fundo para a compreensão do pensamento desse jornalista-intelectual, especialmente neste período. Por sua vez, cabe lembrar que na vigência das colunas, Dines deixava claro que sua opinião era divergente do ponto de vista dos proprietários do Jornal e tinha liberdade para externá-la.

No entanto, tivemos que fazer um recorte para analisar apenas textos publicados no período que vai de 1975 a 1976, nas duas colunas. Assim, focaremos especialmente nos textos que tocam um assunto especificamente: o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975. Esse caso não só repercutiu no cenário público como fez vir à tona as contradições da imprensa brasileira e a violência do regime no período da distensão. Também pela nossa percepção de que é um fato enfatizado por ele nas entrevistas e retratado numa perspectiva autobiográfica na série Chumbo Quente.

4.1 O JORNAL DOS JORNAIS E A PÁGINA DE OPINIÃO

Em 24 de outubro, o jornalista Vladimir Herzog, na época diretor de jornalismo da TV Cultura/Fundação Padre Anchieta, acusado de pertencer a uma célula de jornalistas do PCB, foi convocado a depor na sede do Doi-Codi em São Paulo, localizada entre as ruas Tutóia, Thomaz Carvalhal e Coronel Paulino Carlos, no bairro do Paraíso, em São Paulo, lugar que inicialmente serviu para as ações da Operação Bandeirantes (Oban) que incluíam a prática de tortura. No dia 25 ele se apresenta voluntariamente e poucas horas depois do depoimento é encontrado morto, enforcado na cela, simulando um suicídio. Acontece que Vladimir Herzog era judeu e o encarregado de realizar a lavagem do corpo, o rabino Henry Sobel se negou a enterrá-lo como suicida. Ao realizar esse ato de rebeldia, estava declaradamente afirmando que o mesmo fora assassinado na cadeia, e, portanto, contestando a versão dos militares sobre o caso. Por sua vez, a celebração dos sete dias de sua morte foi uma missa ecumênica realizada na Catedral da Sé em São Paulo, por três figuras importantes: o

rabino Henry Sobel, Dom Evaristo Arns e o reverendo Jaime Nelson Wright e que reuniu cerca de oito mil pessoas.

Antes de Herzog, muitas pessoas já haviam passado, pelo Doi-Codi e algumas morreram sob tortura, sem que se fosse noticiado. Conforme Beatriz Kushnir (2012) em 1975, outros jornalistas estiveram por lá, como Cláudio Abramo, Marco Antônio Coelho, Paulo Markun, Rodolfo Konder, Luis Weis, George Duque Estrada, Anthony de Christo e Sérgio Gomes da Silva. Por sua vez, morreram sob tortura o militar da reserva José Ferreira de Almeida em agosto de 1975 e do operário Manuel Fiel Filho em janeiro de 1976 sem que o fato tivesse repercussão. Diferentemente destes, o caso do jornalista Vladimir Herzog se tornou emblemático, pois a morte e o inquérito tiveram repercussão nacional e ao longo do tempo se constituiu como uma memória da resistência da imprensa naquele período¹⁷¹.

Desse modo, a ligação deste caso com o cenário político brasileiro, o posicionamento da imprensa nas várias etapas do processo até a conclusão e arquivamento do inquérito foram assuntos das colunas de Alberto Dines no período que vai de outubro de 1975 a março de 1976¹⁷². Também refletem, segundo ele, o engajamento mais opinativo da Folha de São Paulo, se posicionando e informando e questionando fatos que os outros jornais não noticiavam. Também colocaram a FSP e seus jornalistas, digamos assim, na mira do regime.

Primeiro, há que se ressaltar uma espécie de *campanha* anticomunista, de modo geral, direcionada a jornalistas, insuflada também por profissionais do meio. Esse processo que atingiu também a TV Cultura, por meio das críticas feitas pelos jornalistas Cláudio Martins Marques, da revista *Shopping News* e Adirson de Barros¹⁷³, do jornal Última Hora. O primeiro se dirigiu mais particularmente a Vladimir Herzog, então diretor da TV Cultura, também apelidada de “TVietcultura”. Dizia-se que pelo conteúdo veiculado no canal, seu diretor deveria ser convidado a se hospedar no *Tutoia Palace*, apelido do Doi-Codi.

A campanha *anticomunista* contra Herzog foi denunciada por Dines num texto intitulado *Caça às Bruxas*, publicado em 12 de outubro de 1975 na coluna Jornal dos Jornais. E, pouco depois, em *O Medo, o Susto, o Grito*, publicado em 19 de outubro de 1975, na página de opinião, texto em que ele se refere à perseguição e ao clima de delação presente, inclusive, na imprensa. Na semana seguinte à morte do jornalista, o caso foi lembrado numa nota na coluna Jornal dos Jornais intitulada *Caso*

¹⁷¹ Trataremos a respeito do aspecto memorialístico do caso no próximo capítulo.

¹⁷² Os textos estão disponíveis no acervo digital da Folha de São Paulo.

¹⁷³ Cláudio Marques era colunista da Revista Shopping News, publicação semanária paulista. Adirson de Barros era jornalista da Última Hora e assessor de Mario Henrique Simonsen, então Ministro da Fazenda do governo Geisel.

Herzog (2): a delação, publicada em 02 de novembro de 1975, onde relembra a campanha contra e Herzog e vai um pouco além:

Cláudio Marques, no entanto, não parou. Na edição do último domingo, o semanário publicava novo material do colunista escrito na sexta-feira – portanto, antes da prisão de Herzog – onde tentava fazer humor sobre o conforto dos novos hóspedes do Tutoia-Hilton (Tutoia é a rua onde está instalado o DOI do II Exército). Tudo indica que Marques já sabia da prisão de Herzog. Sua gozação, além de violência, denota um informante ineficiente que se identifica e se revela. Se não é o caso do Sindicato dos Jornalistas agir é, pelo menos, caso dos canais competentes dispensarem os serviços de auxiliar tão despreparado. (JORNAL DOS JORNAIS, 02 de novembro de 1975)

A questão com o jornalista Claudio Marques acarretou um processo contra Dines, no qual este recebeu apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Tudo indica que a polêmica se estendeu até uma réplica feita por Dines, na coluna *Jornal dos Jornais*, respondendo a Cláudio Marques, ressalva feita por ele, já que não era costumeiro responder às reclamações dos leitores “a fim de evitar intermináveis polêmicas”, exceção feita a Claudio Marques,

[...] mencionado por nós duas semanas antes da morte de Herzog como autor de uma campanha de caça às bruxas na TV Cultura. O colunista em questão fez publicar na imprensa paulista, nesta semana, extensa carta onde expõe fartamente o único instrumental de que dispõe: – a delação ideológica. Fica portanto, comprovada, e publicamente, nossa informação. (JORNAL DOS JORNAIS, 09 de novembro de 1975).

Ao que consta, Cláudio Marques foi expulso do sindicato dos jornalistas. Por sua vez, nos textos de Alberto Dines sobre o caso Herzog, outras duas questões nos chamaram a atenção: primeiro a sua avaliação da atuação da imprensa acerca do caso e, na mesma ordem de importância, seu posicionamento sobre o regime e a distensão. Ambos aparecem nos dois espaços do jornal, na página de opinião e na coluna *Jornal dos Jornais*. Embora tenhamos nos preocupado com as datas de publicação dos textos, procuramos enfocar mais nos assuntos aos quais se referiam.

Dito isso, observamos que em relação ao posicionamento da imprensa, na primeira semana de cobertura do caso nota-se que Dines foi um crítico dos jornais do Rio de Janeiro no noticiamento dos fatos, ao passo que evidencia uma melhor atuação dos jornais de São Paulo. Esse posicionamento aparece em *Caso Herzog (1): comportamentos*, publicado na Coluna *Jornal dos Jornais*:

O único jornal a noticiar em sua edição de domingo a morte de Vladimir foi “O Globo”. “O Estado de São Paulo” nesse dia noticiou apenas sua prisão. A notícia chegou a redação do “Jornal do Brasil” em tempo útil de ser incluída na edição de domingo, mas o plantonista ficou temeroso e deixou-a de fora. Autocensura embota qualquer jornalista. (JORNAL DOS JORNAIS, 02 de novembro de 1975)

Essa opinião é ampliada em *A Ousadia da Dissensão*, na página de opinião, onde avalia a morte de Herzog e o significado desse acontecimento para a sociedade brasileira naquele contexto.

Nesse artigo, além da imprensa e do governo, sua crítica se estendeu também ao clero do Rio de Janeiro que “na linha cautelosa do Pio XII, ausentava-se do assunto proibindo qualquer missa sob a alegação teológica de que o morto não era católico” (DINES, PAGINA DE OPINIÃO, 02 de novembro de 1975). Ambos os textos foram publicados no mesmo dia.

Nas semanas seguintes, o jornalista denunciou em sua coluna a censura feita pela repressão sobre o caso Herzog direcionada a determinados veículos, tais como a revista *Veja*, os jornais *Tribuna da Imprensa*, *Opinião* e *O Movimento*¹⁷⁴. Ao mesmo tempo em que aponta as *exceções*, ou seja, jornais que ainda sustentavam as versões do II Exército no caso, tais como o *Jornal de Minas* e do pernambucano *Jornal do Comércio*, que ainda acusavam Vladimir Herzog de ser um infiltrado comunista e insistiam na versão dos militares.

Por sua vez, à medida que seguiram as investigações, Dines começa a questionar o arrefecimento da imprensa na cobertura do inquérito. Vejamos um trecho do texto *Fatos sem notícia*, publicado em 30 de novembro de 1975:

Ninguém explicou o que se esconde sob a espessa camada de não-notícia que se abateu sobre o cenário político a partir da morte de Herzog. Há um inquérito? [...] – sejam eventos, implicações e desdobramentos – tudo permanece envolto numa aparência de marasmo que o jornalismo político nacional, outrora tão ágil, agora nem se contenta em registrar, quanto menos em devassar. (JORNAL DOS JORNAIS, 30 de novembro de 1975)

Assim, no mês de dezembro se dá o encerramento do inquérito com a conclusão seguindo a versão do II Exército, ou seja, o suicídio por enforcamento. Observando os escritos que se seguiram na coluna e na página de opinião, percebe-se que a hipótese é que a divulgação foi feita nesse período justamente para que se arrefecesse. E, com o *clima natalino*, como a própria imprensa silenciou-se diante do fato: “[...] CQD – como queira se demonstrar. O assunto está encerrado na área militar. E aberto à capacidade investigativa e ao espírito inconformado do jornalista brasileiro.” (JORNAL DOS JORNAIS, 21 de dezembro de 1975). Dois dias depois é publicado na coluna de opinião o texto intitulado *CQD*, em 23 de dezembro de 1975), no qual afirmava que o resultado do inquérito apenas concluía por onde começava, propositadamente com a afirmação do suicídio¹⁷⁵.

Na semana seguinte o assunto é retomado na coluna, seguindo a mesma linha de questionamento:

Com a grande imprensa sem ânimo, pelo menos por dever de ofício, para checar alguns pontos mais flagrantemente controversos e frágeis do inquérito [...] e a

¹⁷⁴ Jornal dos Jornais (09 de novembro de 1975) textos intitulados: “*Depois da Tempestade*, *Um triste aniversário*, *Exceções* e *A carta de Carta*. Este último refere-se à atitude do jornalista Mino Carta, então diretor de redação da *Veja* que, na sua costumeira carta aos leitores, consegue mostrar aos mesmos a censura feita ao caso Herzog na revista.

¹⁷⁵ CQD ou *Como se queira demonstrar*, expressão acadêmica originária do latim para demonstrar cálculos matemáticos.

pequena imprensa censurada, ficou a opinião pública sem condutos para expressar suas dúvidas. [...] Assim, com a “cumplicidade silenciosa da imprensa brasileira”, está consagrada a tese de que Vladimir Herzog praticou “suicídio voluntário por enforcamento”. Caso encerrado. (JORNAL DOS JORNAIS, 28 de dezembro de 1975)¹⁷⁶

No ano posterior, outros acontecimentos evidenciaram novamente a violência do DOI-Codi paulistano e novos elementos surgiram no cenário público sobre o caso Herzog. Em 17 de janeiro de 1976, o operário Manoel Fiel Filho foi preso e morto em condições análogas às do jornalista e, sendo também a causa da morte *suicídio* praticado com as próprias mãos¹⁷⁷. Ainda na semana seguinte, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo divulga na imprensa o depoimento integral do jornalista Rodolfo Konder¹⁷⁸, que também esteve preso no DOI-Codi, foi torturado e presenciou a prisão de Herzog.

Acontece que Konder esclareceu detalhes importantes para o caso, revelando que Herzog foi torturado. Diante da relevância desse depoimento, Dines, em sua coluna, fez um balanço da cobertura no Jornal do Brasil, no Estado de São Paulo, no O Globo e na própria Folha de São Paulo, cobrando desses jornais a *ausência de um desdobramento* jornalístico do caso nos dias seguintes, tarefa que, na sua opinião, ficaria, então, pelo menos a cargo do “incansável e responsável Sindicato de Jornalistas de S. Paulo” (JORNAL DOS JORNAIS, 01 de fevereiro de 1976). Nesta mesma ocasião, também por intermédio desse sindicato, é publicado em 03 de fevereiro de 1976, no Jornal O Estado de São Paulo, um manifesto intitulado *Em nome da verdade*, um documento onde jornalistas protestavam contra a versão do suicídio. Nesse documento, primeiro assinaram jornalistas de São Paulo e depois profissionais de outros estados, chegando a um total de mil e quatro assinaturas. Alberto Dines é um dos nomes que assinam¹⁷⁹.

¹⁷⁶ Os textos publicados nos dias 21 e 28 de dezembro de 1975 intitulam-se, respectivamente, *O Caso Herzog* e *Herzog, caso encerrado*.

¹⁷⁷ A família percebeu que em seu corpo havia sinais de tortura. A causa da morte, *suicídio* se assemelhava à de Vladimir Herzog e também à do estudante Alexandre Vannucchi Leme. Esse fato eclodiu no afastamento do general Ednardo d’Ávila Melo do comando do II Exército. Em ação judicial movida pela família, a União foi responsabilizada pela tortura e pelo assassinato. O caso de Manoel Fiel Filho foi investigado pela Comissão Nacional da Verdade e sua história foi contada no documentário *Perdão mister Fiel – o operário que derrubou a ditadura no Brasil*. Vide verbete biográfico no site Memórias da Ditadura.

¹⁷⁸ Rodolfo Konder já era militante do PCB em 1964 e trabalhou com Vladimir Herzog na revista Visão. Em 1975, esteve preso junto com Herzog e foi o primeiro a denunciar que este havia sido assassinado pelos torturadores. Após esse fato o jornalista se exilou. No período da redemocratização, atuou em grupos de direitos humanos e presidiu a seção brasileira da Anistia Internacional. Foi também professor de jornalismo, secretário de cultura da prefeitura de São Paulo e escritor premiado. Faleceu em 2014. Informação no site da Agência Brasil.

¹⁷⁹ O documento encontra-se no site do Instituto Vladimir Herzog.

Ainda no começo de 1976 o processo é arquivado confirmando a versão do suicídio “por livre e espontânea vontade”. No texto intitulado *Herzog*, publicado em março deste mesmo ano, Dines indaga novamente à imprensa:

A Justiça Militar arquivou o Inquérito, mas está satisfeita a sede da verdade? A opinião pública nacional aceita este encaminhamento? Os jornalistas brasileiros habituados com investigações tão mais complicadas contentam-se com o rumo adotado num caso onde as evidências saltam aos olhos? O caso Herzog será reexaminado, a consciência humana opera milagres. (JORNAL DOS JORNAIS, 14 de março de 1976)

Em abril 1976, a família de Herzog entrou com uma ação civil pública contra o Estado e dois anos depois conseguiu que este fosse responsabilizado pela morte do jornalista. Só em 2013 sua certidão de óbito foi retificada e em 2014 a Comissão Nacional da Verdade responsabilizou o Estado brasileiro por sua morte. Mais recentemente, em 2018, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA condenou o Brasil por omissão na apuração do caso¹⁸⁰.

Os escritos de Dines sobre o caso Vladimir Herzog nos ajudaram bastante a compreender os meandros desse contexto. No entanto, indo um pouco além do caso, nos foi possível, principalmente, apreender a sua iniciativa de fazer crítica escrevendo textos que eram opinativos. Ou seja, não tomamos seus textos como a verdade pura e simples, mas como expressão do seu pensamento acerca da atuação da imprensa naquele período, o que já era uma coisa bastante ousada, visto que não havia nada parecido, pelo menos na grande imprensa.

Também pudemos perceber que, mesmo com enfoque diferente entre eles, os textos da página de opinião e os escritos da coluna *Jornal dos Jornais* muitas vezes se complementavam, tendo o seu autor a possibilidade de transitar uma mesma ideia não só pela repetição dos temas, mas reportando aos seus textos opinativos e na página de crítica. E, por meio dos escritos sobre o caso Herzog, nos dois espaços foi possível apreender aspectos do pensamento desse intelectual, naquela ocasião, sobre outros assuntos também relevantes. Por exemplo, poucas vezes se refere ao regime vigente como uma *ditadura*, mas usa elementos discursivos para mostrar que não se está numa democracia. Por outro lado, em vários momentos utiliza o termo *Revolução* para o acontecimento de 1964 e denomina os governos vigentes a partir daí de *revolucionários*. Em 1975, inclusive, ainda era muito clara a sua posição de situar que os governos militares é que abandonaram os ideais democráticos de 1964. Expressa essa opinião comentando um discurso proferido pelo senador Teotônio Vilella, o qual lembrava o esquecimento dos *ideais* de 31 de março de 1964:

¹⁸⁰ Idem.

A Revolução de 64 foi feita para defender a democracia. Seu cunho, portanto, é fundamentalmente democrático. Curioso como esse pequeno lapso foi-se espraiando com o passar dos anos, permitindo que em apenas doze anos, as duas palavras, Revolução e Democracia, antes tão imantadas, agora se repelissem com tanta força. Felizmente os revolucionários de ontem ainda estão aqui para lembrar aos de hoje as metas e missões do movimento de 64. A farta documentação bibliográfica aí está para convencer os mais renitentes. (DINES, PÁGINA DE OPINIÃO, 09 de novembro de 1975)

A posição é apresentada no texto intitulado *Um pequeno Lapso*. Essa forma de compreensão do golpe de Estado como *Revolução* e sua relação com a democracia foi estudada por Lucileide Costa Cardoso (2011) quando analisa os diversos tipos de escritos, discursos e textos memorialísticos produzidos por militares e civis nas comemorações dos aniversários do 31 de março de 1964 ao longo dos anos. Assim, a historiadora compreende que nesses discursos está implícita uma “[...] visão fatalista da História do Brasil”, orientada pela lógica do vencedor, na qual o sentido de quem narra é “[...] sempre o da vitória rumo ao progresso da nação” (CARDOSO, 2011, p. 135).

Essa visão ao longo do tempo estruturou o pensamento anticomunista e autoritário, buscando se apropriar do passado por meio do campo da memória. Nesse sentido, deram várias designações ao termo *Revolução*, utilizando-a como categoria explicativa para os acontecimentos de 1964, mas todos no campo conservador. A historiadora menciona várias denominações utilizadas nesses discursos, tais como: *Revolução de 64*, *Movimento Cívico Militar de 31 de março de 1964* – que compreende duas ações: a contrarrevolução (três fases) e a revolução que transformou o Brasil, *Contrarrevolução de 31 de Março*, *Revolução Gloriosa*, *Movimento Revolucionário de 31 de Março*, *Revolução Política de 31 de Março* e até *Movimento Enérgico de 1964/1985*. Ademais, nesse processo:

Nega-se a tomada do poder como um golpe de Estado, para caracterizá-lo como revolução. As Forças Armadas apresentam-se como sujeitos do fazer, delegados do querer popular. O ‘povo’ desejou depor Goulart. Ao desqualificarem Goulart, qualificavam as Forças Armadas, evidenciando a oposição entre povo brasileiro e comunismo, entre ‘ordem’ e ‘caos’, e a existência ou não de revolução. (CARDOSO, 2011, p. 135)

Desse modo, Cardoso chama a atenção para o que ela denomina de “[...] operação de conversão de um conteúdo no seu termo contraditório” (CARDOSO, 2011, p. 135), isto é, algo que se exprime por meio de uma concepção histórica que nega as contradições e se estrutura em antagonismos, naturaliza os processos sociais ocultando a existência das classes, assim, afirmando e negando valores contraditórios, tais como ordem *versus* caos. Por fim, essas versões contidas nos discursos golpistas passam pelo silenciamento da “[...] interrupção do processo democrático em 64, culminando com a usurpação das liberdades e o desrespeito aos direitos humanos” (CARDOSO, 2011, p. 137).

Dito isto, é factível pensar que Alberto Dines tenha mobilizado esses conteúdos quando falava dos ideais “democráticos da Revolução de 1964”, identificando-se aos setores cuja desconfiança das esquerdas naquele momento creditava uma suposta ação democrática ao golpe de estado em 1964 e aos primeiros anos do regime. Isso possivelmente justifique o motivo pelo qual em suas manifestações a favor da distensão lenta e gradual tenha se posicionado sempre criticamente aos governos Costa e Silva e Médici¹⁸¹. Por sua vez, também comparece na defesa da distensão, naquele momento, uma visão histórica que exclui as contradições, uma vez que conceitua “a distensão lenta e gradual” como um movimento *típico* do andar da nossa história, quase que em *marcha lenta*, e tendendo à acomodação¹⁸², ou seja, um processo quase que naturalizado.

Por ocasião da morte de Herzog, faz um chamamento para que o poder central, no caso, o governo Geisel, tomasse sua autoridade contra a autonomia de certos Estados e suas instituições que promoviam ações violentas, bem como clama pela *unidade nacional*. Acontece que o presidente Geisel estava de visita ao Estado de São Paulo justamente naquele momento e os textos de Dines refletem bastante as tensões daquela conjuntura¹⁸³. Assim, o desdobramento do caso Herzog foi uma das situações em que, nos espaços aos quais ocupava, Alberto Dines pôde manifestar-se pela necessidade de que o governo Geisel se entendesse com a imprensa. Por outro lado, criticava a imprensa quando a mesma, na sua opinião, cometia algum equívoco no trato das informações relacionadas ao governo¹⁸⁴. Esse posicionamento pode parecer um tanto peculiar, mas lembremos que ele se situava num campo progressista de oposição moderada à ditadura, o que não lhe isentava da vigilância do regime. Sendo assim, sua atuação na imprensa, os textos escritos na coluna e na página de opinião de vez em quando eram objetos dos documentos dos setores de informação.

No tocante aos temas das colunas, a censura aparece bastante, principalmente em Jornal dos Jornais, muitas vezes, relacionado mais diretamente aos assuntos da imprensa e/ou imbricado com os assuntos da cultura, já que na coluna era possível falar de assuntos variados ao mesmo tempo. Um fato interessante é que Dines expressou algumas vezes que até 1968 não havia censura nos grandes

¹⁸¹ Isso aparece no texto *Réquiem Para um Bolo* (26 de outubro de 1975), onde comenta criticamente o chamado *Milagre Econômico* na página de opinião.

¹⁸² *Lições da História* (16 de novembro de 1975) texto sobre o aniversário de 86 anos da Proclamação da República. Publicado na página de opinião.

¹⁸³ Posições que aparecem em *De Ilhas e Ilhéus* (28 de outubro de 1975), *Humanismo* (29 de outubro de 1975) e *Geisel em São Paulo* (30 de outubro de 1975), todos publicados na página de opinião.

¹⁸⁴ Um exemplo é o caso das reportagens do Jornal do Brasil sobre a *Dow Chemical*, empresa que havia sido presidida por Golbery do Couto e Silva, então nome importante do governo Geisel, atuante pela distensão. Ocorre que Dines pôs em dúvida as intenções do jornal com as reportagens, sugerindo que podiam ambicionar apenas o desgaste da figura do ministro. Contudo, no mesmo espaço criticou a represália econômica do governo ao Jornal do Brasil por conta das reportagens, classificando-a como um tipo de censura. Vide: *JB (1) Dow Chemical* e *JB (2) Pressão Econômica* (JORNAL DOS JORNAIS, 30 de novembro de 1975).

jornais. Uma vez iniciada a distensão, volta a afirmar que não há censura na chamada grande imprensa. Por certo, se referia à saída dos censores dos grandes jornais, tais como O Estado de São Paulo, a própria Folha de São Paulo, em 1975, e o fim de censura *direta* sobre os grandes impressos. A pesquisadora Maria Helena Moreira Alves (1989), analisando esse contexto, informa que esse processo foi fortemente marcado pela atuação da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que:

Nessa qualidade, coordenava as atividades de grupos de oposição preocupados com a liberdade de expressão, canalizando-as para o terreno da política formal de modo a exercer pressão direta sobre o Estado. A pressão exercida pelas atividades da Associação e a campanha simbólica dos principais jornais obrigou o Presidente Geisel a eliminar a censura direta à chamada grande imprensa, em 1975 [...]. (ALVES, 1989, p. 217)

Percebe-se, então, que, de certo modo, as circunstâncias começavam a ser favoráveis, tal como Dines apontava, mas era um passo inicial, visto que a censura perdurou ainda, junto com a violência do regime. Justamente por isso, ela ainda foi bastante denunciada por ele, em vários momentos, não só na abordagem de assuntos jornalísticos, mas no *tecnicismo* do governo em assuntos culturais, que subordinava questões importantes à censura. Na mesma linha, denunciou veículos da imprensa cuja tônica evocava a violência e a repressão.

Diante de todas essas questões é presumível que os posicionamentos de Dines na página de opinião e na coluna o colocaram numa posição em que, assim como outros jornalistas, era constantemente vigiado pelos órgãos de informação. A título de exemplo, por ocasião da divulgação do depoimento de Rodolfo Konder à imprensa, revelando novas informações sobre o caso Vladimir Herzog e a publicação dos textos de Dines, já mencionados anteriormente, encontram-se informes de órgãos militares, de caráter confidencial, produzidos em datas próximas, ambos abordando a conduta de Alberto Dines. O primeiro de n.18 foi encaminhado pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS/SP), em 02 de fevereiro de 1976, para o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA/RJ): “Alberto Dines... escreve para o jornal “Folha de São Paulo”, onde faz sistematicamente propaganda subliminar e apresenta os subversivos como injustiçados. [...]. O jornalista é responsável pela coluna “Jornal dos Jornais” resenha de notícias publicadas pela imprensa estadual e nacional”.¹⁸⁵

O segundo informe, de n. 251 foi encaminhado pelo II Exército (2ª Seção), no dia 5 de fevereiro de 1976, para o Centro de Inteligência do Exército (CIE) e Serviço Nacional de Informação

¹⁸⁵ Difundido anteriormente para o II Ex-SNI/ASP- DPF/SP-1ºDN- CIO/SSP/SP em 20 de janeiro de 1976. BR_DFANBSB_VAZ_0_0_08998_d0001de0001.FUNDO CENTRO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA DA AERONÁUTICA. Documento encontra-se no site do Projeto Memórias Reveladas pertencente ao Museu Nacional.

(SNI/ASP). O título do assunto é sugestivo: *Exploração pela Imprensa do Depoimento de Rodolfo Osvaldo Konder*. Assim, em resumo, contextualiza a publicação das denúncias do jornalista Rodolfo Konder aos jornais O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil, nas quais ele modifica as declarações prestadas no IPM do II Exército. Informa a preocupação com essas declarações que teriam como um dos objetivos “lançar a opinião pública contra o II exército”. A informação consta de nove pontos, sendo que os dois últimos se referem a Dines e sua atuação na coluna “Jornal dos Jornais” perante ao depoimento de Konder, que “[...] foi distribuído aos principais jornais do país pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, em 23 Jan 1976, no dia da assunção do Comando do II Exército de seu atual comandante”. Ao final demonstra uma inquietação dos órgãos de segurança paulista com a continuidade da crítica do jornalista:

[...] ALBERTO DINES, através de sua coluna na FOLHA DE SÃO PAULO, vem agitando os casos Herzog e MANOEL FIEL FILHO, no propósito de mantê-los vivos na opinião pública. Crítica os órgãos de Imprensa que não tratam esses assuntos com sensacionalismo e elogia os que o fizeram. Sua ação contestadora e dissociadora, vem num crescendo, de molde a preocupar seriamente os órgãos de segurança em São Paulo. Em sua coluna investe contra o AI-5 e se apresenta como um herói perante a classe jornalista, por sua resistência, até a prisão no Rio, contra acensura nos jornais estabelecidas pelo AI-5.¹⁸⁶

Assim, pode-se dizer que a coluna Jornal dos Jornais era também vista por esses órgãos como um mecanismo de difusão de ideias opositoras ao regime e a essa altura Alberto Dines já era um nome de resistência à ditadura. Assim, o período em que mais foi vigiado compreende aos anos da Folha de São Paulo e mais ainda na vigência da coluna entre 1976 e 1977.

Todavia, esses dados só começaram a ser divulgados perto do final da década de 1980 ou seja, pouco tempo depois do final do regime. Para exemplificar citamos uma reportagem de 15 de novembro de 1987 intitulada *História de Arquivos do SNI (Revelações: as memórias do SNI)* publicada no jornal O Estado de São Paulo, de autoria Airton Baffa¹⁸⁷. Nesta reportagem denuncia a maneira como vários políticos, jornalistas, escritores e até apoiadores e membros do próprio governo eram vigiados nos governos Médici e Geisel. Os mecanismos de espionagem iam desde a escuta telefônica ilegal até a infiltração “requintada” dos agentes, em vários locais, que forneciam bastante detalhes nas informações. Dados os relatos sobre os jornalistas, seus locais de trabalho e entidades, a

¹⁸⁶ Na Referência anterior do documento consta: Info. N. 34/76 de 26 de janeiro de 1976-SAI/DOI/CODI/II Ex. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80002558_d0001de0001. FUNDO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Documento encontrado no acervo do Projeto Memórias Reveladas pertencente ao Museu Nacional.

¹⁸⁷ Jornalista, vencedor do Prêmio Esso de Investigação Econômica de 1983, com a reportagem *O escândalo da Capemi*, publicada no jornal O Estado de São Paulo sobre o desvio de fundos da Previdência Privada no Governo militar, cujo Presidente era o general João Batista de Figueiredo. Autor do livro *No porão do SNI, o retrato do monstro de cabeça oca* (1989). A reportagem encontra-se no acervo do Estadão.

matéria sugere que muitos informantes deviam estar presentes nas redações dos jornais e também na ABI. Desse modo Alberto Dines é um dos nomes de jornalistas citados na matéria, dentre os quais possuíam muitos dossiês produzidos a seu respeito¹⁸⁸. Portanto, não só as opiniões contidas nos textos jornalísticos estavam registradas, mas atividades sindicais, nas entidades classistas da categoria ou mesmo a participação em eventos, seminários, debates, dentro e fora do país, a assinatura de manifestos ou participação em movimentos de direitos civis eram assuntos para os informes e dossiês.

Pode-se dizer que os registros mais elaborados dos órgãos de informação sobre a atuação de Dines começam a partir de 1975 e se intensificam em 1976 e 1977, passando a se referirem a ele como alguém que fazia oposição ao governo e já bem conhecido dos setores de informações. Outro dado peculiar são os termos mencionados para se referir a Alberto Dines, seus escritos e aos jornalistas associados a ele e vice-versa, atuantes na ABI, sindicato, na Folha de São Paulo e mesmo em outros veículos. Assim, seus textos da coluna e da página de opinião eram rotulados como *subversivos*, *propaganda adversa*. Já o autor de Jornal dos Jornais e seus contatos mais próximos eram taxados pejorativamente de *esquerdistas*, *simpatizantes do PCB*, quando não propriamente de *comunistas* e *infiltrados da esquerda*. No que pese a Alberto Dines e suas declarações ou seus textos, é evidente que ele pouco possuía que pudesse identificá-lo com a esquerda ou o comunismo. No entanto, Dines em seus textos se posicionou efetivamente como um crítico do espírito *anticomunista da época*, questionando *atos equivocados* em prisões arbitrárias impingidas a jornalistas. Um exemplo dessa crítica está no texto *Cuidado com a Bola de Neve*, publicado na Página de Opinião em 30 de novembro de 1975.

Igualmente importante é a reflexão sobre a feitura desses documentos, também chamados de *arquivos sensíveis* que constituíram a *comunidade de informações*. Primeiro, no que pese o uso dos termos *comunista*, *esquerdista*, apoiador de *subversivos* referidos a Dines, e o quanto elas possam parecer incongruentes há que se observar que dentre os *inimigos* da polícia política, o anticomunismo foi o principal a ser combatido por décadas (MOTTA, 2006). E no período da ditadura civil-militar esse temor se acentua, dotando o comunista como alguém nocivo, tomado por *forças do mal* (MAGALHÃES, 1997). Assim, o medo era um dos componentes na formulação de documentos de informação e os termos também serviam como forma de reforçar a desqualificação de pessoas que fossem consideradas *inimigas* do regime, bem como informar a gradação dessa periculosidade, o inimigo era visto como alguém a ser aniquilado.

¹⁸⁸ Também outros jornalistas citados foram: Hélio Fernandes, Heráclito Sales, Henrique Caban, Nascimento Brito, ex-chefe de Dines no JB e Adirson de Barros.

Desse modo, na construção da informação partia-se do pressuposto da desconfiança, da *lógica da suspeição*, que era notadamente mais incisiva quando aplicada a alguns grupos, tais como professores, jornalistas e outros dos quais se deveria desconfiar (MAGALHÃES, 1997; FICO, 2001). A historiadora Marionilde Dias Brepohl de Magalhães ao analisar documentos repressivos e panfletos de propaganda do regime explica que a produção de informações tinha uma função importante na vigilância e controle da sociedade cotidianamente. Ainda, segundo ela, na lógica de funcionamento deste mecanismo: “Todos eram convidados a participar da Comunidade de Informações, suspeitando de tudo e de todos que os cercassem, como que movidos por um sentimento de ameaça permanente” (MAGALHÃES, 1997, p. 213). Mais ainda, a pesquisadora chama a atenção para a dimensão subjetiva da produção dos informes nesse cenário de suspeita em que preconceitos eram evidenciados ou mesmo questões de “desafeto” do informante poderiam gerar ou agravar dados com fins de incriminação.

Por sua vez o historiador Carlos Fico (2001), ao estudar o funcionamento da comunidade de informações, mais propriamente a evolução profissional do SNI, servindo como base de dados para os *generais-presidentes*, informa que as avaliações equivocadas eram feitas por setores subalternos e podiam ser filtradas por setores mais habilitados desses órgãos. Assim, o pesquisador nos alerta para considerarmos a seriedade dos danos desse sistema, indo para além da visão caricata, paranoica, ou dos exageros contidos das denúncias dos supostos *suspeitos*, pois:

Desse modo, a comunidade de informações gerou situações muito sérias, com conseqüências gravíssimas para a sociedade brasileira. É necessário, portanto, compreendê-la em profundidade, pois o folclore sobre as "trapalhadas" pode ocultar a verdadeira dimensão do problema. (FICO, 2001, p. 75)

Equivale dizer que a vigilância exercida podia recair em todos os setores da vida do investigado. Culpado ou não, todo tipo de informação podia ser acolhido na perspectiva de ser usada em outro momento contra o inimigo para desqualificá-lo. Outro ponto relevante apontado pelo historiador era a *frenética* coleta e difusão dos documentos entre os vários órgãos, o que acabava por *retroalimentar* o sistema à medida que informações eram repetidas e aumentavam em volume, enchendo informes e dossiês. De igual modo, percebe-se a operação desse dispositivo nos documentos produzidos para comunicar sobre a conduta de Alberto Dines, ou seja, alguns dados passaram por vários setores e num intervalo curto de tempo entre o fim de janeiro e o começo fevereiro de 1976. Assim, por exemplo, é que as informações acerca do jornalista no DEOPS difundidas ao CISA haviam passado anteriormente por outros setores: II Exército, SNI-ASP (a agência do SNI em São Paulo), Departamento da Polícia Federal também em São Paulo (DPF/SP), Primeiro Distrito Naval (1º DN) e Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP). Essa

circulação, somada às que viriam nos anos seguintes, sustentava, portanto, o argumento de que ele era *conhecido* pelos órgãos de informação e segurança, assim como suas opiniões eram motivo de inquietação para estes.

4.2 CONFLITOS E TENSÕES: O “ADEUS” DE DINES À FSP

Tendo em vista a crise econômica e a inflação crescente, o processo de distensão sofreu uma refreada com o chamado *pacote de abril* imposto pelo governo Geisel no ano de 1977¹⁸⁹. Mesmo já iniciado o processo de abertura, as tensões daquele ano, como não podiam ser diferentes, repercutiram novamente na relação do governo militar e do exército com a imprensa, conforme Maria Helena Moreira Alves (1989), a censura prévia só foi extinta em 1978. Em vista disso, a Folha de São Paulo e seus jornalistas sentiram os desdobramentos desta crise. Por exemplo, Alberto Dines em seu depoimento ao CPDOC, mencionou que logo após o pacote de abril fora advertido pelo proprietário do jornal, o Sr. Otávio Frias, que seu nome estava numa lista para ser cassado e perder o direito de exercer a profissão. Pouco tempo depois, aproximadamente em julho de 1977, teria sido *convocado* para uma audiência com o general Dilermando Monteiro, que assumira o comando do II Exército e que o mesmo lhe pediu para que não apressasse as coisas, se referindo à forma enérgica como Dines escrevia no jornal¹⁹⁰.

Em setembro de 1977, pouco depois do Dia do Soldado e próximo às comemorações da semana da pátria, após ser publicada na Folha de São Paulo uma crônica do jornalista Lourenço Diaféria sobre os verdadeiros *heróis da pátria*¹⁹¹, cuja tônica desagradou bastante os militares, a repressão partiu para cima do jornal. Enfim, a crise advinda com a publicação da crônica resultou na prisão de Diaféria em 17 de setembro de 1977, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, e recaiu também sobre a presidência do jornal, a direção, os editoriais, a página de opinião e, mais fortemente,

¹⁸⁹ Decretado em 1º de abril de 1977, foi um conjunto de ações austéras no campo político institucional validadas a partir do fechamento do Congresso Nacional pelo governo Geisel. Visava “neutralizar” vozes opositoras diante do “arrocho econômico” do governo para sanar a inflação galopante naquele período, além de centralizar o poder mais ainda nas mãos do governo. Foi considerado como um atraso no processo de distensão. Informação consultada em Dossiê do CPDOC-FGV.

¹⁹⁰ Dilermando substituiu Edinaldo d’Avila Melo após a morte do operário Manuel Fiel Filho, em 1976. Dines também relatou que na conversa o general mostrou os seus textos, os quais tinham trechos “riscados pelo pessoal da 2ª seção” (DINES, 2003, p. 124). Deve-se ressaltar que a conversa parece ter sido informal e, portanto, não se tratou de uma convocação para depoimento. Também não foi encontrada documentação escrita a respeito do fato, de modo que só consta, por enquanto, o registro memorialístico dessa experiência vivida pelo jornalista.

¹⁹¹ Intitulada *Herói Morto. Nós*. o texto era uma homenagem ao sargento Silvio Hollembach, que morreu para salvar a vida de um garoto que estava sendo atacado por ariranhas num zoológico de Brasília. O texto ao mesmo tempo em que situava o sargento como um verdadeiro herói do povo, também satirizava a figura monumental de herói da pátria, do Duque de Caixas, exaltada pelos militares, mas sem identificação com o povo.

na coluna Jornal dos Jornais. Sentindo-se fortemente pressionado, Otávio Frias deixa o cargo de presidente, Cláudio Abramo saiu da direção, sendo substituído por Boris Casoy, Alberto Dines continuava nas funções executivas, mas era o término de Jornal dos Jornais. O último texto publicado na coluna saiu em 11 de setembro de 1977, alguns dias antes da prisão de Lourenço Diaféria e coincidindo como aniversário da imprensa brasileira no dia 10 de setembro. Acontece que nesta mesma data o Exército agraciou a imprensa com uma nota intimidatória. Desse modo, o principal texto da coluna Jornal dos Jornais naquele dia, *Crime e Castigo*, falava da posição do Exército e de jornais que publicaram o documento sem solidariedade a Diaféria:

O mundo é dos *vivos*, ficaram sozinhos na liça o cronista Diaféria e seu bravo jornal. Contentam-se brios ofendidos. Intramuros passa-se um pito nos dois outros e emascula-se a Imprensa justamente no campo e no momento em que judiciosa e responsabilmente iniciava uma revisão objetiva da questão dos direitos humanos.” (JORNAL DOS JORNAIS, 11 de setembro de 1977)¹⁹²

Dines aqui se reportava ao que representava o inquérito contra o jornalista naquele momento: um retrocesso no processo de distensão. O texto da página de opinião, desse mesmo dia, intitulava-se *O Recuo* e exprimia essa mesma ideia.

Na semana seguinte, já não mais na página 6, encontra-se apenas o título *Jornal dos Jornais* com a informação: “Por motivos de ordem técnica, deixa de sair nesta edição o “Jornal dos Jornais” de Alberto Dines que retornará no próximo domingo” (JORNAL DOS JORNAIS, 18 de setembro de 1977). Ao contrário, não retornou e a partir desta data a coluna foi extinta, mas, abaixo do título havia um texto de denúncia de censura à edição 116 do jornal *Movimento* e outro sobre movimento sindical. Já não têm assinatura, apenas informa-se que é da Sucursal do Rio de Janeiro. Pelos assuntos tratados, primeiro a denúncia à censura e depois pela alusão ao jornal *O Ferroviário*, pertencente ao Sindicato dos Ferroviários, é plausível considerar que tenham sido escritos por Dines.

Por outro lado, ainda nesse dia, Dines lançou um texto na página de opinião intitulado *O Espírito das Leis*. Nele, questionava o costume brasileiro de se substituir legislações conforme as circunstâncias, e a validade de leis *outorgadas* em tempos de arbítrio. E o mesmo responde por que isso ocorre com tanta frequência na nossa história:

Não inventamos o “cocktail” mas seguramente nossa sociedade é a mais fértil engendradora de combinações que existe no globo. Aqui tudo é relativo – não fazemos discriminação aos pretos mas os pretos têm pouca chance de ascensão social. Vivemos num regime de exceção mas não há ditadores. Os arbítrios são cuidadosamente escudados em alguma proteção legal. Antes de se rasgarem

¹⁹² “Os vivos”, a que ele se refere, eram o Jornal do Brasil e O Globo, que publicaram a nota do Exército sem posição crítica os quais o jornalista denuncia em sua coluna.

Constituições – fato que acontece com estonteante frequência – redige-se uma substituta. (PÁGINA DE OPINIÃO, 18 de outubro de 1977)

Ficou evidente que este texto vai além de uma reflexão sobre o espírito que rege historicamente as leis brasileiras. Ele também é uma expressão da crise perpetrada com o pacote de abril, seus reflexos na sociedade e sobre a imprensa, que repercutiu diretamente na FSP e na coluna *Jornal dos Jornais*. Todavia, Dines continuaria na Folha ainda em funções administrativas e escrevendo artigos diários voltados para outros assuntos até o ano de 1980, quando sua situação no jornal foi ficando mais complicada.

Também em 1980, por ocasião de mais uma greve dos metalúrgicos do ABC¹⁹³, Dines escreveu um artigo intitulado *São Paulo e seus dois Paulos*, um texto no qual comparava a atuação, perante a greve, do então governador Paulo Salim Maluf, político conservador da ARENA, e o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, já conhecido nome da resistência pacífica à ditadura. O primeiro sendo para Dines um *radicalizador* das tensões e o segundo um pacificador de conflitos. Um dos argumentos de Dines ia no sentido de questionar o próprio presidente Figueiredo, que fez declarações públicas contra Dom Paulo Evaristo Arns, acusando-o de *insuflador da greve*:

Paulo Evaristo Arns, Cardeal da mais importante diocese da América do Sul, figura internacional, mencionado várias vezes como “papabilis”, figura humana como poucas em nosso cenário é apresentado no pelourinho do julgamento público, pelo próprio Presidente da República, como agente subversivo, perturbador da ordem, elemento nocivo.”(DINES, JORNAL DA CESTA, 1980)

Por outro lado, Dines questionava o tratamento dado a Paulo Maluf, sempre ileso, apesar de suas artimanhas políticas e o trato com os grevistas:

Paulo Salim Maluf, no entanto, é recebido com salamaleques e rapapés. Mas todos sabem que no episódio da greve, desde cedo, foi o instigador da intransigência patronal não apenas esquecendo que o Executivo deve ser árbitro entre as forças do capital e do trabalho, mas das suas próprias atribuições de encontrar saídas negociadas para prestigiar o projeto político do governo”. (DINES, JORNAL DA CESTA, 1980)

Entre outras coisas, Dines denuncia as estratégias de Maluf para se projetar no cenário nacional como um nome para o Planalto, neutralizando nomes como Delfim Neto e Murilo Macedo, respectivamente ministros do planejamento e do trabalho, pela condução que deram à greve. Dines

¹⁹³ Houve grandes greves na região do ABC paulista entre 1978 a 1980, na época o maior pólo industrial da América Latina que mobilizou muitos trabalhadores do setor. Esses movimentos marcaram o ressurgimento do movimento trabalhista brasileiro, desmobilizado pelos anos de repressão de modo que inspiraram outras categorias como os petroleiros, bancários, professores e até jornalistas. Emergiu uma nova geração de líderes sindicais, tendo como o mais famoso deles Luiz Inácio Lula da Silva, na época presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Esse novo movimento sindical se posicionou na defesa da democracia, contra o regime, até a disputa política institucional, culminando na criação do Partido dos Trabalhadores, em 1980.

afirma que o primeiro perdeu o prestígio que tinha como interlocutor entre a classe empresarial e o segundo perdeu a fama de bom negociador quando decretou as greves ilegais e partiu em repressão aos trabalhadores, segundo ele, ambos influenciados por Maluf.

Segundo o jornalista, em entrevista ao CPDOC, pela falta de informações os textos opinativos eram escritos em meio à *porra-louquice*, ou seja, com dados coletados aqui e ali e muito em função da posição e percepção dos autores. No seu fechamento de *São Paulo e seus dois Paulos*, concluiu que:

O sacerdote que conseguiu com a sua ação humana aprofundar a mobilização ecumênica, é perseguido. O político traquino e maroto, viciado em divisões e discórdias, passeia sua arrogância e sua impunidade, rindo dos palermas que se deixam engabelar por suas futricas. Dois Paulos e dois pesos. O país está consternado por esta dose dupla de vexames: a humilhação imposta a D. Paulo Arns e a audácia solta de Paulo Maluf.” (DINES, JORNAL DA CESTA, 1980)

O caso é que, neste texto, a expressão da opinião do seu autor não foi bem recebida pelo principal veículo ao qual estava ligado. O que deveria sair como um dos seus artigos diários, acabou não sendo publicado pela Folha de São Paulo¹⁹⁴. No entanto, foi impresso no semanário O Pasquim, icônico da imprensa alternativa daquele período para o qual Dines também colaborava. A seção onde o artigo saiu era bem peculiar, intitulada *Jornal da Cesta*:

Figura 11– Lançamento da sessão *Jornal da Cesta*, O Pasquim, ano 1, n.1, 1980.



“O registro fiel dos acontecimentos está nas coleções dos Jornais publicados, ou, em certos momentos, nas cestas de papel das redações. G. Bernard Shaw (se tivesse vivido no Brasil) num bilhete para A.D”.

Fonte: Emeroteca digital/Biblioteca Nacional

¹⁹⁴ Dines revelou que naquele período outros textos seus também não saíram, de modo que já pressentia que não continuaria mais no jornal. Percebe-se que havia uma incompatibilidade entre ele e o então diretor, o jornalista Boris Casoy (DINES, 2003, p. 133).

Referindo-se ao dramaturgo e jornalista irlandês George Bernard Shaw, que também escrevia comédias satíricas, o texto acima faz alusão aos artigos que não eram publicados na FSP. Segundo Dines, só no Pasquim era possível fazer esse tipo de referência.

Logo depois da publicação em O Pasquim, foi demitido em nome da direção da Folha, por telefone, enquanto terminava um texto para o jornal. Nessa ocasião, saiu um segundo artigo no Jornal da Cesta, intitulado *Adeus, “Folha”*:

Figura 12- Adeus Folha, Jornal da Cesta, O Pasquim, ano 1, n. 2, 1980.



“O registro fiel dos acontecimentos está nas redações dos jornais ou, em certos momentos nas cestas de papel das redações... G. B. Shaw (quando soube das estripulias de Maluf)”.

Fonte: Emeroteca digital/Biblioteca Nacional

Neste texto, novamente introduzido pela figura da sátira, ele critica o desdobramento da greve do ABC, o tratamento dado aos trabalhadores e aos sindicalistas, especialmente a Luiz Inácio Lula da Silva¹⁹⁵, a falta de liberdade e a manipulação do jogo institucional:

A generosidade do presidente Figueiredo em aceitar o diálogo com os trabalhadores, desde que retornem de joelhos ao trabalho, é outra faceta de um bonapartismo que nada tem a ver com a doutrina de segurança nacional, índices de inflação, guerra-fria ou projeto político. É o puro caudilhismo tornado paradigma neste renascimento pombalino onde todas são déspotas e, ninguém, esclarecido”(JORNAL DA CESTA, 1980)

Em suma, o Brasil se tornara o país onde era “proibido ter vontade própria, independência, autonomia, arbítrio pessoal”, no qual valia “apenas o arbítrio do mais forte”. Situação em que ele também se inseria, uma vez que foi censurado e demitido justamente pela expressão de ideias. Ao final, chama a atenção uma nota do autor logo abaixo do texto:

[...] por ter ousado publicar aqui, no “Pasquim” um artigo censurado pela “Folha de S. Paulo” fui despedido. No mesmo dia em que o governador Paulo Salim Maluf era recebido pela direção do jornalão-zinho. O artigo acima, obviamente foi recusado.

¹⁹⁵Quando Dines escreveu o texto, Luiz Inácio Lula da Silva se encontrava preso, na sede do Dops em São Paulo entre abril e maio de 1980.

Ninguém é de ferro – liberalismo tem limites – especialmente quando a estratégia de “marketing” foi cumprida. A.D. (JORNAL DA CESTA, 1980)

Para além da conjuntura nacional, acreditamos que o marketing, a quem o jornalista se refere, tem a ver com a forma pela qual os proprietários de jornais passaram a se organizar e que incidiu nas redações, principalmente sobre os jornalistas mais velhos como ele e os de sua geração. Em entrevistas dadas quase vinte e seis anos após sua demissão da Folha, ele relata que, conforme seu ponto de vista, essa mudança ocorreu a partir da greve dos jornalistas, em maio de 1979, e a criação da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), órgão que passou a organizar mais corporativamente os proprietários dos jornais.

Em relação à greve dos jornalistas, conforme Marco Antônio Roxo da Silva, uma questão importante a se destacar é que ela teve forte influência do contexto das greves do ABC paulista, das lutas pela Anistia, pela redemocratização e serviu como cenário para que os jornalistas questionassem sua identidade profissional e de classe trabalhadora. Em termos objetivos, conforme Marco Antônio Roxo da Silva, os jornalistas tinham duas reivindicações: “[...] 25% de aumento salarial e imunidade para os representantes sindicais nas redações. O sindicato patronal ofereceu 16% de antecipação a ser descontada na data base da categoria, em dezembro do mesmo ano” (SILVA, 2003, p. 02). No entanto, a greve foi considerada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho e “O resultado abriu espaço para a retaliação das empresas que iniciaram um processo de demissão em massa dos grevistas” (SILVA, 2003, p. 02).

Quatro meses depois da greve, em agosto de 1979, foi criada a ANJ. Na opinião de Dines, esta surgiu justamente como *resultado da greve*, como uma forma dos proprietários de jornais se articularem e repercutiu numa espécie de desgaste dos jornalistas mais antigos e uma renovação de quadros, a partir dali “[...] os empresários atuaram na própria essência do fazer jornalismo, com toda aquela supremacia do *marketing*, com o movimento de trocar as redações, tirar os mais velhos e botar a garotada. Isso marcou profundamente a imprensa brasileira” (DINES, 2003, p. 129). Ou seja, essa mudança, para ele, não foi positiva, pois veio acompanhada de uma *homogeneização* dos grandes jornais, em todos os sentidos: gráfica, ideológica e marcada pelos interesses empresariais.

Dines saiu da Folha e continuou colaborando com o Pasquim. Também se dedicou a um antigo projeto de escrever seu primeiro trabalho biográfico, sobre o historiador austríaco Stefan Zweig, livro que foi lançado em 1981. No ano seguinte, se mudou para São Paulo com sua esposa Norma Couri, que nesta época trabalhava na Revista Veja. E, por cerca de seis anos, foi assessor na Editora Abril

em algumas publicações, entre elas a Revista Nova¹⁹⁶. Apesar de ter desenvolvido alguns projetos na editora, relatou que se “sentia sufocado” pela burocracia, uma máquina “despersonalizadora”. Sobre a experiência na revista Nova, Marina Colasanti confirma a insatisfação do jornalista, argumentando que: “[...] não foi bom nem pra ele, nem para a revista. Ele não deixou nenhuma marca na revista e ele não se sentiu à vontade no trabalho” (COLASANTI, 2020). Um dos possíveis motivos para isso, ainda na opinião de Colasanti, seria porque “[...] ele deve ter considerado que trabalhar numa feminina era aviltante para um jornalista do seu poder, do seu alcance, para um grande jornalista” (COLASANTI, 2020)¹⁹⁷.

Também, segundo ele, sua atividade na coluna *Jornal dos Jornais* ainda lhe rendia frutos, ou seja, antipatias entre pares de profissão, de modo que o trabalho era marcado por tensões: “Mexi nos deméritos da imprensa, numa fase mais desagradável, em que praticamente todos estavam sob o regime de autocensura, e criei várias inimizades. Meu nome ficou numa lista negra mesmo. “*Persona non grata*.” (DINES, 2003, p. 138). Em outras narrativas ele sempre reiterava a permanência dessas animosidades ao longo de toda a sua vida por conta da coluna. E, para além da coluna, pois ele continuou fazendo a crítica da imprensa pelo resto da vida, por meio do Observatório da Imprensa. Sobre esse fato, o contato com alguns dos entrevistados nos confirmaram a informação, embora nenhum deles tenha nomeado formalmente essas inimizades em seus relatos.

Por outro lado, acerca da relação de Dines com a Folha de São Paulo, embora tivesse sido demitido do jornal, guardou por este, ao longo do tempo, apreço e admiração¹⁹⁸. O que também não o eximia de criticá-lo quando achasse necessário. Isso se manifestava tempos depois no Observatório da Imprensa. Conforme Lilia Diniz (2019):

[...] foi um jornal que ele admirou muito, que ele trabalhou durante um tempo, que abriu um espaço importante pra ele quando ele começou a fazer crítica da imprensa... no *Jornal dos Jornais*. E ele sempre convidava a Folha de São Paulo mesmo tendo sido demitido... entende? Então... ele tinha os amigos dele dentro da Folha... A Folha era um jornal que ele sempre metia o pau(sic) quando ele achava necessário e ele sempre elogiava quando ele achava necessário. A Folha era o último jornal que

¹⁹⁶ Segundo Marina Colasanti, que era editora de comportamento da Nova naquela época, a revista: “[...] tinha uma proposta diferente... ela comprou os direitos da Cosmopolitan, mas queríamos fazer uma revista não sexista, uma revista para jovens mulheres, uma revista que fosse o oposto da Claudia. Que a Claudia era esposa e mãe... Então fizemos uma revista de cunho feminista. E Dines depois da demissão do *Jornal do Brasil*, algum tempo depois, passou por outros órgãos de imprensa e foi contratado pela Abril para dar..., não como editor chefe de alguma revista específica porque a *Veja* naquele momento era o carro chefe da Abril e tinha o editor dela, mas para dar uma assessoria em diversos veículos. E a Fatima Ali, a editora da Nova, contratou... apossou-se do Dines pra ele dar assessoria”(COLSANTI, 2020). Entrevista realizada dia 22 de janeiro de 2020, no Rio de Janeiro.

¹⁹⁷ Entrevista realizada dia 22 de janeiro de 2020, no Rio de Janeiro.

¹⁹⁸ Só em 1997 ele retornou à Folha de São Paulo, por um tempo, com uma coluna na *Folha Ilustrada*, espaço cultural do jornal e que, anteriormente, havia sido ocupado pelo escritor Antônio Callado.

mantinha e ainda mantém o *ombudsman*, né? E o Dines sempre falava disso como sendo o grande diferencial da Folha. Sempre foi um jornal muito crítico [...]. (DINIZ, 2019) (grifo nosso)¹⁹⁹

Percebe-se que esta relação foi estritamente conectada à experiência na coluna Jornal dos Jornais. Consideramos que esta, embora aparentemente curta na duração, entre 1975 e 1977, foi bastante intensa no conteúdo e na repercussão dado o momento histórico em que se inseriu. E, portanto, também perdurou seus efeitos ao longo do tempo na vida desse intelectual da imprensa.

4.3 LIVROS NO CONTEXTO DA DISTENSÃO

Entre a saída do JB e seu trabalho na FSP, além do material jornalístico Alberto Dines produziu alguns livros que retratam suas inquietações frente a acontecimentos que iam desde a política nacional, com a ditadura e a distensão do regime, à função desempenhada pelo jornalismo. Escritos entre 1974 e 1981, têm conteúdo e estilos bem distintos, variando entre a academia, o conto e a biografia. Trata-se de *O Papel do Jornal* (1974), o conto *E por que não Eu?* (1979) e a biografia *Morte no paraíso: paraíso, a tragédia de Stefan Zweig* (1981).

O primeiro livro, *O Papel do Jornal*, foi escrito em 1974, pouco tempo depois de sua demissão do Jornal do Brasil e antes da sua ida para os EUA, quando lecionou na Columbia University. Trata-se de um ensaio com teor acadêmico, escrito primeiramente para *Os Cadernos de Jornalismo* do JB, mas que não foi publicado devido à sua demissão do jornal em 1973. O livro foi reeditado algumas vezes, entre 1974, 1986, 1988, 1996, 2001, sendo que a 9ª edição foi publicada em 2013, já em formato de livro digital. É também uma espécie de *guia da escrita jornalística*, foi e é ainda usado em cursos de comunicação.

Em síntese, discute a função dos jornais impressos e o posicionamento dos jornalistas em meio ao impacto das novas tecnologias da época, como o surgimento dos telejornais e da TV a cabo, que surgia no exterior. Também reflete sobre as alterações no formato dos jornais advindas da insuficiência do papel para impressão, efeito da crise do petróleo de 1973. Mais ainda, em todo o livro busca uma reflexão sobre o fazer do jornalista em meio às questões éticas e a censura no Brasil naquele contexto, bem como ressalta a importância da liberdade de informação, como uma questão *vital*:

[...] essencialmente prática e não mais uma vaga e distante polêmica, como muitos querem reduzir. O cidadão que tem acesso às informações e condição de escolhê-las, sem perigo, está apto a sobreviver intelectualmente como Homem. O mundo se

¹⁹⁹ Entrevista realizada em 9 de novembro de 2019 por meio de videochamada.

estrutura de tal forma que o perigo da sobrevivência persiste sempre. Hoje, os desinformados são as primeiras vítimas da luta pela vida. Este é o grito primal do homem contemporâneo: quero saber. (DINES, 2001, p. 68)

Portanto, informação é vida. Mas o autor afirma que a informação, para ser integral, precisa estar atrelada ao conhecimento que lhe antecede, pois “O homem precisa saber para continuar. Precisa saber o que acabou de acontecer, mas precisa relacioná-lo com o que ocorreu no passado, encadeamento que constitui a informação total” (DINES, 2001, p. 68).

Disto isto, é preciso ressaltar que as reflexões presentes no livro foram feitas como reação ao que poderia ser da sua carreira, tendo em vista as tensões que acompanharam sua saída do JB. Segundo ele, no depoimento ao CPDOC, rememorando as circunstâncias da criação do livro, este foi um movimento para não sucumbir na profissão, não perder o lugar de jornalista, uma vez que depois da demissão do JB, as portas se fecharam e ele ficou por um tempo estigmatizado. Seguindo essa linha, outra questão evidente é que as experiências de Dines no Jornal do Brasil são também reiteradas ao longo do livro, daí a conclusão de que o escrito é também uma resposta à sua demissão.

O segundo escrito de Dines, na forma de conto, é uma sátira política intitulada *E por que não eu?*, publicada pelo Pasquim em 1979, quando ainda trabalhava na Folha de São Paulo, por ocasião da posse do presidente João Baptista Figueiredo. É a história de um homem um tanto insano e *messiânico*, que queria se candidatar a presidente do Brasil e para isso inventa vários projetos mirabolantes:

Subo aos píncaros da onipotência apenas caminhando: ruas sujas, criança mendigando, caras tristes, carro oficial privilegiadamente estacionado, a violência do guarda – estas coisas produzem em mim esplêndidos rancores. Normalmente convertidos em fantasias cívicas: no fértil estúdio do crânio monta-se um filme no qual posso tudo. Sou rei, ditador, salvador, presidente. Tenho preferido formas mais democráticas de consertar o mundo, já vi o resultado da prepotência. (DINES, 1979, p. 8)

Enquanto o candidato monta sua plataforma de governo, nomes importantes da política, da cultura, do jornalismo, religiosos, intelectuais de várias tendências são envolvidos em situações fictícias, aparentemente absurdas, mas que satirizam situações do Brasil naquele período. Por sua vez, o candidato do livro representava “[...] uma fantasia política, uma licença literária, uma utopia às avessas que pode ser vivida por qualquer cidadão esmagado por um regime opressivo [...]” (PASQUIM, 1979)²⁰⁰. Desse modo, a crônica constitui-se numa crítica irreverente à cultura política do Brasil, à conjuntura daquele momento e aos regimes ditatoriais de toda ordem.

²⁰⁰ Nota na segunda orelha do livro.

O jornalista também fez um percurso como biógrafo, no qual percebe-se que temas como a questão judaica, a história, a Inquisição, o humanismo, a paz e a liberdade são enfatizados. Alguns projetos foram, de certo modo, *concluídos* e outros estavam na sua lista de inquietações, paixões²⁰¹. Dito isto, o terceiro livro apresentado aqui é *Morte no paraíso, a tragédia de Stefan Zweig*, publicado pela primeira vez em 1981, quando da sua saída da FSP. O livro foi editado três vezes: a primeira em 1981, a segunda em 2004 e a terceira em 2013, sendo que nessas duas últimas ele foi ampliado com o acréscimo de documentos e informações. Foi também traduzido para o alemão. Escritor, poeta e biógrafo, Stefan Zweig foi um dos escritores austríacos mais traduzidos de sua época. Foi biógrafo de personalidades como Sigmund Freud, Friederich Nietzsche, Maria Stuart, Maria Antonieta, Montaigne, Joseph Fouché, Franz Mesmer, Mary Baker Heddy, e outros. Autor de vários romances e do polêmico *Brasil, país do futuro* (1941), cujo título cunhou a expressão.

A biografia feita por Dines relata o itinerário de Stefan Zweig até o momento do seu suicídio e de sua companheira no Brasil, no estado do Rio de Janeiro, na cidade de Petrópolis, na qual moravam há aproximadamente seis meses, buscando refúgio da perseguição nazista. Seus livros foram queimados e estavam na lista proibida, junto com os de vários pensadores da época. Consta que o exílio, a fuga e a destruição do mundo conhecido por Zweig, trazida pela Segunda Guerra Mundial, agravaram uma depressão que o acompanhava por anos, levando-o à uma solução extrema. Acrescenta-se, ainda, a péssima recepção da imprensa brasileira ao livro *Brasil, país do futuro* e levanta-se a polêmica a respeito do livro ter sido encomendado por Getúlio Vargas e trocado pelo visto de permanência de Stefan Zweig no Brasil. Essa acusação, mais a repercussão do livro, tornaram seus últimos dias de vida bem tristes.

Segundo depoimentos e entrevistas de Dines, sua obsessão²⁰² pelo escritor começa ainda na infância. Zweig era o autor favorito dos seus pais e no auge de sua carreira, quando esteve no Brasil pela primeira vez, visitou a Escola Israelita Sholem Aleichem, onde Alberto Dines estudava. O contexto também o remete para uma situação familiar, em que entes queridos eram perseguidos:

Seu suicídio foi meu primeiro contato com a morte e com jornais. Li-os todos para entender por que meu pai chegara naquela noite tão arrasado e para entender a

²⁰¹ Escreveu, em Portugal, *Vínculos do fogo – Antônio José da Silva, o Judeu e outras histórias da Inquisição em Portugal e no Brasil*, Tomo I, publicada em 1992 pela Companhia das Letras. O livro serviu como suporte para o roteiro do filme “*O Judeu*”. Também escreveu *O Baú de Abravanel: uma crônica de sete séculos até Silvio Santos*, publicado em 1990 pela Companhia das Letras. Mas, ainda havia projetos a serem feitos. Segundo Lília Diniz, que trabalhou com Dines no Observatório da Imprensa e o assessorou em várias pesquisas históricas, estavam na fila ainda trabalhos sobre Hipólito da Costa e Antônio Isidoro da Fonseca.

²⁰² Sobre esse assunto nos chamou a atenção que alguns entrevistados usaram os termos *paixão/obsessão* para Dines e seus biografados. Sobre o assunto, encontramos uma entrevista de Dines no programa *Roda Viva*, da TV Cultura, por ocasião do relançamento do livro em 2004.

mágica idiota de deixar de viver. O episódio entrou de cambulhada em minha vida, trazendo a noção de guerra sem fardas, tambores, heroísmo. Meses depois chegariam os primeiros relatos do extermínio das famílias de meu pai e minha mãe em Rovno, Ucrânia. Graças a Zweig, porém, aquele moleque da Vila Isabel já era expert em mortes”. (DINES, 1981, p. 24)

Para este livro foi feita uma pesquisa vasta em jornais da época, arquivos pessoais, outros livros sobre Zweig, entrevistas e obras de referência sobre a história do Brasil no período da ditadura do Estado Novo. Aliás, o livro escrito em 1981 era também uma tentativa de reflexão sobre esses dois períodos de autoritarismo no Brasil: a ditadura do Estado Novo e a ditadura civil-militar²⁰³. Vale dizer que este trabalho rendeu outros frutos como o livro, também organizado por Dines, intitulado *A unidade espiritual do mundo: um grito pela paz no Brasil*, sobre a conferência proferida por Stefan Zweig, em 1936, no Rio de Janeiro, na qual ele se posicionou contra as guerras, os conflitos entre povos, culturas e religiões.

No ano de 2012, por iniciativa de Dines, juntamente com parceiros, foi criado o museu Casa Stefan Zweig, localizado na cidade de Petrópolis, justamente na casa que foi o último lugar de moradia do escritor, onde ocorrem exposições e outros eventos. É uma iniciativa que, além de contar a sua história, mantém um *memorial do exílio* de vários intelectuais europeus perseguidos pelo nazismo, exilados e refugiados no Brasil entre os anos de 1933 a 1945²⁰⁴. Como a maioria desses intelectuais eram judeus, interessava-nos saber até que ponto a questão judaica foi presente na construção do museu. Segundo Kristina Michahelles, trazendo um ponto de vista também compartilhado por Dines “[...] a Casa Stefan Zweig não é uma iniciativa judaica é uma iniciativa humanística” (MICHAHELLES, 2020)²⁰⁵.

Por outro lado, ficou evidenciado que a trajetória de Dines no período da ditadura também foi uma motivação para a construção do memorial. Segundo Michahelles, isso era algo muito forte para ele, de modo que manter, *preservar*, fazer conhecer a obra de Stefan Zweig, era também combater o arbítrio e a exclusão, de modo que:

A luta por manter esses ideários humanísticos do *Stefan Zweig*... humanismo, pacifismo, rejeição contra qualquer coisa de antissemitismo e racismo etc... e o respeito ao outro e acima de tudo à liberdade intelectual. Liberdade intelectual era o que o *Stefan Zweig* mais presava e o Dines também. (MICHAHELLES, 2020)

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ No site da Casa Stefan Zweig há uma seção chamada *Canto dos Exilados* e contém mais de cem nomes de exilados, de modo que ao clicar nos nomes podemos ler uma breve biografia de cada um deles. Segundo Michahelles, por iniciativa de Dines formou-se um grupo de pesquisadores que contribuem para mapear esses intelectuais. Também no site, na seção *Participe* é possível integrar novas contribuições: informações, fotografias, documentos e ajuda financeira para o museu.

²⁰⁵ Entrevista realizada no Rio de Janeiro, em 21 de janeiro de 2020.

Ainda a respeito dos efeitos da ditadura na vida do jornalista, a entrevistada enfatizou o fato de ele não ter pedido nenhuma indenização ao governo, como fizeram outros intelectuais perseguidos pelo regime, o que na sua opinião representava sua ética, uma vez que “[...] não queria ganhar um tostão com esse tipo de dinheiro” (MICHAHELLES, 2020)²⁰⁶. Cruzando sua trajetória e o seu interesse pelos intelectuais exilados nos levou às reflexões do pensador Edward Said, quando aponta a existência de duas formas de exílio. A primeira é a física, que compreende expulsão do país de origem. Já a segunda é mais metafórica, mas nem por isso deixa de ser impactante, assim, o exílio pode acontecer dentro do próprio país de origem, envolvendo não a expatriação, mas um estado de dissonância, conflito com a sociedade em que vive. Seria o modelo do percurso do intelectual inconformado, cujo exílio é “[...] o desassossego, o movimento, a condição de estar sempre irrequieto e causar inquietação nos outros” (SAID, 2005, p. 50-51). Guardadas as devidas proporções, é plausível dizer que, em vários momentos, Dines esteve próximo dessa condição figurada apontada por Said (2005)²⁰⁷, principalmente no sentido da inquietação.

4.4 O INTELLECTUAL ENTRE O JORNALISMO, A LITERATURA E A HISTÓRIA Conforme

demonstramos até este ponto, ao longo da vida, Alberto Dines foi autor de uma quantidade considerável de livros, cujos temas foram além do jornalismo e da imprensa. Assim é que temas como a paz, os entreguerras, a questão judaica, o nazismo, o holocausto, a democracia e a ditadura o interessaram bastante. Esses assuntos também apareceram no Programa Observatório da Imprensa, desembocando em vários programas especiais, como nos lembrou Emília Ferraz, que foi diretora executiva do programa:

E outra característica importante, que eu acho, que eu quero lembrar, é que ele era um pacifista. Ele passou..., ele foi cobrir a Guerra dos Seis Dias, em Israel, e ele entendia como nunca, sobre guerra, e fizemos vários especiais, sobre Segunda Guerra, Primeira Guerra. Fizemos tudo. Ele sabia muito. E achava que a gente tinha que lembrar, que não podia esquecer, para não se repetir. Sempre com essa temática,

²⁰⁶ Em 2002, no governo de Fernando Henrique Cardoso foi promulgada a Lei n.10.559, que prevê a concessão de uma reparação social, que pode se estender ao pagamento de indenizações a pessoas que foram vítimas de perseguição política entre os períodos de “18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988”. Por esse mecanismo, anistiados e familiares de vítimas puderam ter o ressarcimento ao menos material por suas perdas. Por outro lado, os valores que certas indenizações alcançaram foram alvos de críticas gerando à reparação o apelido polêmico de *bolsa-ditadura*, em reportagens feitas pela Folha de São Paulo entre os anos de 2009 e 2011 em que os valores dos pagamentos eram questionados. Por sua vez, na disputa eleitoral de 2018, esses pagamentos foram *objetos* para a reprodução de notícias falsas, que incluíam artistas, políticos, pessoas que nunca estiveram na lista de solicitantes. A esse respeito consultar site da Associação de Anistiados Políticos (ABAP) e a reportagem especial do jornal Estado de São Paulo sobre as notícias falsas do “bolsa-ditadura”. Informações obtidas no portal da Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP).

²⁰⁷ Por questões políticas, conflitos étnicos, guerras, enfim, e força o intelectual a intercambiar sua cultura com a cultura do novo local, mas nunca podendo nela se enquadrar.

sempre a gente não voltar e não cair nos mesmos erros. Mas ele era profundamente pacifista, como se a paz tivesse que existir, de qualquer maneira! (FERRAZ, 2019)²⁰⁸

Ficou evidente que essa admiração e esse reconhecimento estavam presentes em todos os entrevistados. Bem como foi possível perceber este intelectual como alguém comprometido com a história e com a memória, com o sentido de que o presente e o passado estão interligados e projetam possibilidades de futuro.

Por seu trabalho, recebeu prêmios importantes no Brasil e no exterior, entre eles: o *Prêmio Maria Moors Cabot* de jornalismo, em 1970; em 1993, o prêmio *Jabuti* na categoria Estudos Literários; em 2007, ganhou o prêmio *Austrian Holocaust Memorial Award*; em 2009 foi premiado como *Austrian Golden Decoration for Science* e em 2010 o então Presidente Luíz Inácio Lula da Silva concedeu-lhe o grau Grã-Cruz da *Ordem do Mérito das Comunicações*.

Por fim, em 2012 foi indicado ao 34º prêmio *Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos*. Neste mesmo ano, completou 80 anos de vida e sua trajetória foi lembrada com o texto *Alberto Dines e o jornalismo*, de Mauro Santayana, jornalista membro de sua geração e antigo parceiro do Jornal do Brasil. Encontramos também *No aniversário de Alberto Dines*, homenagem feita pela historiadora Isabel Lustosa, pesquisadora da imprensa brasileira no século XIX, que editou junto com Dines 29 volumes do jornal *Correio Braziliense*, de Hipólito da Costa.

No ano de 2017 foi lançado o livro *Ensaio em homenagem a Alberto Dines/Jornalismo/História/Literatura*, organizado pelos professores Avraham Milgram e Fábio Koifman, já citado. Segundo os organizadores, a obra é um *Festschrift*:

[...] – termo alemão comumente usado em países europeus, Israel e Estados Unidos para enaltecer em vida pessoas que se destacaram nas ciências humanas e/ou na academia. Este *Festschrift* é dedicado ao jornalista, escritor, ensaísta e historiador Alberto Dines por ocasião do seu aniversário de 85 anos que contempla uma extensa produção jornalística, intelectual, literária e historiográfica. (MILGRAM; KOIFMAN, 2017, p. 9)

Desse modo, este livro reúne artigos de jornalistas, historiadores, pesquisadores da literatura, brasileiros e estrangeiros que em parte conviveram com Dines²⁰⁹. Os assuntos versam sobre temas relacionados à sua trajetória que lhe foram caros como intelectual, tais como: o jornalismo e a imprensa, inquisição e cristãos-novos, Stefan Zweig, intelectuais exilados. A obra começou a ser produzida em 2015 e curioso é o fato de que foi feita *em segredo* e o homenageado não teve

²⁰⁸ Entrevista realizada em 11 de fevereiro de 2019, na sede da TV Brasil no Rio de Janeiro.

²⁰⁹ Alzira Abreu, Bernardo Kucinski, Avraham Milgram, Fábio Koifman, Luiz Egypto, Kristina Michahelles e outros.

conhecimento até a publicação em 2017, como informaram os organizadores no posfácio, justamente pela aversão que manifestava a tributos, exibicionismos ou:

[...] ao culto de sua personalidade ou a quaisquer sinalizações e expressões nesse sentido, Dines sempre reagiu com extremo mau humor a iniciativas de projetos ou pesquisas que tivessem ele mesmo como protagonista. Manifesta profundo desprezo aos cabotinos e nunca desejou ser identificado como um. (MILGRAM; KOIFMAN, 2017, p. 420)

Além dos ensaios, ao final do livro encontra-se a listagem de parte da sua produção²¹⁰. Desse modo, compreendemos que o livro representa o reconhecimento de um intelectual, ainda em vida, por seus pares, perpetuando suas contribuições em vários campos de saber.

Dines faleceu em 22 de maio de 2018, um período ainda muito recente. Ainda assim, encontramos homenagens póstumas, de formatos distintos, que procuraram ressaltar a importância dos seus feitos e das suas ideias. Na ocasião de sua morte encontramos homenagens na forma de textos, publicados em sites de jornalismo por parceiros e aqueles produzidos pela própria equipe do Observatório da Imprensa²¹¹. Em agosto de 2018, por ocasião da entrega do Prêmio ANJ de Liberdade de Imprensa à Associação Mundial de Jornais e Editores de Notícias, Dines foi homenageado pela ANJ “[...] pela sua importância no jornalismo brasileiro, por sua enorme contribuição para a qualidade da nossa atividade e permanente defesa da liberdade de imprensa” (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2018). Por sua vez, sua participação no Movimento Dror foi recuperada em forma de homenagem pelo Instituto Brasil Israel no texto *Trajetória de Alberto Dines no Movimento Sionista Socialista Dror*²¹².

Completado o primeiro ano de seu falecimento, em 2019, encontramos *Um ano sem Alberto Dines*, também produzido pela equipe do Observatório da Imprensa, lançado na edição 1039, em 28 de maio de 2019. Neste texto, após breve análise do cenário político brasileiro e internacional, entre 2016 e 2018, questiona-se: “Como o mestre reagiria ao atual contexto das relações entre poder e jornalismo no Brasil? O que diria a respeito da epidemia de desinformação que varre o planeta anunciando tempos anti-iluministas?” E estende a interrogação:

Nossa proposta, nesta edição, foi endereçar uma mesma pergunta a outros jornalistas que tiveram o privilégio da convivência com o criador do Observatório da Imprensa: que falta faz Alberto Dines para o contexto atual, considerando as relações entre jornalismo e democracia no Brasil? (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2019)

²¹⁰ A listagem foi citada no começo do capítulo.

²¹¹ *Um tributo a Alberto Dines*, escrito por Rogério Christofolletti, Professor de jornalismo na UFSC e pesquisador do objETHOS, grupo que pesquisa ética no jornalismo. O texto foi originalmente publicado no site do grupo. É produzido pela equipe do Observatório encontramos *O pensamento de Alberto Dines*, edição 988.

²¹² Informação no site do Instituto Brasil-Israel.

Assim, é que alguns jornalistas, entre eles sua esposa Norma Couri, recuperam a atualidade do pensamento e das contribuições de Dines para analisar temas como democracia, censura, as chamadas *Fake News* e a crítica da mídia.

Por fim, encontramos dois últimos tributos mais recentes. Em 2020, Dines foi homenageado numa exposição realizada no Consulado Geral do Brasil em Genebra-Suíça intitulada *The Legacy of Exile: 1933-1945*, organizada em parceria pelo Consulado e pela Casa Stefan Zweig. A mostra retratou a vida e obra de intelectuais e artistas europeus de diversos lugares que vieram para o Brasil fugindo do nazismo e suas contribuições para o país que os acolheu. Enfim, a mais recente ocorreu no canal da ABI no Youtube, em 19 de fevereiro de 2021, data em que ele completaria 89 anos. Esta foi um encontro de convidados falando de suas experiências com Alberto Dines e refletindo sobre o seu legado²¹³.

Por fim, tentamos aqui apresentar brevemente a trajetória desse intelectual da imprensa cuja carreira foi bastante longa. Mesmo optando por um recorte, que privilegiou sua vida e sua atuação no jornalismo, no período da ditadura civil-militar, é preciso destacar a dificuldade encontrada diante de sua vasta produção jornalística na época. Ao mesmo tempo, ficou evidente que houve, por parte desse intelectual, ao longo da vida, o registro do seu trabalho, a atualização de suas memórias, que muitas vezes serviram como forma de resistência, de também fugir do apagamento como profissional diante das contingências de conviver com a ditadura.

Por suas entrevistas ao longo da vida e depoimentos, mas também no relato dos entrevistados que conviveram com ele, percebemos que há algumas memórias fortes constituídas como marcos. Assim, há uma memória antes e depois da sua passagem pelo Jornal do Brasil, à qual alguns lhe conferem uma identidade ou que talvez ele próprio lhe conferisse, como o *chefão*, poderoso, mas também o dos feitos de resistência. Alguns entrevistados fizeram questão de demarcar esses momentos. O outro marco é a inauguração da crítica de imprensa, primeiro na coluna Jornal dos Jornais, entre 1975 a 1977 e quase vinte anos depois a criação do site bem como do programa Observatório da Imprensa do qual ele foi editor-chefe e apresentador.

Por outro lado, sobrevive uma memória positiva do seu legado, transpassada de afeto e admiração por sua obra. É possível dizer que todos os entrevistados relataram o seu entusiasmo pelo trabalho, pelos novos projetos, o carisma que influenciava aos que estavam próximos a também se integrarem e compartilharem de suas ideias e isso foi até o final de sua vida. Norma Couri nos relatou

²¹³ Dele participaram as jornalistas Norma Couri, Kristina Michahelles, Zezé Sack (três de nossas entrevistadas) e o historiador Israel Beloch. Foi mediado pela jornalista Vera Perfeito.

que com seu falecimento não perdeu somente o “marido, o melhor amigo, amante, namorado”, mas perdeu:

[...] o melhor colega que eu poderia ter, o melhor editor que eu poderia ter, o melhor jornalista que eu poderia ter ao meu lado. Então eu perdi muita coisa, quando o Dines morreu, né?... E o jornalismo também perdeu, eu tenho certeza! Ele falava, ele vivia jornalismo, ele respirava jornalismo. Ele acordava, a primeira coisa que ele fazia, ele pulava da cama, ia sentar pra ler jornal, e lia todos os jornais que ele assinava, todas as revistas”.(COURI, 2020)²¹⁴

Por razões compreensíveis, a fala da jornalista Norma Couri carrega um teor emocional forte, visto ter compartilhado com ele a experiência íntima de convívio conjugal por mais de 40 anos, cuja parceria era fortalecida pela devoção de ambos ao ofício do jornalismo.

A estima e o encanto também estão presentes na fala de Kristina Michahelles (2020), para quem Dines era um exemplo de intelectual engajado cuja presença de espírito e respeito se mantinham independente de quem fosse o seu entrevistado: “Ele morreu com oitenta e seis e era inacreditável. E um grande exemplo a sua vivacidade, a sua juventude intelectual, o brilho no olho, o engajamento com o qual ele falava. Você conheceu ele?”. Embora, dentre as pessoas entrevistadas, Michahelles tenha sido a que menos tempo conviveu com ele, isto é, nos seus últimos dez anos de vida, sua fala sintetiza bem os depoimentos dos demais entrevistados. À questão que nos foi remetida acima por ela, se havíamos conhecido Alberto Dines, respondemos que não foi possível conhecê-lo, uma vez que, quando a pesquisa foi iniciada ele já se encontrava doente. Diante de nossa negativa, a mesma nos interpelou: “Então, assim, você perdeu uma grande oportunidade porque ele era simplesmente fascinante!” (MICHAHELLES, 2020.).

E, de fato, foi importante perceber, por meio da pesquisa, o quanto Alberto Dines, em sua trajetória atuando no jornalismo, conseguiu transitar por mídias muito distintas e que comportam temporalidades muito específicas, mas não seguindo necessariamente um caminho linear. Isto é, ele passou pelo jornal impresso, símbolo de uma determinada época, transitou primeiro pelas mídias digitais, marco da comunicação no século XXI, para só então depois ir como apresentador para a televisão, veículo mais instantâneo, no qual ele passa a ter uma maior abrangência de público. Desse modo, demonstrou grande capacidade de acomodação às mudanças e de atualização, podendo manter-se atuante, com hombridade e autenticidade, até os seus 84 anos de vida. Isto, lógico, como demonstramos no estudo, imbricado com vários outros projetos.

²¹⁴ Em outro momento da entrevista ela narra, em tom de brincadeira, que antes do seu adoecimento “Dines tinha projetos para o ano 3000”! Isso é bem plausível, pois a entrevista foi realizada no escritório de Dines e alguns de seus livros ainda estavam arrumados na ordem em que ele deixou antes de adoecer. Dentro deles os papéis com anotações, lembretes de coisas a fazer.

5 CHUMBO QUENTE COMO DOCUMENTÁRIO TELEVISIVO: DIMENSÕES DA HISTÓRIA PÚBLICA

Neste último capítulo refletimos primeiro sobre como a série Chumbo Quente, sendo um produto televisivo, se aproxima da linguagem do documentário histórico, acionando os recursos audiovisuais e efeitos documentais junto ao relato testemunhal para criar uma narrativa sobre a atuação da imprensa durante o golpe civil-militar de 1964 e depois na ditadura. Vale ressaltar que, como já foi dito no primeiro capítulo, o tema da ditadura foi recorrente no Observatório da Imprensa, sendo lembrado desde o início do programa em 1998. Portanto, as entrevistas com os membros do OI nos ajudam a compreender o enlace dessas narrativas, bem como aspectos da produção da série na sua relação com o Observatório e deste com a TV pública.

Retomando um pouco o que foi dito na introdução deste trabalho, devemos lembrar que a série foi criada e exibida entre 2013 e 2014, quando a Comissão da Verdade (Lei n. 12.528/2011) já havia iniciado seus trabalhos e fora sancionada a nova Lei de Acesso a Informações (Lei n. 12.527/2011). Assim, o Brasil dá seguimento a um processo de justiça de transição um tanto quanto tardio em relação a outros países que passaram por processos similares de governos ditatoriais. Na América Latina, por exemplo, a Argentina foi pioneira na instalação desses mecanismos, instalando a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep) que investigou os crimes da ditadura entre 1976-1983, logo após o fim do regime. Para Félix Reátegui (2011), essa iniciativa, “[...] pode ser considerada uma experiência inaugural da busca oficial da verdade, não somente na América Latina, mas em escala mundial. Em seu rastro multiplicaram-se, na região, uma dezena de comissões oficiais e muitas outras iniciativas lideradas pela sociedade civil.” (REÁTEGUI, 2011, p. 38).

Desse modo, comissões da verdade foram instaladas no Chile, Peru, Uruguai, El Salvador, Haiti, Equador, Guatemala, África do Sul, Uganda, Sri Lanka, entre várias outras. A pesquisadora Simone Rodrigues Pinto (2010) aponta que estas comissões, apesar de distintas em muitas características, todas têm seguido o mesmo objetivo de não permitir que o esquecimento afetasse o futuro da democratização. Elas também têm caráter transitório, ou seja, duram por um determinado tempo e não têm função punitiva, portanto “[...] não são órgãos jurisdicionais, mas podem recomendar julgamentos ou anistia, dependendo dos poderes a elas investidos” (PINTO, 2010, p. 130).

Elas ainda têm como aspecto importante a consideração do relato como meio de reparação das vítimas e terem a memória como elemento fundamental por esta exercer uma função de catarse. Para Simone Rodrigues Pinto (2010), é diferente dos julgamentos criminais, que focam no acusado: “[...] a comissão permite uma maior atenção aos relatos das vítimas e de seus familiares. Este fato beneficia uma cura psicológica e um alívio dos traumas causados pela violência das violações. O efeito catártico e expurgatório que os achados de uma comissão podem gerar na sociedade não pode ser ignorado.” (PINTO, 2010, p. 130). Concordamos com a autora no sentido de que a *depuração* do sofrimento das vítimas, não pertence só a elas, mas a toda a nação.

Ainda conforme a autora supracitada, é nos períodos de transição que as sociedades vivem o impasse de lidar com a lembrança ou o esquecimento demasiados e a América Latina é um exemplo desse enfrentamento. Diferentemente da Argentina, em países como Uruguai, Guatemala, Nicarágua, Chile e Brasil algumas dessas comissões foram instaladas um certo tempo depois de extintas as ditaduras e os conflitos, inclusive sendo antecedidas pela promulgação de leis da Anistia, feitas muitas vezes pelos próprios governos ditatoriais.

No caso brasileiro pode-se dizer que houve a implantação de uma Justiça de Transição bem peculiar, já que esta operou primeiro com a Lei da Anistia (1979), que ainda no regime autoritário anistiava vítimas e torturadores. Portanto, as políticas de memória visando algum tipo de reparação, justiça e busca pela verdade foram implementadas muito mais pela provocação dos movimentos sociais do que por iniciativas propriamente governamentais. O historiador Reginaldo Benedito Dias (2013) cita vários exemplos do caso brasileiro: o debate sobre mortos e desaparecidos na primeira metade da década de 1970, impulsionado pelos movimentos de familiares de mortos e desaparecidos, que culminam na Lei da Anistia; as publicações em 1984 do *Dossiê dos mortos e desaparecidos* (Rio Grande do Sul) e em 1985 do livro *Brasil Nunca Mais*.

Seguindo essa linha, Dias (2013) aponta para o descobrimento, em 1990, de uma vala clandestina em Perus (São Paulo) que culminou numa ação da prefeitura e depois da Câmara de Vereadores, de criar uma CPI, que depois foi estendida para nível federal como Comissão de Representação Externa de Busca de Desaparecidos Políticos. No ano de 1993 ocorre um encontro para elaborar um anteprojeto de lei com fins de responsabilizar o Estado pela morte e desaparecimentos políticos. Em 1994 foi lançada uma carta aos candidatos à Presidência da República solicitando que mantivessem o compromisso com as apurações. No ano seguinte, os familiares de vítimas apresentam a proposta da criação de uma comissão para investigar os casos denunciados no livro *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a partir de 1964*. Nesse mesmo ano, 1995, o Estado brasileiro, por meio da Lei n. 9.140, reconhece sua responsabilidade na morte de opositores

políticos no período de 1961-1979, estabelecendo critérios para indenização das vítimas e seus familiares.

Como também ressalta o historiador, em 2001 é criada a Comissão Nacional da Anistia. Em 2002, o Estado amplia as políticas reparatórias na Lei da Anistia estendendo-as aos exilados e presos políticos. Em 2003 o Estado é intimado na justiça a investigar o desaparecimento dos guerrilheiros no Araguaia, em resposta a uma ação judicial de 1982. No ano de 2009, a recém edição do *Dossiê dos mortos e desaparecidos na ditadura* é subtitulada com a solicitação da criação de uma comissão nacional da verdade e justiça. Em 2010 já tramita o projeto para a criação da comissão, concomitante às recomendações feitas ao Brasil pela Corte interamericana de Direitos Humanos para que respondesse pelo desaparecimento de guerrilheiros.

Sendo assim, a revisão dos crimes acontece apenas quase trinta anos após o fim da ditadura, com a instituição da Comissão Nacional da Verdade pela então presidenta Dilma Rousseff. O *Manual para a Justiça de Transição na América Latina*, referindo-se à situação brasileira, cita dois mecanismos: “No Brasil, tanto a Comissão de Anistia quanto a Comissão da Verdade configuram-se como ferramentas vitais para o processo histórico de resgate e reparação, capazes de garantir procedimentos mais transparentes e eficazes”(CHEDIEK, 2011, p. 16). Os membros da comissão foram nomeados em 2012 e os trabalhos iniciados em 2013. Portanto, é nesse cenário que se insere a produção de Chumbo Quente, trazendo também testemunhos cuja participação representa fortemente o propósito da reparação e justiça, alguns dos quais tiveram seus casos investigados pela Comissão Nacional da Verdade. Isto é, a produção serviu também como instrumento de divulgação de casos de desaparecimento e morte não elucidados e/ou falseados.

Por outro lado, estando relacionada à efeméride dos 50 anos do golpe, o especial do Observatório também pretence a um momento no qual diversas outras produções com o mesmo caráter estiveram no ar, isto é, séries jornalísticas televisivas que foram produzidas e exibidas por canais públicos e privados pertencentes à TV aberta que também recontaram diversas histórias sobre esse período. Desse modo, buscamos identificar como em Chumbo Quente os efeitos mobilizados de alguma forma dialogam com outras memórias, simbologias, imaginários midiáticos sobre a ditadura presente nos mesmos gêneros ou, em alguns casos, em produções distintas.

Devemos também lembrar que, embora a série tenha sido produzida por um programa e para uma audiência de TV, ela também foi vinculada simultaneamente nos meios digitais, fazendo parte do que muitos teóricos chamam de convergência midiática. Nesse processo, diferente do que acontece na transmissão televisiva, a narrativa pode ser atualizada no tempo e no espaço, presentificada constantemente, se perpetuando. Além disso verificamos que Chumbo Quente, além

de estar disponível no canal da TV Brasil na plataforma do Youtube, também está sendo exibida em outros canais, condição essa que permite que um produto inicialmente feito para um público específico possa estar disponível para outros públicos, os quais podem debater e também atualizar a discussão.

Contudo, é essencial compreender o teor dos debates suscitados pela série no Youtube, visto o imediatismo que muitas vezes circundam as produções com essa pretensão de História Pública e o próprio interesse motivado pelo presente de quem os acessa. Desse modo, analisamos os comentários feitos sobre os episódios de Chumbo Quente tendo em vista, os momentos distintos em que ela aparece no Youtube, ou seja, simultaneamente ao seu lançamento em 1º de abril de 2014, na comemoração dos 50 anos do golpe de 1964 e depois na sua reexibição em 2015.

5.1 CHUMBO QUENTE, O OBSERVATÓRIO E A TRADIÇÃO DE NARRAR A HISTÓRIA DA IMPRENSA NA DITADURA

Inicialmente, devemos levar em conta que a série está inscrita numa prática relacionada ao Observatório da Imprensa de produzir especiais históricos sobre diversos temas e contextos, mas cujo o mote sempre foi a atuação da imprensa ao longo do tempo. Estes também eram intercalados com a participação de convidados ao vivo, debatendo os temas nos estúdios. Podemos dizer que havia casos em que os documentários complementavam as discussões feitas, mas também em outros momentos os debates é que arrematavam o conteúdo dos especiais históricos, como é o caso de Chumbo Quente. Outro ponto é pensar nas condições para a produção desses especiais do ponto de vista da equipe do OI, grupo de profissionais inseridos num programa pertencente a uma TV pública.

De modo geral, do ponto de vista da produção foi consenso entre os membros do OI que os únicos problemas que tiveram foram de ordem financeira, de modo que a equipe tinha que *driblar com criatividade* os impecilhos²¹⁵. Chumbo Quente foi inteiramente financiada pela TV Brasil e em parceria com órgãos governamentais e de memória, institutos tais como: o Arquivo Nacional, Fundação Biblioteca Nacional, CpDoc JB, Acervo da Biblioteca Mario de Andrade, Instituto João Goulart, Instituto Miguel Arraes, Instituto Vladimir Herzog, Instituto Zuzu Angel e outros que cediam imagens, vídeos, documentos. Cabe ressaltar que alguns estas instituições, especialmente os institutos exercem a função de empreendedores da memória à medida que preservam, realizam ações

²¹⁵ Guilherme Carvalho (2017), em seu estudo sobre o espaço da mídia pública brasileira, aponta a diferença gritante dos montantes arrecadados pela TV comercial e os repasses de verbas que chegam a TV pública brasileira e que esta, a partir de 2016, teve ainda mais seu financiamento reduzido, ao ponto de ter sido cogitado o fim da emissora TV Brasil.

em âmbito público no sentido de divulgar, debater, ampliar e perpetuar no presente a memória e o legado de determinados sujeitos (JELIN, 2002)²¹⁶.

Foi interessante a informação que nos passou Rafael Casé, que era director dos programas especiais da TV Brasil, de que no início do canal, a equipe dispunha de mais recursos para realizar as produções históricas, mas que no momento da produção de Chumbo Quente já não contavam com todas as facilidades (CASÉ, 2019). Já conforme Lilia Diniz (2019), outra entrevistada, embora a equipe já tivesse tido que trabalhar em situações consideradas precárias, principalmente quando o programa funcionava na antiga TVE do Rio, na época da feitura de Chumbo Quente tinham uma estrutura um pouco melhor que permitia um trabalho mais tranquilo na produção. Também o entrosamento da equipe e o fato de esta já estar bastante habituada com o *modus operandi* do seu apresentador de “ter que fazer, ter que acontecer” que segundo ela: “[...] a gente tem que dar um jeito naquilo, que no final acontecia sem grandes traumas” (DINIZ, 2019).

De todo modo, o grupo de produção tinha que ser criativo, até porque, na fala de todos os entrevistados, para Alberto Dines “o céu era limite!”. Para Lilia Diniz, que o assessorava mais de perto, o fato de ele ser exigente, fazer questão de que a equipe se virasse “para ter o melhor”, mas também por ser homem com um trajetória no jornal impresso, contribuía para que ele não tivesse *ideia* do custo para movimentar a *engrenagem* de uma produção televisiva. Em suas palavras: “[...] se tivesse o dinheiro mesmo, ele construiria uma máquina do tempo, voltaria e entrevistaria todo mundo daquela época, e era muito difícil isso por que ele queria mesmo fazer...” (DINIZ, 2019)²¹⁷. Por sua vez, acrescentou que os membros se viravam também porque “[...] acreditavam no projeto do Observatório” e por isso “[...] na medida que fosse possível a gente ia dar o nosso jeito de fazer

²¹⁶Todas instituições sem fins lucrativos. O Instituto João Goulart foi fundado em 2010 pelo filósofo e político João Vicente Fontella Goulart, filho do presidente João Goulart para homenagear o a memória do estadista e contribuir para a história do Brasil. O Instituto Miguel Arraes (IMA) foi fundado em 2009 por Magdalena Arraes viúva do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, juntamente com familiares, amigos e correligionários. O IMA, dedica-se à preservação da memória e do pensamento político de Arraes. Tem sua sede em Recife na casa onde residiu até sua morte em 2005 e também abriga um acervo documental do político para consulta de pesquisadores. O Instituto Vladimir Herzog foi criado também em 2009 com o objetivo de celebrar a vida e o legado do jornalista Vladimir Herzog bem como realizar ações voltadas para a Educação em Direitos Humanos; Jornalismo e Liberdade de Expressão; Memória Verdade e Justiça. É presidido por Clarice Herzog, viúva do jornalista. Por fim, o Instituto Zuzu Angel é um centro de memória sobre a contribuição da estilista Zuzu Angel à moda brasileira e da sua luta para encontrar o filho, assassinado pela repressão. Também realiza ações voltadas para a capacitação de profissionais da moda no Rio de Janeiro. Foi fundado em 1993 por Maria Hilderg Angel, filha da estilista.

²¹⁷Não temos como descrever aqui todas as histórias ouvidas dos entrevistados, sobre as *peripécias* do apresentador e da equipe para realizar as produções, mas de fato são bem interessantes e ilustrativas. Por exemplo, a dificuldade que era para a equipe realizar uma entrevista por Skype com alguém que estava no exterior, tendo que driblar uma conexão de Internet que não estava à altura da conexão do canal BBC, mesmo sabendo que se fosse por Dines ele mesmo viajaria para fazer a entrevista. Ou pedir a alguém que estivesse vindo do exterior para trazer algum material gravado fora do Brasil. Ou mesmo conseguir uma conta bancária com vínculo no exterior para pagar um serviço contratado em Israel.

a coisa acontecer” (DINIZ, 2019). Por outro lado, os entrevistados esclareceram que o próprio Alberto Dines buscava todo tipo de parcerias, nacionais e internacionais para viabilizar as produções. Estes parceiros podiam ceder imagens, depoimentos, dentre outros, já que o programa, na figura do seu apresentador, tinha como questão importante “contar a história visualmente” (DINIZ, 2019) de preferência com as melhores imagens, mesmo que isso significasse serem as mais caras²¹⁸.

Mesmo o conteúdo da série lidando especialmente com um passado sensível, também foi consenso nas entrevistas com os membros do OI que em nenhum momento Chumbo Quente sofreu algum tipo de censura, reprimenda ou represália política. Nas palavras de Emília Ferraz, diretora executiva do OI, isso não ocorreu com a série e nem com outros especiais históricos do OI, “E nem admitiríamos isso também! O Dines jamais, também! E nem a gente!” (FERRAZ, 2019). Do mesmo modo, ficou claro que não houve indicação de correção no seu conteúdo ou mesmo pedido de acréscimo de informações. Esse dado é corroborado por Lilia Diniz, a qual, admitindo que uma crítica ou outra possa ter ocorrido, reportou que se orgulha bastante do fato de que na sua passagem de 17 anos trabalhando no OI a equipe nunca foi criticada “[...] por ter editado mal uma entrevista, feito mal um corte, não ter aberto espaço para alguém se manifestar. Isso era tudo que a gente criticava no jornalismo!” (DINIZ, 2019). A entrevistada atribui isso ao próprio rigor de Alberto Dines, ao respeito que mantinha por suas fontes, mesmo nos momentos mais críticos e polêmicos²¹⁹, sendo um jornalista que “respeitava os cânones da profissão”, de modo que isso fez parte da lógica de composição da série. Assim, ela nos esclarece:

O Dines era muito rigoroso com isso, e no Chumbo Quente a gente precisou montar um quebra-cabeça mesmo. Do que a gente ia falar, como que a gente ia falar, os temas que a gente ia abordar, que espaço a gente ia dar para cada assunto, como que a gente ia tratar uma coisa que já não tinha mais um testemunho vivo, a partir de que testemunho a gente ia contar aquela história se aquela pessoa já não estava para contar. (DINIZ, 2019)

²¹⁸ Alguns exemplos dessas parcerias foram lembrados por Lilia Diniz (2019), tais como: o Instituto Nacional de Audiovisual da França que forneceu gratuitamente imagens que o OI necessitava para um dos seus especiais históricos, mas não podia pagar; o Ministério das Comunicações da Espanha, que forneceu imagens para um programa especial sobre Guerra a Civil Espanhola. A entrevistada recordou também da colaboração de muitos anos, fornecida pelo jornalista Silio Boccanera, amigo pessoal do Dines, que era correspondente internacional e várias vezes entrava ao vivo no Observatório, quando já era madrugada em Londres, sem ganhar nada por isso, isto é, sem remuneração, mas porque considerava importante discutir o jornalismo.

²¹⁹ Embora tenha preferido não dizer qual foi a situação, a entrevistada nos deu como exemplo o fato de que o apresentador, uma vez que julgasse a idoneidade daquela fonte, sempre respeitava aquilo que era combinado com a mesma. Portanto, por exemplo, se a entrevista tivesse que ser pelo telefone, cinco, dez minutos, todas as exigências eram solicitadas pela fonte eram atendidas.

Ademais, ficou evidente que a série fez parte do mote do OI e a necessidade de Alberto Dines de tratar da imprensa em perspectiva histórica e assim tentar elucidar determinados fatos, ainda que na observância das efemérides.

Sem dúvida, a última ditadura foi um tema recorrente no Observatório da Imprensa. Por exemplo, como falamos no primeiro capítulo, o OI exibiu logo nos seus primeiros meses o especial *30 anos do AI-5*, exibido em dezembro de 1998. Podemos dizer que ele contém o formato que seria a marca dos especiais do OI, isto é, a voz dos testemunhos, dos pesquisadores, as imagens como efeito de fonte histórica e os debates.

Desse modo, os debatedores são aqueles que viveram o momento da promulgação do AI-5 e/ou pesquisaram e escreveram a respeito, assim como também aparece a figura do historiador refletindo sobre o significado daquele momento²²⁰. Outra característica marcante é justamente a sequência de vários depoimentos gravados que aparecem ao longo do programa, também com teor testemunhal, principalmente de jornalistas, vários deles considerados *grandes nomes* da imprensa brasileira, falando sobre suas vivências, a repercussão e as consequências do AI-5 na imprensa brasileira²²¹.

Em 2005 o programa fez uma edição especial intitulada *Vladimir Herzog, a imprensa nos porões da ditadura*, que foi ao ar justamente em 25 de outubro, quando completava 30 anos da morte do referido jornalista. Contou com debatedores nos estúdios da TV Cultura de São Paulo e TVE do Rio de Janeiro²²², os quais trabalharam e conviveram com Herzog. Ainda houve vários depoimentos de familiares, jornalistas e outros sujeitos que também viveram aqueles momentos²²³. Em síntese, o programa tratou de discutir a história e a memória do contexto em que se deu a prisão e o assassinato

²²⁰ Dividido em duas partes, a edição especial sobre os 30 anos do AI-5 teve, no primeiro episódio, a participação, em estúdio dos jornalistas Zuenir Ventura (Rio de Janeiro), Fernando Gabeira (estúdio da TVE em Brasília) e Mauro Malin (de São Paulo). No segundo episódio participaram a historiadora Maria Aparecida de Aquino (dos estúdios da TV Cultura de SP), o jornalista Milton Temer e o advogado Modesto da Silveira (1927-2016), ambos nos estúdios da TVE do Rio. O especial consta na Coletânea de DVDs do Observatório da Imprensa (2013).

²²¹ Entre eles estão os jornalistas: Moacyr Werneck de Castro (1915-2010), Fernando Barbosa Lima (1933-2008), Milton Coelho da Graça (1930-2021), Márcio Moreira Alves (1936-2009), Carlos Heitor Conny (1926-2018), Joel Silveira (1918-2007), Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), Artur Poerner (1939-2022), Luiz Edgar de Andrade (1931-2020), Almir Gajardoni e jornalista Rodolfo Konder (1938-2014). Conta também com depoimentos de Dom Paulo Evaristo Arns (1921-2016), na época Arcebispo Emérito de SP, a cineasta e jornalista Lucia Murat, a socióloga Clarice Herzog (viúva de Vladimir Herzog), os cartunistas Millôr Fernandes (1923-2012) e Ziraldo, Ruy Mesquita (1925-2013), diretor do *O Estado de São Paulo* e o escritor Marco Antônio Coelho (1926-2015).

²²² Entre eles, com Dines nos estúdios em São Paulo, estavam o jornalista Paulo Markun, que lançava o seu livro *Meu querido Vlado: a história de Vladimir Herzog e do sonho de uma geração* e o escritor e cineasta João Batista de Andrade que lançava o documentário “Vlado, 30 anos depois”. No Rio de Janeiro, com a apresentadora Cláudia Tisato, o jornalista Luiz Garcia, ex-diretor da revista *Visão* na qual trabalhou Herzog.

²²³ Deram seus depoimentos Clarice Herzog, viúva do jornalista, o rabino Henri Sobel e os jornalistas Zuenir Ventura, Audálio Dantas, José Mindlin, Luiz Weis, Leandro Konder e Geoger Duque Estrada, sendo que estes últimos três estiveram presos no mesmo local que Herzog. Falamos sobre eles no terceiro capítulo.

do jornalista e refletir sobre as mudanças ocorridas no jornalismo 30 anos depois daquele fato. Também nessa edição especial, duas questões chamam a atenção: primeiro, a rememoração do momento em que Dines, por meio da coluna *Jornal dos Jornais*, denunciou a campanha anticomunista dirigida à Vladimir Herzog; e a reivindicação feita no programa, pelos debatedores e pelo apresentador, de que os arquivos repressivos fossem abertos para que esse passado pudesse ser *esclarecido*. Em 2015, no mesmo ano da reexibição de Chumbo Quente, o Observatório retomou o tema da morte do jornalista Vladimir Herzog na edição especial intitulada *Vladimir Herzog: 40 anos da morte*.

Também o tema da ditadura perpassou alguns programas, mesmo quando eles não tratavam diretamente do assunto. Trazemos como exemplo os especiais produzidos sobre três grandes jornais do país: o programa sobre o Correio da Manhã, exibido no ano de 1999, na comemoração do primeiro ano do Observatório na TV²²⁴; o segundo, que foi ao ar em 2001, sobre o Jornal do Brasil quando este comemorava 110 anos e passava por uma grande reforma para sair de uma crise financeira e administrativa que vinha enfrentando²²⁵ e outro especial sobre o jornal Última Hora, apresentado em 2011, ano em que o jornal completaria 60 anos de fundação, se estivesse ativo²²⁶. Nos especiais, a história desses jornais é contada desde o seu surgimento, os sujeitos envolvidos na sua criação, os embates políticos nos quais se envolveram, a relação com o poder estabelecido, entre tantas outras questões. Entre os muitos momentos destacados também comparece uma narrativa sobre esses jornais no contexto do golpe e da ditadura civil-militar. Todos os programas tiveram debates ao vivo intercalados com os documentários repletos de testemunhos e imagens históricas.

²²⁴ O debate ocorreu ao vivo com os jornalistas Wilson Figueiredo, Augusto Nunes (dos estúdios de São Paulo), o jornalista e publicitário Mauro Salles, Luiz Gutemberg (do estúdio da TVE de Brasília), Luiz Carlos Bernardes (do estúdio em Belo Horizonte), Ruy Carlos Ostermann (de Porto Alegre), alunos da UERJ e os telespectadores também participaram enviando questões ao programa. Entre os sujeitos que dão seu testemunho estão os jornalistas que atuaram no Correio da Manhã: Arthur Poerner (ex-redator do Correio), Carlos Heitor Cony, Evandro Carlos de Andrade, Fernando Gaspararian, José Louzeiro, José Lino Grünwald, Márcio Moreira Alves (ex-editorialista), Luiz Alberto Bahia e Pedro Couto.

²²⁵ Participaram do debate o jornalista Wilson Figueiredo e Mário Sérgio Conti (nos estúdios do Rio de Janeiro), Fernando Gabeira (de Brasília), o jornalista e publicitário Mauro Salles (de São Paulo) e os telespectadores. Contou com vários depoimentos de pessoas que passaram pelo JB: o empresário Manuel Francisco do Nascimento Brito, que foi proprietário e diretor do jornal, seu filho, o também empresário José Antônio do Nascimento Brito, a escritora Marina Colasanti, o escritor Affonso Romano de Sant'Anna, o cartunista Ziraldo, o artista plástico Amílcar de Castro, o fotojornalista Evandro Teixeira, a jornalista Ana Arruda Callado e os jornalistas Araújo Netto, Carlos Lemos, José Silveira, Leo Shlafman, Luís Edgar de Andrade, Luiz Lobo, Luiz Orlando Carneiro, Miguel Jorge, Newton Carlos, Reynaldo Jardim, Roberto Pompeu de Toledo e Villas-Boas Correia.

²²⁶ O programa teve os testemunhos da artista plástica Pinky Wainer, filha de Samuel Wainer, a jornalista e dramaturga Marta Góes, dos jornalistas Pinheiro Júnior, Pery Cotta, Domingos Meirelles, Alcy Cavalcanti, Joëlle Rouch, Lan (chargista), Maurício Azêdo e Moacyr Werneck de Castro. Como este último já havia falecido um ano antes da exibição do programa, o seu depoimento gravado para um programa anterior do OI foi aproveitado.

Portanto, observa-se que Chumbo Quente remonta a uma tradição do Observatório da Imprensa de produzir documentários históricos sobre a atuação da imprensa e que o tema da ditadura civil-militar fez parte dessa tradição. A nós interessa perceber em que medida Chumbo Quente retoma essas mesmas narrativas sobre a imprensa, o golpe de 1964 e a ditadura, atualizando-as de vários modos, com aprofundamento ou mesmo com o silenciamento.

5.2 A LINGUAGEM AUDIOVISUAL EM CHUMBO QUENTE NA PRODUÇÃO DE SENTIDO HISTÓRICO SOBRE A DITADURA

Sobre os mecanismos da linguagem audiovisual e documental burilados em Chumbo Quente para produzir sentidos históricos, podemos dizer estes trabalham com os recursos da memória midiática para gerar um efeito de verdade histórica. Pensamos aqui a memória não somente como a representação, mas como algo que está ancorado num fato real. Mas, de que maneira isso pode ocorrer? Ainda, quais os diálogos possíveis entre o não ficcional proposto pelo documentário histórico e a utilização dos recursos ficcionais para a efetivação do seu objetivo em relação ao público, isto é, ao acessar o passado? Refletindo sobre este gênero, mais especificamente sobre o documentário histórico, e aqui incluindo produções televisivas com esse caráter, Robert Rosenstone (2010) aponta que:

O documentário reflete ostensivamente o mundo de forma direta, possuindo o que foi chamado de relação “indexativa” com a realidade – que significa que ele nos mostra o que estava ali, na frente da câmera, em um dado momento e, em teoria, o que teria estado ali de qualquer maneira se a câmera não estivesse presente [...]. (ROSENSTONE, 2010, p. 110)

Significa dizer que à primeira vista esse tipo de produção nos sugere que podemos ter acesso ao passado e à experiência histórica sem a necessidade de mediação. Para isso, diferentes mecanismos podem ser acionados. Sons, fotografias, vídeos históricos, documentos de arquivos, museus, imagens que remetem a outras imagens contribuem para a produção de sentido histórico.

Logo, podemos dizer, primeiramente, que os recursos audiovisuais de Chumbo Quente remetem a um efeito de arquivo que acompanha todos os episódios e em quase todos os momentos. Por exemplo, na abertura fundem-se imagens fotográficas da época, como a de militares e duas cenas de protestos, todas em preto e branco, ao som de uma música que sugere uma marcha militar. O logotipo também acompanha essa linguagem:

Figura 13 - Frame da Abertura do Primeiro Episódio de Chumbo Quente



Fonte: Chumbo Quente (Observatório da Imprensa/TVBrasil)

Primeiro observamos a utilização das cores preto, cinza e vermelho, bem como a utilização da fonte *Courier New*. Acerca dessas cores especificamente, pode-se dizer que remetem a significados tais como o próprio passado das imagens, representado nas fotografias ou os filmes em preto e branco. O preto ainda toma os sentidos da austeridade, do pesar. Por sua vez, o vermelho lembra o quente da cor, em contraste com as outras, mas também sugere o sangue e a violência. A título de exemplo, esses recursos estão presentes em aberturas de outras produções sobre a ditadura, como apresentado abaixo:

Figura 14 - Frames das aberturas de outras produções televisivas sobre a ditadura



Fonte: 1. Militares da Democracia (TV Brasil), 2. Os Advogados contra a Ditadura (TV Brasil), 3. Novela Amor e Revolução (SBT), 4. Memórias de um agente de Repressão - Repórter (SBT)

Como se pode ver na Figura 13, esses efeitos aparecem nas aberturas de produções semelhantes a *Chumbo Quente*. Nas imagens 1 e 2, vemos *prints* de *Advogados contra a Ditadura* e em *Militares da Democracia*, documentários do cineasta Silvio Tendler, exibidos em 2014 pela TV Brasil²²⁷. Nestes, a fotografia ao fundo é a mesma, mesclando imagens que sugerem militares e civis só que em tons diferentes, a primeira em preto, cinza e a segunda num tom mais claro (âmbar), ambas com os títulos em branco e preto em contraste com o vermelho. Igualmente, esse efeito aparece em produções distintas (imagens 3 e 4), tais como na abertura da telenovela *Amor e Revolução* e do especial *Memórias de um agente de Repressão*, ambos produzidos e exibidos pelo SBT em 2011²²⁸. Estes dois últimos, embora recorram a outros efeitos como usar a cor verde e amarela num fundo que sugere papéis antigos e a utilização do brasão, também destacam em vermelho os termos “Revolução e Repressão”.

Poderíamos citar mais tantos outros exemplos, mas o fato é que esses recursos visuais e imagéticos têm sido comuns, há um certo tempo, em produtos que tratam sobre a ditadura: capas de livros, cartazes de filmes, enfim, tratando-se de obras ficcionais ou não-ficcionais. Ao pesquisar a produção memorialística sobre a militância de mulheres contra a ditadura civil-militar, a pesquisadora Raquel Caminha Rocha demonstra que, já em meados da década de 1970, essa memória já era mobilizada tendo continuidade até 2014. Como exemplo, analisando as capas do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos a partir de 1964* (1995) e o livro *Luta, substantivo feminino* (2007), verifica nestas obras a predominância do vermelho, do preto e do branco. Assim, Rocha (2017) ressalta que a cor vermelha:

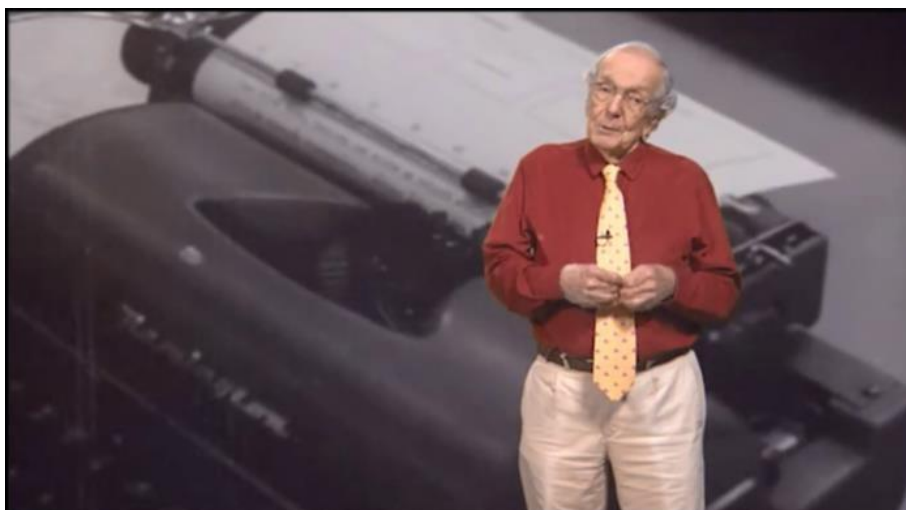
[...] transmite a ideia da violência da tortura, pois se refere à cor do sangue. Já o branco e o preto trazem o contraste entre a cor que simboliza ideais elevados, como a luta dos militantes para a construção de um novo ideal político para o Brasil, e a obscuridade da repressão política em uma cor que representa a dor e o luto. (ROCHA, 2017, p.159)

²²⁷ *Os advogados contra a Ditadura* se enquadra nas produções memorialísticas relacionadas à Justiça de Transição e aos trabalhos da Comissão da Verdade. Foi produzida em parceria com: EBC, Memorial da Anistia, Projeto Marcas da Memória, Comissão da Anistia, Ministério da Justiça, Governo Federal com apoio da OAB-RJ, Comissão Nacional da Verdade do Rio de Janeiro. Disponível no site da TV Brasil e no Youtube.

²²⁸ A telenovela *Amor e Revolução* conta a história de amor de Maria, uma jovem atuante na militância estudantil e o jovem capitão do Exército Cláudio Guerra, que tinha posicionamentos progressistas. A trama se desenvolve quando Maria, dado o aprofundamento da ditadura, entra para a luta armada junto com seus padrinhos. Sua exibição foi marcada por polêmicas justamente porque ao final de cada capítulo eram também exibidos depoimentos de sujeitos que viveram aquele período: militantes, familiares de desaparecidos, militares. Já *Memórias de um Agente de Repressão* foi exibida em 2011 no Programa Conexão Repórter com Roberto Cabrini (SBT) e traz o confronto entre memórias dos agentes policiais, militares e tex-torturados. Ambas estão disponíveis no Youtube.

Por sua vez, esta simbologia está presente na performance do apresentador em todos os episódios, quando apresenta e encerra a série:

Figura 15 - Imagem do apresentador Alberto Dines na abertura da série



Fonte: Chumbo Quente (Observatório da Imprensa/ TV Brasil)

Como se nota na Figura 14, Dines aparece tendo ao fundo a imagem de uma máquina de datilografar. Esta aparece em preto e branco. O recorte dessa imagem é um vídeo que aparece durante suas falas nas aberturas e encerramentos de Chumbo Quente, reproduzindo as redações dos jornais, tipografias e tem várias outras imagens que se supõem serem da época, todas projetadas em cromalut²²⁹. Também o vermelho aparece na composição de sua vestimenta, destacado ainda mais pelas cores amarelo e bege²³⁰.

Pensando ainda nos elementos visuais, o uso da fonte *Courier New* na abertura de Chumbo Quente tem um efeito de arquivo que remete ao uso da máquina de escrever:

²²⁹ Ou Chroma Key no inglês, na tradução literal “chave cromática” é uma técnica de efeito visual na qual coloca-se uma imagem sobre uma outra, por meio do anulamento de uma cor padrão, geralmente o verde ou o azul. É utilizado em vídeos em que se deseja substituir o fundo por algum outro vídeo ou foto, bastante utilizada, por exemplo, em telejornais na previsão do tempo.

²³⁰ Esta mesma vestimenta é utilizada quando ele apresenta o debate que encerra a série.

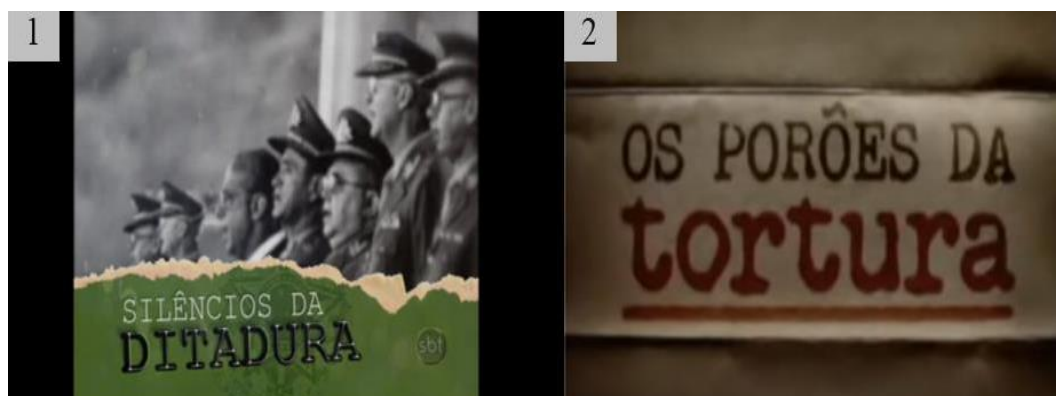
Figura 16 - Print do título de Chumbo Quente



Fonte: Chumbo Quente (Observatório da Imprensa/TV Brasil)

Por sua vez, a estilização da letra é também vista em outras produções com o mesmo teor:

Figura 17 - Títulos de outras séries televisivas com a fonte Courier New



Fonte: 1. Silêncios da Ditadura (Jornal do SBT) e 2. Porões da Tortura (Jornal da Record)

Como se pode observar na Figura 16, vemos um recorte da abertura de duas séries televisivas jornalísticas sobre o período: *Silêncios da Ditadura*, exibida pelo telejornal do SBT, e *Porões da Tortura*, exibida pelo telejornal da Rede Record, ambas em 2014²³¹. A primeira com a cor verde e um brasão ao fundo simulando um papel que foi “rasgado” associado a uma foto de militares em preto e branco e a segunda só o título da série, com o fundo simulando um papel envelhecido, e o nome tortura em vermelho e sublinhado. Nota-se que as fontes que ilustram seus nomes, assim como em Chumbo Quente, também estão com *layout* semelhante ao da *Courier New*, isto é, a letra da máquina de datilografia. Esse estilo sugere uma ideia de recuo no tempo, num passado onde a

²³¹ *Silêncios da Ditadura* possui cinco episódios, rememora fatos específicos do período, mas que não são tão conhecidos do grande público e ainda estão sendo descobertos pela historiografia, que envolvem questões indígenas, operações policiais e ocultação de crimes, a influência dos EUA na ditadura militar e a censura em canções da música brasileira. Já *Porões da Tortura* foi exibida pelo Jornal da Record (Rede Record). Discute a violência policial como herança daquele período e a impunidade no presente, aborda a busca por empresários que financiaram casas de tortura em São Paulo e trata da Operação Condor. Disponível no Youtube.

máquina de escrever mecânica era a tecnologia usada por escritores, jornalistas, professores e tantos outros datilógrafos, mas também por escrivões, oficiais de justiça, policiais para redigirem todo tipo de documento, inclusive os repressivos.

Por sua vez, esses efeitos se efetivam mais ainda se associados a uma sonoridade que os complementa. Em *Chumbo Quente*, as imagens conversam com uma música, ao fundo, sempre a mesma, que sugere uma tensão. Mas em outras produções semelhantes sobre o período podemos perceber outro tipo de som, como por exemplo, o da própria máquina de datilografar²³². Desse modo, o som, como nos lembra Rosenstone (2010), estando presente ou ausente, nesse caso enfatizado pelo silêncio, é também um elemento importante, junto com as imagens, por se referir ao tema tratado numa produção audiovisual, mas também para provocar sentimentos, emoções naqueles que assistem e assim reforçar seu argumento. Para este historiador as “maneiras auditivas” operam:

Por meio da trilha sonora, da qualidade da voz tanto dos narradores quanto das testemunhas, das palavras enunciadas, dos efeitos sonoros, da música obtida a partir de fontes encontradas ou de composições originais – a fim de aumentar o impacto das imagens. Assim como o filme dramático, o documentário quer que você sinta e se importe profundamente com os eventos e as pessoas do passado. (ROSENSTONE, 2010, p. 115)

Assim, nas várias produções televisivas jornalísticas ou documentários televisivos, produzidos no contexto próximo aos 50 anos do golpe de 1964, o efeito sonoro, principalmente da música, remete sempre à seriedade, à tensão e ao suspense associados ao tema²³³. E mesmo as telenovelas cujo teor propõem a ficção que se passa nesse período, as canções da época utilizadas nas aberturas ajudam a compor essa memória²³⁴.

Em *Chumbo Quente* a música se manifesta em três momentos: na abertura ou nos intervalos onde o nome da série aparece como um som percussivo que lembra uma marcha militar, na música ao fundo durante as inferências de Dines, enquanto ele inicia e encerra os episódios e permanece mesmo durante a narração dos acontecimentos, complementando o quadro dos documentos, fotografias, jornais da época ou fragmento que precisa ser destacado. Esse som só é interrompido durante as falas dos entrevistados ou quando são inseridos áudios ou vídeos da época, tais como:

²³² É o que ocorre nas séries *Porões da Tortura* (SBT), *Fantasmas da Ditadura* (SBT) e no especial *Memórias: Agentes da Repressão* (SBT).

²³³ Isso verifica-se em *Advogados contra a Ditadura* (TV Brasil); *Crimes da Ditadura* (TV Brasil); *Ditadura – História em revisão* (TV Brasil); *A Pátria Armada* (TV Cultura); *50 anos do golpe* (Rede Record); *Silêncios da Ditadura* (SBT); *Os Porões da Tortura* (SBT); *Memórias: Agentes da Repressão* (SBT) e *Fantasmas da Ditadura* (SBT).

²³⁴ Por exemplo, *Ponteio* (1967) de Edu Lobo e Capinam e *Roda Viva* (1967), de Chico Buarque, são canções que estão nas aberturas das telenovelas *Cidadão Brasileiro* (Record) e *Amor e Revolução* (SBT).

trechos de vídeos de entrevistas de João Goulart, Carlos Lacerda e Delfin Neto; trecho de peça publicitária governamental sobre as Reformas de Base; falas de Jango no Comício das Reformas; os áudios do pronunciamento do Senador Auro de Moura Andrade na sessão em que decreta vaga a Presidência da República e dois trechos do Repórter Esso, o primeiro noticiando a fuga do país de João Goulart e outros membros do governo e a notícia da decreto do AI-5. Estes recursos, além de destacar os testemunhos, igualmente reforçam o efeito de arquivo. Por sua vez, toda a narração, como já dissemos, é feita por Alberto Dines, o que, a nosso ver, confere ainda mais legitimidade ao argumento, já que o telespectador sabe quem é o narrador e lhe confere o lugar de autoridade (GOMES, 2011).

5.2.1 Chumbo Quente e a iconografia sobre a ditadura

As inúmeras imagens trazidas em Chumbo Quente demonstram uma preocupação em reportar aos sentidos do arquivo histórico, demonstrando a *suposta* capacidade *indexativa* (ROSENSTONE, 2010) do documentário histórico de nos convencer que estamos acessando diretamente esse passado. Assim, fotografias, gravuras, vídeos da época, notícias, manchetes e outros recortes de jornais interpõem-se e completam o sentido da narrativa. Quanto a esses três últimos, servem igualmente para enfatizar a explicação sobre os grandes jornais, os demais impressos do país naquele momento e seu envolvimento no contexto do golpe e da ditadura.

Não temos como tratar aqui especificamente das imagens, que são numerosas, mas podemos ressaltar dois aspectos que nos chamam atenção para a construção do argumento na série. O primeiro é o fato de que não só em Chumbo Quente, mas nos outros especiais do OI, as imagens são quase que exclusivamente para ilustrar, explicar o que é dito pela narração ou pelos testemunhos, isto é, para contar a história. A estudiosa de cinema e audiovisuais e documentarista Anitta Leandro (2018) nos lembra que esta forma de apresentar a iconografia se configura como um modo *tradicional* de trabalho com fonte e está presente na maioria dos documentários brasileiros feitos sobre a ditadura de modo que:

A montagem procede por amostragens de falas breves, de diferentes status (sobreviventes, familiares de mortos e desaparecidos, historiadores), falas justapostas, à maneira de um jogral, aos documentos históricos, estes por sua vez reduzidos à função estritamente técnica de inserts ou de “imagens de cobertura”, como os arquivos são chamados no jargão da Mídia. (LEANDRO, 2018, p. 223-224)

Portanto, para ela este modo de tratar documentos os relega à posição de ilustração de um fato histórico pronto e acabado, como se a história não pudesse ser construída e reconstruída.

Outro aspecto relevante se refere à constância de determinadas imagens em *Chumbo Quente* e que, de igual modo, estiveram várias vezes em outros especiais do Observatório e/ou em outras produções televisivas sobre o golpe de 1964 e a ditadura. Isto é, juntas elas compõem uma história e uma memória imagética sobre o período e que perpassa pelo enquadramento no sentido defendido por Michael Pollack (1989), destacando-se as ênfases, o esquecimento e o silêncio. Já para Marialva Barbosa, explicando o papel dos meios de comunicação na monumentalização do passado, argumenta que estes “[...] produzem memórias dominantes, enquanto outras ficam dilaceradas pelo apagamento de rastros: as memórias dominadas e silenciadas”. (BARBOSA, 2012, p. 465). Nesse sentido, a estudiosa aponta para uma tipologia ou “pragmática do esquecimento”²³⁵, isto é, em que este pode ser exercido “deliberadamente” pelos usos e abusos, em que as imagens, ao serem constantemente acessadas se tornam “imagens reserva de memória” (BARBOSA, 2010, p. 466).

Trazemos alguns exemplos, mas poderiam ser outros tantos, de como a iconografia em *Chumbo Quente*, além de recurso documental e efeito de arquivo, remetendo ao sentido histórico, também compõem essa reserva de memória. O primeiro é a fotografia icônica do jovem fugindo dos policiais numa manifestação em 1968, na Cinelândia, no Rio de Janeiro:

Figura 18 - Manifestação em 1968, na Cinelândia, no Rio de Janeiro



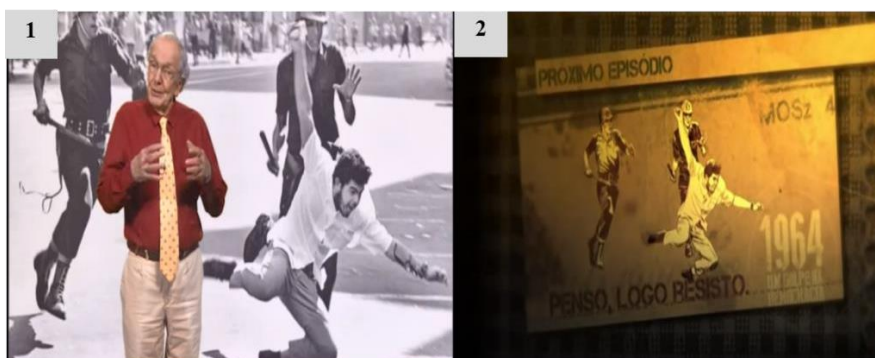
Fonte: Evandro Teixeira, 1968 (Arquivo JB).²³⁶

²³⁵ Marialva Barbosa retoma a noção de “esquecimento de reserva”, de Paul Ricoeur (2007).

²³⁶ A fotografia foi tirada pelo fotógrafo Evandro Teixeira e foi estampada na capa da edição do dia 22 de junho de 1968 do *Jornal do Brasil* no confronto violento entre estudantes e policiais que ficou conhecido como sexta-feira sangrenta. Segundo o fotógrafo, em entrevista à revista de “Discursos fotográficos” da UEL: “Quando cheguei à Cinelândia eu ainda fotografei aquele estudante de medicina caindo. Ele bateu a cabeça no meio fio, em frente ao Teatro Municipal, deu um berro horroroso e morreu ali mesmo. E os policiais atrás de mim, mas não me pegaram não, eu corria muito mesmo, era bem magrelo. Veja que coisa: correndo da polícia, sem tempo de preparar a câmera para nada, consegui fazer uma fotografia que virou um símbolo da luta contra a ditadura militar no Brasil”. (TEIXEIRA, 2012, p. 239).

Já é fato que essa imagem, assim como outras, se tornou um símbolo memorialístico no que refere à última ditadura. Podemos vê-la em livros, em reportagens assim como nas produções audiovisuais, em alguns momentos com referência, mas na maioria das vezes sem informação alguma que a identifique. Também podemos vê-la até mesmo de forma estilizada, conforme as figuras abaixo:

Figura 19 - Imagem da manifestação na Cinelândia-RJ (1968) apresentada em diferentes programas



Fonte: 1. Chumbo Quente; 2. Frame da abertura da série “1964: Um golpe na democracia” (Caminhos da Reportagem-TV Brasil)

Como se pode notar na imagem 1, a fotografia aparece ao fundo, no momento de uma das falas de Dines em Chumbo Quente. Ela também aparece em outro momento da série. Cabe lembrar que esta imagem igualmente foi bastante utilizada em outro programa do OI: o especial sobre os *30 anos do AI-5*, exibido em 1998. Ela aparecia sempre nas aberturas dos blocos do programa. Na imagem 2, vemos a mesma fotografia, só que estilizada no formato de desenho. Ela faz parte da abertura do especial “1964: um golpe na democracia”, feito pelo programa Caminhos da Reportagem (TV Brasil).

Vê-se abaixo o subtítulo “Penso, logo resisto”. Como dito anteriormente, esta fotografia ainda aparece em outras produções televisivas. Essa imagem mostrada sozinha ou acompanhada de um título, ainda que indireto, faz alusão a memórias acerca da ditadura, da violência, resistência da juventude, caos, enfim, não importando se foi em 1964, 1968, 1972 ou qualquer outra data dessa época.

O segundo tipo da atualização de uma determinada imagem em Chumbo Quente se dá na narrativa sobre a atuação do JB na promulgação do AI-5 e no episódio sobre a notícia da morte do Presidente Allende, no Chile. As duas imagens estiveram nos especiais do OI sobre o AI-5 em 1998

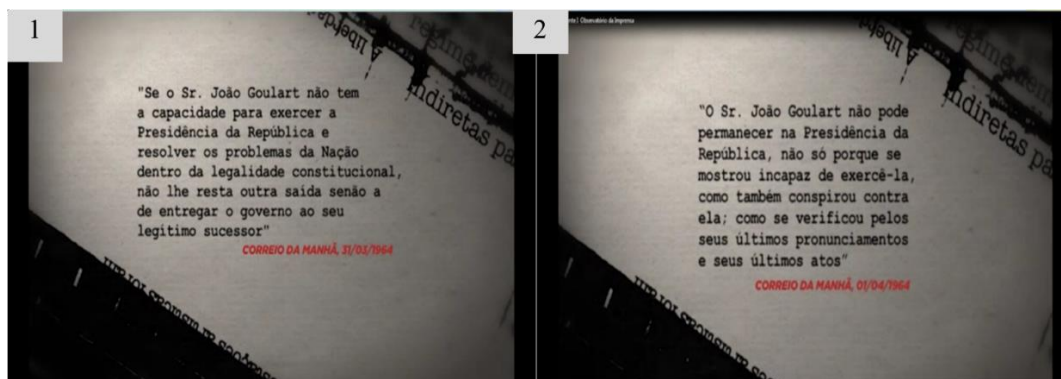
e também no especial sobre a história do JB em 2001²³⁷. Por último, temos outro exemplo em Chumbo Quente que é quando se trata da morte do jornalista Vladimir Herzog, no ano de 1975, em que determinadas imagens também são utilizadas. Estas estiveram em outros momentos do OI e em outras produções sobre o período. Assim, algumas fotografias do jornalista, mas principalmente a brutal imagem de Herzog morto na cela do Doi-Codi, em São Paulo, também se tornaram símbolos de identificação com o período dos 21 anos do regime e das violências cometidas.

Para Marialva Barbosa, esse elemento faz parte da prática jornalística que, utilizando o esquecimento de reserva, atua para reinscrever narrativamente acontecimentos “[...] supra-históricos que afetaram o público no passado e que colocaram nele uma marca afetiva” podendo perpetuar imagens duradouras, tornando-as “[...] símbolos da memória histórica de um povo ou de uma nação”. (BARBOSA, 2012, p. 465). Por outro lado, quanto aos usos e/ou abusos públicos da repetição de imagens e narrativas por parte dos empreendedores da memória, Elizabeth Jelin (2002) chama atenção para a possível ocorrência de uma “saturação de memória”, que pode ter efeitos contrários ao que se espera, ou seja, em vez da lembrança, do aprendizado, do debate, pode ocorrer o arrefecimento ou a rejeição (JELIN, 2002, p. 51).

Ainda devemos ressaltar um outro modo de operar com o repertório de imagens, que é criar e atualizar a própria iconografia num sentido que reforce o efeito de arquivo. Em Chumbo Quente isso é feito para destacar determinados trechos de textos variados, com predominância para os jornalísticos e memorialísticos. Eles aparecem em todos os episódios e em outros programas do Observatório da Imprensa. Vejamos por exemplo, na Figura 20, logo abaixo, imagens que reproduzem trechos de dois editoriais publicados nos dias 31 de março de 1964 e 01 de abril de 1964 pelo Correio da Manhã:

²³⁷ Os eventos relacionados às duas imagens foram tratados no capítulo 2. Figuras 8 e 9.

Figura 20 - Frame da reprodução de trechos dos editoriais do Correio da Manhã



Fonte: Chumbo Quente (Episódio 1)

As imagens 1 e 2, respectivamente, apresentam trechos dos editoriais *Basta!* e *Fora!*²³⁸, reproduzidos no primeiro episódio da série, justamente para demonstrar como o jornal deixa de apoiar o governo e passa a ecoar as vozes golpistas, pedindo a saída de João Goulart para logo passar a criticar a atmosfera da *revolução* e do novo governo. Por um lado, na questão da intenção e do estilo, esse efeito aparece em todos os episódios dessa produção enfatizando trechos dos textos de outros jornais e suas posições, bem como passagens de livros memorialistas²³⁹. Em contrapartida, cabe lembrar que a ênfase nos trechos dos editoriais do Correio da Manhã já havia sido feita no especial do OI em 1999, quando este comemorava um ano de programa e fizera uma homenagem ao jornal.

O destaque, enfim, corrobora para reforçar o argumento da narrativa, entre lembranças, silêncios e esquecimentos, uma vez que alguns trechos de textos de *determinados* jornais ou autores,

²³⁸ O primeiro, publicado em 31 de março de 1964, de modo geral critica veementemente a postura do presidente João Goulart e sua relação com o Congresso. O responsabiliza pela crise financeira, pela inflação, afirma seu compromisso com uma reforma de base “aprovada pelo legislativo”, critica o decreto da SUPRA de 13 de março, como responsável pela intranquilidade no campo, e põe em suspeita de que as ações de João Goulart eram movidas por “interesses inconfessáveis”. O segundo texto publicado no dia 1º de abril de 1964, reitera e aprofunda as críticas feitas ao presidente, entre elas a de que João Goulart não agia por motivação ideológica e sim por “interesse pessoal de permanecer no poder”, afirmando que este deveria entregar a presidência ao seu “legítimo sucessor”. Ao final, o jornal intenta reafirmar seu compromisso com a legalidade e a democracia, uma vez que havia apoiado a posse do presidente em 1961. Disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional.

²³⁹ Esse modo de destacar aparece sempre na fonte Courier New e com a predominância do preto e vermelho. Entre os trechos citados estão: fragmentos de texto da Folha de São Paulo (05 de abril de 1964), trechos do texto de Antônio Callado no livro *Idos de Março*, quando este fala sobre Jango; fragmentos de texto do Correio da Manhã (02 de abril de 1964), quando este passa logo a fazer crítica ao regime; trecho do livro *Tortura e Torturados*, de Márcio Moreira Alves contando sobre a campanha do Correio da Manhã para denunciar as torturas nos primeiros momentos do regime; trecho da coluna de Carlos Heitor Cony no Correio da Manhã (14 de abril de 1964) fazendo críticas ao regime; excerto do depoimento de Joel Silveira para o livro *Um jornal assassinado*, contando sobre os ataques sofridos pelos jornalistas do Correio da Manhã; trecho da *Gazeta Mercantil* (27 de junho de 1978) sobre o Milagre Econômico; fragmento do editorial do Globo “O Beijo de Judas” (06 de novembro de 1969) acusando os freis dominicanos de terem traído Carlos Mariguela e trechos do manifesto da ALN e do MR8 publicados na imprensa na ocasião do sequestro do embaixador norte-americano Charles Helbrick (04 de setembro de 1969).

são selecionados e outros nem tanto. Neste sentido, compreendemos que Chumbo Quente é a atualização das várias memórias mobilizadas e inseridas numa tradição do Observatório de tratar sobre a história da imprensa no período da ditadura. É importante frisar que a produção efetivamente trata-se de um conteúdo não ficcional, mas que se vale das representações como forma de interpretar esse fato e esse passado e de divulgá-lo na esfera pública.

Assim, alguns dos recursos estilísticos e efeitos audiovisuais que tratamos aqui e que pertencem ao campo ficcional são incorporados apenas no sentido de envolver o espectador pela emoção, o que a nosso ver é perfeitamente compreensível, se considerarmos a afirmação de Rosenstone (2010) sobre as pretensões de um documentário histórico, de que este, em última instância, “sejam quais forem as suas afirmações, o objetivo real é um tipo específico de verdade, uma verdade calculada para fazer com que o espectador se sinta fortemente afetado por algum aspecto do passado” (ROSENSTONE, 2010, p. 133). O aspecto a que ele se refere tanto pode se relacionar a perspectivas históricas, historiográficas, mas também envolver os destaques, os esquecimentos e os silenciamentos.

5.3 ÊNFASES, ESQUECIMENTOS, SILÊNCIOS E MEMÓRIAS ENQUADRADAS

Ao tratar do passado da imprensa no período da ditadura, justamente nos 50 anos do golpe, Chumbo Quente mobiliza recursos de toda natureza para construir uma narrativa que busca ser, à maneira do Observatório da Imprensa, séria, comprometida em abarcar o máximo de problematizações possíveis, inserindo também a discussão historiográfica, pontos de vista diferenciados e não somente uma única visão. Reconhece os equívocos da imprensa nos 21 anos de regime autoritário, o que se reflete nas palavras de Alberto Dines quando afirma que, ao final da ditadura, a imprensa não se preparou para a redemocratização, nem tampouco nunca parou para refletir sobre sua resignação ao golpe, nem pela busca da verdade. Na mesma fala ele conclui reafirmando o papel do OI, ou seja, “Este Observatório não é tribunal, não julga e não condena. Quer apenas faz pensar. Esta é a catarse capaz de nos afastar para sempre da metáfora e dos horrores de chumbo. Pensar, pensar muito” (CHUMBO QUENTE IV, 2014, 02:42).

Mas, como em todo relato, ao enfatizar determinados aspectos, outros ficam esquecidos ou bastante silenciados e assim contribui para reforçar memórias enquadradas sobre a própria atuação da imprensa. Nesse sentido, nos aproximamos da conceituação feita por Michael Pollack (1989, 1992) ao demonstrar que as memórias socialmente constituídas, aquelas consideradas preponderantes em relação às demais, que envolvem hierarquização de datas, eventos, personagens, precisam passar por um trabalho de enquadramento para que possam manter uma certa coerência e

permanecerem fortes. São remodeladas, arrumadas de modo a contribuir para a manutenção de uma determinada identidade, passando desde à memória nacional, à memória de grupos determinados como sindicatos, partidos, instituições (POLLACK, 1992, p. 6).

Por sua vez, Michael Pollack aponta que este trabalho de enquadramento pode ser realizado também em parte por historiadores orgânicos, isto é, aqueles vinculados às instituições ou testemunhos escolhidos, que atuam para reforçar determinadas versões. Ainda mais, o autor aponta que, para além da produção de discursos, os vestígios do enquadramento estariam nos monumentos, museus, bibliotecas e também nos meios visuais, de modo que o “[...] filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional” (POLLACK, 1989, p. 9).

Desse modo, apontamos aqui alguns exemplos de como as memórias enquadradas aparecem em Chumbo Quente. O primeiro se relaciona ao envolvimento dos jornais no apoio ao golpe e nos primeiros anos do regime até 1968 com a promulgação do AI-5. É notório que entre os jornais que conspiraram contra o presidente, a ênfase recai sobremaneira em jornais como O Globo, a Tribuna da Imprensa, o Estado de São Paulo, o Diário Carioca, o Diário de Notícias e a Folha de São Paulo. Uma maneira de acentuar o argumento é a utilização das manchetes dos jornais como efeito de ilustração, mas também documental, e na própria fala do narrador expressando a posição de cada um ou o destaque para algum trecho de reportagem²⁴⁰.

Por sua vez, jornais como o Correio da Manhã e o Jornal do Brasil, que tinham uma grande importância na vida política do país, têm um tratamento diferenciado na narrativa. Os dois são mostrados como jornais liberais, e de fato eram, portanto, não “[...] tinham a radicalidade golpista dos outros” (CHUMBO QUENTE I, 2014, 20:33) citados acima. O Correio é tido como o jornal que apoiou, nos primeiros momentos, a posse de João Goulart, apoiava as reformas de base, mas que muda de lado devido ao tom *radical* tomado pelo governo de Jango. Passa para a oposição, “aderindo a vozes golpistas” e que logo em seguida começa a denunciar a ditadura e vai se tornando um jornal de resistência que foi sufocado pelo regime.

Já o Jornal do Brasil, veículo em que Dines atuou, tem um outro tratamento. No que diz respeito a ter conspirado pelo golpe e mesmo depois dos atos autoritários, o JB é pouquíssimas vezes citado, como poucas vezes aparecem suas manchetes. Porém, lembremos que ele fez parte da “Rede da democracia”, esta que atuava fortemente para atacar o governo de João Goulart (CARVALHO,

²⁴⁰ Rever figura 20, item 5.2.

2010)²⁴¹. Portanto, ao contrário do que ocorre com os outros jornais na série, cujos posicionamentos são retratados nos primeiros anos do regime, sobre o Jornal do Brasil, que é retratado como um “[...] jornal de informação e não de colunistas” (CHUMBO QUENTE I, 2014, 47:04), recai um silêncio quanto ao que lhe ocorreu nos primeiros anos da ditadura. Uma pista é apresentada pelo próprio Dines quando afirma que até 1968 o Jornal do Brasil não havia sofrido qualquer tipo de censura²⁴². Desse modo, na narrativa o JB é mais enfatizado a partir de 1968, quando trata da promulgação do AI-5, com o *feito* de driblar a censura e depois quando noticia a morte de Salvador Allende, no Chile, em 1973.

Esse processo de construção memorialística dos jornais brasileiros na ditadura é um empreendimento que a própria imprensa toma para si, recontando-a, recriando-a e inscrevendo-a no tempo (BARBOSA, 2012; CHAMMAS, 2012; MARTINS, 2017). No que pese ao JB, ao analisar a edição especial de 100 anos do jornal, Marialva Barbosa (2012) aponta que em seu subtexto, escrito pelos jornalistas que dele fizeram parte, este se coloca como um agente que desencadeou a modernização da imprensa no Brasil, representante de outro ator poderoso: a classe média. Que entre os equívocos cometidos ao longo de sua história estava “[...] o apoio ao golpe de 1964, porque acreditava que a continuidade democrática estava ameaçada e que, enquanto fazia oposição política, continuava apoiando o regime nas diretrizes econômicas” (BARBOSA, 2008, p. 116). Nesta mesma edição de aniversário do Jornal do Brasil, tal como em Chumbo Quente, a historiadora aponta a ênfase nas duas edições (14 de dezembro de 1968 e 12 de setembro de 1973) que são celebradas e rememoradas como monumento à resistência jornalística, justamente:

[...] a partir de uma intencionalidade monumental atribuída àqueles anos 60/70. O JB dá a entender que elas já foram publicadas na esperança de que fossem, no futuro, celebradas como emblema de circunstâncias profissionais que não deveriam se repetir, como que produzindo um dever de memória nas gerações futuras. (BARBOSA, 2008, p. 116)²⁴³

Quanto à atuação do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã, nos primeiros anos do regime, este historiador demonstra, entre semelhanças e diferenças, a posição um tanto ambígua desses dois veículos frente à ditadura, ao analisar os seus editoriais em três períodos distintos: o golpe de 1964 e o início da ditadura, a consolidação da ordem autoritária entre outubro de 1965 e outubro de 1966 e o avanço da oposição entre 1967 a 1968. Desse modo, primeiramente o historiador caracteriza o JB como um jornal de perfil mais conservador, que defendia a maior parte das ações da ditadura

²⁴¹ Rever capítulo 2, tópico 2.1.

²⁴² Os motivos para tal já foram discutidos no capítulo 2.

²⁴³ Barbosa se baseia na conceituação de Paul Ricoeur.

colocando-as sempre nos marcos da construção da democracia, enquanto que o Correio da Manhã, mesmo criticando o regime em vários desses momentos, nunca reviu seu apoio ao golpe. Em suas palavras “O CM apoiou o golpe, mas negava o regime militar, enquanto o JB aceita a ditadura como resultado das condições políticas da época (CHAMMAS, 2012, p. 106).

Por sua vez, Eduardo Zayat Chammas (2012) lembra que devemos considerar dois aspectos comuns aos dois jornais: a aversão ao trabalhismo e a possibilidade de “alargamento da esfera pública” por meio da inserção das camadas populares. O historiador explica que essa aversão se dá principalmente “pelos seus métodos – as greves, as passeatas e manifestações de rua, formas de fazer política que superavam as instituições”. Isso, por sua vez, torna clara a forma como os dois jornais cobriram a repressão sobre “[...] os trabalhadores organizados, movimentos sociais e organizações de esquerda desde o 1º de abril de 1964” (CHAMMAS, 2012, p. 107). Ou seja, na constatação do autor, de modo insignificante.

Outro ponto em comum entre esses jornais passa pelo modo como efetuavam a crítica aos militares. Conforme o pesquisador, esta era restrita, só ocorria apenas quando havia ameaça aos direitos individuais ou à democracia parlamentar. Desse modo, conclui:

Os direitos sociais e políticos dos “de baixo” não merecem a atenção daqueles que representam os interesses liberais do Brasil. Afinados com uma perspectiva de democracia limitada, ou mais preocupados com a modernização capitalista que poderia transformar o Brasil em “sociedade desenvolvida”, os jornais contribuíram decisivamente para a legitimação dos fundamentos da ordem autoritária que teve início em 1964, mesmo que em alguns momentos tenho feito oposição à ditadura. (CHAMMAS, 2012, p. 107-108)

Desse modo, Chumbo Quente endossa o enquadramento da memória de resistência desses jornais, ou pela ênfase, no caso do Correio da Manhã, ou pelo silenciamento no caso do Jornal do Brasil.

Outro ponto destacado por nós é a abordagem sobre os *Idos de Março*, feita no primeiro episódio da série. O contexto de produção da obra e os conflitos que engendraram a sua repercussão ao longo dos anos já foram tratados no segundo capítulo, no entanto, retomamos aqui o ponto referente ao modo como o livro é lembrado na produção audiovisual. Primeiro ele é apresentado como um produto, fruto da necessidade de oferecer algo que conectasse os episódios que marcaram os meados de março até 15 de abril 1964. Assim, há um destaque para a materialidade do livro:

Figura 21 - Frame da reprodução de trechos dos editoriais do Correio da Manhã



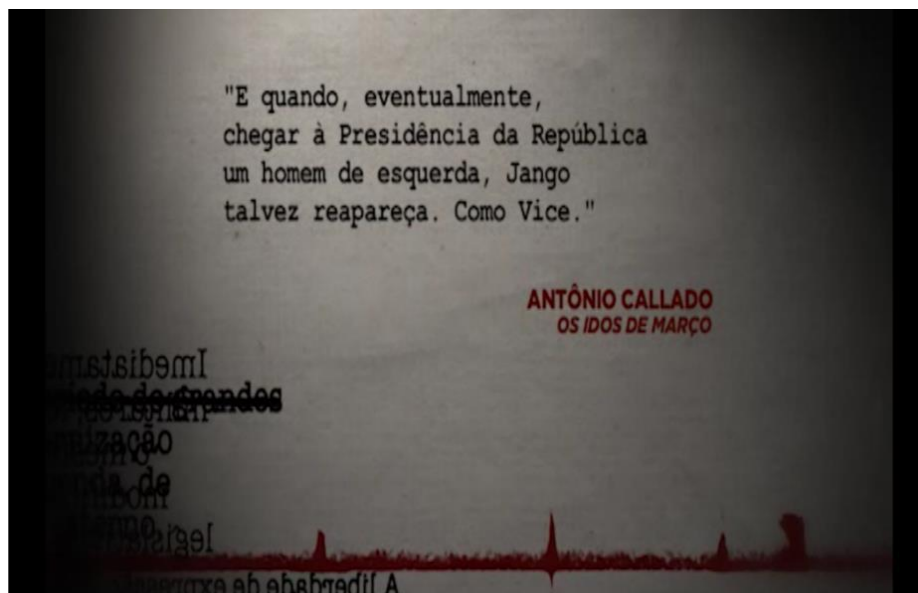
Fonte: Elaborada pela autora a partir de Chumbo Quente (2014).

Na Figura 20 vemos a capa com os nomes dos autores e o verso do livro ressaltando o intuito “[...] de fornecer ao leitor uma visão histórica dos acontecimentos que revolucionaram a vida brasileira, desde o comício da sexta-feira 13 até a posse de 15 de abril”, isto é, desde o Comício das Reformas de Base até a posse de Castelo Branco após o golpe. Em Chumbo Quente a narrativa empenha-se para reforçar o livro como fonte histórica, assim como realçar o seu caráter preditivo. Nas palavras de Dines, o relato é “[...] capaz de reproduzir o clima trágico que se prenunciava” (CHUMBO QUENTE, 2014, 47:58), ou seja, novamente as memórias daqueles dias e as representações das visões de mundo dos autores do livro são caracterizadas como a verdade histórica (AMADO, 2008).

Ainda sobre os Idos de Março, em Chumbo Quente as duas páginas do livro que aparecem para ilustrar a narrativa pertencem aos capítulos *A paisagem*, de Araújo Netto e *Jango ou o suicídio sem sangue*, de Antônio Callado²⁴⁴. Quanto a este último, há ainda um destaque para o seguinte trecho:

²⁴⁴ Rever capítulo 2, tópico 2.2.

Figura 22 - Trecho do texto de Antônio Callado reproduzido em Chumbo Quente



Fonte: Chumbo Quente (Episódio 1)

O trecho do texto em destaque na Figura 21 é narrado por Dines como o perfil *arrasador* (CHUMBO QUENTE I, 2014, 48:21) que o escritor fez sobre o presidente João Goulart. Aqui, como nota-se que, ao contrário de ser esquecido, o livro foi lembrado em Chumbo Quente, porém, notamos o silêncio quanto ao texto do próprio Dines, o *Debaixo dos Deuses*, que arremata a obra, como se o texto de Antônio Callado fosse o único a desacreditar Jango e seus apoiadores²⁴⁵.

O último exemplo desse enquadramento na série está no modo como a morte do jornalista Vladimir Herzog é abordada. É perceptível no argumento que esse fato aparece como aquele que fez com que a grande imprensa, que até então não publicava as notas do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, mudasse de postura e passasse a noticiar os crimes que aconteciam com jornalistas. Esse momento também é apresentado como aquele em que o regime autoritário “começa a desabar”, sendo Vladimir Herzog “[...] a primeira vítima de assassinato da ditadura que não foi sepultado em silêncio” (CHUMBO QUENTE I, 2014, 36:10).

Como observam André Bonsanto Dias e Marco Roxo (2016), há todo um trabalho dos empreendedores da memória em torno na construção do personagem de Vladimir Herzog como ícone da resistência da imprensa e da violência nos anos de chumbo. Mais ainda, os autores argumentam que ao falarem de Herzog, esses agentes falam também de si e colocam um setor importante do jornalismo nesse lugar. Entre esses empreendedores os autores destacam como

²⁴⁵ Idem.

pioneiros o sindicato dos jornalistas de São Paulo, jornalistas que foram contemporâneos e próximos de Herzog, os quais naquele contexto precisavam enaltecer as qualidades do jornalista, visto a campanha difamatória da grande imprensa no primeiro momento de sua morte, que perpetuava a versão dos militares. Como agentes mais recentes dessa memória apontam o Instituto Vladimir Herzog e a Comissão Nacional da Verdade de São Paulo, que leva o seu nome.

Assim sendo, Dias e Roxo (2016) trabalham com a hipótese de que a *tênue* militância política, sindical, jornalística de Herzog foi fundamental para que a “iconografia e os relatos sobre sua morte” se tornassem marcos na memória coletiva, muito mais do que outros sujeitos que também foram mortos nas mesmas circunstâncias²⁴⁶. Desse modo, os autores argumentam que:

É interessante pensar como o trabalho destes empreendedores tem sido fundamental para cristalizar a memória da comunidade jornalística como um todo. Pela imagem de Herzog, legitimam assim o papel de seus próprios pares. Desta forma, o jornalismo – e não apenas o jornalista – se torna o ícone da democracia e da resistência à ditadura. (DIAS; ROXO, 2016, p. 424)

Os autores concluem, portanto, que estes agentes atuaram no passado e continuam no presente sendo desafiados a perpetuar essa memória dada à sua importância na continuidade identitária do jornalismo.

Por sua vez, podemos retomar a participação do Observatório da Imprensa na construção desse marco, visto que, como já mencionamos aqui, desde os seus primeiros especiais históricos sobre a ditadura, o OI tratou da questão e ainda realizou dois programas especiais somente sobre Vlado nos contextos de aniversário de sua morte. Nesses programas não só as imagens são repetidamente mobilizadas, mas as narrativas. É desse modo que Chumbo Quente encerra-se com o lema *Ditadura Nunca mais* e rende uma homenagem “[...] em memória dos 25 jornalistas caídos para defender a liberdade” (CHUMBO QUENTE IV, 2014, 49:53)²⁴⁷. O mais importante de tudo isso é que, ao se engajar nessa construção, o OI, Chumbo Quente e o próprio Dines estão em sintonia com a narrativa maior que envolve outros sujeitos, empreendedores da memória de resistência da imprensa.

²⁴⁶ Os autores exemplificam os casos do policial militar da reserva José Ferreira de Almeida, em agosto de 1975 e do operário Manuel Fiel Filho, em janeiro de 1976. Sobre este último ver capítulo três, tópico 3.1.

²⁴⁷ Entre eles estão: Antônio Benetazzo, David Capistrano de Abreu, Djalma Carvalho Maranhão, Edmur Pércles Camargo, Gilberto Olimpio Maria, Hiran de Lima Pereira, Ieda Santos Delagdo, Jane Vanini, Jayme Amorim Miranda, Joaquim Câmara ferreira, José Roberto Spiegnaer, Lincoln Cordeiro Oest, Luís Eduardo da Rocha Merlino, Luiz Inácio Maranhã Filho, Luiz Guilhardin, Mário Alves de Souza Vieira, Maurício Grabois, Nestor Vera, Orlando da Silva, Rosa Bonfim Júnior, Pedro Ventura, Felipe de Araújo Pomar, Rui Osvaldo Aguiar Pftzenreute, Sidney Fix Marques dos Santos Thomaz Antônio da Silva Meirelles Neto, Vladimir Herzog e Wãnio José de Mattos. (CHUMBO QUENTE IV, 2014, 49:53)

5.4 CHUMBO QUENTE DA TV PARA O YOUTUBE: ATUALIZAÇÕES NA HISTÓRIA PÚBLICA DA DITADURA

Inicialmente, devemos lembrar que Chumbo Quente é uma produção feita para a televisão e destinada ao público do programa Observatório da Imprensa, esse que, por sua vez, pertencia a uma rede pública de televisão. Assim, teríamos de analisar dados de recepção, audiência do momento em que foi exibida, mas até este momento de nosso trabalho esses dados não puderam ser acessados por alguns motivos. O principal deles é a própria finalização do Observatório da Imprensa, em 2016, portanto antes que começássemos a pesquisa. Assim não pudemos ter contato com a equipe do programa ainda em atividade para fazer o acompanhamento da série.

A fala de Zezé Sack, produtora do OI, foi elucidativa desta questão. Segundo ela, houve um acompanhamento nos primeiros momentos da exibição, mas nos períodos seguintes isso não foi mais possível, devido à situação pela qual passava o Observatório da Imprensa: “Que pena que a gente não pôde dar um *feedback*, porque o programa já estava desmoronando, já estava desmotivado, quer dizer, a casa já não dava mais atenção” (SACK, 2019)²⁴⁸. Outro entrave tem sido a política de proteção de dados da audiência, os quais não são de domínio público, nem da TV Brasil, mas da empresa *Kantar Ibope Media*, empresa multinacional de dados e compartilhamentos, a qual faz essa coleta de dados, mas cuja a disponibilização tem sido bastante difícil e restritiva²⁴⁹.

Apresentadas essas razões, sem desconsiderar essa característica de Chumbo Quente como produto televisivo, que nos remeteria a uma metodologia específica para analisar esse tipo de produto, levamos em conta o fato de que esta série também foi exibida simultaneamente nos meios digitais²⁵⁰ e, principalmente, no canal da TV Brasil no Youtube, o que ocorreu não somente no aniversário dos 50 anos do golpe em 2014, mas também em 2015, quando foi reexibida pelo OI.

A veiculação no Youtube e o modo de funcionamento dessa plataforma digital, como por exemplo, poder identificar o número de visualizações e a possibilidade de que as pessoas possam fazer algum comentário, nos permite perceber o teor das discussões e a chave de leitura dos internautas para interpretar o conteúdo de Chumbo Quente, bem como interagir entre si, elogiando, discordando, explicando ou criticando. Outro ponto interessante é a possibilidade da série ser

²⁴⁸ Entrevista realizada pela pesquisadora em 12 de fevereiro de 2019 no Rio de Janeiro. A casa se refere à TV Brasil. A esse respeito ver capítulo 1.

²⁴⁹ De todos os contatos feitos até o momento, entre e-mails e ligações, não obtivemos nenhuma resposta.

²⁵⁰ Como, por exemplo, no site da TV Brasil e no perfil do Observatório da Imprensa no Facebook.

transmitida em outros canais para além do seu veículo original, podendo expandir e atualizar este conteúdo no tempo e no espaço, circunscrevendo-o no âmbito da história pública sobre a ditadura.

Assim, analisaremos aspectos da exibição da série *Chumbo Quente* no Youtube cruzando informações sobre os dois momentos em que foi exibida. O primeiro, em 2014, por ocasião dos 50 anos do golpe, a “data redonda”, segundo Dines. O segundo foi logo depois no ano de 2015, coincidindo com a conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Para ambos, consideramos o número de visualizações e uma síntese dos comentários feitos desde os anos das postagens até o início do ano de 2022²⁵¹. Para compreender os principais conteúdos mobilizados nos comentários dos internautas recorreremos à ferramenta Iramuteq, que analisa dados lexicográficos como frequência de palavras e suas correlações.

5.4.1 A efeméride e a repercussão da série no Youtube

No dia 01 de abril 2014, isto é, exatamente completando 50 anos do golpe civil-militar de 1964, o Observatório da Imprensa exibiu pela televisão o primeiro episódio de *Chumbo Quente* intitulado *Chumbo quente - 50 anos do golpe de 64*. Concomitantemente, a série foi postada em meios digitais, como o *website* da TV Brasil e o canal da rede no Youtube²⁵². Quanto aos outros episódios, constatamos que há uma imprecisão para sabermos sobre as datas em que foram ao ar pela TV e pelo Youtube em 2014²⁵³. Assim sendo, nesse momento, centramos nossa análise apenas nas visualizações do primeiro episódio.

Um ponto que precisa ser ressaltado é que, nesse contexto, toda a mídia estava mobilizada para noticiar, recriar, recontar os acontecimentos, ou seja, nos termos da historiadora Lucileide Costa Cardoso (2012), as batalhas da memória se instauravam em torno dos defensores e críticos da ditadura. Este primeiro episódio teve até o momento final de nossa coleta de dados 125.419 visualizações²⁵⁴. Em janeiro de 2015, a série foi novamente reexibida pela televisão e simultaneamente postada no canal da TV Brasil no Youtube, desta vez completo, pois podemos

²⁵¹ A obtenção dos dados foi feita no dia 28 de fevereiro de 2022.

²⁵² O canal foi criado em julho de 2006 e conta com 1 milhão e 75 mil inscritos.

²⁵³ Não podemos afirmar os motivos, mas no site da TV Brasil só aparece noticiada a exibição do segundo episódio, dia 20 de maio de 2014. Não encontramos informações sobre a data em que o terceiro episódio foi ao ar pela TV no ano de aniversário do golpe, bem como não encontramos postagens dos dois no Youtube em 2014. Por sua vez, o quarto episódio, que não é parte do documentário, mas uma espécie de fechamento com um debate entre o jornalista Chico Otavio e o historiador Carlos Fico, foi gravado em 19 de novembro de 2014 e só foi ao ar em 27 de janeiro de 2015.

²⁵⁴ Numa pesquisa preliminar feita em 13 de junho de 2019, o primeiro episódio, postado em 2014, contava com 69.689 visualizações e 141 comentários.

encontrar todos os episódios. Era o momento posterior à divulgação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

Dito isto, esta publicação do primeiro episódio, que foi feita em 2015, referente à sua reexibição em 06 de janeiro de 2015, no momento de nossa análise teve 31.316 visualizações, um número bem inferior se compararmos à exibição de 2014. Os episódios dois, três e quatro foram ao ar, respectivamente, em 13, 20 e 27 de janeiro de 2015. O segundo teve 24.166 visualizações, o terceiro 37.145 e o quarto 18.372. Ainda sim, somadas as visualizações de todos eles exibidos no ano de 2015, um total de 110.999, podemos notar que o primeiro episódio, postado “sozinho” no ano de 2014 foi mais visualizado. Entre os motivos podemos deduzir que o contexto do aniversário, os 50 anos do golpe influenciou na expectativa, curiosidade dos internautas sobre o conteúdo da série, uma vez que havia também naquele momento toda uma movimentação midiática tratando do tema.

Primeiramente reconhecemos que a quantidade de visualizações, de todos os episódios, dos dois anos em que foram postados, é pequena, considerando o universo do Youtube, mas ainda assim, eles continuam sendo vistos no canal oficial ou em canais de terceiros. No que pese as disputas de narrativas históricas e a necessidade de mais produções acadêmicas versadas na ciência histórica para o grande público, sobretudo no espaço desta plataforma digital, Odir Fontoura (2020) aponta, em seus estudos, que há uma demanda por esse tipo de produção. E, embora mesmo com vídeos cuja marca não ultrapassa 500 mil visualizações em seus canais oficiais, reconhece que a TV Brasil está entre os pouquíssimos canais públicos que aparecem em sua pesquisa com produções de conteúdo histórico e educativo²⁵⁵. Assim, compõe um grupo de vídeos e canais “[...] que procuram manter uma coerência com as narrativas acadêmicas ou científicas” (FONTOURA, 2020, p. 49).

Por sua vez, no que diz respeito aos contextos e à quantidade de comentários nos espaços de Chumbo Quente no Youtube, ficou notório para nós que os 50 anos do golpe incidiram no engajamento dos internautas. Desse modo, no momento de nossa coleta de dados²⁵⁶, enquanto o primeiro episódio exibido em 2014 tem 250 comentários, sendo o mais antigo feito em 2014 e o mais recente no final ano de 2021, todos os outros episódios juntos, publicados em 2015, têm 149

²⁵⁵ Segundo o pesquisador, a TV Brasil, juntamente com a Nova Escola e a Univesp (Universidade Virtual do Estado de São Paulo), “Foram os únicos canais oficiais públicos que apareceram na pesquisa com vídeos sobre história da educação que, em seus respectivos canais oficiais, correspondem a pouco mais de 2% de todos os vídeos analisados. (FONTOURA, 2020, p. 50-51).

²⁵⁶ Concluída em fevereiro de 2022.

comentários²⁵⁷. Aqui contamos todos os comentários listados pela plataforma, portanto, não temos como aferir os comentários feitos por robôs.

Se o contexto das exibições repercutiu nas visualizações e na quantidade dos comentários, terá da mesma forma atuado no teor destes, bem como nas interações feitas entre espectadores? Além dos conteúdos dos episódios, quais outros fatores incidem sobre o que é dito? Analisemos alguns aspectos dessa questão.

5.4.2 A série e o debate público: engajamento de críticos e defensores da ditadura

Para pensar no teor dos comentários que são feitos no espaço do canal da TV Brasil no Youtube na interação dos internautas com a série Chumbo Quente, devemos inicialmente refletir sobre o modo como as pessoas se relacionam nesse novo espaço de comunicação. Desse modo, nos aproximamos das proposições de Marialva Barbosa (2012) quando propõe que os estudos no âmbito da História e da Comunicação sejam centrados nas interações, apropriações que os homens fazem da comunicação, bem como a repercussão dessas práticas nas relações humanas. Nesse sentido,

Produzir uma interpretação na direção de uma história é falar num mundo que mistura modos de comunicação. Misturas nas práticas, na forma como subsistem numa mesma época processos diversos que fazem com que um suporte possa conter variados modos de comunicação. (BARBOSA, 2012, p. 477)

Assim, levando em consideração esta “mistura de modos de comunicação” apontada pela autora supracitada, faz-se necessário ponderar sobre o tipo de interação que ocorre entre telespectadores de um determinado produto televisivo/midiático em meios digitais.

Segundo Dayse Maciel de Araújo (2014), não se pode negar que a partir do surgimento das redes sociais os telespectadores passaram a ter um novo espaço para se expressarem. Também para ela, “[...] na atualidade, a produção e o consumo de narrativas audiovisuais na internet ganharam largo espaço. Dessa forma, o que é ‘postado’ no Youtube recebe novos significados e experiências de consumo [...]” (ARAÚJO, 2014, p. 107). Uma delas é a possibilidade de que indivíduos possam interagir com outras pessoas com as quais não convivem cotidianamente, instantaneamente ou mesmo bem posteriormente, num tempo difuso, colocando suas opiniões, compartilhando dados e informações, elogiando ou criticando, atacando ou defendendo.

Dito isto, tendo em vista a quantidade dos comentários, para compreender o seu teor, optamos por fazer uma análise geral destes, isto é, somando todos os comentários de todos os

²⁵⁷ O primeiro com 24, o segundo 34, o terceiro com 63 e o quarto com 28.

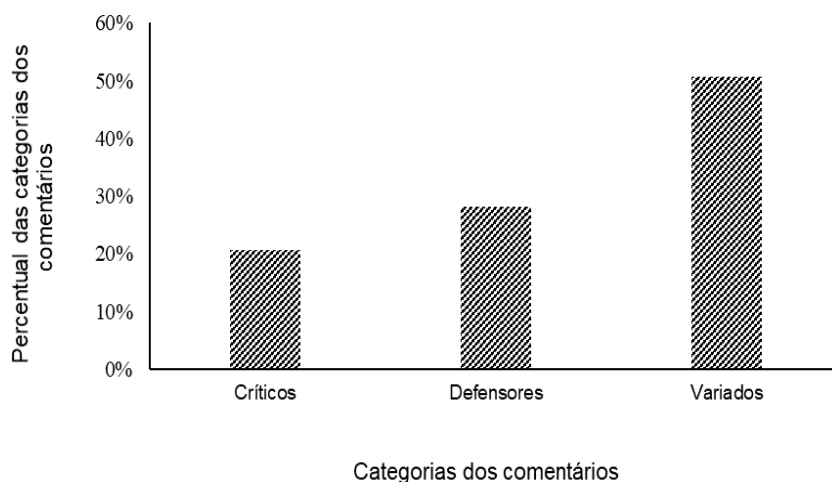
episódios postados em 2014 e 2015 e comentados até o início de 2022, o que dá um total de 399 comentários ao todo. Desse total, uma parte são as interações entre os próprios internautas. Por outro lado, pelo próprio modo de funcionamento do *Iramuteq*, filtramos e retiramos uma quantidade de 100 comentários que não serviam para a análise²⁵⁸.

Sobre os perfis que fazem os comentários, devemos ressaltar que não é possível saber exatamente o nível de escolaridade ou a profissão das pessoas que estão nos perfis, embora alguns poucos o digam, se identificando como economista, professor ou policial. Igualmente, tampouco podemos dizer precisamente se são homens ou mulheres, suas idades, nem mesmo se o que está por trás do comentário é um algoritmo robô, embora haja perfis que indiquem serem masculinos ou femininos e aqueles que indicam suas idades por meio dos comentários, por exemplo, como quando o internauta diz que viveu “naquela época” ou “era criança naquele período”.

Também a quantidade de comentários, como já foi dito, é pequena, considerando o universo do Youtube. No entanto, o que buscamos, de modo geral, é uma indicação sintética e introdutória do modo como os internautas interagem com Chumbo Quente, suas reações à série, as quais podem ser similares às interações com outros produtos midiáticos sobre a ditadura, principalmente nesta plataforma, onde o espaço é aberto e qualquer pessoa pode se posicionar no debate público.

Nesse sentido, o ponto de partida foi compreender a interação direta dos internautas com Chumbo Quente, se havia elogios, críticas, acréscimo de informações, dentre outros. A esse respeito percebemos que a referência à série é muito mais indireta, ou seja, uma parcela grande do engajamento procurou muito mais se posicionar nos campos entre os que defendem ou criticam a ditadura e o fazem de várias maneiras, revelando um embate ideológico. Outro ponto são os comentários que classificamos como variados, que são aqueles que não se enquadram diretamente como defensores ou críticos. Essa divisão dos comentários e a porcentagem aparecem no gráfico abaixo:

²⁵⁸ Por exemplo comentários repetidos ou que não tinham palavras, mas somente expressões como “kkkkk” ou com muitas abreviações.

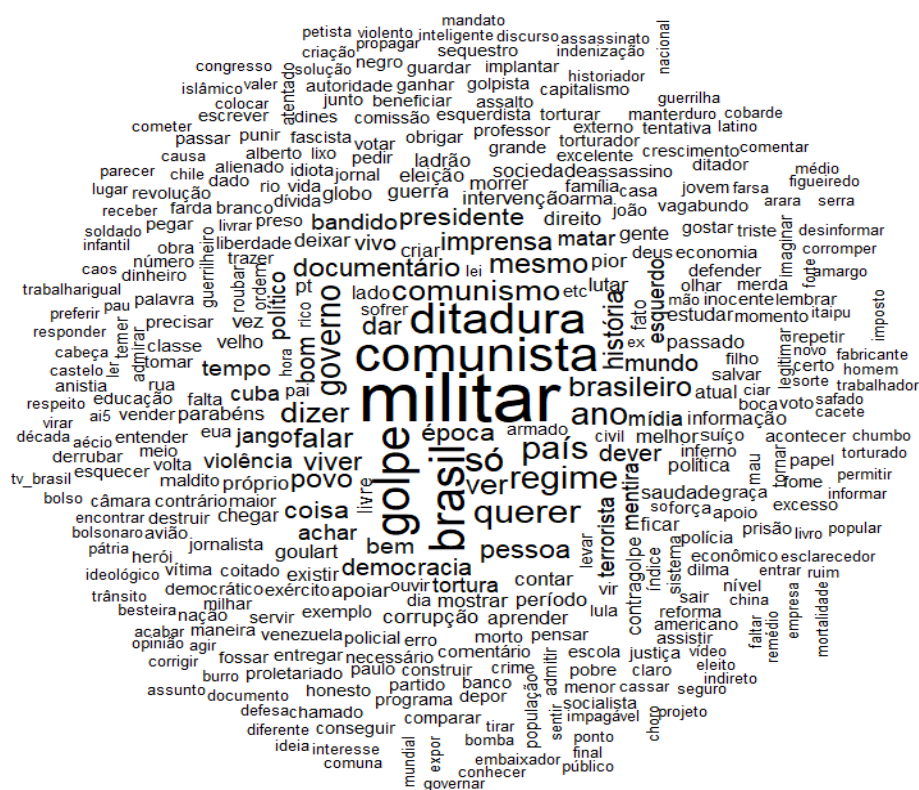
Figura 23- Categoria dos comentários em Chumbo Quente

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022).

Primeiramente, podemos perceber que em termos de engajamento 21% dos comentários se posicionaram como críticos da ditadura, nesse caso se referindo elogiosamente a Chumbo Quente ou então criticando os militares. Por sua vez, 28% dos comentários se situaram como defensores da ditadura, estes criticando Chumbo Quente ou enaltecendo os militares. E, por último, vemos que 51% dos comentários estão entre os variados, isto é, aqueles que não estão nem como críticos nem como defensores diretos, mas são compostos por matizes, gradações, se situando numa espécie de zona cinzenta. Portanto, podem posicionar-se em outros campos ou mesmo serem completamente difusos.

Quanto ao conteúdo desses engajamentos, o que apresentamos aqui são reflexões que partiram do levantamento lexicográfico, representado nos modelos gráficos produzidos pelo *software Iramuteq*. Esta ferramenta permitiu a seleção de classes e grupos de palavras e a frequência com que se relacionam umas às outras. Assim, optamos pelo levantamento dos substantivos (comuns e próprios), adjetivos, verbos e selecionamos dois modelos de representação gráfica dessa listagem, feitos também pelo *software*. Assim sendo, em nosso primeiro levantamento sobre as palavras que mais aparecem nos comentários, obtemos o seguinte resultado:

Figura 24 - Frequência dos termos nos comentários

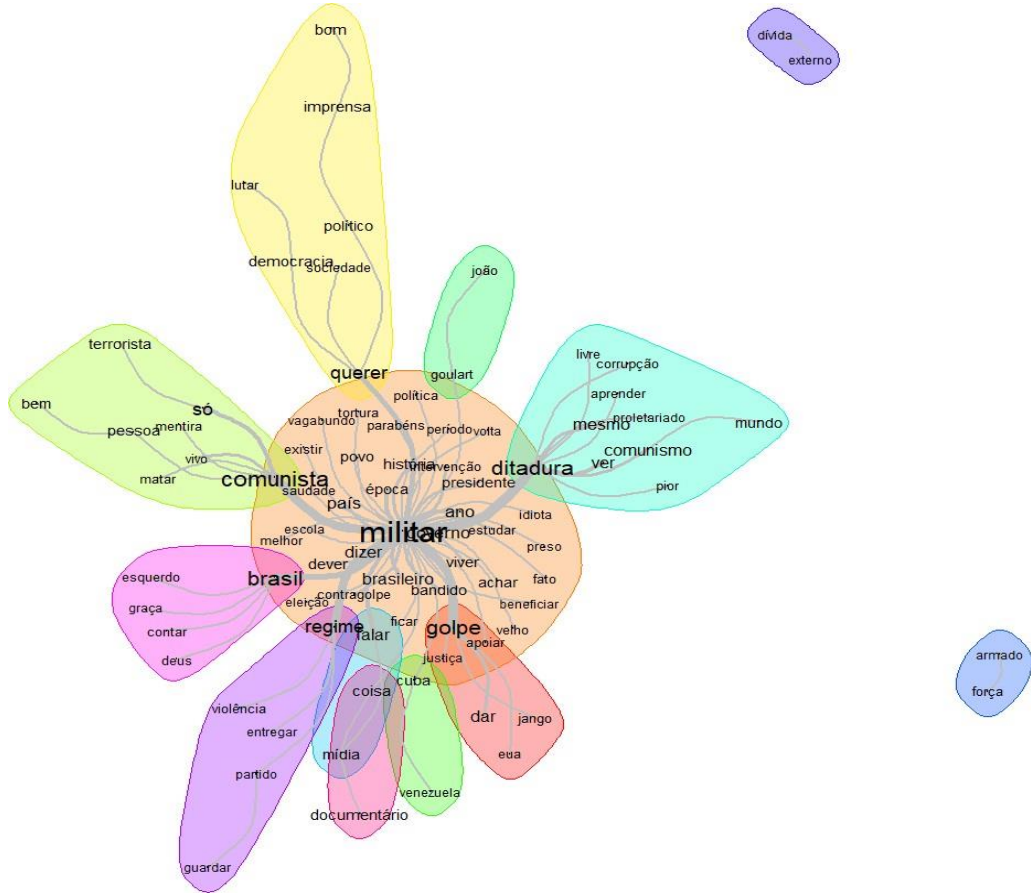


Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da ferramenta Iramuteq (2022).

A representação acima, mostrada na Figura 22, apresenta as palavras mais citadas nos comentários pelo modelo gráfico Nuvem de palavras. Assim, quanto maior é o tamanho das palavras, mais elas se apresentam ao centro da nuvem, significando que são as mais citadas. Quanto mais distante do centro da nuvem, menor será seu tamanho, indicando que são menos citadas. Desse modo, observamos que entre as cinco palavras mais frequentes estão: militar, comunista, ditadura, golpe e brasil²⁵⁹ e mais próximas a elas: país, regime, querer, comunismo, governo. Quanto à forma como se relacionam nos comentários, optamos pelo modelo da “Árvore de palavras” e assim temos a seguinte configuração:

²⁵⁹ Nomes próprios podem aparecer com letra minúscula, devido ao Iramuteq não reconhecer letras maiúsculas. Antes do tratamento dos dados no *software* tivemos que retirar e modificar todos os nomes próprios que eram escritos com letra maiúscula.

Figura 25 Árvore de palavras dos principais termos que aparecem nos comentários do Youtube



Fonte: Elaborada pela pesquisadora com a ferramenta Iramuteq (2022).

Aqui temos um esquema no modelo Árvore de palavras, cujos termos aparecem em suas interligações, ramificações ou troncos, sendo o que o termo que se encontra ao centro, além de ser o mais citado, é o que se conecta primeiramente a outras palavras que também se interligam a outras, de forma direta ou por intersecção, isto é, palavras que se ligam ao mesmo tempo a conjuntos distintos. Nesse sentido, percebemos que *militar* é a palavra que, além de ser a mais frequente, é a que possui o maior número de ramificações, quer dizer que, pode estar inserida em contextos totalmente diferenciados. Ela está relacionada diretamente aos termos que aparecem ao centro e nos comentários se conecta de modo direto a outros termos também muito citados como: *brasil*, *ditadura*, *comunista* e *golpe*, seguidas de *querer* e *regime*. Estas últimas, igualmente se conectam a outros termos.

Por outro lado, palavras que aparecem entre as mais citadas, mas não estão em negrito como *falar*, *cuba*, *joão goulart*, *justiça* e *apoiar* são aquelas estão na intersecção, mas se ligam a poucos

ou um único termo e não se ramificam. E, por fim, as palavras que se conectam, mas aparecem separadas da Árvore como *dívida e externo, força e armado* correspondem a termos que, embora também sejam mais citados, não estiveram inseridos no mesmo contexto daqueles que aparecem na Árvore.

Em relação ao conteúdo dos comentários, apresentamos alguns exemplos de como se situam, levando em consideração principalmente a indicação e a relação entre as cinco palavras mais citadas: militar, comunista, ditadura, golpe, Brasil e o posicionamento dos engajamentos a partir da interação direta ou indireta com Chumbo Quente. Assim, selecionamos quatro exemplos de cada categoria: críticos da ditadura, defensores e aqueles considerados como *variados*. Ressaltamos que os comentários aparecem tal como são redigidos no Youtube, portanto, preservamos a escrita original, com abreviações, possíveis incorreções ortográficas e gramaticais, bem como o ano em que foram postados.

Desse modo, entre os comentários que se situaram como críticos da ditadura selecionamos aqueles que se dirigiam direta ou indiretamente à série no sentido de elogiar seu conteúdo, parabenizar a equipe do OI ou aqueles que criticavam os militares, o golpe, a ditadura etc. Vejamos os exemplos de 1 a 4:

Ex. 1: *Excelente, traz inúmeros pontos de vista, os bastidores, traz à luz muitos personagens que agiram nas sombras das luzes, veículos de comunicação que tiveram papel preponderante para o golpe obter sucesso.* (2015)

Ex. 2: *Observatório da Imprensa tá de parabéns por essa riquíssima discussão sobre a Ditadura Militar. O Jornalista Alberto Dines deixou um grande legado. Parabéns a TV Cultura²⁶⁰.* (2021)

Ex. 3: *O que os militares fizeram foi tentar legitimar seu governo com uma eleição indireta, não houve eleições gerais, não houve voto popular, os militares tentaram manobrar a Democracia, na tentativa de legitimar a ditadura, sendo que esta foi totalmente ilegítima, tanto como eles chegaram ao poder, bem como permaneceram.* (2017)

Ex. 4: *A imprensa, inclusive Dines, ajudaram a derrubar Jango que contava com altíssima popularidade, segundo pesquisas de opinião da época. Em pouco tempo, através de capas dos jornais alarmistas, estimularam e legitimaram o golpe contra Jango, porque temiam as reformas e, especialmente temiam os movimentos populares organizados. O que se fez depois disto, sob o regime militar, foi entregar o Brasil aos norte americanos e suas empresas, ao arrocho dos trabalhadores, ao jugo dos coronéis e dos patrões, a corrupção da classe política sob a ditadura e enriquecimento das construtoras com obras faraônicas. E ninguém podia se*

²⁶⁰ Aqui o internauta logo corrigiu e acrescentou depois o nome da TV Brasil.

queixar ou denunciar, pois poderia ir preso, ser torturado ou simplesmente desaparecer do mapa. (2018)

Nesse grupo de comentários abarcando o elogio à série e a crítica aos militares, é reafirmado o entendimento de que no Brasil houve uma ditadura, que esta foi imposta após o golpe de 1964, que na mesma houve corrupção e danos ao Brasil. Já o termo *comunista* praticamente não aparece nos comentários de críticos à ditadura. Curiosamente, o nome de Dines aparece ambigualmente nos exemplos 2 e 4, ocupando posições distintas. No Ex.2, no comentário que elogia a série, ele é reconhecido como um jornalista que deixou um importante legado. Já no segundo, em que há uma crítica direta à ditadura, seu nome é lembrado como alguém que, sendo da imprensa, contribuiu para a queda do presidente João Goulart.

Por sua vez, entre os que se posicionaram como defensores do regime, primeiramente estão àqueles que interagiram direta ou indiretamente com Chumbo Quente, no sentido de crítica ou mesmo ataques ao OI, à TV Brasil e/ou aos entrevistados e entraram na defesa direta dos militares e do regime. Veja os exemplos de 5 a 8:

Ex. 5: APRESENTADOR, HISTORIADORES e TV BRASIL alienada ao governo, tudo comunista! Na verdade é um canal só para agradar comunistas. E o MOTIVO do golpe? sobre os guerrilheiros, cuba, soviéticos e outros comunistas? Viva o EUA seus velhos tosco(sic), o governo queria dar um golpe no país seus "apedeutas"! (2017)

Ex. 6: SE É QUE PODE SE CHAMAR ASSIM DE DOCUMENTÁRIO, SÃO BLÁ BLÁ, SEM MOSTRA DE FATOS. É DOCUMENTÁRIO PRODUZIDO POR COMUNISTA. POR QUE NÃO FALA DOS COMUNISTAS E TERRORISTAS QUE TENTARAM TOMAR O PODER PELA FORÇA E DESINFORMANDO O POVO SEM FORMAÇÃO EDUCACIONAL E BANGUELAS...ESSE É UM DOCUMENTÁRIO GEMINIANO. BANDIDOS QUE TENTAM DESQUALIFICAR O PAPEL CONSTITUCIONAL DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRA. FORA COMUNISTAS. (2017)

Ex. 7: Concluo que o que houve foi um apoio inicial a tomada do poder pelos militares, porém os políticos queriam tomar o poder de volta através de novas eleições. Entretanto como a baderna e a pressão para instituição do comunismo eram muito grande, eles resolveram ficar no poder por mais tempo. Pra muita gente pode ter sido ruim, mas acho que foi um remédio amargo necessário. A cobiça política e ideológica estavam atrasando o crescimento do Brasil.(2017)

Ex. 8: Graças aos nossos heróis militares o Brasil não virou um LIXÃO como Cuba!!!João Goulart comunista golpista!!! O CONTRA-GOLPE foi necessário para limpar o País das garras desses porcos malditos comunistas!!! Os mesmos que foram presos e cassados, hoje estão assolando e destruindo os cofres públicos e o País!!!Cambada de vermes FDP!!!Viva os nossos heróis militares!!! Viva nossas FAAS!!!BR. (2018)

Neste grupo de comentários nota-se primeiramente o uso de algumas palavras inteiramente grafadas com letras maiúsculas, recurso comum nas plataformas digitais para destacar, enfatizar, dar força ao que é dito, não importa qual seja o termo²⁶¹. Assim, quando o golpe não é negado completamente, o termo pode estar associado a “CONTRA-GOLPE”, como no exemplo 8, para reafirmar a narrativa bastante comum aos discursos negacionistas de que “houve o golpe em 1964, mas para evitar o suposto golpe comunista” no Brasil.

Embora a palavra ditadura não apareça nesses comentários, em termos gerais no grupo dos defensores ela tanto pode ser afirmada, comparada como um remédio *amargo*, que foi necessário, como no exemplo 7, quanto pode aparecer negada por afirmativas de que “não houve ditadura militar e sim regime”. Por sua vez, o termo comunista aparece muito frequentemente nestes comentários e, quando não de modo pejorativo, se torna a própria ofensa em si. Ou seja, chamar o outro de comunista é uma forma de colocá-lo do lado inimigo como aquele que deve ser combatido, como bem demonstra Rodrigo Pato Sá Motta (2006) em seus estudos sobre o anticomunismo. Logo, como vemos nos exemplos 6, 8 e 9, a imprensa, a TV Brasil, os jornalistas, bem como João Goulart, são chamados de comunistas. Também é comum nos comentários o termo comunista ser usado para caracterizar aqueles que de algum modo pensam diferente, demonstrando que muitos não compreendem o conceito.

Por sua vez, registramos o grupo dos comentários que não puderam ser incluídos diretamente na categoria dos críticos nem na categoria dos defensores e, portanto, os conceituamos como *variados*. Nesse grupo primeiro estão aqueles que aparentemente são completamente difusos, alheios ao espaço da plataforma ou muito imprecisos para serem interpretados, a exemplo de determinadas ironias, as quais não se sabe a quem são dirigidas. Em segundo, nesse rol encontram-se comentários que enfatizam sobremaneira o contexto presente no qual ocorre o engajamento, por exemplo, daqueles que se referem diretamente ao impeachment da presidente Dilma Rousseff, ao PT, ao ex-presidente Lula, à eleição de 2018 e ainda assim podem trazer elementos do passado para referendar indiretamente sua posição como críticos ou defensores. Em terceiro, destacamos nesse grupo os comentários que podem elogiar Chumbo Quente, mas criticar o seu conteúdo, se posicionar a favor dos militares, mas elogiar a série, criticar Chumbo Quente e criticar a ditadura, ou seja, apresentam mais matizes para além do contra ou a favor. Alguns deles, de algum modo,

²⁶¹ Desde *APRESENTADOR, HISTORIADORES* (Ex.3) até *FDP* (Ex. 4), abreviatura para ofender.

problematizam a narrativa sobre a ditadura, sob pontos de vista variados. Observemos os exemplos de 9 a 12:

Ex. 9: *Assistindo a esse episódio concluo que uns falavam que Jango com suas reformas trariam o comunismo, outros que sua falta de firmeza para com as revoltas militares antes do Golpe trariam o caos. COMO ele poderia estar tão distante de ter o controle e ter controle nenhum sendo ainda uma ameaça ao Brasil?* (2015)

Ex. 10: *Achei vários outros problemas no documentário. A impressão que passa em alguns momentos é de querer livrar a cara daqueles que em um primeiro momento apoiaram o golpe, como indivíduos que apenas queriam o restabelecimento da ordem. Ora, mas que ordem? Só se for a velha ordem na qual a democracia só é defendida quando disputada por setores de direita, e quando alguém de mentalidade progressista chega ao poder é justificável que seja derrubado.* (2017)

Ex. 11: *O documentário é muito bom, mas parcial. Existe um paternalismo em relação aos radicais que pegaram em armas e provocaram o acirramento dos ânimos, e deram força para a chamada "Linha Dura" se manter no poder.[...]. Olhando os filmes e lendo os livros de ambos os lados, percebo que existe uma demonização dos militares sempre pela classe artística e jornalística, os mais afetados, mas o povo comparecia espontaneamente em massa em todos os desfiles de 7 de setembro, ou em eventos mais populares como um jogo no Maracanã, em que o Médici foi aplaudido. Não defendo nenhum extremo, e o certo para mim, seria uma anistia para quem cumpriu seu dever cívico sem fazer uso da tortura, e quem depôs as armas sem participar diretamente de nenhum crime previsto em lei.(...) ²⁶² (2018)*

Ex. 12: *Falou tudo, mas poucos percebem isso. Outra coisa que foi inventado e descoberto recentemente; Jango tinha amplo apoio da sociedade. Para mim, ele foi vítima da Guerra Fria, era um nacionalista que deu muita corda pra esquerda. Ele próprio sempre afirmou que não tinha ligações com o Comunismo.* (2019)

Como uma amostra de parte dos comentários variados, os engajamentos que destacamos acima, de modos distintos, contestam determinadas versões sobre o golpe e a ditadura. No exemplo 9, o internauta, a partir do conteúdo do episódio, problematiza as versões sobre as motivações do golpe, tendo em vista as narrativas sobre o presidente João Goulart. No exemplo 10, a série é criticada e o internauta levanta uma hipótese sobre os possíveis objetivos do seu conteúdo, o qual, na sua percepção, poderia ser justamente atenuar a participação da imprensa no golpe, principalmente dos jornalistas que mudaram de lado. No exemplo 11, embora seja antecedido de

²⁶² Para ver esse comentário na íntegra consultar no canal da TV Brasil, no Youtube, na exibição de 2014.

um elogio, há também uma crítica veemente, por motivos opostos ao exemplo anterior, pois, nesse caso, o internauta julga que o conteúdo da série é parcial, em favor da esquerda.

Já no exemplo 12, o internauta não se refere ao conteúdo da série em si, mas traz elementos que se opõem à versão de que o golpe ocorreu porque o presidente João Goulart não tinha apoio popular. Também no grupo de comentários considerados variados os internautas traziam informações que consideraram pertinentes para serem adicionadas, como *links* de outros vídeos e livros. De modo geral, as referências aos militares, à ditadura e ao golpe neste grupo aparecem com sentidos diferenciados, entre a afirmativa, a negação, o elogio e, como já dito, há muitas referências ao contexto presente. No entanto, o termo comunista continua com a mesma conotação negativa que foi percebido no grupo dos comentários classificados como defensores da ditadura.

Outro ponto notado diz respeito à forma peculiar como muitos internautas interagem entre si na plataforma da TV Brasil. Por exemplo, em várias interações, tanto entre críticos, defensores da ditadura ou mesmo entre os comentários variados os internautas recomendam uns aos outros literalmente que “vão estudar!”, isso se refere ao golpe, ao regime, à ditadura ou outros temas. Como é demonstrado em alguns dos exemplos acima, essa recomendação muda o tom e vai ao extremo do ataque ofensivo usando termos como: “FDP, apedeutas, toscos”, mas também outros como “burros, idiotas, simplórios, tapados”.

Esse aspecto não é incomum em comentários e interação em vídeos sobre a ditadura nos quais ocorrem disputas narrativas pelo passado. Como observa Dayse Maciel de Araújo(2014), possivelmente por se tratar de um passado muito recente, internautas podem se posicionar muito mais dirigidos aos interesses *políticos do presente* e, frequentemente, recorrer à ofensiva. A pesquisadora observa que “[...] as interpretações reforçam as ‘batalhas’ pela memória preocupando-se mais em defender ou desqualificar o sujeito enunciatário do que a compreender a história oral como um processo de construção histórico-social” (ARAÚJO, 2014, p. 14).

Por fim, como já colocamos anteriormente, Chumbo Quente se encontra nos termos de uma história pública em difusão. E embora seja produzida por um canal que, em termos de acesso ainda seja pequeno, observamos um outro movimento, já assinalado por Fontoura (2020), que é sua propagação, mesmo que pequena, para além do canal oficial da TV Brasil, sendo exibida por outros três canais do Youtube: “Fernando Moura Peixoto”, “Tamuia Ateu Ita” e a mais recente no canal TV Câmara JP (TV Câmara de João Pessoa)²⁶³. Neste último, pertencente ao canal público da TV

²⁶³ Os dois primeiros são canais que pertencem a indivíduos: o primeiro ao fotógrafo *Fernando Moura Peixoto*, canal com assuntos culturais; o segundo, *Tamuia Ateu Ita*, do jornalista russo Mirko Casale, discute fatos políticos da atualidade.

Câmara de João Pessoa, Chumbo Quente teve 12.679 visualizações. Também nesses canais, a produção aparece em formatos diferentes: os episódios separados, todos juntos ou fracionada em pequenas partes com cerca de 10 minutos cada. Ainda que sejam canais de baixa audiência, eles indicam que de algum modo há uma atualização do conteúdo. Se haverá uma nova procura e uma maior divulgação de Chumbo Quente nos marcos da história pública, acreditamos que dependerá do presente em curso, com as disputas acirradas em voga por este passado que *não passa*, o contexto político e midiático ou então esperemos até a próxima efeméride.

6 CHUMBO QUENTE E SEUS TESTEMUNHOS: REVISÃO DA HISTÓRIA DO JORNALISMO NOS 50 ANOS DO GOLPE DE 1964

Devemos observar a importância adquirida pelos testemunhos na construção de sentidos históricos, sobretudo aqueles relacionados às questões *sensíveis* do passado recente, como é o caso daqueles sujeitos que passaram por períodos ditatoriais. Nas transições para os momentos de ordem constitucional, mais próximos da democracia, a narrativa desses sujeitos alcança vários significados: o dever de memória, a busca pela justiça, a reparação, o esclarecimento de determinados eventos históricos, a compreensão daquela experiência em nível individual e coletivo e, claro, também estão imbuídos nas disputas políticas pela narrativa do passado. Por sua vez, os relatos podem aparecer na forma dos livros memorialísticos ou acadêmicos, nas artes de modo geral, música, em todos os gêneros cinematográficos, bem como na contemporaneidade, na narrativa midiática, primeiro pelo cinema, pela TV e agora pelos meios digitais.

Em Chumbo Quente os testemunhos são fundamentais para a construção da história da imprensa no contexto do golpe civil-militar de 1964 e da ditadura. Embora tenham uma preponderância e, portanto, reforcem uma temporalidade, eles não falam sozinhos, tendo em vista que se articulam com os outros recursos audiovisuais, tais como: os documentos, a iconografia, a figura do narrador, o som e o trabalho de edição que dão sentido histórico àquela experiência. Vale ressaltar que essa é uma característica forte nos especiais históricos do Observatório da Imprensa e de outros programas produzidos e/ou exibidos pela TV Brasil²⁶⁴, principalmente aqueles que remeteram à ditadura, isto é, dar voz aos testemunhos, mas também validando-os com a explicação *racionalizada* (ARÓSTEGUI, 2004) dos cientistas sociais, sobretudo os historiadores.

Neste capítulo analisamos a participação dos agentes, principalmente jornalistas e historiadores, na construção da narrativa presente na série. Primeiramente, por meio das entrevistas com os membros do Observatório da Imprensa, buscamos compreender os mecanismos para a seleção dos testemunhos relacionados com a própria forma de atuação do OI na tentativa de também compor uma história oral. A seguir, abordamos o relato testemunhal de jornalistas acerca de suas participações diretas e percepções em eventos relacionados ao contexto do golpe, da ditadura e problematizamos o

²⁶⁴ Como as séries *Crimes da Ditadura* (2012) e *Ditadura-História em Revisão* (2014) feitas pelo programa Caminhos da Reportagem. Também os documentários televisivos *Advogados contra a Ditadura* (2014) e *Militares que disseram não* (2014), dirigidos pelo cineasta Silvio Tandler, produzido em parceria pelo Projeto Marcas da Memória da Comissão da Anistia e a EBC.

testemunho como agente de reparação. Por último, analisamos a relação entre história e jornalismo presente em Chumbo Quente e como ela atua para a produção de uma história pública sobre a imprensa brasileira nos anos da ditadura civil-militar. Ao buscar refletir sobre as distinções e aproximações entre esses dois campos, pontuamos a participação dos historiadores na série, sua convivência com a mídia e tratamos da atuação dos jornalistas na aproximação com o campo da história produzida na Academia.

6.1 O OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA E OS TESTEMUNHOS EM CHUMBO QUENTE

Tendo em vista a importância que os testemunhos adquirem na contemporaneidade, no caso em questão, para a efetivação da justiça, reparação dos crimes e consolidação da democracia, no que toca às transições dos regimes autoritários, como no caso dos países do Cone Sul, estes passam a ter também uma importância na esfera pública e midiática de modo que o testemunho audiovisual porta uma plausibilidade complexa para ser questionada (JELIN, 2002; SARLO, 2007). Podemos dizer que, de modo geral, as entrevistas com os membros do OI que estiveram na produção de Chumbo Quente demonstram uma preocupação com a legitimidade dos seus entrevistados.

Desse modo, após as pesquisas históricas feitas pela equipe, a qual fez questão de demonstrar o entrosamento de seus membros, “idoneidade”, “credibilidade”, “ter o que falar, por ter vivido” ou “pesquisado a ditadura” foram os critérios para a busca desses depoimentos. Nas palavras de Emilia Ferraz, que era diretora executiva do OI: “A credibilidade, as pessoas idôneas, que a gente jamais botava uma pessoa para falar no programa, que a gente não tivesse absoluta certeza da capacidade dela de falar sobre o assunto” (FERRAZ, 2019). Ademais, como o tema da ditadura já havia sido recorrente no Observatório, passado todo esse tempo, segundo Lilia Diniz, esses já eram notórios, pois pertenciam a um determinado grupo geracional, eram testemunhos da história: “Então, como já tinha passados 50 anos, a gente também já não tinha tantos testemunhos fresquinhos assim!” (DINIZ, 2019).

Considerando o aspecto geracional, cabe-nos também ressaltar o papel desempenhado por Alberto Dines na aproximação com esses sujeitos, como editor-chefe do Observatório e muito mais como jornalista que viveu os bastidores da imprensa naquele período. Ficou evidente que uma parte importantíssima da listagem dos testemunhos vinha por meio dele, “a essência vinha dele” (ZEZÉ SACK, 2019), que conhecia jornalistas ainda vivos, alguns dos quais vivenciaram determinados acontecimentos, podiam ainda trabalhar nos jornais e assim possibilitava que a equipe de produção aprofundasse suas pesquisas. Como já foi dito em outro momento, seu nome abria portas, juntamente

com o prestígio do programa, podendo facilitar a realização das entrevistas mais polêmicas e até improváveis.

Assim, nos chamou a atenção nas entrevistas com os membros do OI o fato de que, entre as pessoas contactadas para participar de Chumbo Quente, quase não houve negativa em colaborar. Segundo Lilia Diniz (2019), isto se devia ao fato de boa parte delas pertencer a um coletivo intelectual, conhecido, renomado, mas também de uma geração que enfrentava o debate, a despeito de qualquer coisa, isto é, não tinham nada a perder, “diferentemente de outros, mais jovens que podiam se recusar a ir ao Observatório justamente para não se indisporerem com os veículos dos quais faziam parte” (DINIZ, 2019).

Esses sujeitos são também agentes/empreendedores da memória no sentido proposto por Elizabeth Jelin(2002) à medida que promoveram e/ou continuam realizando, no presente, trabalhos de memória, isto é, ações de perpetuação, comunicação dos sentidos desse passado e cujo papel “[...] é central na dinâmica dos conflitos ao redor da memória pública” (JELIN, 2002, p. 51, tradução nossa)²⁶⁵. Cabe lembrar que as trajetórias não são lineares e, portanto, devemos considerar também os dissensos. Ou seja, devemos lembrar que nem todos estiveram nas mesmas posições, alguns apoiaram o golpe, outros mudaram de lado em seguida, outros demoraram mais tempo e outros permaneceram mais conservadores.

Desse modo, nos aproximamos de instrumentos utilizados na prosopografia, método utilizado em estudos da história social e política, na história dos intelectuais assim como da sociologia, que consiste no levantamento de dados e análise de biografias coletivas, de um coletivo amplo ou pequenas coletividades que são representativas para a compreensão de um problema (ALMEIDA, 2011; MONTEIRO, 2014). Carla Beatriz de Almeida (2011) explica que na história esse método consiste em “[...] definir uma população a partir de um ou alguns critérios e estabelecer assim uma descrição bibliográfica cujas as nuances possibilitarão traçar um perfil de sua dinâmica social, privada, pública, cultural, ideológica ou política.” (ALMEIDA. 2011, p. 1) e que mais importante que a trajetória individual, neste método o principal é o entendimento sobre um perfil coletivo do grupo de atores.

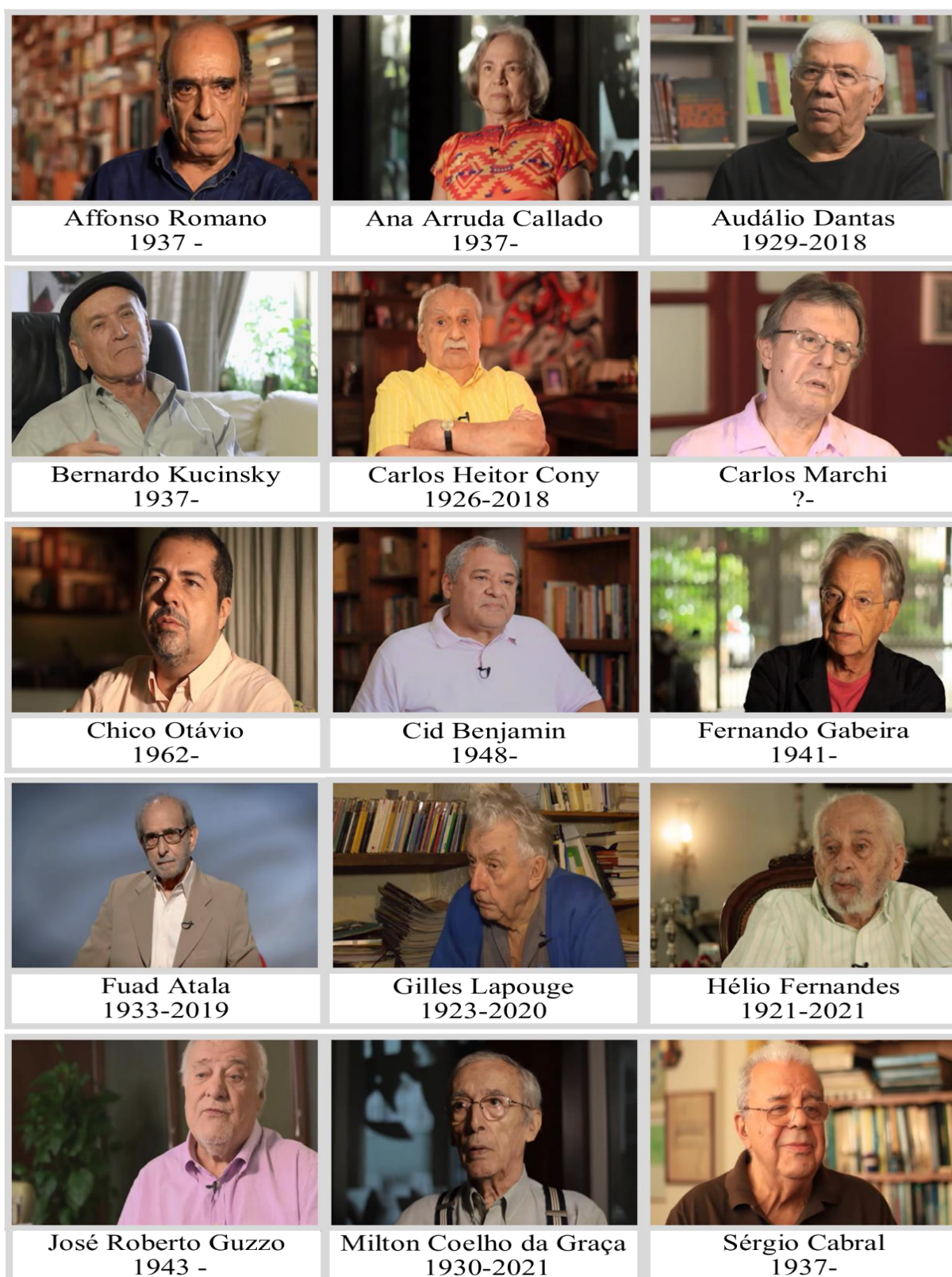
Desse modo, dizemos aproximação porque a prosopografia pressupõe um estudo que demanda tempo e aprofundamento numa ampla documentação sobre os sujeitos e suas ligações, algo que não é possível alcançar nos limites deste trabalho dada a vasta produção de muitos deles. Contudo, o

²⁶⁵ “es central en la dinámica de los conflictos alrededor de la memoria pública(...)” (JELIN, 2002, p. 51).

pequeno resumo das trajetórias nos permite perceber nuances que tornam possível o lugar de legitimação destes para falar sobre a atuação da imprensa no período do golpe de 1964 e da ditadura.

Dito isso, nos quatro episódios da série participam por volta de 27 jornalistas (contando com o apresentador), quatro historiadores, três cientistas políticas, dois escritores, uma advogada e um ex-delegado do Dops. Se, por um lado, a grande maioria dos entrevistados são testemunhas oculares do período do golpe de 1964 e da ditadura – atuavam de alguma maneira e/ou sofreram a repercussão do autoritarismo sobre si ou sobre pessoas próximas, como seus familiares – por outro lado, também compõem um coletivo de intelectuais que, inclusive, registraram memórias ou pesquisaram o período, escreveram biografias e/ou são engajados na militância política em prol da democracia e contra o esquecimento da ditadura.

Apresentaremos nas páginas que seguem a identificação de todos eles, com suas imagens em Chumbo Quente, seguidas dos seus nomes, ano de nascimento e/ou falecimento para uma parte deles. No entanto, cabe dizer que nem todas as falas e participações serão tratadas na análise, bem como a classificação, feita por nós, é muito mais no sentido de caracterizar, exemplificar nuances da narrativa testemunhal. Portanto, mesmo que aqui situemos os sujeitos em determinadas formas de relato, isto não quer dizer que na série se restrinja a ele. Assim sendo, entre esses sujeitos há uma variação nos relatos entre aqueles que falam em primeira pessoa, os que vêm para explicar determinados eventos, sobre os quais pesquisaram e aqueles que estão no entremeio entre um e outro. Vejamos a figura a seguir:

Figura 26 - Jornalistas em Chumbo Quente (Primeiro Grupo)

Fonte: Chumbo Quente (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA), 2014.

Na imagem acima situamos os jornalistas em cuja participação predomina muito mais o relato das experiências vividas individualmente ou no coletivo. Relatam o impacto de determinados acontecimentos em suas vidas, nos jornais em que trabalharam, os bastidores da política e o cotidiano daqueles dias. Esses jornalistas, atuam no papel de testemunhas oculares de determinados fatos, e portanto, detêm legitimidade para representá-los. Também compõem esse rol os testemunhos de outros sujeitos que não eram propriamente jornalistas, mas personagens do campo político que vivenciaram essa experiência e a relatam em primeira pessoa:

Figura 27- Outros sujeitos



Fonte: Chumbo Quente (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA) 2014.

Há também um outro modo de relato testemunhal que é o que se relaciona diretamente com a busca por Verdade, Justiça e Reparação. Desse modo, também encontramos em Chumbo Quente a participação de sujeitos que estiveram, paradoxalmente, em posições opostas nos anos da ditadura, mas integram a série, comprometidos com a elucidação de casos de desaparecimentos e mortes.

Figura 28- Testemunhos com sentido de Reparação em Chumbo Quente



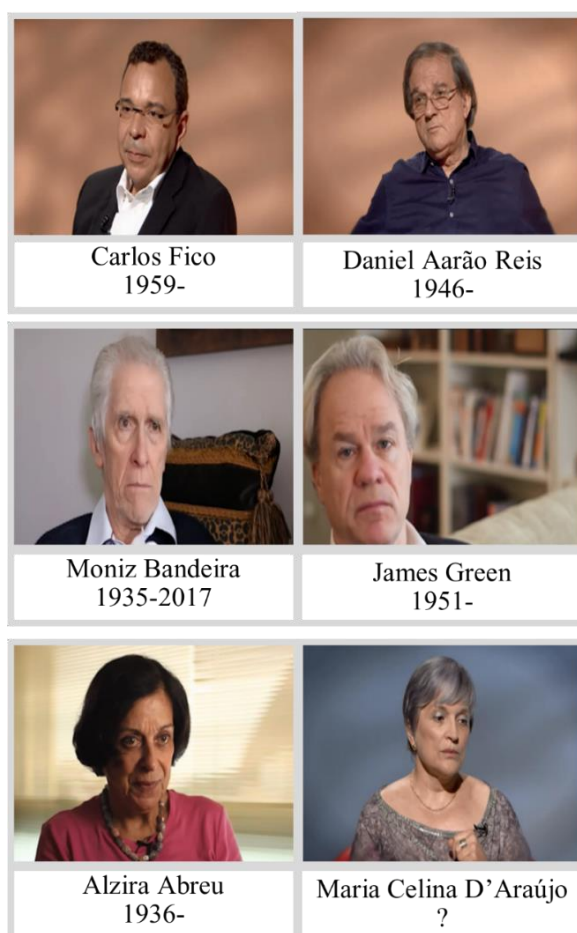
Fonte: Chumbo Quente (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA), 2014.

Na figura 26, acima, as duas primeiras imagens, da esquerda para a direita, são de pessoas que lutam por memória, justiça e reparação para os seus familiares desaparecidos e mortos. Na terceira

imagem, aparece um personagem que teve papel importante para os órgãos de repressão e disposto a contar tudo que sabia sobre desaparecimentos e mortes de militantes opositores ao regime. Suas narrativas estão inseridas no contexto dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.

Por sua vez, a série também conta com a participação de um rol de pesquisadores acadêmicos dos campos da História e da Ciência Política que já têm pesquisas consolidadas sobre vários temas acerca da imprensa e da ditadura. Todos eles contribuem para fundamentar a explicação histórica e de certo modo corroborar com a validação dos testemunhos. Assim, compõem a figura seguinte:

Figura 29 - Pesquisadores Acadêmicos em Chumbo Quente



Fonte: Chumbo Quente (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA), 2014.

Cabe ressaltar que dois desses pesquisadores narram suas memórias, seja vivendo os anos do governo João Goulart ou fazendo parte da militância, assim como os estudos de alguns deles são referências teóricas para este trabalho. Por último, ressaltamos que a explicação e a validação dos testemunhos igualmente ocorrem por meio da participação de jornalistas que pesquisaram determinados eventos, escreveram sobre a imprensa ou biografaram personagens importantes daquele período. Portanto, atuam como produtores de uma narrativa historiográfica mais ampla:

Figura 30 - Jornalistas em Chumbo Quente (Segundo grupo)



Fonte: Chumbo Quente (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA), 2014

Observando a Figura 28, percebe-se que há uma predominância de homens, principalmente no que concerne ao relato autobiográfico de jornalistas referentes a 1964, sendo que vários pertenciam ao jornalismo político. Um fato é que até os anos 1960, nas redações dos maiores jornais do país, naquele momento, não só no jornalismo político, mas em outros campos, com raríssimas exceções, a

imprensa era preponderantemente masculina. Segundo a historiadora Alzira Abreu (2006), que analisou depoimentos de várias jornalistas de diferentes gerações, até os anos 1960 as mulheres que iam para as redações confirmavam o seu papel feminino, em espaços tais como:

[...] nos cadernos ou nas revistas femininas, nas seções de moda, de receitas culinárias, de conselhos sobre educação infantil e comportamento familiar, ou escrevendo crônicas e contos voltados para o público feminino. Os assuntos “sérios” eram reservados aos homens. Essa situação era mais visível no jornalismo econômico, ao qual as mulheres não tinham acesso [...]. (ABREU, 2006, p. 11)

Portanto, as mulheres que nos anos 1950 e 1960 se lançavam em outros campos do jornalismo, logicamente se deparavam com o preconceito. Ainda conforme Abreu (2006), o aumento do número de mulheres no jornalismo partir dos anos 1970 acompanhou uma tendência que houve também em outras profissões, tais como medicina, arquitetura, direito e a pesquisa científica, exercidas em preponderância por homens. E se relaciona ao crescimento da população urbana a um aumento da escolaridade feminina e também a uma mudança no perfil do público leitor, quando mais mulheres passam a ler economia, política e assuntos internacionais.

Também é possível observar nas Figuras 25, 26, 28 e 29, que vários desses entrevistados à época da produção de Chumbo Quente eram idosos e alguns já faleceram, inclusive o apresentador Alberto Dines. Possivelmente, essa tenha sido uma de suas últimas aparições em produções dessa natureza. Ficou claro que essa era também uma preocupação da equipe do OI: recuperar esses testemunhos ainda em vida por perceberem que este poderia ser o último depoimento de alguns desses sujeitos. Como destacou Rafael Casé, isso ocorria muito nos especiais do Observatório:

[...] quantas pessoas a gente entrevistou nesse período todo que hoje em dia não estão mais vivas, que nem o próprio Dines. Então havia uma preocupação sempre de resgatar a opinião dessas pessoas que era importantíssimo e que, sabe? A gente sabia, talvez fosse um dos últimos depoimentos daquela pessoa, que a gente podia coletar, né? (CASÉ, 2019)

Diante do exposto, não só pelos temas, mas também no que concerne ao levantamento das pessoas a serem entrevistadas, fica evidente o trabalho de curadoria histórica do OI, na medida em que as entrevistas constam como arquivos, memória audiovisual, registro daqueles que não se encontram mais no presente e daqueles que estão vivos. Inclusive, alguns deles estiveram em algum momento nos debates ou nos especiais do Observatório, falando sobre diversos assuntos, mas principalmente sobre experiências e fatos vivenciados no período da ditadura, de modo que em Chumbo Quente reafirmam suas narrativas. Só como exemplo podemos citar a participação de Carlos Heitor Cony, Marco Antônio Tavares Coelho, Milton Coelho da Graça e Milton Temer, que também estiveram no especial *30 anos do AI-5*. Também citamos as entrevistas especiais com o jornalista Hélio Fernandes e com o ex-delegado do Dops Cláudio Guerra (Figuras 25, 26, 27 e 28).

No que tange ao testemunho e sua capacidade de *resgatar* o passado, recorreremos ao argumento de que este não pode apreender a experiência como ela de fato ocorreu e, portanto, o relato testemunhal é uma tentativa de dar sentido à experiência (JELIN, 2002; SARLO, 2007). Por sua vez, para falar ou mesmo silenciar, a testemunha aciona a memória em função do presente e seu contexto. Desse modo o tempo presente mobiliza o conteúdo, a forma e ações do testemunho (JELIN, 2002; ARÓSTEGUI, 2004; SARLO, 2007; SÁ, 2007). Desse modo, afirmações no sentido de apuração do que aconteceu, esclarecer o passado, não se amedrontar frente à sombra da ditadura, representam uma conclamação, um imperativo, sobretudo para as gerações do presente e do futuro, completado meio século da ocorrência do golpe de 1964. As expressões acima se referem a trechos das falas que abrem Chumbo Quente.

Por meio delas se manifestam o teatrólogo Ferreira Gullar, que foi presidente do Centro Popular de Cultura da UNE à época do Golpe, fez parte dos movimentos culturais de resistência e foi exilado durante a ditadura²⁶⁶; a jornalista Hildegard Angel²⁶⁷, irmã de Stuart Angel Jones, militante do MR-8, preso e assassinado em 1971, filha da estilista Zuzu Angel, também assassinada em 1976 e igualmente se manifesta a advogada Lygia Jobim²⁶⁸, filha do embaixador José Jobim, sequestrado e morto em 1979.

Também são representativas em algumas das aberturas dos episódios as inferências do apresentador Alberto Dines, para quem os fantasmas da intolerância e da violência política só poderiam ser exorcizados por meio do conhecimento histórico, isto é “Só quem conhece a história

²⁶⁶ Poeta, teatrólogo, escritor, ensaísta, autor de muitas obras. Fez parte do PCB e na primeira metade dos anos 1960 participou do Centro de Cultura Popular da UNE. Com o golpe de 1964 fundou, junto com outros jovens, o *Teatro Opinião*, movimento que teve importante papel na luta cultural contra a ditadura. Foi preso, depois exilado e também sofreu tortura nas prisões. Trabalhou na imprensa e como roteirista de televisão. Autor de *Um Pouco Acima do Chão* (1949); *História de um Valente*, cordel, feito na clandestinidade, com o pseudônimo de João Salgueiro (1966); junto com o grupo Opinião participou da criação das peças: *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come* (1966) e *A saída? Onde fica a saída?* (1967); *Poema sujo* (1976), escrito no exílio; *Um rubi no umbigo*, peça teatral (1978) entre vários outros escritos posteriormente. Recebeu prêmios de Literatura e foi indicado para o Prêmio Nobel de Literatura em 2002. Em outubro de 2014 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Informações obtidas no site da Academia Brasileira de Letras e no portal Memórias da Ditadura.

²⁶⁷ Hildegard Beatriz Angel Bogossian estudou teatro e trabalhou como atriz no teatro, no cinema e na televisão nas décadas de 1960 e 1970. A partir dos anos 1980 passou a atuar como colunista social no jornal O Globo. Em 1993 fundou o Instituto Zuzu Angel. A partir de 2003 Hildegard passou a ser colunista do Jornal do Brasil. Atualmente mantém um blog próprio, no qual escreve sobre a sociedade carioca, temas variados e a política nacional. Recentemente, por ocasião do centenário de Zuzu Angel, em 5 de junho de 2021, Hildegard, junto com o cantor Chico Buarque, concedeu uma entrevista ao programa Estação Sabiá, do canal 247 do Youtube, ambos falando das suas memórias sobre Zuzu Angel naquele período. Informações no site da jornalista e Instituto Zuzu Angel.

²⁶⁸ Lygia Maria Collor Jobim faz parte dos coletivos de Direitos Humanos “Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça” e do “Memória, Verdade, Justiça e Reparação”. Foi casada com o editor Ênio da Silveira. Em meados de 2020, Lygia Jobim entrou com uma ação civil contra a então Secretária de Cultura do governo federal, a atriz Regina Duarte, por declarações que esta fez numa entrevista ao canal de televisão CNN consideradas como apologia à ditadura e à tortura. A advogada pediu indenização pecuniária ao governo e retratação pública.

pode escapar da tentação de repeti-la, só quem percebe os contornos das tragédias tem condições de evitá-las. Nunca mais é um desejo que se materializa apenas quando há consenso!” (CHUMBO QUENTE IV, 2014, 49:30). Portanto, essas falas anunciam o dever de memória presente em todo o conteúdo da série.

6.2 VER, VIVER, OUVIR, DIZER: O RELATO TESTEMUNHAL DOS JORNALISTAS

Deve-se lembrar que o “Nunca mais” é uma expressão icônica, utilizada como repúdio e resistência aos regimes autoritários instituídos em outros países; na Espanha, como uma recusa à ditadura franquista e na América Latina contra as ditaduras dos anos 1960 e 1970. Como nos lembra Ana Caroline Silveira Bauer (2008), se relaciona fortemente com as denúncias feitas nos contextos de transição, principalmente pelas publicações dos relatórios *Nunca más*, lançado na Argentina em 1984, pela CONADEP (Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas) e *Brasil: Nunca Mais*, publicado no Brasil pela Arquidiocese de São Paulo, em 1985. Guardadas as particularidades, ambos expuseram as violências, as torturas, os sequestros e os assassinatos cometidos pelos governos militares de ambos os países. Para além da expressão, segundo Bauer (2008), que analisou esses relatórios com base nos contextos de transição em que foram produzidos, estes contribuíram para a constituição de uma memória sobre a repressão tanto na Argentina como no Brasil.

Um outro aspecto refere-se aos relatos das experiências cuja tônica perpassa o biográfico e o autobiográfico, de quem “viveu”, “esteve com”, “presenciou”, “disse” “viu”, “ouviu”, “sentiu” narrados em grande maioria na primeira pessoa, “eu”, depois “nós” e em menor número na terceira pessoa. Nesses relatos de quem viveu a experiência há que se observar a distinção entre os jornalistas que, ao que consta, atuavam nos jornais, de oposição ou apoio ao golpe, sem exercer militância política e aqueles que já exerciam algum tipo de militância e continuaram pelas vias legais ou clandestinas. Desse modo, ocorre a valorização do relato, dos detalhes, daquele que sofreu a experiência em si mesmo, do “nós” e até quando aquele que narra não fala de si e sim de outros. Essas falas, também pelo trabalho de edição, dão sentido ao recorte temporal a partir do qual se articula Chumbo Quente.

Beatriz Sarlo, ao refletir sobre os modos de operar da memória e da disciplina histórica, aponta que os relatos em primeira e terceira pessoa conferem legitimidade justamente pelos detalhes, os quais apresentam, se aproximando de um estilo que ela denomina *realismo-romântico*. Por meio dele: “O discurso da memória, transformado em testemunho, tem a ambição de autodefesa; quer persuadir o interlocutor presente e assegurar-se uma posição no futuro; justamente por isso também é atribuído a

ele um efeito reparador da subjetividade” (SARLO, 2007, p. 51). Ainda para a autora, este modo de operar, cujo detalhe é um *primado*, fortalece a credibilidade do narrador e a autenticidade daquilo que é narrado. Um exemplo clássico é o do próprio Alberto Dines que, como foi observado nos segundo e terceiro capítulos, ao narrar em *Chumbo Quente* os acontecimentos relacionados aos jornais, aos eventos ligados à cronologia da ditadura civil-militar, endossa os elementos de sua autobiografia, principalmente aqueles narrados durante toda a sua vida e que o situam como jornalista e intelectual que se opôs ao regime.

Assim sendo, vejamos, inicialmente, os relatos em torno da experiência de vivenciar o contexto turbulento que antecedeu ao golpe, isto é, os bastidores da política, a ação dos sujeitos, a posição dos proprietários de jornais aos quais estavam vinculados vários desses profissionais, a posição de colegas contrários ou a favor do golpe, de modo que se sobrepõem dois aspectos: a percepção da violência já nos dias que antecederam e nos primeiros dias depois do 31 de março de 1964 e o entendimento de alguns acerca do equívoco que foi o apoio ao golpe entre jornalistas e da própria posição tomada pela esquerda.

Tomemos o primeiro ponto na fala do escritor Marco Antônio Tavares Coelho²⁶⁹, que foi militante e dirigente do PCB, era Deputado Federal pelo Estado da Guanabara em 1964, teve seu mandato cassado logo nos primeiros momentos do golpe e para quem as primeiras medidas do governo autoritário já repercutiram violentamente sobre a base do governo deposto do presidente João Goulart: “O meu apartamento, por exemplo, foi invadido nesse mesmo dia. Outros deputados também foram presos, embora dispondo da imunidade parlamentar”(CHUMBO QUENTE I, 2014, 35:15). Tendo em vista a opção do *asilo* nas embaixadas, este preferiu ficar no país:

A grande discussão era essa, pra que embaixada nós vamos? Quer dizer, não havia condições de lutar. Eu então disse: “Olha, eu não vou pra embaixada nenhuma, eu vou... eu tenho experiência de luta clandestina, eu vou participar na luta clandestina, não é? Do Partido Comunista, porque eu tenho experiência de luta clandestina e sei o que a nossa posição é ficar aqui, não é ir pra o exterior”. (CHUMBO QUENTE I, 2014, 35:06)

O outro ponto que nos chamou a atenção é a percepção de que o apoio da grande imprensa ao golpe naquele momento foi um equívoco seguido por muitos. A esse respeito, o jornalista Hélio

²⁶⁹ Marco Antônio Tavares Coelho atuou no PCB nos períodos de legalidade e clandestinamente, exercendo tarefas nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Pernambuco. Esteve preso em 1948, em 1946, e novamente em 1975, sendo torturado e incurso na Lei de Segurança Nacional. Também trabalhou como jornalista, colaborando com a *Folha de S. Paulo* e a *Gazeta Mercantil*, e em publicações da Editora Abril. Foi assessor do CNPq, assistente acadêmico do Instituto de Estudos Avançados e editor da Revista de Estudos Avançados da USP. Nos anos 2000 publicou a autobiografia *Herança de um sonho — as memórias de um comunista*, o livro memorialístico *Rio das Velhas – memórias e desafios* (2002) e *Os descaminhos do São Francisco* (2005). Informações no Verbete Biográfico do CPDOC-FGV e no site do Memorial da Resistência de São Paulo.

Fernandes, que teve uma longa trajetória na imprensa²⁷⁰, esteve presente nos bastidores da política nacional, em 1961 apoiou a posse do Presidente João Goulart e em 1964 apoiou o golpe, quando fala do seu jornal, a *Tribuna da Imprensa*, aponta que, muitos dos que apoiaram eventos como a *Marcha da família com Deus pela liberdade* ou o próprio 1º de abril de 1964 não sabiam exatamente o que era, do que se tratava, mas reconhece que “No começo, a visão de todo mundo, inclusive minha, era deturpada, realmente eles lançaram a ideia de que o país estava à beira de cair no regime comunista.” (CHUMBO QUENTE I, 2014, 38:31). Ao que consta, logo depois da publicação do Ato Institucional n. 1, em 9 de abril de 1964, o jornalista passou para a oposição²⁷¹.

Por outro lado, equivocada teria sido a avaliação da esquerda a respeito do governo de Jango e da sua negativa de apoio ao presidente. Na percepção do escritor Marco Antônio Tavares Coelho, falando de si e do partido do qual fazia parte, o PCB, que fazia oposição ao presidente, afirma que mesmo entre os que combatiam o golpe, estes “[...] não tinham uma posição correta”, que para ele seria “[...] assumir uma posição frontal de defesa do Jango”, independente de o considerarem um conciliador. Para ele, portanto, esse “[...] foi o grande erro da esquerda” (CHUMBO QUENTE I, 2014, 30:51).

Como forma de compreender a experiência, o relato testemunhal também é uma tentativa de acessar a realidade. Márcio Seligmann (2003), ao tratar da literatura de testemunho, nos esclarece que este real só pode ser compreendido pela chave “freudiana do *trauma*”, isto é, por aquele evento que resiste a ser representado. Assim, alguns dos entrevistados em Chumbo Quente são também autores dessa literatura do testemunho. Diante da constatação da instalação da ditadura, alguns relatos cobrem aqueles que logo mudaram de posição, passando a criticar o governo, sofrendo a repercussão e se pondo em suspeição pelo regime, chegando à perda de emprego, a prisão e/ou mesmo a morte de seus colegas.

²⁷⁰ Irmão do cartunista Millôr Fernandes (1923-2012), trabalhou na revista *O Cruzeiro* (1946-1948), no *Diário Carioca* (1949 a 1951), na *Revista Manchete* (1951-1953). A pedido do presidente Juscelino Kubitschek foi trabalhar no jornal *A Noite* (1956), de propriedade do governo federal. Foi colunista da revista *Mundo Ilustrado* e do *Diário de Notícias* e esteve por longo período à frente da *Tribuna da Imprensa* (1953 a 1954 como editor e depois como proprietário de 1962 até o fim do jornal. É autor do livro autobiográfico *Recordações de um desterrado em Fernando de Noronha*, publicado em 1967, quando esteve preso também neste ano por redigir dois artigos sobre o presidente Castelo Branco, após sua morte e considerados ofensivos pelos militares. Informações no Verbete Biográfico CPDOC-FGV.

²⁷¹ A pedido de Carlos Lacerda, Hélio Fernandes foi o redator do manifesto da Frente Ampla, tentativa de organização da oposição, publicado em 1966, na *Tribuna da Imprensa*. Neste mesmo ano foi candidato a Deputado Federal pelo MDB, mas teve seus direitos cassados. Hélio Fernandes foi preso algumas vezes durante a ditadura e teve o seu jornal perseguido fortemente pela censura, principalmente a partir de 1968, chegando a ganhar na justiça, em 1984, uma ação de indenização movida por ele, anos antes, contra a União por danos causados à *Tribuna da Imprensa* pela censura e perseguição política promovidas pelos governos militares de 1968 a 1978. Informações no Verbete Biográfico CPDOC-FGV.

Carlos Heitor Cony²⁷² exemplifica esse relato em *Chumbo Quente*. Era colunista do *Correio da Manhã* e foi um dos jornalistas que redigiram os editoriais *Basta!* e *Fora!*, aqueles publicados em 31 de março e 1º de abril de 1964, sobre os quais tratamos no capítulo anterior, que solicitavam a saída do presidente. Porém, logo em seguida passou a denunciar em seus textos o governo Castelo Branco, as arbitrariedades cometidas em nome da Revolução e os militares. De jornalista que dispunha de prestígio e liberdade passa a ter seus artigos supervisionados pela diretoria do jornal.

Carlos Heitor Cony lembrou o episódio do Hotel Glória do Rio de Janeiro, em que jornalistas protestaram contra a comitiva do Presidente Castelo Branco em novembro de 1965²⁷³, do decreto de prisão expedido contra ele e outros jornalistas, da sua execração pública promovida por outros veículos que apoiavam o governo militar, de quando foi recepcionado pelo Presidente Costa e Silva no Ministério da Guerra, do temor pela situação de sua família, de sua expulsão da ABI e do sindicato dos jornalistas, da falta de apoio dos demais veículos da imprensa, da perseguição que sofreu em outros espaços em que atuou²⁷⁴. Por fim, em seu relato na série, destacamos a recordação de uma de suas detenções, em consequência do AI-5, quando lembra como foi retirado de casa, levado para a prisão, sem mandado judicial e à força: “Quando entrei na Kombi me botaram um capuz para que eu não soubesse para onde estavam me levando, um capuz já usado” (CHUMBO QUENTE II, 2014,28:30). E detalha a lembrança do capuz, sem furo para respirar, e cujo cheiro parecia conter todo o suor de outras pessoas que o haviam usado na mesma condição.

Ainda sobre os anos iniciais da ditadura e acerca do ano de 1968, até a promulgação do AI-5, predomina em *Chumbo Quente* a narrativa testemunhal daqueles que “viram”, “presenciaram”, “cobriram” ou mesmo participaram das manifestações contrárias ao regime, presentificando o clima

²⁷² Carlos Heitor Cony iniciou a carreira jornalística em 1947, no *Jornal do Brasil*. A partir de 1960, passou a escrever reportagens internacionais e depois editoriais e crônicas políticas para o *Correio da Manhã*. Ainda em 1964, publicou suas crônicas de denúncia política sob o título de *O ato e o fato*. Após a promulgação do AI-5 foi preso por cerca de seis vezes e respondeu a oito processos e três IPMs, se autoexilando do país. Ao retornar ao Brasil, trabalhou na editoria de revistas do Grupo Bloch e escreveu roteiros para novelas da TV Manchete. Em 1993, passou a ser colunista da *Folha de São Paulo*, substituindo Oto Lara Resende que havia falecido um ano antes. Ao longo da vida escreveu muitos livros, só e em coautoria, roteiros para a televisão, cinema, fez traduções e adaptações de clássicos da literatura infanto-juvenil e da literatura clássica, entre eles textos de escritores como Máximo Gorki, Alexandre Dumas e Dostoiévski. Recebeu vários prêmios nacionais e um internacional por suas obras. Em junho de 2000 se tornou membro da Academia Brasileira de Letras. Informação no verbete biográfico do CPDOC-FGV e também no perfil do acadêmico, no site da Academia Brasileira de Letras.

²⁷³ Na ocasião, acontecia no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, uma conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA). O grupo de intelectuais presos que protestaram ficou conhecido como os “oito do Glória”. Por conta do protesto, além de Cony estiveram detidos no quartel da Polícia do Exército Antônio Callado, Flavio Rangel, Glauber Rocha, Jaime de Azevedo Rodrigues, Joaquim Pedro de Andrade, Mário Carneiro e Thiago de Mello.

²⁷⁴ Por exemplo, relata em *Chumbo Quente* que pediu demissão da TV Rio, em 1965, quando era roteirista da novela *Comédia Carioca*, e soube que o canal fora ameaçado de ter retirada do ar “O Direito de Nascer”, sua novela de sucesso, caso mantivesse a novela de sua autoria. Após o fato, a exibição de *Comédia Carioca* foi suspensa sem qualquer explicação da TV Rio.

de agitação. As falas de Affonso Romano²⁷⁵ e Fernando Gabeira²⁷⁶, que trabalhavam no Jornal do Brasil à época, são o tipo de relato daqueles que estiveram presenciando cotidianamente os resultados de eventos tais como a morte do estudante Edson Luiz e os protestos diante desse fato brutal, a passeata do Cem Mil. Cada um a seu modo, reelaboram essa lembrança. Affonso Romano relembra a visão das manifestações da sacada do JB e mesmo no seu caminho para o trabalho, como um “cenário de guerra, uma batalha campal”:

Eu vivi esse momento histórico ali na pele né? No corpo. Eu trabalhava na pesquisa do “JB” em 68, o Gabeira era o chefe da pesquisa e eu descia do ônibus ali em frente na Rio Branco, na Getúlio Vargas e descia em pleno campo de batalha: cavalos, cavaleiros, bombas de gás lacrimogênio. Às vezes era difícil chegar ao jornal!. (CHUMBO QUENTE II, 2014, 18:42)

Já o jornalista Fernando Gabeira acrescenta o viés político da cobertura jornalística das manifestações como uma tentativa sua de conciliar o trabalho com as opções políticas. Assim, relata que “[...] cobrir as grandes manifestações estudantis já era entendido por nós como uma contribuição política, uma maneira de contribuir politicamente” (CHUMBO QUENTE II, 2014, 19:42). E que essa atuação passava por trocar informações com outros profissionais bem como solicitar ao Sindicato dos Jornalistas que este se posicionasse quanto à situação do país.

Ainda acerca do período de instauração do AI-5, também são componentes dos relatos dos jornalistas a descrição das ações dos censores dentro e fora dos jornais, bem como presenciarem a

³⁶¹ Affonso Romano de Sant’Anna é poeta, crítico, professor de literatura e jornalista. Iniciou a carreira jornalística em 1953 publicando críticas de cinema e teatro no Diário Comercial e na Gazeta Mercantil. Durante a ditadura civil-militar, publicou, nos principais jornais brasileiros, poemas de cunho crítico, tendo seus poemas traduzidos em sete idiomas, pelo menos. Durante sua carreira jornalística, escreveu textos para os jornais O Globo, Folha de S. Paulo, Jornal do Brasil, Jornal da Tarde, Correio Braziliense e O Estado de Minas. Em 1969, tornou-se Doutor em Literatura Brasileira, pela UFMG, defendendo uma tese sobre Carlos Drummond de Andrade. Entre 1990 e 1996, presidiu a Fundação Biblioteca Nacional e foi secretário-geral da Associação das Bibliotecas Nacionais Ibero-Americanas. Tem vários livros publicados e recebeu prêmios de literatura. É casado com a escritora Marina Colasanti, uma de nossas entrevistadas.

²⁷⁶ Fernando Gabeira começou no jornalismo no fim da década de 1950, em Minas Gerais. Na década de 1960, mudou-se para o Rio de Janeiro e trabalhou como redator e funcionário do departamento de pesquisa do Jornal do Brasil. Com o golpe de 1964, começou a atuar na resistência ao regime e, pouco tempo depois, ingressa no MR-8, grupo guerrilheiro que participou do sequestro do Embaixador norte-americano Charles Helbrick, em 1969. Em 1970, Gabeira foi preso na cidade de São Paulo e levou vários tiros quando resistia à prisão. Em junho deste mesmo ano, saiu da prisão e foi exilado para a Argélia, junto com mais 39 presos que haviam sido trocados pelo embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, também numa ação de sequestro feita pela ALN e pelo VPR. Durante o exílio, passou pelo Chile, pela Suécia e pela Itália. Ao retornar ao Brasil, em 1979, escreve o livro *“O que é isso, companheiro?”* (já citado no terceiro capítulo) e volta ao cenário político pelo fim da ditadura. A partir de 1985 se engaja nas causas do meio ambiente e dos direitos minoritários e passa a atuar também na política institucional, ajudando a fundar o Partido Verde (PV). Em 1989 concorreu à Presidência da República. Entre 1995 e 2011, exerceu por quatro vezes o mandato como Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro, três vezes pelo PV e uma pelo PT. Tem vários livros publicados, sendo o último em 2017, *Democracia Tropical: Caderno de um aprendiz*, livro em que analisa os 30 anos de regime democrático e o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Desde 2013 apresenta na GloboNews, canal por assinatura, o programa *Fernando Gabeira*, onde faz entrevistas e reportagens especiais, tem uma coluna de opinião do Estadão e apresenta o *podcast* Lauro e Gabeira, no jornal O Globo, espaço semanal em que comenta, junto com o jornalista Lauro Jardim, assuntos da política e temas variados.

autocensura nas redações. Outro ponto passa por lembrar a participação na chamada imprensa *alternativa* e a inclusão de alguns na imprensa clandestina. Assim, sobressaem-se “Me lembro”, “Eu me orgulho” ou “Nós” para enfatizar as experiências marcadas no coletivo. O jornalista Carlos Marchi, que trabalhou como repórter e editor de política em grandes jornais²⁷⁷, lembra das várias vezes em que atendia os telefonemas dos censores, os quais avisavam sobre quais notícias poderiam ser dadas ou não e que não raros eram os casos em que os próprios jornalistas não sabiam do evento e acabavam sendo, de certo modo, avisados pelo próprio censor, e iam saber o que ocorria:

“Eu me lembro que uma vez ele disse: “não pode publicar nada sobre a Conferência de Dom Helder Câmara em Paris”, e eu fui correndo para o Telex da France Press pra ver se a France Press tinha noticiado. E a censura estava preocupada em que não sáísse”. (CHUMBO QUENTE II, 2014, 36:47)

Sobre as estratégias dos jornalistas para conviver com a censura no cotidiano, jornalistas como Bernardo Kucinsky²⁷⁸ e Sérgio Cabral²⁷⁹, que trabalharam em jornais importantes da imprensa

²⁷⁷ Carlos Marchi trabalhou no Correio da Manhã, Última Hora, O Globo, O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e na Rede Globo. Foi assessor de Imprensa da candidatura de Tancredo Neves, em 1984. É autor do livro *Fera de Macabu: a História e o Romance de um condenado à morte* (1998), livro-reportagem sobre o que foi considerado o maior erro da justiça brasileira: a condenação à morte do fazendeiro Manoel da Motta Coqueiro, em meados do século XIX. E escreveu *Todo aquele imenso mar de liberdade* (2014), biografia do jornalista Carlos Castello Branco e mais recentemente publicou *Senhor República* (2017), biografia do senador Teotônio Vilela. Em 2014, Carlos Marchi foi entrevistado por Dines no OI, por ocasião do lançamento do seu livro sobre Carlos Castello Branco.

²⁷⁸ Bernardo Kucinski também é escritor, cientista político e professor aposentado da Universidade de São Paulo. Seus pais eram imigrantes poloneses que vieram para o Brasil fugindo do nazismo. É irmão de Ana Rosa Kucinski e cunhado de Wilson Silva, ambos integrantes da ALN (Aliança Libertadora Nacional), desaparecidos em 1974. Se graduou em Física pela USP, em 1968, e participou do movimento estudantil durante a ditadura, sendo depois preso e exilado após participar do mapeamento da tortura no Brasil, em duas reportagens publicadas na *Veja*. Exilado na Inglaterra entre 1971 e 1974, trabalhou para a BBC e para a *Gazeta Mercantil*. Retornou ao Brasil em 1974. Também em meados da década de 70, Bernardo Kucinski fez parte da fundação dos jornais alternativos *Movimento* e *Em Tempo*. Em 1986 entra para o quadro docente da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA). Em 1991 defende sua tese de doutorado sobre a imprensa alternativa no Brasil, entre os anos de 1964 e 1980. Trabalhou em vários periódicos nacionais e foi correspondente internacional. Tem mais de 21 livros escritos entre 1971 e 2020, que vão desde as denúncias de tortura na ditadura militar, jornalismo, economia, análise política e ficção e recebeu prêmios de literatura. Teve uma atuação política na campanha presidencial de 1998 enviando escritos para o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva intitulados de *As Cartas Ácidas*, que eram “análises críticas das principais matérias publicadas nos jornais, de forma a orientar o candidato sobre os temas mais debatidos na mídia e o modo como esta pautava a campanha petista” (VELOSO e CABRAL, 2009, p. 10). Quando se iniciou o primeiro governo Lula, Bernardo Kucinski foi Assessor Especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República e durante o tempo que ocupou o cargo permaneceu crítico, saindo em 2006.

²⁷⁹ Sérgio de Oliveira Cabral Santos, além de jornalista, é escritor, compositor e pesquisador da música brasileira. Começou a carreira como repórter policial, em 1957, no *Diário da Noite*, jornal vespertino dos *Diários Associados*. Em 1969, já na vigência do AI-5, Sérgio Cabral era editor político do jornal *Última Hora*. Nesse mesmo ano criou o jornal alternativo *O Pasquim*, junto com o jornalista Tarso de Castro e o cartunista Jaguar. Foi preso por sua atuação neste jornal. Atuou como produtor musical entre 1973 e 1981 e como compositor. Entre 1974 e 2009 escreveu vários livros cuja temática perpassa a música brasileira. Escreveu as biografias de artistas como Pixiguiinha, Tom Jobim, Ari Barroso, Elisete Cardoso, Nara Leão, Grande Otelo e Ataulfo Alves assim como pesquisas sobre as escolas de samba. Exerceu o mandato de Vereador na cidade do Rio de Janeiro por três vezes, entre os anos 1983 e 1993 e como conselheiro do Tribunal de Contas desta cidade até 2007, quando se aposentou compulsoriamente ao completar 70 anos de idade. É pai do também jornalista e político, o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, preso desde 2016 e condenado pela Operação Lava Jato. Informação no site Museu da TV, Rádio e Cinema.

alternativa, apontam o fato de muitas vezes os censores não terem uma formação para lidarem com aqueles textos jornalísticos, de modo que podiam considerar os textos complicados. Importante também é ressaltar a fala daqueles que questionam o heroísmo da resistência à censura. Este é um ponto de vista partilhado pelo jornalista José Roberto Guzzo²⁸⁰, que foi um dos criadores da Revista *Veja*, em 1968, e depois seu diretor por vários anos, ao narrar os momentos em que a censura se instaurou em seu local de trabalho e como era uma função constrangedora, exercida primeiro por oficiais do exército, depois por um delegado da Polícia Federal, que detinha uma sala frequentada aos sábados onde “se amontoavam pilhas de materiais” para serem cortados. Para Guzzo: “Não tem uma coisa heroica na censura, não tem... a luta da resistência contra essa censura. É uma coisa burocrática, formal e da qual você não pode fugir, ela é um ato administrativo, ela não é uma causa” (CHUMBO QUENTE II, 2014, 37:06).

Para outros jornalistas, a interiorização da censura e a autocensura abreviou qualquer possibilidade de exercer efetivamente a profissão, de modo que optam também pela participação nos impressos clandestinos, onde as notícias censuradas podiam ser então divulgadas. É o caso de Fernando Gabeira, que em Chumbo Quente narra a sua participação no jornal clandestino intitulado *Resistência*²⁸¹ e do jornalista Milton Coelho da Graça²⁸² que participou da elaboração dos jornais *Notícia*, e outro também com o mesmo nome *Resistência*, embora não tenha sido possível constatar se ambos falam do mesmo jornal. Segundo Milton Coelho da Graça, este era distribuído principalmente entre estudantes universitários:

Eu me orgulho de ter feito o primeiro jornal clandestino depois do AI-5. Saiu no mês de janeiro de sessenta e nove e pra vocês terem uma ideia de como o clima tinha mudado, o jornal durou onze números, era distribuído principalmente na USP na

²⁸⁰ José Roberto Guzzo começou sua carreira no jornal *Última Hora*, em 1961, onde trabalhou até 1965, quando foi para o *Jornal da Tarde*. Foi correspondente em Paris e Nova York, cobrindo a guerra do Vietnã e a visita do presidente Richard Nixon à China, em 1972. Também foi o responsável pela criação da revista *Exame*. Foi colunista da Revista *Veja* até 2019 e do site *Metrópoles* até março de 2020. Atualmente é colunista dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Gazeta do Povo*. Em março de 2020, o jornalista lançou a *Revista Oeste* em parceria com o empresário Jairo Leal e os jornalistas Augusto Nunes e Kaíke Nanne. Trata-se de uma plataforma jornalística digital cujo conteúdo é declaradamente conservador e comprometido com o capital e o livre mercado.

²⁸¹ Acreditamos se tratar do jornal *Resistência*, órgão de divulgação do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8), impresso em mimeógrafo. Informação consultada no site Documentos Revelados.

²⁸² Milton Coelho da Graça formou-se em Direito, Economia e Administração, mas seguiu carreira no jornalismo. Em sua longa trajetória na profissão trabalhou no *Última Hora*, *O Globo*, *Jornal do Comércio*, *Jornal dos Sports* e nas revistas *Istoé*, *4 Rodas*, *Placar* e *Intervalo* e foi correspondente internacional. Foi preso pela primeira vez em 1964, depois do golpe, detido mais cinco vezes e torturado durante a ditadura. Quando foi promulgado o AI-5 era chefe de redação da revista *Realidade* e foi perseguido assim que a revista saiu com uma matéria de capa em 1968 com uma entrevista de Carlos Prestes. Fez parte do Conselho da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Autor do livro *Roberto Freire e a esquerda sem dogma* (2013). Informações site da Câmara dos Deputados (Entrevista concedida ao Programa Comitê de Imprensa) e site do Sindicato dos jornalistas de São Paulo.

Universidade do Estado de São Paulo, entre os estudantes. (CHUMBO QUENTE II, 2014, 43:41)

Também é o caso do escritor Marco Antônio Tavares Coelho, que explica sua participação no processo de edição de *A Classe Operária*, publicação do PCB que estava clandestino e outras publicações. Algumas, segundo ele, receberam apoio financeiro do próprio João Goulart: “Eu coloquei para o Jango a necessidade de dar um apoio e ele concordou e determinou ao Darcy Ribeiro para nos fornecer cinco mil dólares e foi com isso que nós pudemos organizar uma imprensa clandestina aqui em São Paulo e também no Rio de Janeiro” (CHUMBO QUENTE II, 2014, 42:43). Ambos os jornalistas finalizam seus relatos trazendo à tona o destino violento, brutal, acometido aos colegas, amigos que participaram ou colaboraram com esses veículos, indo desde a prisão, tortura até os assassinatos.

Acerca de outros eventos assinalados em Chumbo Quente, os quais marcaram os anos finais da década de 1970 e o início da década de 80, são também elementos abarcados pelos testemunhos dos jornalistas em primeira pessoa: a denúncia das torturas no Brasil e no exterior, a crítica ao chamado Milagre Econômico, a participação na luta armada, a reação ainda mais violenta de setores militares à política de distensão. A assessora política Yara Gouvêa²⁸³, que durante a ditadura fez parte da Ação Popular (AP), movimento da Juventude Católica na universidade, por exemplo, relembra sua participação na Frente Brasileira de Informação (FBI), boletim mensal organizado por exilados brasileiros, que funcionou entre os anos de 1968 a 1973 e que buscava compartilhar, divulgar informações sobre o Brasil com veículos nacionais e do exterior²⁸⁴.

Para a historiadora Greyce Falcão do Nascimento (2017), o boletim diferenciava-se de outros periódicos feitos no exílio, que tratavam de propagar e discutir projetos de revolução pois “[...] estava preocupado essencialmente em trazer notícias então censuradas no Brasil, revelando à comunidade

²⁸³ Yara Regina Gouvêa é graduada e pós-graduada em Linguística e militante do Partido Socialista Brasileiro (PSB) desde os anos 1990. Iniciou sua participação política no movimento estudantil secundarista, já no período da ditadura. Foi presa, se exilou na Europa e depois na Argélia, onde se juntou a Miguel Arraes e outros, participando de ações da oposição e denúncia da ditadura junto à diplomacia internacional. Enquanto esteve na França, fez parte de um coletivo para discutir feminismo, junto com outras mulheres exiladas latino-americanas. Esse coletivo criou o boletim “Nosotras”, publicação onde o feminismo era debatido por intelectuais de vários países. É coautora do livro autobiográfico intitulado *Duas Vozes*, onde conta sua experiência nos anos da ditadura. Atualmente faz parte da Assessoria de Relações Internacionais da Executiva Nacional do PSB e da Secretaria Especial da Executiva Provisória deste partido no Distrito Federal. Também integra o Conselho Curador da Fundação João Mangabeira (FJM), entidade com sede em Brasília, sem fins lucrativos, que promove cursos de formação política e formulação de política públicas socialistas. Ver entrevista no site *Socialismo Criativo*. Informações obtidas no site Socialismo Criativo.

²⁸⁴ Também conhecida como *Front Brésilienne de Information*, teve entre os seus criadores o ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes, que também o dirigiu e editou durante os 14 anos em que viveu exilado na Argélia. Conforme a historiadora Greyce Falcão, o boletim circulava no Brasil, na Argélia, na França, na Alemanha, na Holanda, na Inglaterra, na Itália, no México e nos Estados Unidos e tinha como público-alvo “[...] jornalistas, acadêmicos, sindicalistas e partidos políticos (NASCIMENTO, 2017).

internacional o que estava ocorrendo. Denunciando principalmente a violação de direitos humanos, como torturas e desaparecimentos” (NASCIMENTO, 2017, p. 4). Em seu relato na série, Yara Gouvêa narra como a FBI ampliou sua abordagem da denúncia das torturas para as reflexões sobre a política econômica:

Eu me lembro sobremaneira do estudo que foi feito sobre o milagre brasileiro. Foi um trabalho muito importante! Foi um trabalho importante, não só de denúncia e como instrumento de pressão sobre os militares como também para o debate interno daquele grupo de exilados que estavam buscando, não é? Discutir politicamente o que poderia representar no futuro, os alicerces de uma atividade democrática com respeito aos direitos humanos”. (CHUMBO QUENTE III, 2014, 23:29)

Ela também esclarece como a rede de informações da FBI funcionava, principalmente a partir do Rio de Janeiro e São Paulo, depois de Brasília, Recife e Porto Alegre, denunciando casos de tortura (CHUMBO QUENTE III, 2014, 24:46).

Já acerca da participação na luta armada, a percepção do que foi tal experiência anos depois e o relato das ações são lembrados pelo jornalista Cid Benjamin²⁸⁵ que, por sinal, é um dos poucos, senão o único na série que se apresenta como alguém que participou da luta armada, que se orgulha disso, embora faça uma autocrítica:

Eu me orgulho de ter participado dessa geração que se envolveu na guerrilha, na luta armada e... reafirmo a sua legitimidade. Agora do ponto de vista político foi um erro esse tipo de estratégia porque naquele momento, naquelas condições, no país que nós tínhamos não havia possibilidade de, pela luta armada, nós derrubarmos a ditadura. (CHUMBO QUENTE III, 2014, 02:00)

Este jornalista, que quando jovem participou da primeira ação armada mais conhecida em termos de enfrentamento ao regime, o sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969, também define a ação dos sequestros como a única forma de libertar os presos que estavam sendo torturados e que procuravam fazer presos que fossem tão importantes para a ditadura a fim de que ela aceitasse trocá-los pelos militantes. E que essa ação acabou sendo repetida com outros

²⁸⁵ Cid de Queiroz Benjamin cursava Engenharia na UFRJ e participava do movimento estudantil. Foi preso pela primeira vez em 1968, quando participou do Congresso da UNE em Ibiúna. Por sua ação no sequestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick foi preso, aos 22 anos, e torturado do DOI-Codi, em abril de 1970, no Rio de Janeiro. Obteve a liberdade após ser trocado, junto com outros 40 presos políticos, pelo embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, sequestrado numa ação da ALN e VPR, em junho de 1970. No exílio morou na Argélia, no Chile, em Cuba e na Suécia. Só retornou ao Brasil em 1979 após a Anistia e foi repórter do jornal O Globo e do Jornal do Brasil. Foi um dos fundadores do PT, em 1980, se desfilando desse partido em 2005 para participar da criação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Em 2006 foi candidato a Deputado Estadual pelo PSOL do Rio de Janeiro. Em 1996, Cid Benjamin e mais quatro jornalistas receberam o Prêmio Esso de Jornalismo por uma série de reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia para o jornal O Globo. É autor de biografias e livros com reflexão política. Atualmente é professor universitário e colunista da Revista Fórum. É irmão do cientista político, editor e colunista César Benjanin. Sua mãe, Iramaia Queiroz Benjamin (1924-2012), atuou no Comitê Brasileiro da Anistia. Em 2012, Cid e seu irmão prestaram depoimento à Comissão da Verdade da OAB-RJ com o objetivo de investigar a atuação da Justiça Militar ante a repressão.

embaixadores de modo a libertar mais presos. Também, o relato sobre essa ação vai até a relação com a imprensa e a censura, que ocupava os meios de comunicação:

Havia um cerco muito grande e isso nos levou a pensar que além da libertação dos quinze presos com o sequestro do embaixador americano nós podíamos pedir mais e entrar nessa questão da divulgação do que estava acontecendo no país. Daí não foi bem um pedido, foi uma exigência, junto com a libertação dos presos. Uma exigência da publicação, da divulgação do manifesto que nós elaboramos”. (CHUMBO QUENTE III, 2014, 26:42)

E, acerca dos últimos anos do regime, sobre a distensão e a violência empreendida por setores militares culminando em ações como o atentado que ocorreu no Riocentro, em 1981, trazemos o relato do jornalista Chico Otavio²⁸⁶, que presenciou o fato e o assinala como algo que marca sua vida profissional no passado e no presente: “Eu estava lá, era estagiário de um jornal da Barra da Tijuca. Corri até o estacionamento, vi o sargento destróado, fui enxotado do local e até hoje... passados trinta e três anos, eu continuo envolvido no caso” (CHUMBO QUENTE III, 2014, 44:54). Acontece que este jornalista também passou a ser um pesquisador de eventos da ditadura, investigando anos depois o próprio atentado ao Riocentro e outros acontecimentos²⁸⁷. É também um dos debatedores do último episódio da série.

Até aqui abordamos os testemunhos que tratam da história da imprensa, o contexto do golpe de 1964 e da ditadura do ponto de vista de jornalistas que estiveram em diversas posições. Veremos agora o testemunho na série como elemento de caráter reparador no contexto da justiça de transição no país, empreendida, cerca de quase 30 anos depois do fim do regime autoritário e, por isso mesmo, permeada de disputas.

²⁸⁶ Francisco Otavio Archila nasceu no Rio de Janeiro, é formado em Jornalismo, pós-graduado em Políticas Públicas e Governo e é professor da PUC do Rio de Janeiro. Foi estagiário e repórter do jornal Última Hora. Trabalhou no jornal Estado de São Paulo, Jornal da Tarde, Agência Estado e O Globo, onde consolidou sua carreira como jornalista investigativo. Chico Otavio fez reportagens sobre temas diversos, mas principalmente sobre temas da política, corrupção, crime organizado no Rio de Janeiro e sobre temas relacionados à ditadura. Já recebeu vários prêmios por suas reportagens. Em 2002, participou da criação da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). Tem cinco livros publicados, todos oriundos do trabalho no jornalismo investigativo. Ver informações no perfil do jornalista no site do memorial do jornal O Globo.

²⁸⁷ Em 1999, junto com os jornalistas Ascânio Seleme e Amaury Ribeiro Jr, fez uma série de reportagens sobre o atentado do Riocentro que contribuíram para a elucidação do caso, redendo, inclusive, seu primeiro prêmio ESSO. Em 2012, juntamente com a jornalista Juliana Dal Piva e o jornalista Marcelo Remígio fizeram reportagens sobre a *Casa da Morte de Petrópolis*, antigo centro de tortura e assassinatos de militantes opositores do governo. Publicaram uma entrevista com o coronel Paulo Malhães (codinome Dr. Pablo), um dos militares que atuavam nesse local. O depoimento de Paulo Malhães teve forte repercussão e este foi convocado a depor na Comissão Nacional da Verdade. Em 2014, os jornalistas chegaram a mais nomes e até ao ex-carcereiro da casa, vulgo Camarão, identificado por Inês Etienne Romeo, a única sobrevivente da Casa da Morte.

6.3 TESTEMUNHOS, LUTA POR REPARAÇÃO E JUSTIÇA

Diante das várias temáticas abordadas na série *Chumbo Quente*, a luta por reparação e justiça se faz presente em três situações emblemáticas narradas através dos testemunhos da advogada Lygia Jobim e da jornalista Hildegard Angel, que tiveram familiares desaparecidos e mortos durante o regime. Também compõe essa temática a participação do ex-delegado do DOPS, Cláudio Guerra, que após anos de silêncio decidiu se expor e falar sobre sua participação em casos de desaparecimento e morte. É interessante como essas narrativas se entrecruzam.

A advogada Lygia Jobim narra em *Chumbo Quente* o desaparecimento e a morte do seu pai, o embaixador José Jobim²⁸⁸, em 24 de março de 1979, após este declarar em público ter posse de documentos que provavam corrupção na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Ocorre que em fevereiro de 1964 José Jobim foi designado pelo presidente João Goulart para conversar com autoridades paraguaias sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, na altura das Sete Quedas. Como resultado da missão, Jobim elaborou um relatório que recomendava a construção da usina. Para baixar os custos, no projeto original as turbinas seriam importadas da URSS. Após o golpe militar de 1964, o projeto foi primeiramente engavetado e retomado só alguns anos depois, no entanto, as turbinas foram compradas de uma multinacional alemã por um preço dez vezes maior.

Já aposentado, em 15 de março de 1979, por ocasião da solenidade de posse de um colega diplomata, quando o presidente Antônio Figueiredo também foi empossado, José Jobim teria dito em público que estava escrevendo um livro de memórias, no qual, entre outras coisas, ele falaria do superfaturamento na construção de Itaipu e que tinha consigo documentos que comprovavam o fato. Poucos dias depois, em 22 de março, ao sair de casa seu carro foi interceptado por dois homens armados que o sequestraram. Em 24 de março, seu corpo foi encontrado preso a uma árvore, com sinais de machucados, simulando um suicídio por enforcamento. Desde o primeiro momento a família contestou a versão da polícia.

Desse modo, em *Chumbo Quente* Lygia Jobim relata sua indignação diante do fato de a imprensa, naquele momento, ter corroborado com a versão forjada pela polícia de que o pai havia se suicidado por enforcamento. Em sua fala, aponta justamente para a dificuldade que enfrentou, durante anos, para a resolução do caso:

²⁸⁸ José Pinheiro Jobim (1909-1979) era economista e diplomata. Ingressou no Itamaraty em 1938 e se aposentou em 1975. Atuou no consulado brasileiro no Japão, nos EUA, na Argentina, no Uruguai e na Finlândia. Já como embaixador representou o Brasil no Equador (1959-1962), na Colômbia e na Jamaica (1965-1966), na Argélia (1966-1968), no Vaticano (1968-1973) e em Marrocos.

Meu objetivo não é saber quem roubou Itaipu. Eu quero saber quem matou meu pai. Eu não sei quem foi, eu sei que isso com certeza dificulta muito porque se você era terrorista naquela época, aquilo acabou ali, não prosseguiu. O caso de papai não. Todo mundo que foi beneficiado continua, eles estão presentes, eles estão atuantes. (CHUMBO QUENTE, 2014, 43:36)

Sua fala demonstra como a falta de solução dos casos torna inacabável, para os familiares, a busca por justiça, numa atualização contínua e presentificada. Embora Lygia não seja jornalista, a equipe do Observatório achou por bem contar sua história, principalmente em função da cobertura que a imprensa deu à época. Inclusive, a própria Lygia Jobim procurou a equipe do OI contando seu caso: “[...] ela foi uma coisa nova pra gente, embora o caso dela não foi só um jornalista, né? O pai dela não era jornalista, mas havia muito da questão da imprensa embutida ali dentro. E eu lembro que Lygia que procurou a gente para falar. (DINIZ, 2019)”. Acontece que o reconhecimento do homicídio só se deu em 1985, mas o caso foi considerado como insolúvel e acabou sendo arquivado²⁸⁹.

Em setembro de 2013, Lygia Jobim depôs na Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, a qual atuou em parceira com a Comissão Nacional da Verdade, ouvindo mais testemunhas, buscando e cruzando documentos. Embora ainda não se tenha chegado aos nomes dos sequestradores, dos assassinos, nem dos mandantes, na conclusão dos trabalhos da CNV em 2014 e na divulgação do Relatório Final (volumes 1 e 3), confirmam-se as circunstâncias da morte e a causa, apontando a cadeia de órgãos envolvidos na morte e na obstrução da justiça, frente à falsa versão do suicídio. Assim é imputada a responsabilidade, como um dos autores de violação a Direitos Humanos, Roberto Blanco dos Santos, médico legista (IML/RJ), que emitiu o laudo necroscópico fraudulento do embaixador, assim como de outras sete pessoas mortas em circunstâncias suspeitas na década de 1970 (CNV, VOL 1, 2014, p. 924).

O documento afirma que o crime dificilmente poderia ter sido cometido por uma organização criminosa composta “exclusivamente por particulares”, dado que estes não poderiam agregar os meios materiais e imateriais que possibilitaram as condições do sequestro de uma pessoa pública:

[...] a) luz do dia num bairro residencial; b) mantê-lo vivo por dois dias e meio, em local jamais descoberto; c) interrogá-lo sob tortura; d) influenciar no inquérito e no laudo pericial viciado; e) influir na decisão do Ministério Público Estadual de não investigar a autoria do homicídio, depois de haver afastado in limine, e de forma categórica, a hipótese de suicídio. (CNV, VOL 3, 2014, p. 1926)

Desse modo, o relatório aponta que dadas as condições da morte do embaixador, o contexto e a semelhança com outros casos ocorridos durante o governo do general Baptista Figueiredo, citando

²⁸⁹Informação disponível no site do projeto Memórias Reveladas.

o exemplo do jornalista Alexandre Von Baumgarten, igualmente sequestrado, torturado e assassinado em 1982, na série de graves violações aos Direitos Humanos:

[...] o sequestro do embaixador José Pinheiro Jobim, em 22 de março de 1979, transcorridos apenas sete dias da posse do general Figueiredo na Presidência da República, foi o primeiro crime a ser perpetrado, em ordem cronológica. Suas características [...] levam-nos a crer que se tenha tratado de um crime de Estado, consumado por motivação exclusivamente política. (CNV, VOL 3, p.1926)

E o documento ainda argumenta que não seria surpresa que o crime efetivamente se conectasse ao medo da repercussão pública que o livro, o qual embaixador pretendia escrever sobre Itaipu, poderia causar em amplos setores e no meio militar, pois

Não bastasse, o regime militar enfrentava a oposição do MDB, no Congresso Nacional, e de entidades representativas da sociedade civil à implementação do Acordo Nuclear com a República Federal da Alemanha, objeto por igual de forte pressão diplomática internacional. Já em fase crepuscular, mas empenhada num projeto de conservação do poder, temperado por limitada abertura política, a ditadura militar considerava Itaipu um ativo estratégico de suma importância, cuja conclusão teria de ser alcançada a qualquer preço. (CNV, VOL 3, 2014, p.1626)

Por fim, uma vez identificadas as circunstâncias e as motivações do assassinato, o documento recomenda a continuidade das investigações indicando mais testemunhas, isto é, nomes de pessoas que surgiram durante os trabalhos da CNV, para que pudessem ser ouvidas. Em dezembro de 2017, depois que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) publicou a Resolução n. 2 sobre a retificação de atestados de óbito das pessoas reconhecidas como mortas ou desaparecidos políticos, Lygia Jobim entrou com um pedido junto à CEMDP solicitando a retificação da certidão de óbito do pai. Em 2018, finalmente ela conseguiu a correção do atestado de óbito. Como causa da morte, onde antes informava-se como indefinida passou a constar que o falecimento ocorreu em 24 de março de 1979, na cidade do Rio de Janeiro, também “[...] em razão de morte não natural, violenta, causada pelo Estado brasileiro, no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime ditatorial de 1964 a 1985” (CERTIDÃO DE ÓBITO, JOSÉ JOBIM, 13 de setembro de 2018)²⁹⁰.

O outro relato com sentido de reparação, tratado em Chumbo Quente, é o da jornalista Hildegard Angel. Ela é uma das irmãs mais novas de Stuart Angel Jones, militante do MR-8 preso e assassinado pelo CISA no aeroporto do Galeão, em 1971, e filha da estilista Zuzu Angel, também morta num suspeito acidente de carro em abril de 1976, justamente depois de ter por cinco anos

²⁹⁰ República Federativa do Brasil, Registro Civil das Pessoas Naturais, Mat.089250.01.55.1989.4.00337.032.0011879-74. RIO DE JANEIRO. O documento pode ser encontrado no site Prerrô, do Grupo Perrogativas, coletivo de advogados que reflete e divulga ideias progressistas sobre temas do direito e da sociedade.

confrontado as autoridades militares em busca do paradeiro do filho, ter em mãos provas da tortura e assassinato deste e estar sofrendo ameaças. A história da estilista foi lembrada em forma de música na canção *Angélica* (1981), de Chico Buarque, contada no livro biográfico *Eu, Zuzu, procuro meu filho* (1986) escrito por Virginia Valli e foi transportada para o cinema no filme *Zuzu Angel* (2006), do diretor Sérgio Rezende.

Um ano antes de sua morte, a estilista enviou uma carta a amigos próximos falando das ameaças que vinha sofrendo e pediu que a carta fosse divulgada caso algo grave lhe acontecesse morta. Logo após o acidente, a correspondência foi enviada aos grandes jornais para que fosse divulgada. Ao que consta, o único meio a tratar da carta de Zuzu Angel foi a coluna *Jornal dos Jornais*, de Alberto Dines, na Folha de São Paulo. Em texto intitulado *Na área da violência e da coragem*, publicado em 25 de abril de 1976, a coluna tratou do caso de Zuzu Angel, elogiou uma reportagem da Veja em homenagem à estilista, destacou trechos da carta e questionou a não publicação do documento pelos jornais.

Em Chumbo Quente, Hildegard Angel fala emocionada das memórias da mãe e da luta desta para encontrar o filho. A filha de Zuzu Angel depôs na Comissão Nacional da Verdade em maio de 2014²⁹¹. Dois meses depois, Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS do Espírito Santo, também depõe esclarecendo vários casos de desaparecimento e morte, assim como as circunstâncias do acidente da estilista. Ele afirmou que foi um crime orquestrado, reconhecendo a presença de um agente do SNI numa fotografia tirada no local, depois do acidente²⁹². Desse modo, o relatório atesta a autoria do crime, responsabilizando agentes da repressão, nos seguintes termos:

O envolvimento direto de agentes da repressão na morte de Zuzu Angel foi confirmado à CNV pelo ex-delegado do DOPS/ES, Cláudio Antônio Guerra. Ele apontou o então major Freddie Perdigão Pereira²⁹³, lotado na agência Rio de Janeiro do SNI, como o responsável pelo atentado que matou a estilista. Guerra, que trabalhou em várias ações clandestinas sob o comando de Perdigão, confidenciou ter ficado preocupado, pois havia sido fotografado na cena do crime: “Éramos confidentes, frequentávamos a casa um do outro. Um dia ele me disse que havia planejado simular o acidente dela [Zuzu Angel], e estava preocupado, pois achava que havia sido fotografado na cena do crime”. Guerra apresentou a imagem, uma fotografia em preto e branco do fotógrafo Otávio Magalhães, de O Globo, que não chegou a ser publicada à época. Perdigão aparece à paisana, encostado em um poste, com uma camisa clara, levando a mão direita ao rosto, olhando para o carro da vítima. (CNV, VOL 1, 2014, p. 658)

²⁹¹ Depoimento prestado no dia 7 de maio de 2014. Arquivo CNV: 00092.001160/2014-73.

²⁹² Depoimento no dia 23 de julho de 2014. Arquivo CNV: 00092.001686/2014-88.

²⁹³ Freddie Perdigão Pereira era Major do Exército, agente do SNI no Rio de Janeiro. Também é responsabilizado por outros crimes no Relatório Final da CNV.

O documento também afirma que a CNV, durante o trabalho de investigação, solicitou ao Ministério da Defesa e ao Comando do Exército uma fotografia de Freddie Perdigão para fins periciais. A tentativa não foi bem-sucedida, pois, segundo consta no relatório, o Comando do Exército alegou não possuir registro fotográfico de seus agentes (CNV, VOL 3, 2014, p. 1838-1839).

Narrando suas memórias sobre o caso, Hildegard se posiciona a respeito do depoimento do ex-delegado Cláudio Guerra na CNV, quando este esclarece fatos sobre a morte de sua mãe. Para a jornalista, mesmo reconhecendo o depoimento como impressionante, relata, pesarosa, não ter lhe causado surpresa: “Parecia que eu estava vendo um replay! Eu não tive uma forte emoção porque pra mim era um fato passado, era um fato de antigamente. Não era uma novidade, não era uma conquista! Era um fato. Era um jornal velho” (CHUMBO QUENTE III, 2014, 40:48).

Sua fala remete ao fato de já conhecer, por anos a fio, o contexto da morte da mãe e do irmão, representativa do tipo de elaboração do luto daqueles que perdem os familiares nessas circunstâncias: um luto inacabado (JELIN, 2002; SARLO, 2007). Em 1997, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos havia negado o pedido de reconhecimento do assassinato, feito por Hildegard Angel. No entanto, no ano seguinte a CEMDP reviu sua decisão por meio de um pedido de Reconsideração do caso. Na ocasião, membros da Comissão ouviram testemunhas cujos relatos refutavam a versão do laudo oficial, recolheram novos documentos e solicitaram uma nova perícia que contrastou totalmente com a versão oficial de 1976. Conforme o *Pedido de reconsideração do processo de Zuzu Angel*, documento encaminhado pelo advogado Luís Francisco da Silva Carvalho Filho, um dos membros da CEMDP:

O fato é que o panorama probatório mudou drasticamente desde a nossa decisão. Surgiram novas e relevantes evidências. Fora da perspectiva política, não há explicação razoável para a falsidade da versão oficial. Minha convicção íntima é a de que Zuleika Angel Jones foi vítima de atentado político. Não estava detida em estabelecimento prisional, contudo, a rede de indícios demonstra que seu veículo foi interceptado e ela, em consequência, eliminada. Para tanto, Zuzu Angel estava na esfera de domínio dos autores do delito. É o que basta para o reconhecimento de seu nome para os fins da lei 9.140/95. Voto pela reconsideração da decisão anterior. (CARVALHO, 1998 *apud* TELES, 2001, p. 361)

Desse modo, após a avaliação do pedido, em 25 de março de 1998, reconheceu-se o assassinato de Zuzu Angel como crime motivado por razões políticas, bem como a responsabilização do Estado por sua morte. Em 2008, Hildegard Angel e sua irmã Ana Cristina Angel entraram na justiça com um pedido de indenização por danos morais causados pelas mortes do irmão e da mãe. Só em setembro de 2019 o motivo da morte foi modificado nas certidões de óbito de ambos, constando a seguinte informação: “Em razão de morte não natural causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática e generalizada à população identificada como opositora política ao regime

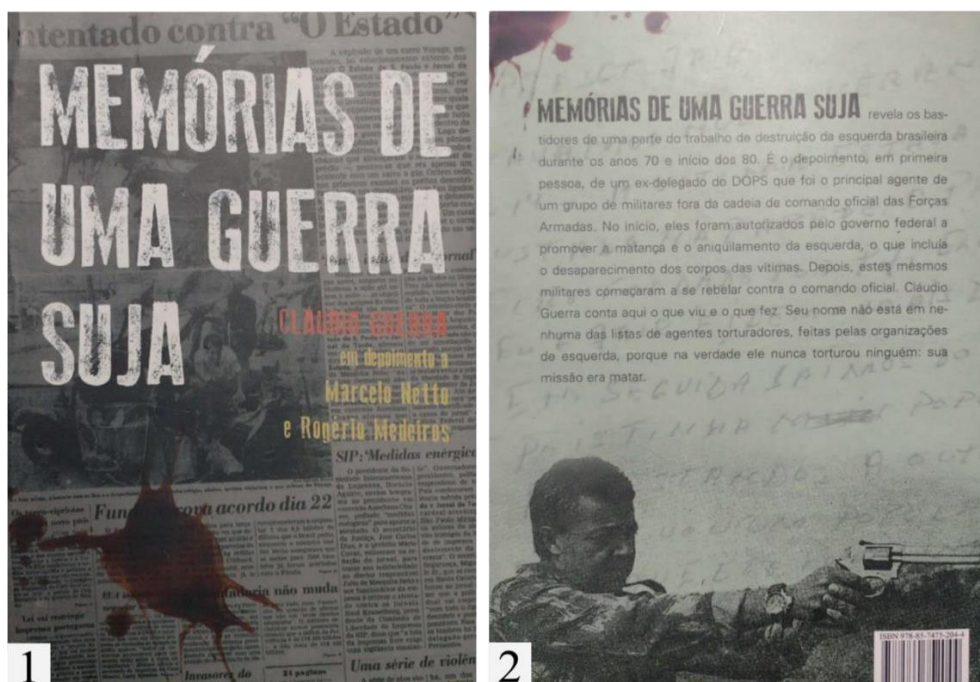
ditatorial de 1964 a 1985”. É possível acessar as certidões no acervo documental digital do Instituto Zuzu Angel²⁹⁴. Em meados de 2020 a justiça determinou que a União pagasse a indenização às irmãs, não cabendo recurso.

Por último, situando-se também no sentido de esclarecimento dos fatos em Chumbo Quente, mas do lado oposto destes dois primeiros casos, ou seja, como alguém que perpetrou crimes naquele período, é a participação do ex-delegado do DOPS no Espírito Santo, hoje pastor Cláudio Guerra. Único dessa natureza na série, fala sobre como trabalhou, junto com outros, no extermínio e no desaparecimento de militantes opositoristas ao governo. Ao mesmo tempo, é um exemplo do trabalho do Observatório de investigação, checagem e aprofundamento nos temas históricos abordados.

Primeiramente, o ex-delegado do DOPS é um personagem cujas lembranças serviram para a escrita do livro intitulado *Memórias de uma Guerra Suja*, lançado em 2012, escrito pelos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros. Nele, Cláudio Guerra narra em detalhes uma série de casos de execução, atentados e desaparecimentos de militantes da esquerda em que se envolveu nos anos da ditadura civil-militar. Traz também nomes de pessoas assassinadas, civis, militares, policiais envolvidos e os locais onde ocorreram determinados crimes. Segundo os autores do livro, embora fosse impossível determinar exatamente a quantidade de mortes nas quais Cláudio Guerra esteve envolvido, afirmam que, sem exagero, estaria em torno de uma centena aquelas nas quais ele atuou de forma direta ou indireta. Também os autores apontam que este foi um dos principais operadores da chamada linha-dura do regime: “[...] um agente secreto que nunca esteve em listas de entidades de defesa de direitos humanos e de torturadores, até porque não torturava. Matava. Guerra começou a eliminar esquerdistas no início de 1973” (NETTO; MEDEIROS, 2021, p. 29):

²⁹⁴ CERTIDÃO DE ÓBITO (Inteiro Teor), Zuleika Angel Jones. 6 de setembro de 2019. República Federativa do Brasil, Registro Civil das Pessoas Naturais, Mat.043145.01.55. 1976.4.00384. 151.0001376.55. RIO DE JANEIRO; CERTIDÃO DE ÓBITO (Inteiro Teor), Stuart Edgar Angel Jones. 6 de setembro de 2019. República Federativa do Brasil, Registro Civil das Pessoas Naturais, Mat. 093145.01.55.2019.1.01122.060.0291621.01. RIO DE JANEIRO.

Figura 31 - Capa e Verso do livro *Memórias de uma Guerra suja* (2012)



Fonte: Netto e Medeiros (2012).

Memórias de uma guerra suja é dividido em sete partes que narram: a trajetória de Cláudio Guerra como matador; uma síntese de 15 anos da sua participação da luta contra a esquerda; o seu perfil autobiográfico; o esclarecimento sobre mortes nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife, cemitérios clandestinos, chacinas e eliminação de corpos; a cadeia de comando da repressão; a estrutura da repressão com informantes, financiadores que sustentavam operações nacionais e internacionais como a *Operação Condor*; e o envolvimento de Cláudio Guerra e outros nos atentados arquitetados pelo grupo contrário à abertura do regime pelo presidente Ernesto Geisel, como a bomba no Riocentro, sequestros, tentativas de assassinato de políticos e mortes.

Cabe destacar que o livro foi um assunto debatido no Observatório da Imprensa por ocasião do seu lançamento, justamente quando se iniciaram os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, portanto, abria-se uma perspectiva de que não só Cláudio Guerra fosse depor na CNV quanto o livro pudesse ajudar a comissão na elucidação de casos. Na realidade, os próprios autores o indicam à CNV, com essa perspectiva. Reconhecem que este era apenas um começo e que mesmo com a importância do depoimento de um informante como Cláudio Guerra, o trabalho de investigação dos crimes no regime militar seria bastante complexo. Nesse sentido alertam:

[...] A Comissão Nacional da Verdade, criada pela presidente Dilma Rousseff, poderá compor uma vasta pauta de trabalho a partir deste livro: para tanto, bastará ler seus relatos e organizar as investigações. Mas é fato que, se não indicarem para a

tarefa pessoas maduras, isentas e equilibradas, inteligentes e objetivas e com capacidade de investigação, não se chegará a muito mais do que está aqui. Se a escolha recair sobre cidadãos mais interessados em aparecer nos jornais usando a Comissão Nacional da Verdade como trampolim, tudo acabará em espuma midiática [...]. (NETTO; MEDEIROS, 2012)²⁹⁵

Retomando o debate do Observatório, Dines conversou, ao vivo, com os autores do livro e com a jornalista Rose Nogueira, que na época era presidente do Grupo Tortura Nunca Mais. Também foi intercalado com depoimentos gravados do advogado Wadih Damous, então presidente da OAB do Rio de Janeiro, o jornalista Bernardo Kucinsky, Hildegard Angel, Vera Paiva, filha do deputado Rubens Paiva, desaparecido em 1971. Estes foram entrevistados para falar da possível importância do livro para o esclarecimento de casos não solucionados. A nosso ver, esses procedimentos sugerem uma tentativa de obter um certo aparato justificador da utilização pública do material contido no livro e que também legitimasse chegar a esse polêmico personagem principal.

Em junho de 2012, Cláudio Guerra foi entrevistado por Alberto Dines pela primeira vez. Nesta entrevista, a primeira concedida para um veículo fora do Espírito Santo, ele expõe os motivos pelos quais resolveu falar. Primeiro, alegando uma motivação de cunho religioso, já que há alguns anos havia se convertido e se tornara pastor evangélico. Segundo, que se assegurava na Lei da Anistia. Também retoma informações contidas no livro, afirmando seu compromisso com os familiares das vítimas e até responde questões dos familiares de desaparecidos que são levadas pelo entrevistador. E é peculiar que, pautado principalmente pela Lei da Anistia e pela prescrição temporal dos crimes, Cláudio Guerra apela para que seus contemporâneos, antigos companheiros, também fizessem como ele e contassem o sabiam²⁹⁶.

De 2012 a 2014 ele prestou seu depoimento por quatro vezes à Comissão Nacional da Verdade e no entremeio, em janeiro de 2013, também depôs na Comissão Estadual da Memória e Verdade Dom Hélder Câmara (PE)²⁹⁷. Seu depoimento e o livro constam no levantamento de fontes do Relatório Final da CNV. As informações fornecidas por ele ajudaram na elucidação não só do caso de Zuzu Angel, como visto anteriormente, mas de vários outros casos de desaparecimentos e morte, como os de: Joaquim Pires Cerveira, João Batista Rita, Manoel Aleixo da Silva, Ronaldo Mouth Queiroz, ocorridos em 1973; de Ana Rosa Kucinski e seu esposo Wilson Silva, David Capistrano da Costa, Eduardo Collier Filho, Fernando de Santa Cruz, Ieda Santos Delgado, João Massena Melo,

²⁹⁵ Orelha do livro *Memórias de uma guerra suja*.

²⁹⁶ A entrevista está no site da TV Brasil e no canal da TV Brasil no Youtube.

²⁹⁷ Arquivos CNV: 00092.003272/2014-93; 00092.001686/2014-88; 00092.000616/2014-11; 00092.001190/2012-42; 00092.003155/2014-20. O depoimento de Cláudio Guerra feito em 23 de julho de 2014, bem como as diligências aos locais indicados por ele encontram-se no canal da CNV no Youtube.

José Roman, Thomaz Antônio da Silva Meirelles Netto, todos em 1974. Nestor Vera, no ano de 1975 e outros. Vários desses teriam tido os corpos incinerados em fornos numa usina de açúcar para não deixar pistas.

O Relatório da Comissão demonstra uma preocupação com a checagem das informações trazidas por Cláudio Guerra, mas reconhece a plausibilidade de suas declarações. O trecho trazido por nós é um pouco longo, mas vale a pena a leitura. Aqui ele relata os casos de Ana Rosa Kucinsky Wilson Silva²⁹⁸, casados e integrantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do major Joaquim Pires Cerveira, militante da Frente de Libertação Nacional (FLN), capturado na Argentina²⁹⁹:

Guerra disse que levava os corpos para a usina Cambahyba, em Campos dos Goytacazes (RJ), que pertencia a Hely Ribeiro Gomes, ex-vice-governador do Rio de Janeiro. Segundo Guerra, esses corpos eram oriundos da Casa da Morte, em Petrópolis, e do quartel da Polícia do Exército (PE) na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro. O ex-delegado afirmou ter sido responsável pelo transporte dos corpos, e descreveu que encostava o carro no portão da Casa da Morte e os corpos eram entregues pelo “coronel Freddie Perdigão, que eu conhecia, e o codinome dele ‘Doutor Flávio’”. As declarações de Guerra são também consideradas suspeitas de terem o objetivo de contrainformação, porém, diante de fotografias projetadas na oitiva, Guerra comentou casos de vítimas:

CNV: Como é que o senhor reconhece as imagens? Deixa eu reformular. Quando o senhor pegava o corpo na Barão de Mesquita ou na Casa da Morte o corpo estava envolto em algum lençol, algum pano, como o corpo era entregue?

Cláudio Guerra: Era entregue ensacado. Eu abria por curiosidade. Eu abria.

CNV: O senhor abria lá ou abria quando chegava na usina?

Cláudio Guerra: Eu abria lá em Campos. Lá em Campos a gente abria. Alguns [...], igual ao caso do Cerveira. Eu tinha certeza e ele falou na hora lá, eu olhei.

CNV: O próprio Freddie Perdigão falou para o senhor?

Cláudio Guerra: O Freddie Perdigão falou. Era raiva porque era um colega.

²⁹⁸ Ana Rosa Kucinski era professora do Departamento de Química da USP e Wilson Silva era analista de sistema, ambos foram detidos em 1974 e desde então foram dados como desaparecidos. Só em 1993 um relatório da Marinha encaminhado ao Ministério da Justiça confirmou a prisão, em 1974. Tanto no livro quanto em seu depoimento o ex-delegado do DOPS afirmou que o casal foi preso, barbaramente torturado e assassinado na *Casa de Morte* em Petrópolis e os corpos lhe foram entregues para serem incinerados. Como já dito antes, Ana Rosa Kucinsky era irmã do jornalista Bernardo Kucinsky. O mesmo conta a história do desaparecimento de sua irmã e a busca do seu paradeiro pelo pai no livro *K. - Relato de uma Busca* (2011).

²⁹⁹ Militar, foi militante da Frente de Libertação Nacional (FLN). Fez parte do PCB na juventude, eleito Vereador pelo PTB em 1963, teve o mandato cassado e foi posto na reserva após o golpe de 1964. Foi detido em 1965 acusado de subversão e em 1970 passou a atuar na clandestinidade, ingressando na FLN. Preso novamente em 1970, Joaquim Pires Cerveira estava na lista dos 40 presos políticos que foram trocados pelo embaixador alemão Ehrenfried von Holleben. No exílio, passou por alguns países como a Argélia, o Chile e, por último, a Argentina, desaparecendo no início de dezembro de 1973. No depoimento à CNV, Cláudio Guerra afirma que Joaquim Pires Cerveira foi sequestrado e trazido para o Brasil pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e que a informação teria sido fornecida a ele pelo próprio Fleury (CNV, VOL 3, 2014, p.1458-1464).

CNV: Mas os outros casos, quando o senhor pegava e colocava no porta-malas do carro, o senhor não identificava.

Cláudio Guerra: Eu não sabia quem era.

CNV: Vinha já num saco. Era um saco de pano? Que tipo de saco?

Cláudio Guerra: Não. Saco plástico.

CNV: Aí quando chegava na Usina de Cambahyba antes de colocar no forno o senhor abria aquele invólucro e examinava para saber quem é? Por curiosidade.

Cláudio Guerra: Não. Curiosidade e também... O nosso ser humano é curioso, não é? Eu ali, embora fosse uma coisa macabra, e naquela época eu tenho que ser claro, eu não sentia nada. Hoje olhar para uma pessoa ali o senhor não calcula como eu estou.

O ex-agente apresentou maior riqueza de detalhes em casos como os de Ana Rosa Kucinski e seu marido, Wilson Silva. O fato de recordar-se, precisamente, de ter levado dois corpos é um indicativo de que teria sido o casal. Sempre por fotografia, o ex-delegado reconheceu Joaquim Pires Cerveira e relatou que o caso foi marcante pela constatação do coronel Perdigão, à época: “Quando o coronel Perdigão me entregou falou: ‘Esse é um melancia’ ”, referindo-se ao ex-militar que, embora “verde por fora”, era “vermelho” por dentro, ou seja, comunista. Por essa lembrança, o ex-delegado do DOPS/ES afirma que Cerveira teria sido a vítima levada por ele para a usina. (CNV, VOL I, 2014, p. -521-522)

Esse trecho, principalmente o relato sobre a utilização dos fornos da usina Cambahyba, contado em *Memórias de uma guerra suja* e ratificado no depoimento à CNV, foi motivo de controvérsia com familiares de Hely Ribeiro Gomes, proprietário da usina na época³⁰⁰. Segundo consta no próprio Relatório da Comissão, estes contestaram o fato, alegando que os corpos não caberiam nos fornos e que Cláudio Guerra não tinha qualquer relação com o então dono da Cambahyba. No entanto, o Relatório aponta as evidências da veracidade do relato de Cláudio Guerra, visto que:

Em diligência da CNV na usina Cambahyba, em agosto de 2014, peritos apuraram que Cláudio Guerra aparentemente mantinha relações com funcionários que lá trabalhavam na década de 1970. Além disso, duas informações obtidas pela equipe pericial da CNV reforçam a verossimilhança das declarações do ex-delegado: a data de fabricação das caldeiras (1974, segundo placa instalada no local) e o tamanho das portas dos fornos, suficiente para a colocação de um ou mais corpos. Também ficou constatado que os fornos alcançavam temperaturas eficientes para a queima de corpos. (CNV, VOL 1, 2014, p. 521-522)

Para além desse caso, a nosso ver um tanto chocante, o nome de Cláudio Guerra aparece em várias outras passagens do Relatório, trazendo informações sobre a Oban e o DOI-CODI/SP, sobre a

³⁰⁰ (1925-1992) Político. Fez parte do PTB e exerceu o cargo de Deputado Federal em 1959. Mesmo fazendo parte do PTB, conforme o CPDOC/FGV foi um dos poucos trabalhistas filiados à Ação Democrática Parlamentar (ADP), bloco interpartidário, udenista, que fez oposição ao governo de Goulart até a sua queda em 31 de março de 1964. Em 1968 tornou-se Vice-governador biônico do antigo Estado do Rio de Janeiro, na gestão de Jeremias Fontes (1967-1971) da Arena. Em 1972, após derrota eleitoral, parou de se candidatar a cargo eletivos, dedicando-se apenas à direção da Companhia Usina Cambahyba. Informações no verbete do Dicionário Biográfico do CPDOC/FGV.

expedição realizada por agentes do Estado para matar indígenas no sul do Pará e da Bahia, nos anos 1970 (CNV, VOL 2, 2014 p.210)³⁰¹, aponta nomes de pessoas e instituições civis, até bancárias, que colaboraram com a ditadura, captando recursos junto a civis, financiando ações, premiando em dinheiro aqueles que capturavam e assassinavam opositores do regime, mas também por isso sendo recompensados com favores estatais. Assim, são citados no Relatório organizações como o Banco Mercantil e o Sudameris de São Paulo e os civis, por meio do relato de Cláudio Guerra:

Sebastião Camargo, por exemplo, da empreiteira Camargo Corrêa, um dos maiores mantenedores da ‘caixinha da Oban’, conseguiu contratos para a construção de grandes obras públicas, como a Ponte Rio-Niterói. Camilo Cola, dono da Viação Itapemirim e deputado capixaba pela Arena, foi também um grande contribuinte, cumprindo a tarefa de arrecadar recursos em outras empresas, como a Gasbrás e a White Martins.”(CNV, VOL 2, 2014 p. 333)³⁰²

Sem contar sobre as evidências dos civis que compareciam aos locais de repressão, tais como Henning Albert Boilesen, empresário dinarmaquês naturalizado brasileiro, presidente do Grupo Ultragaz³⁰³, que frequentava a operação bandeirantes e assistia às sessões de tortura. E, por fim, o Relatório da CNV informa acerca dos esclarecimentos de Cláudio Guerra sobre as conexões internacionais na captura de militantes no cone sul, como a Operação Condor, no sequestro do major Joaquim Pires Cerveira, na Argentina.

Em sua participação em Chumbo Quente, Cláudio Guerra retoma alguns temas dos depoimentos à CNV e recomenda novamente que o seu exemplo deveria ser seguido, ou seja, que outros envolvidos nesse processo, no caso as Forças Armadas, deveriam dialogar com os familiares das vítimas para o esclarecimento dos casos. Assim, ele reafirma que “Não tem como restituir as vidas que foram tiradas, mas posso cooperar para o esclarecimento da verdade e reconhecer que foi um erro” (CHUMBO QUENTE III, 2014, 09:14). Faltando alguns meses para o encerramento dos trabalhos da CNV, o Observatório exibe, em setembro de 2014, outra entrevista com Cláudio Guerra, intitulada *Cláudio Guerra, um matador arrependido*. Ao que tudo indica, a aparição de Cláudio Guerra em Chumbo Quente é um recorte dessa entrevista, feita meses antes da conclusão da série.

Por sua vez, podemos dizer que a participação de Cláudio Guerra nas produções do Observatório da Imprensa é um exemplo do trabalho de investigação, checagem, da preocupação

³⁰¹ Esse trecho consta no artigo intitulado *Violações de direitos humanos dos povos indígenas*, um dos textos temáticos que compõem o volume 2 do Relatório da CNV, elaborado sob a responsabilidade da conselheira Maria Rita Kehl.

³⁰² Trecho do artigo intitulado *Civis que colaboraram com a ditadura*, texto temático que compõe o volume 2 do Relatório da CNV, elaborado sob a responsabilidade da conselheira Rosa Maria Cardoso da Cunha.

³⁰³ Presidiu o Grupo Ultragás na década de 1960. Seu nome aparece como alguém que participou fortemente da perseguição aos opositores do regime militar no Estado de São Paulo, prestando apoio financeiro à Oban. Em 1971 foi morto por membros da Ação Libertadora Nacional (ALN). Sua história é contada no documentário *Cidadão Boilesen* (2009). Ver informações no site Memórias da Ditadura.

jornalística com o contexto presente e também com o aprofundamento histórico deste programa. Segundo Lilia Diniz (2019) e Zezé Sack (2019), integrantes do Observatório, inicialmente, a equipe não tinha conhecimento da existência do ex-delegado. Souberam primeiro a respeito do livro e que Cláudio Guerra estaria disposto a contar sua história. A partir daí iniciaram um trabalho investigativo para encontrá-lo. Depois de apurada a seriedade da história, Dines foi pessoalmente ao Espírito Santo para entrevistá-lo em 2012.

Segundo Lilia Diniz, esta descobriu a história de Cláudio Guerra quando foi ao Estado do Espírito Santo fazer um programa sobre a forma como a imprensa daquele estado lidava com o poder econômico. Em conversas com jornalistas soube reservadamente da existência de *alguém* da época da ditadura que faria uma série de revelações e que, depois de muita insistência de sua parte, lhe revelaram o nome e pediram para que a mesma levasse a pauta a Alberto Dines e depois de muitas conversas e avaliações resolveram checar a história. Já Zezé Sack nos contou sobre a pesquisa que fez para finalmente chegar a ele, primeiro por meio dos jornais e jornalistas capixabas até conseguir seus contatos pessoais. Ela lembrou que “[...] era assim tudo muito meio escondido, um labirinto para chegar a ele. Mas conseguimos chegar. E isso foi resolvido tudo em três dias e o Dines embarcou no dia seguinte para Vitória” (SACK, 2019). Ambas afirmaram que essa primeira entrevista foi bastante comentada na mídia e, portanto,

[...] foi um programa muito importante na história do Observatório, pela repercussão, pela atualidade, pelo frescor, pela forma como Dines tentou entender aquele assunto complexo. E hoje, a gente consegue ver, com o distanciamento do tempo, como aquelas feridas de fato não estavam cicatrizadas, né? Naquela época parecia muito passado, hoje a gente vê que não é bem passado, né? Que a coisa tá aí. (DINIZ, 2019)

A fala da entrevistada nos mostra, portanto, que havia um interesse em situar o assunto, relacionando-o com o início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade. Já a respeito da segunda entrevista de Cláudio Guerra, em 2014, e sua participação em *Chumbo Quente*, ficou notório que, com a aproximação da efeméride dos 50 anos do golpe, para o OI este seria, então, um personagem que deveria ser entrevistado novamente e falar sobre a ditadura, visto que já havia deposto na CNV e, desse modo, estava em evidência. Nas palavras de Lilia Diniz (2019):

O Dines tinha a preocupação de guardar pra história, de fazer coisas mais robustas, mas não perder o calor. ... na verdade, no fundo, ele era um jornalista mesmo do *Hard News*. Então ele queria dar ao Cláudio Guerra a importância, que ele tava ‘quente’, mas ele tinha que ter todo o cuidado de entender quem era Cláudio Guerra, por que ele demorou tanto pra falar aquilo tudo”. (DINIZ, 2019, grifo nosso)

O *Hard News* é uma expressão em inglês para designar um tipo de jornalismo no qual narrativa se difere daquele, cujas notícias são carregadas da subjetividade do jornalista, também chamado de *Soft News*. No caso do *hard news* é o próprio *acontecimento em si* que se faz relevante por pertencer

ao âmbito do interesse público. Sendo assim, contar a história de Cláudio Claudio Guerra novamente se fazia mais do que necessário para Alberto Dines. Não temos como precisar a data de realização da entrevista, mas a sua exibição em setembro de 2014 afirma esse lugar, visto a proximidade da conclusão dos trabalhos da CNV, naquele momento. Inclusive, o próprio apresentador fez questão de enfatizar a pressa de Cláudio Guerra em falar dada a essa finalização do prazo. Desse modo, pela relevância desse sujeito, um trecho da entrevista acabou sendo utilizado na produção de Chumbo Quente.

Por último, lembramos que em 2019 o Ministério Público Federal, a pedido da Comissão Nacional da Verdade, realizou perícias em locais indicados por Cláudio Guerra e concluiu que suas revelações, principalmente sobre incineramento de corpos são verdadeiras. Em abril de 2021, uma Ação Civil Pública promovida pelo MPF condenou Cláudio Guerra a ressarcir a União pelo pagamento da indenização que esta fez em 1996 à família de Nestor Vera, dirigente do PCB e liderança sindicalista do campo, assassinado em 1975 por Cláudio Guerra em Belo Horizonte. Até 2012, Vera era dado como desaparecido, sendo elucidado o caso somente após o lançamento de *Memórias de uma Guerra Suja*, em que o ex-delegado conta em detalhes como lhe deu um tiro de misericórdia, após este ter sido severamente torturado por dois agentes da Delegacia de Furtos e Roubos de Belo Horizonte.

Sobre a ação do MPF em 2012, questionamos até que ponto, se este, embora imbuído do sentido de justiça, não é mais um dos atos que contribuem para que muitos daqueles que estão na situação semelhante à de Cláudio Guerra fiquem em silêncio e guardem para sempre o que sabem? Afinal, seu depoimento de fato contribuiu para que as circunstâncias de muitos crimes fossem esclarecidas. Esses dois fatos mais recentes demonstram que os testemunhos atuam como agentes desse passado que não passa e cujo presente atua continuamente. Por outro lado, há vertentes que propõem uma ampliação do sentido do relato testemunhal para além daquele que vivenciou o fato. Diante disso, vejamos como historiadores e jornalistas comparecem em Chumbo Quente, agora na construção de sentidos históricos sobre a atuação da imprensa nos 50 anos do golpe de 1964 e na ditadura.

6.4 A HISTÓRIA E O JORNALISMO NA “CATARSE” DA DITADURA

Já mencionamos anteriormente que a abordagem histórica fez parte do Observatório, sempre com foco em explicar a atuação da imprensa ao longo do tempo. É um fato que, assim como jornalistas e os cientistas, os historiadores sempre foram parceiros do programa, frequentemente eram convidados a aprofundar determinados temas. Inclusive, o próprio apresentador sempre fez questão

de fazer reflexões históricas sendo ele também um pesquisador de assuntos históricos. Os especiais do OI e, sobretudo Chumbo Quente, são representativos da relação complexa que se dá entre a história e o jornalismo na explicação do golpe de 1964, mas também de como esses dois campos se situam na contemporaneidade.

Podemos pensar, por exemplo, como os historiadores interagem com a mídia ou como os jornalistas têm produzido trabalhos que dialogam com a pesquisa histórica. Também refletir sobre como a história tem considerado a historicidade do tempo presente ou como os jornalistas fazem seu trabalho focado na posteridade, isto é, visando deixar registros para a história. Desse modo, como a relação entre esses dois campos tem sido pensada? Ao explicar o golpe e a ditadura civil-militar de 1964, as falas de jornalistas e historiadores nos ajudam a compreender não só como isso é representado na série, mas a pensar nesses domínios. Só para exemplificar podemos questionar sobre quais princípios Alberto Dines aciona ao afirmar, no último episódio da série, “[...] que a história e o jornalismo, juntam pedaços do passado recente, mas cada qual com um viés, isto é a imprensa tratando de fazer o dia a dia e o historiador pensando esse dia a dia” (CHUMBO QUENTE IV, 2014, 47:48).

Para compreender essas questões nos aproximamos das conceituações de Marivalva Barbosa, estudiosa da relação entre comunicação e história, jornalismo e história. Assim, uma primeira premissa é que, embora executem atividades distintas, jornalistas e historiadores trabalham com processos comunicacionais. Assim como as notícias, as fontes históricas tratam-se de vestígios, processos comunicacionais dos homens no tempo (BARBOSA, 2009). Ambos também podem lidar com o entendimento do presente, mas numa perspectiva distinta:

O que em história se faz é seguir pistas, traços, rastros, vestígios que indicam que os homens do passado passaram por aqui.(...) O que se faz em comunicação é colocar em evidência os processos comunicacionais numa época comum, o presente vivido, para tentar não apenas explicar essas narrativas, mas compreender as ações desses homens do presente. Ações que só se constituem pelo ato narrativo. (BARBOSA, 2009, p. 13)

Assim, para ela, a comunicação se preocupa com o presente numa perspectiva do instante, do fenômeno em si, enquanto para a história o presente é o ponto por onde olhar o passado. Quando a história olha para um fenômeno, olha relacionando-o à ideia de *processo*, que acontece num contexto, o evento é olhado em conjunto, presente, passado e futuro.

Chumbo Quente é uma produção feita por jornalistas que, calcada na ideia do relato oral, busca trazer o testemunho audiovisual para tratar da imprensa nesse período³⁰⁴. Também enuncia que,

³⁰⁴ Isso é bem frisado por Dines no lançamento da série em 2014.

para além da rememoração da efeméride do golpe, é necessária a reflexão lúcida, isto é, “sem paixões”, que preencha “lapsos e lacunas”, desafio que também toma para si. Igualmente evidencia uma compreensão expressa pelo apresentador de que a “[...] história e o jornalismo constituem uma recusa ao ponto final”, trazendo para o telespectador o imperativo de que a série “[...] pretende ser uma convocação para o interminável exercício de lembrar” (CHUMBO QUENTE II, 2014, 0:19).

Uma expressão dessa pretensão e modo de operar é a reexibição e extensão da série com um debate, ao vivo, entre o historiador Carlos Fico e o jornalista Chico Otavio, Episódio que foi ao ar em setembro de 2014. Nesse episódio é enfatizada pelo apresentador a função catártica exercida pela história e pelo jornalismo para compreender a ditadura. Ficou patente, pela fala dos membros do OI, que esse debate teve muito a ver com a necessidade, principalmente de Alberto Dines, de sempre aprofundar questões históricas concernentes aos assuntos abordados no programa. Conforme Lilia Diniz, responsável durante muito tempo por fazer as pesquisas históricas do OI, Dines, embora reconhecesse a importância dos testemunhos daqueles que viveram as experiências, trazendo-os ao programa, achava importante também a participação dos historiadores, pois estes, podiam:

[...] oferecer um panorama além da sua vivência pessoal. Ele achava que as vivências pessoais eram muito ricas sim, eram muito importantes sim. Mas um olhar que conseguisse ligar os pontos e elaborar aquilo de forma crítica, pra ele era indispensável, principalmente dentro das histórias que a gente queria contar”. (DINIZ, 2019)³⁰⁵

Sua fala sintetiza bem a relação de Alberto Dines com os historiadores. Sendo ele um jornalista, autoditada assim como pesquisador de temas da história, de modo geral conseguia ter um bom diálogo com os historiadores de várias tendências, os respeitava e os convidava para o programa discordando ou não destes. No entanto, informou que Dines estranhava e até se *irritava* pelo fato de que alguns dos historiadores convidados, muitas vezes, só aceitavam falar sobre os campos nos quais eram muito especializados. Supomos que isso de deva a uma diferença entre a história e o jornalismo, pois o jornalista pode tratar de forma rápida e ampla sobre vários temas, enquanto o historiador necessita de aprofundamento e tempo.

Da mesma forma, é importante acrescentar que, para a entrevistada, embora Dines admirasse os historiadores, na sua opinião, em alguma medida este não era um *espelho* quando aqueles olhavam para o jornalista. Melhor dizendo, ele tinha o respeito dos historiadores quando estava na condição

³⁰⁵ Para exemplificar melhor esta relação com os historiadores, Lilia Diniz, que há alguns anos trabalha com o cineasta Silvio Tendler, apontou que este evita trazer historiadores aos seus documentários, privilegiando assim o testemunho, enquanto Alberto Dines preferia sempre trazer os historiadores, por entender que estes podiam tornar mais profundo o conhecimento dos eventos.

de jornalista observando a imprensa ou mesmo a história, mas quando se situava na posição de jornalista que pesquisava e tinha livros publicados, *baseados em história*, era criticado por não ter uma formação acadêmica na área. Embora não tenha explicitado situações precisas, ela traz como exemplo disso seu livro *Vínculos do Fogo*, referência para estudos sobre história judaica e Inquisição. O livro é fruto de uma pesquisa vasta que Alberto Dines realizou por cerca de três anos nos arquivos da Torre do Tombo em Portugal.

Importante para nós é, além de refletir sobre o papel de historiadores e jornalistas na conformação de uma história pública sobre a imprensa no contexto do golpe de 1964, pensar também nestes atores, os quais explicam determinados eventos, compreendendo-os igualmente como testemunhos, agora não no sentido do sobrevivente ou do testemunho oral e sim de um modo mais amplo. Isto é, o testemunho poderia então ser um terceiro, alguém que não está circunscrito ao lugar da vítima ou do algoz, mas é aquele que ouve, busca compreender, escrever, narrar e assim, por luz e entendimento (JELIN, 2002; GAGNEBIN, 2006). Jeanne Marie Gagnebin explica a necessidade da ampliação do conceito, de forma que, para ela:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2006, p. 57)

Desse modo, para nós tanto os historiadores quanto os jornalistas em Chumbo Quente, os quais aparecem para explicar determinados eventos relacionados ao golpe e à ditadura, representam esse conceito proposto por Gagnebin (2006), uma vez que ambos, cada qual à maneira do seu campo de saber, pesquisaram, escreveram sobre o golpe e a ditadura procurando entender esse passado, podem lançar compreensão sobre o presente, inseridos num contexto comunicacional e midiático.

6.4.1 Historiadores e a mídia: racionalidade histórica e validação do testemunho

Em Chumbo Quente os depoimentos de jornalistas e historiadores cumprem uma função essencial de dar racionalidade histórica à narrativa, seja explicando, problematizando determinados eventos e/ou a relação da imprensa com estes. Desse modo, comparecem em Chumbo Quente os historiadores com pesquisas já consolidadas sobre os temas da imprensa, do golpe de 1964 e da ditadura e jornalistas que também pesquisaram esses assuntos e/ou são biógrafos e/ou escreveram livros memorialísticos tratando dos jornais nos quais trabalharam.

Uma primeira consideração, no que tange à relação entre historiadores e mídia, se refere ao fato de que, como afirma Mariavalva Barbosa (2012), antes de tudo a história é comunicação. Desse modo, ao tratar da história e dos historiadores, a estudiosa argumenta que:

O passado chega até o presente sob a forma de sinais comunicativos que perduraram. Esses sinais, rastros, restos e vestígios são ações de comunicação dos homens do passado que chegaram, por inúmeras razões, até o presente. A rigor, o que o historiador faz é reinterpretar ações de comunicação [...]. (BARBOSA, 2012, p. 469)

Outra questão diz respeito a como historiador percebe os estudos do tempo presente, do passado recente. Por exemplo, a proximidade temporal com que o historiador se depara estudando muitas vezes, quando não um tempo pouco anterior a ele, o seu próprio tempo, nas palavras de Henry Rousso (2009) construindo a compreensão de uma História “[...] na qual o historiador investiga um tempo que é o seu próprio tempo com testemunhas vivas e com uma memória que pode ser a sua” (2009, p. 202). Essa relação torna-se mais aprofundada considerando-se a aceleração provocada pelos processos midiáticos.

Já mencionamos anteriormente alguns dos critérios para a escolha de determinados entrevistados. No tocante aos historiadores, pode-se dizer que também a idoneidade, mas o reconhecimento da seriedade das pesquisas nos temas da ditadura e da imprensa perpassaram essa escolha. Como já visto, os historiadores sempre estiveram de alguma maneira presentes no Observatório da Imprensa, nos debates, nas entrevistas, nos especiais históricos. E também ocorreu de uma historiadora fazer parte do programa num quadro chamado *De olho no passado*. Este era apresentado por Isabel Lustosa, pesquisadora de história política e cultura com ênfase na história da imprensa brasileira. O quadro tinha episódios com cerca de cinco minutos que tratavam de temas e personagens importantes na história da imprensa no país. Nas entrevistas com os membros do OI também é demonstrado que historiadores e outros cientistas eram consultados sobre determinados temas históricos sobre os quais a equipe precisava de esclarecimento, isto é, eram parceiros, quase fontes do programa. Por exemplo, um nome bem referenciado pelos entrevistados é o de Alzira Abreu, pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV)³⁰⁶.

³⁰⁶ Alzira Alves Abreu é graduada em História e Geografia, em 1958, doutora em Sociologia pela instituição francesa Université Paris Descartes-Paris V-Sorbonne (1969-1975). Foi aluna e estagiária do pensador Darcy Ribeiro (1922-1997). Trabalhou no Instituto de Ciências Sociais da então Universidade do Brasil, atual UFRJ Em geral suas pesquisas versam sobre história política brasileira e relações com a imprensa no século XX. Foi coordenadora geral do CPDOC/FGV (1985-1989) e exerceu o cargo de diretora desse órgão (1990-1994). Coordenou, juntamente com outros pesquisadores da FGV, vários projetos de pesquisa que resultaram em obras, tais como: *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro 1930-1983* (1984); *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 30* (2001); *Mídia e política no Brasil: jornalismo e ficção* (2003); *Dicionário Histórico-Biográfico da Propaganda no Brasil* (2007); *A Imprensa em Transição, o jornalismo brasileiro nos Anos 50* (2008). Participou da organização dos livros: *Eles mudaram a imprensa – depoimentos ao CPDOC* (2003), *Elas ocuparam as redações – depoimentos ao CPDOC* (2006). Organizadora de *Transição em Fragmentos: desafios da*

Um primeiro aspecto a se destacar sobre os historiadores em Chumbo Quente é realmente a robusta produção destes em seus campos de pesquisa tanto na área da imprensa quanto da ditadura. Outro é a predominância de historiadores e/ou cientistas do sudeste, mais precisamente do Rio de Janeiro: os historiadores Carlos Fico³⁰⁷, professor da UFRJ, e Daniel Aarão Reis³⁰⁸, professor da UFF, e ex-guerrilheiro; as cientistas políticas Alzira Abreu e Maria Celina D'Araújo³⁰⁹, professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC). A exceção a esse rol é a participação do historiador e cientista político baiano Moniz Bandeira³¹⁰, que viveu os anos do governo João Goulart e esteve

democracia no século XX (2001). Autora de *Intelectuais e Guerreiros: o Colégio de Aplicação da UFRJ de 1948 a 1968* (1992) e *Acontecimentos políticos brasileiros pela ótica da imprensa* (2019). Informações nos sites do CPDOC/FGV e da Associação Brasileira de Sociologia.

³⁰⁷Doutor em História pela USP. Os temas de suas pesquisas versam sobre ditadura militar no Brasil e Argentina, historiografia brasileira, rebeliões populares no Brasil republicano e história política dos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Esteve à frente por sete anos a área de História na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). É autor de: *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil-1969-1977*(1997); *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política* (2001); *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar* (2004). *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira* (2008); *O golpe de 1964: momentos decisivos* (2014). Informações em entrevista concedida à Revista *Anos 90* (2014) e ao Laboratório de Imagem, Memória, Arte e Metrópole (IMAN-UFRJ) em 2020.

³⁰⁸ Doutor em História pela USP. Tem estudos sobre as esquerdas no Brasil, a Revolução Russa e sobre a Ditadura. Fez parte do movimento estudantil e cursava Direito na Universidade do Brasil (atual UFRJ). Em 1965 passou a fazer parte da Dissidência Guanabara do PCB que, em 1969, que depois se tornou o MR-8. Foi preso em 1965, ainda quando era membro do movimento estudantil, e em 1970, após participar do sequestro do embaixador Charles Helbrick. Alguns meses depois de sua prisão foi libertado e banido do país junto com mais 39 outros presos trocados pelo embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben. Durante o exílio cursou a graduação e o mestrado em História. Em 1979, quando pôde retornar ao Brasil, participou da fundação do PT, partido do qual fez parte até o ano de 1993. É autor de *A revolução faltou ao encontro - Os comunistas no Brasil* (1990); *A Aventura Socialista no Século XX* (1999); *Ditadura Militar, Esquerdas e Sociedade*. (2000); *Ditadura e democracia no Brasil* (2014). É também um dos organizadores de *A Ditadura que mudou o Brasil 50 anos depois do Golpe de 1964* (2014), entre outros. Informações em entrevista concedida à Revista *Tempo e Argumento* em 2011 e no artigo *Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil*, de Lucileide Costa Cardoso, publicado em 2014.

³⁰⁹ Maria Celina D'Araújo tem mestrado e doutorado em Ciência Política e Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), respectivamente em 1981 e 1989. Foi professora e pesquisadora da FGV e da UFF. Em síntese, pesquisa vários temas da política no Brasil republicano, com ênfase no Governo Vargas, os militares e a política, autoritarismo e democracia na América Latina. Participou da organização dos livros: *21 anos de Regime Militar: balanços e perspectivas* (1994), *Os anos de Chumbo: a memória militar sobre a repressão* (1994), *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura* (1995), *Getúlio Vargas-Perfil Parlamentar* (2011), *Redemocratização e mudança social no Brasil* (2014), *Visões do golpe-12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*(2014). Autora de *A Era Vargas* (1998), *Militares, Democracia e Desenvolvimento: América do Sul* (2010). Informações no site da autora.

³¹⁰ Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira foi também professor universitário, cientista político, escritor, especialista em política exterior do Brasil e suas relações internacionais, principalmente com a Argentina e os Estados Unidos. Formou-se em direito e tinha doutorado em Ciência Política, pela USP. Em finais dos anos 1950, trabalhou no Correio da Manhã e Diário de Notícias. Entre os anos 1961 e 1964 teve intensa atividade política, sendo assessor político do deputado Sérgio Magalhães, do PTB. Moniz Bandeira era filiado ao PSB, sendo um dos organizadores da corrente Polop (Política Operária). Após o golpe civil-militar, asilou-se no Uruguai, acompanhando o presidente João Goulart. Voltou ao Brasil clandestinamente, em finais da década de 60, e esteve preso por três vezes. Atuou em instituições universitárias em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília e foi professor visitante em instituições da Alemanha, da Suécia, da Argentina e de Portugal. Aposentou-se em 1995 e no ano seguinte mudou-se para a Alemanha, onde exerceu a função de Adido Cultural no Consulado-Geral do Brasil em Frankfurt, até 2002. Ao longo da vida pesquisou e escreveu inúmeras obras sobre relações internacionais, história, política entre as quais *O Ano Vermelho - A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil*

com ele no exílio, após o golpe de 1964, e do historiador brasileiro norte-americano James Green, fortemente enraizado em pesquisas sobre a ditadura civil-militar brasileira³¹¹. Estes dois tiveram seus depoimentos gravados direto do exterior, sendo que o primeiro foi contactado na Alemanha e o segundo nos EUA.

Por meio da participação destes pesquisadores faz-se uma curadoria de teses historiográficas (ARAUJO, 2017) correntes sobre o golpe em si, a ditadura e a participação da imprensa. A primeira dessas teses é a caracterização, já firmada historicamente, de que o 31 de março de 1964 é caracterizado como golpe civil- militar, cuja base de sustentação foram setores heterogêneos e importantes da sociedade civil, tais como: empresariado, igreja, imprensa, OAB e parcela importante das classes médias e também populares, que resultaram em manifestações como as Marchas com Deus pela família e pela Liberdade. E o que *cimentou* esse apoio foi o medo gerado pelo contexto econômico e, principalmente, pelas Reformas de Base pretendidas pelo governo de João Goulart. Também o argumento aponta o apoio e a interferência dos EUA para a efetivação do golpe. (CHUMBO QUENTE, 2014, 18:42).

Outra ideia que se sobressai é a de que a ditadura não estava contida no golpe, que este foi o início de um novo governo, que restabeleceria a ordem e que desde os seus primeiros momentos tentou dar a si um caráter de *legalidade* (CHUMBO QUENTE, 2014, 33:55). No entanto, a própria historiografia aponta que os mecanismos utilizados pelo novo governo, os próprios atos institucionais,

(1967), *O Eixo Argentina-Brasil-O processo de Integração da América Latina* (1967); *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois séculos de História)*(1973), que se tornou um clássico na área de relações internacionais e também foi traduzido para o russo e publicado na extinta União Soviética, *O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*(1977) e tantas outras. Recebeu vários títulos, prêmios e homenagens por sua obra, entre eles o de Doutor Honoris Causa pela UFBA, em 2009. Ele entrevistou Jango no Exílio. Informações no Mapeamento Cultural da UFBA (2019).

³¹¹ James Naylor Green é professor e pesquisador da *Brown University*, nos Estados Unidos, e militante do movimento LGBTQIAP+. Tem vários trabalhos sobre história latino-americana com destaque para história da homossexualidade e ditadura no Brasil. É diretor do *Brown's Brazil Initiative* e do *Opening the Archives Project* e é diretor executivo da *Brazilian Studies Association*. No final dos anos 1960 iniciou sua militância no contexto de luta pelo fim da Guerra do Vietnã. Fez parte de um grupo de jovens que estudava os conflitos políticos da América Latina, quando passou a integrar o *Committee Against Repression in Brazil* grupo de oposição à ditadura, do qual fazem parte brasileiros exilados nos EUA, ao mesmo tempo em que participava da luta por emancipação do movimento homossexual naquele país. Veio para o Brasil em 1976 e permaneceu por seis anos, participando da criação do Grupo SOMOS (Somos de Afirmação Homossexual) o primeiro núcleo homossexual organizado dentro da esquerda. Neste período, estudou Ciência Política na USP e fez parte da Convergência Socialista. É autor de *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (2000); *Apesar de vocês: a oposição e a ditadura militar brasileira nos EUA* (2009); *Revolucionário e Gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel – Pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão* (2018), sobre a história do ativista gay e guerrilheiro Herbert Daniel (1946-1992). Escreveu e organizou em parceria os livros *Frescos Trópicos: fontes sobre a homossexualidade masculina no Brasil – 1870 a 1980* (2004). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos* (2005); *Ditadura e homossexualidade no Brasil: repressão, resistência e busca da verdade* (2014), dentre outros. James Green também foi um dos pesquisadores que colaboraram com a escrita do texto temático intitulado *Ditadura e homossexualidades* que compõe o volume 2 do Relatório Final da CNV. Informações no site do Memorial da Resistência e entrevista de James Green à *Revista Psicologia e Sociedade* (2020).

já traziam em si medidas ditatoriais como a cassação de mandatos eletivos, prisões, expurgos. Por sua vez, com relação à caracterização do regime de 21 anos, fica claro na narrativa que, mesmo quando se constata tratar-se de uma ditadura “cruel e dura”, na qual houve “iniciativas de resistência”, esta continuou tendo apoio de setores importantes da sociedade civil em diversos momentos (CHUMBO QUENTE IV, 2014, 15:18). No entanto, nenhum dos pesquisadores utiliza o termo ditadura civil-militar. Nos perguntamos se o principal motivo teria sido por, naquele momento, o termo ainda encontrar-se no início da sua difusão.

Por sua vez, o perfil do presidente João Goulart é apresentado como alguém que, ao acumular e ampliar poderes como chefe de Estado no regime presidencialista, passa a ser alvo dos grandes jornais. Por conseguinte, as Reformas de Base pretendidas por ele, destaque do seu governo, que nada tinha de comunista, mas que, defendidas num enfrentamento agressivo feito por ele para realizá-las, acabam por colocá-lo na mira do anticomunismo. Também é tido como defensor de seu mandato até quando percebe que perdeu sua base militar de apoio e como alguém que, embora marcado por contradições diversas, não teve alternativa a não ser renunciar (CHUMBO QUENTE I, 2014, 30: 11).

Esses pesquisadores também explicam o aprofundamento do caráter autoritário do regime e sua culminância com a violência e a censura. Desse modo, o AI-5 é explicado como um golpe dentro do *golpe*, cujo pretexto foi combater as esquerdas, reagir contra a insubordinação do Congresso e os movimentos ocorridos em 1968, mas que foi muito mais para conter as ações dos setores da elite insatisfeitos com o governo, representados também pela imprensa.

Ainda, como já mencionamos acima, por meio do debate entre história e jornalismo, representados pelo historiador Carlos Fico e pelo jornalista Chico Otavio, presente e passado se encontram para a catarse da ditadura. Nesse sentido, entre outras explanações, destacamos a ênfase na compreensão do regime por meio de conceitos relacionados à nossa cultura política. Para a compreensão da categoria cultura política, trazemos a reflexão de Rodrigo Patto Sá Motta (2009) para quem o “[...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p. 21).

Desse modo, o apoio ao golpe e a longevidade da ditadura, são explicados por Carlos Fico por meio da chave do autoritarismo “como um traço da nossa cultura política” e sobretudo o medo da perda de privilégios (CHUMBO QUENTE IV, 2014, 24:58). Já a campanha da Anistia, que assinala a abertura, é explicada como mais uma prova da existência de uma cultura conciliatória como outra marca da nossa política (CHUMBO QUENTE IV, 2014, 12:31). Retomando o estudo de Rodrigo

Patto Sá Motta (2009), o espírito conciliatório é traço cultural a ser considerado no estudo da história política brasileira de modo que “A divisa ‘ordem e progresso’ é síntese perfeita do espírito conciliador, que entre nós se materializou em arranjos políticos de perfil modernizante-conservador. De fato, encontramos a manifestação de tendências conciliatórias em vários momentos e episódios da nossa história [...]” (MOTTA, 2009, p. 30).

No tocante ao contexto político da ditadura civil-militar, por exemplo, sem desconsiderar a violência política empreendia naquele período, o historiador compara a transição pós-autoritária que ocorreu no Brasil à que ocorreu em países vizinhos, visto que:

[...]No Brasil houve repressão e expurgos, bem o sabemos, mas os regimes autoritários temperaram perseguição com cooptação, violência extralegal com o uso de mecanismos legais. Essa é uma das principais razões porque a transição política no Brasil foi mais suave e menos dramática para os militares envolvidos com a repressão, enquanto na Argentina vários chefes foram julgados e condenados. (MOTTA, 2009, p. 31)

Esse teria sido, então, um dos elementos que deixaram os militares brasileiros numa situação bastante cômoda nos anos posteriores.

Outra questão interessante em Chumbo Quente refere-se a Daniel Aarão Reis que fala como historiador e como alguém que participou das manifestações estudantis em 1968, mas não se expressa do lugar de ex-militante, que participou da guerrilha urbana. Esse historiador vem marcando uma posição, muitas vezes polêmica, dentro do campo dos estudos sobre a ditadura, que se contrapõe às teses já consolidadas na historiografia, bem como na memória, as quais envolvem: o esclarecimento histórico sobre os projetos defendidos pela esquerda naquele momento para enfrentar a ditadura; a categorização do regime autoritário instaurado no Brasil a partir de 1964 e a sua duração, tendo em vista o apoio de setores civis; e a proposição de uma nova demarcação temporal, cujo fim da ditadura seria o ano de 1979, marcado pela Anistia (e não 1985), e a partir daí um período de transição democrática que só se concretizaria em 1988, após a constituição.

Desde 2011, Daniel Aarão Reis vem, por meio de artigos e livros, assim como em entrevistas concedidas por ele no meio acadêmico e para a grande imprensa, problematizando e formulando estas questões. Ao analisar produções sobre as esquerdas no Brasil, feitas por historiadores que tiveram engajamento político nos anos ditatoriais, entre eles Daniel Aarão Reis, a historiadora Lucileide Costa Cardoso (2014) argumenta que este, ao retornar do exílio em 1979, manteve os seus posicionamentos anteriores, refazendo o percurso da militância e

combatendo pela memória versões que tendem a reconciliar-se com aqueles tempos, retirando-lhe o caráter revolucionário e de dramaticidade. Produziu uma série de livros, artigos, organizou coletâneas e concedeu entrevistas que atestam o seu permanente desejo em compreender o passado ditatorial. Continua bastante

polêmico ao criticar uma determinada memória que, segundo ele próprio, busca a pacificação desse passado.(CARDOSO, 2014, p.39)

Um destes primeiros aspectos conciliatórios está na projeção de uma memória que, confrontada com os interesses políticos do momento presente, reconstrói o papel das esquerdas, relegando-as ao lugar de vítimas, ou quando muito, lutaram para confrontar o regime, resistindo a ele. Desse modo, construiu-se um apagamento de projetos autênticos de combate ao capitalismo, que não envolviam, pelo menos num primeiro momento, uma relação direta com a democracia. Conforme Cardoso (2014):

Reis Filho afirma que resistência tornou-se a palavra-chave para explicar a memória das esquerdas submetidas à ditadura, apagando o caráter de contraofensiva em que distintos projetos de revolução disputavam a cena política. Na fase mais “dura”, as esquerdas aprenderam e descobriram o sentido e o valor da democracia, já que a luta pela anistia contou com a participação de setores sociais mais amplos. (CARDOSO, 2014, p. 42)

Em 2014, Daniel Aarão Reis lança o livro *Ditadura e democracia no Brasil*, trabalho que sintetiza essa e outras posições. Desse modo, um segundo ponto a conciliar essa memória sobre a ditadura, para o historiador seria o escamoteamento do apoio dos setores civis que propiciaram a manutenção e a duração do regime. Assim, ele é um dos principais defensores da categoria ditadura civil-militar constituindo grupos de estudo, orientando trabalhos acadêmicos que vão nessa direção. Ao tratar no livro sobre acontecimentos nos anos 1970, momentos nos quais a violência contra os opositores do regime exerceu seu auge e ao mesmo tempo vivia-se otimismo do Milagre, o historiador aponta que os apoios *ativos e conscientes* de civis à ditadura, sem os quais os militares não conseguiriam governar, continuaram consideráveis. Para além desses, também lembra que

Na gama diferenciada de atitudes que contribuíram para a estabilidade do governo e do país merecem ainda ser registradas a simpatia não entusiasta, a neutralidade benévola, a indiferença, ou, no limite, a sensação de absoluta impotência. Ziguezagueando entre elas, em atitudes ambíguas ou ambivalentes, muitos erravam em áreas indefinidas, de penumbra, que um autor chamou de *zona cinzenta*. [...]. (REIS, 2014, p. 62-63)

Ainda dentro dessas conceituações propostas, ressaltamos a ideia de um novo marco temporal disputando espaço na historiografia sobre o regime que, a nosso ver, só podem ser compreendidas no quadro das proposições anteriores, feitas por Daniel Aarão Reis. Ao iniciar o livro, já tratando sobre a incômoda e contraditória memória da Ditadura no Brasil, ao descrever os capítulos ele observa a extinção lenta do governo autoritário e a redefinição para o regime democrático como uma “[...] metamorfose que até hoje suscita polêmicas a respeito de quando terminou” (REIS, 2014, p. 9), assim ele apresenta sua escolha por uma periodização a qual,

[...] recai em 1979, quando deixou de existir o estado de exceção, com a revogação dos Atos Institucionais, e foi aprovada a Lei da Anistia, ensejando o retorno dos exilados. Daí em diante, abriu-se um período de transição até 1988, quando se aprovou uma nova Constituição, a “Constituição cidadã”, segundo o discurso oficial. (REIS, 2014, p. 9)

Desse modo, entre permanências e mudanças, analisando a construção da Constituição de 1988, seus avanços e a manutenção de resquícios autoritários, o historiador aponta as conformações, os acertos, as disputas na transição política, a partir dos quais apoiadores do golpe e do regime instaurado em 1964 puderam permanecer à frente da política e do poder, mesmo no regime democrático, bem como o exército permaneceu acima dos governos e da sociedade.

Essas são algumas das questões que marcam atualmente o debate historiográfico, mas também as disputas que repercutem no presente. Como bem aponta Daniel Aarão Reis, quando finaliza *Ditadura e democracia no Brasil*:

[...] não há como se libertar da ditadura sem pensar nela. Nos medos dos quais ela foi produto, nas marcas, visíveis a olho nu, que ela gravou – com ferro e brasa – no lombo da sociedade. O pensamento crítico pode constituir a melhor defesa da democracia, à maneira de um antídoto às tentações autoritárias, sempre à espreita, prontas a ressuscitar tão logo reapareçam no horizonte novas crises e outras ameaças à ordem. (REIS, 2014, p. 132)

O livro foi lançado em 2014. Ironicamente, o historiador parecia preconizar o que viria a partir de daí: o confronto político permeado pela disputa de narrativas sobre a ditadura civil-militar e no entremeio um novo golpe na República em 2016.

Feitas estas observações sobre a participação dos historiadores em Chumbo Quente, nos reportamos a algumas questões. A primeira delas diz respeito à relação destes com os testemunhos. Na nossa observação, os historiadores não só validam o relato testemunhal como também contribuem para um sentido mais amplo do testemunho, como sugerem Elizabeth Jelin (2002) e Jeane Marie Gagnebin (2006) sendo aqueles que pesquisam, escrevem, narram e buscam compreender esse passado.

Um outro aspecto importante é pensar na interação dos historiadores com a mídia, principalmente a visibilidade que ganham com a emergência da história pública. Ao analisarmos o relacionamento entre os historiadores e o Observatório da Imprensa, fica clara a importância que a equipe, sobretudo na figura de Alberto Dines, dava para estes profissionais. A nosso ver, para estes historiadores era igualmente importante estar num programa como o OI, visto naquele momento não se verificarem programas com debates mais profundos sobre temas históricos na TV aberta e comercial.

Sem querermos hierarquizar, sabe-se que programas com debates históricos mais aprofundados estão circunscritos aos canais públicos de televisão e a alguns programas em canais fechados, com a nossa ressalva para aqueles cujo conteúdo histórico é questionável. Por sua vez, a abrangência e a convergência das mídias, com destaque para as plataformas digitais, cenário no qual os historiadores também comparecem, têm promovido uma publicização maior da história, a exemplos das transmissões pelo Youtube, e contribuído, ainda que timidamente, para diminuir a distância entre as produções acadêmicas e um público menos especializado.

Por exemplo, o historiador Carlos Fico criou um canal no Youtube, em dezembro de 2010, que leva seu nome, onde posta vídeos, palestras que já proferiu, debates que participou, inclusive aqueles feitos para a TV, divulga suas pesquisas e outros vídeos com conteúdos históricos. E ainda é possível encontrar diversos vídeos seus em outros canais. Entre as aparições mais recentes deste historiador na mídia, destacamos a que ocorreu em meados de abril de 2022, após a publicação no jornal O Globo, pela jornalista Miriam Leitão, das gravações das reuniões do Supremo Tribunal Militar (STM) em que se relatam casos de tortura durante a ditadura entre os anos de 1975 e 1979. Os áudios foram resgatados por Carlos Fico, que os pesquisava e entregues para a divulgação à jornalista, que também foi vítima de tortura durante o regime.

Igualmente, encontramos vários vídeos dos historiadores James Green, Moniz Bandeira e Daniel Aarão Reis. Este último também apresenta com a jornalista Andrea Penna e o jornalista Cid Bejamin o canal *Rebeldes Sempre*, criado em abril de 2019 com a proposta de levar para o grande público o debate e a opinião crítica sobre temas da atualidade no Brasil e do mundo, e comprometida, como dizem seus apresentadores, com a transformação social. Também encontramos vídeos da cientista política Maria Celina de Araújo e da historiadora Alzira Abreu, ainda que estas apareçam bem menos.

A nosso ver, a relação destes historiadores com a mídia, inserida nesse viés divulgação por meio da história pública, está estritamente relacionado aos dilemas, às questões éticas, teóricas, políticas que envolvem os pesquisadores da História do Tempo Presente. Os exemplos de Carlos Fico e Daniel Aarão Reis são notórios desses embates, que os envolvem, fazem com que o tempo todo repensem suas escritas e buscam se adaptar diante da história pública num tempo marcado pela aceleração e pelo imediatismo que os arrasta e os conduz a adentrar nesse debate. Feitas essas considerações sobre os historiadores, passemos para a participação dos jornalistas nas explicações em Chumbo Quente.

6.4.2 Jornalistas produzindo narrativas com sentidos históricos

Vários jornalistas em Chumbo Quente, além de prestarem o testemunho de quem viveu, também aparecem como aqueles que explicam, dão significado histórico a essa experiência, seja problematizando o papel da imprensa, seja situando o desempenho por determinados jornais e/ou sujeitos que se destacaram na resistência ou apoio ao golpe e à ditadura. Cabe frisar que dentre esses jornalistas, para além da atuação na imprensa, vários deles também são biógrafos, escreveram livros memorialísticos, analíticos e/ou têm destaque no jornalismo investigativo, no jornalismo político, econômico, entre outras coisas. Assim, são representativos da aproximação desse campo com o entendimento do passado, sobretudo o passado recente.

Sobre os modos dos jornalistas lidarem com a temporalidade, para Marialva Barbosa, à medida que elegem o fato cotidiano, levando-o para a esfera pública e o transformando em acontecimento naquele instante, estes podem ser também chamados de *senhores da memória*³¹², pois

Ao selecionar o fato, transpondo-o do lugar da normalidade para o da anormalidade, transformando-o em acontecimento, e ao escolher a forma da narrativa, o jornalista está constituindo o próprio acontecimento e criando uma memória da atualidade. Uma memória que obedece a critérios subjetivos e engendra a questão do poder. (BARBOSA, s/d, p. 4)

Para a referida autora então, ao realizarem tal operação, que é feita no presente, constrói-se hoje a história desse presente, elegendo e fixando, para o futuro, aquilo que deve ser lembrado, rememorado e, conseqüentemente, o que deve ser esquecido. Por sua vez, também para a estudiosa, o jornalismo, ao registrar o acontecimento, o faz com pretensões históricas, e assim estabelecem materiais duráveis para a posteridade, que podem se transformar em vestígios, em fontes, inclusive para os estudos da história.

Desse modo, uma primeira questão a se destacar é a afirmação, feita por jornalistas em Chumbo Quente, de que a neutralidade da imprensa é uma quimera, principalmente quando se pensa na relação presente/passado acerca da atuação dos jornais brasileiros. Por exemplo, ao tratar da postura dos jornais no período pré-golpe, entre os que apoiavam as Reformas de Base e os que eram contrários, jornalistas evidenciam que, legitimamente, os jornais se posicionavam e deixavam claro para o leitor por qual vertente liam a realidade, seja de direita, de esquerda, mais a centro ou que mudavam de posição, não importa. Assim, são caracterizados jornais como *A Última Hora*, *O Diário Carioca* e o *Correio da Manhã*, isto é, jornais favoráveis às Reformas de Base do governo João

³¹² Se referindo à expressão de Jacques Le Goff (1984). *Senhores da Memória* é o título da sua Tese Titular, apresentada em 1994 na UFF.

Goulart, e no lado oposto veículos como o *Diário de Notícias*, a *Tribuna da Imprensa*, o *Jornal do Brasil* e o *Globo*. Essa definição é dada pelo jornalista José Pinheiro Junior³¹³, que trabalhou no jornal *A Última Hora* e é entrevistado em *Chumbo Quente*. Em suas palavras:

50 anos atrás, eu tenho a impressão que a imprensa era muito menos hipócrita, do que é hoje. Você vê que os jornais eram ideologicamente bem mais definidos do que são hoje. Enquanto os jornais de hoje se preocupam em terem uma definição econômica e ideológica muito escondida pro pobre do leitor não perceber que está sendo traído, naquele tempo, os jornais eram abertamente a favor ou contra. (CHUMBO QUENTE I, 2014, 14:29)

Essa mesma ideia é defendida pelo jornalista Milton Temer³¹⁴, que trabalhou no jornal *O Globo*, se referindo ao embate entre a *Última Hora* e jornais como o *Jornal do Brasil*, o *Correio da Manhã*, quando este passa a criticar João Goulart, e mais outros que expressavam a *radicalidade golpista*, como *O Globo*, que patrocinou movimentos como a *Marcha com Deus e a família pela liberdade*. Esse jornalista não só questiona a suposta imparcialidade da imprensa como também traz à luz o papel de agente social desempenhado por esta. Desse modo:

[...] achar que a mídia tem só um papel de observador e registra a história, é muito difícil de imaginar nos grandes momentos, porque ela desempenha um papel fundamental sobre o censo comum, que é a maior parte da população, que é aquela que não tá no comício, que é aquela que não tá na militância, mas é aquela que constitui a massa crítica eleitoral e a massa crítica da base social. (CHUMBO QUENTE, 2014, 22:31)

Também concepções históricas estão fortemente presentes e são defendidas por jornalistas na composição da série. A mais forte expressão disso são as apresentações e conclusões dos episódios, feitas por Alberto Dines, como apresentador, narrador e entrevistador. Nelas, o jornalista explica, exemplifica, problematiza seus argumentos e evidencia determinadas compreensões históricas. Por exemplo, ao questionar ou explicar o por quê do título *Chumbo Quente* o jornalista acena significados reais, mas também simbólicos:

³¹³ José Alves Pinheiro Júnior iniciou sua carreira como repórter do jornal *Última Hora*, onde depois se tornou chefe de redação, editor e diretor. Também trabalhou nos jornais *O Globo*, *O Jornal*, *O Dia*, *Tribuna de Imprensa*, *A Crítica de Manaus*, *O Fluminense*, além das revistas *Manchete*, *Brasil Mais* e *Revista da Semana*. Atuou no jornalismo da TV Globo, TV Rio, TV Educativa e produziu programas para as rádios do MEC e *Jornal do Brasil*. Escreveu alguns livros, sendo um deles *A Última hora como ela era: História e Lenda de uma convulsão jornalística contada por um Atual repórter do jornal de Samuel Wainer* (2011). Informações no site do jornalista Gilson Monteiro.

³¹⁴ Jorge Milton Temer foi oficial da Marinha em 1959, chegando a primeiro tenente. Foi cassado já em setembro de 1964. Militou pelo PCB entre 1966 a 1975, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) entre 1986 e 1989, pelo PT entre 1989 e 2003. Em 2006 saiu do PT para participar da fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Exerceu mandatos no Legislativo, como Deputado Estadual e Federal pelo Rio de Janeiro. Trabalhou no *Diário Carioca*, *Jornal do Brasil*, Editora Abril, *O Globo*, foi editor do jornal *Voz Operária*, do PCB. Atuou na TV Educativa entre 1985 e 1990. Fez parte Conselho Diretor da ABI em 1985 e foi seu vice-presidente entre 2004 e 2007. Presidiu a Fundação Lauro Campos, órgão de pesquisa e formação de quadros partidários do PSOL. Milton Temer tem um canal no Youtube onde debate temas políticos. Informações no verbete biográfico do dicionário do CPDOC/FGV.

Com a liga de chumbo, Gutemberg fez os primeiros tipos móveis. O Chumbo derretido foi a matéria prima da arte tipográfica. Com o chumbo fundiam-se letras, palavras e ideias e também se faziam balas, projéteis. Seu peso converteu o chumbo em sinônimo de opressão. Para lembrar os 21 anos de chumbo da ditadura militar e a aviltante censura por ela instaurada trazemos a imagem do chumbo quente, o perigo liquefeito, enganosamente molhado, mortal! (CHUMBO QUENTE, 2014, 00:01:00)

A alusão metafórica a esse termo é utilizada para introduzir ou encerrar os episódios, mas também para elucidar para o telespectador a situação da imprensa durante aquele período. Desse modo, por exemplo, para informar que a ação militar, já nos seus primeiros momentos, demonstra tratar-se de uma ditadura que ainda se aprofundaria, o apresentador diz se expressa com: “Chumbo ainda mais quente”. Ou, para narrar que o endurecimento da censura, a autocensura, aumento da violência ocorre porque a imprensa foi calada, é o mesmo que “[...] o Chumbo fica mais quente quando a imprensa esfria!”. E para lembrar a dificuldade da imprensa em constituir-se como quarto poder diante da construção da democracia, após de 21 anos de regime ditatorial, corresponde, nas palavras de Alberto Dines, a “Chumbo quente quando esfria se espalha e removido se entranha!”

A acepção do termo remete à expressão *Anos de Chumbo*, que indica períodos de tensão nos anos entre 1968 e 1980 para designar contextos violentos na Europa Ocidental, marcados por violência política, guerrilha revolucionária armada e terrorismo de extrema esquerda e de extrema direita, bem como pelo endurecimento do aparato repressivo dos estados democráticos da Europa Ocidental, sendo estendido aos países do Cone Sul. No Brasil, essa expressão é bastante utilizada para designar principalmente o período entre meados 1969 até meados da década de 70, que compreende aos anos do governo de Emílio Garrastazu Médici.

O jornalista Elio Gaspari (2003), ao tratar do termo, na apresentação do livro *A Ditadura Escancarada: as ilusões armadas*, embora manifeste sua convicção de que dadas a tortura e coerção política terem dominado esse período e, portanto, possamos chamá-lo de Anos de chumbo, adverte que também foi o momento do Milagre Brasileiro. Um paradoxo que devemos considerar, visto que: “O Milagre Brasileiro e os Anos de Chumbo foram simultâneos. Ambos reais, coexistiram negando-se. Passados mais de trinta anos, continuam negando-se. Quem acha que houve um, não acredita (ou não gosta de admitir) que houve o outro”. (GASPARI, 2003, p. 9). É, portanto, consenso na historiografia e na memória de que esses anos foram os mais violentos do regime visto o aprofundamento do AI-5, decretado em 1968, a disparada e a derrota dos movimentos de luta armada pela guerrilha urbana e rural, entre eles: o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o VAR-PALMARES, a guerrilha do Araguaia, único movimento de guerrilha rural no Brasil. E depois o quase aniquilamento do Partido Comunista Brasileiro. Contudo, a violência do regime foi mais

abrangente, compreendendo aspectos políticos, sociais e culturais, estando presente em todo o período ditatorial. Há hoje um crescimento de pesquisas que têm abarcado uma variedade de temas, que até então não são muito conhecidos, devido principalmente à dificuldade de acesso a documentos da história recente, mas que têm sido investigados por historiadores e jornalistas, a exemplo do massacre das populações indígenas, perseguição aos LGBTQIAP+, populações negras e artistas.

Outra questão importante a se considerar é como o termo Anos de Chumbo se conforma na memória nacional sobre o regime autoritário e sua relação com a sociedade. A historiadora Janaína Cordeiro (2009), longe de discordar que os anos de 1969 a 1974 foram sim anos de exacerbação da violência cometida pelo Estado, busca compreender os anos de chumbo pelo contraponto dos *anos de ouro*. Isto é, tentando desconstruir uma memória, segundo ela “cristalizada, mitificada” que percebe a ditadura civil-militar de 1964 pelo viés do Estado opressor e da sociedade vitimizada. Desse modo, se opondo aos binarismos simplificadores de compreensão, Cordeiro (2009) atesta que os anos de 1969 a 1974 não foram só anos de chumbo ou anos de ouro, mas que na verdade:

Foram, muitas vezes, os dois ao mesmo tempo, ou ainda: se foram um e outro, é preciso perceber que há um enorme espaço entre quem os viveu como anos de ouro e quem os viveu como anos de chumbo, configurando, entre um polo e outro, uma diversidade enorme de comportamentos sociais. É importante, pois, tentar apreender a diversidade e complexidade das relações entre ditadura, sociedade e os grupos organizados que atuaram contra o regime. (CORDEIRO, 2009, p. 90)

Ao estudar as festas cívicas nacionais promovidas pelo governo Médici, a exemplo da comemoração da Copa do Mundo de 1970, quando o time do Brasil foi tricampeão e as festas pelo Brasil afora em torno do sesquicentenário da Independência do Brasil, Janaína Cordeiro aponta a participação ativa nestas comemorações de setores importantes da sociedade civil, como a Igreja, clubes e a própria ABI. Ao analisar os discursos festivos desses setores no contexto, a historiadora mostra que, a partir no final dos anos de 1970, sobretudo com a promulgação da Lei da Anistia e no período da redemocratização, houve uma seleção de memórias, ou seja, um silenciamento das vozes *otimistas* que tanto elogiaram o governo e que promoviam a crença no futuro do país, dado o contexto do Milagre. Esse apagamento, que tem permeado a memória nacional, tem por consequência encobrir “[...] uma série de atitudes que permitem entender as lógicas pelas quais o regime se sustentou por 21 anos” (CORDEIRO, 2009, p. 91). Portanto, é preciso buscar compreender essas relações pela complexidade que elas guardam, investigando os silêncios, os esquecimentos na construção de um certo consenso.

Por sua vez, assim como os historiadores, em Chumbo Quente jornalistas são chamados para explicarem eventos, personagens e a atuação de determinados jornais. Atuam, portanto, exercendo a função de pesquisadores, biógrafos, analistas, investigadores que realizam trabalhos com sentidos

históricos. Ao refletir sobre as aproximações e os distanciamentos entre a história e o jornalismo, Marialva Barbosa (2012) questiona o motivo pelo qual há por uma parte de muitos jornalistas uma necessidade de querer igualar sua atividade à que é feita pelos historiadores, assim se considerando *historiadores do instante*, *historiadores do cotidiano*, *testemunha ocular da história*, lembrando do antigo repórter Esso ou mesmo *historiadores do tempo presente*.

A esse questionamento ela própria responde que estaria muito relacionado um capital simbólico que os jornalistas adquiriram ao construírem sua identidade no século XX, assegurando um lugar superior para o grupo na sociedade. Também se relaciona ao modo como lidam com a temporalidade. Desse modo, para a ela, os jornalistas:

[...] edificaram para si mesmos também a imagem de ser capaz de congelar o tempo, fixando o presente como o verdadeiro passado. Portanto, ser o historiador do instante, ser aquele que *faz história* fornece capital simbólico ainda mais superior do que ser apenas o que lida com fatos, informações, acontecimentos que se caracterizam pela impenenidade absoluta. (BARBOSA, 2012, p. 463-464)

Ademais, para a autora o jornalismo também monumentaliza o passado, reinstaurando o acontecimento do tempo, e assim induz a própria produção do acontecimento histórico, numa operação própria, semelhante em proximidade apenas à operação historiográfica (BARBOSA, 2012). Sendo assim, isso evidencia alguns dos motivos pelos quais jornalistas têm se proposto a também falarem do passado e o crescimento de livros e produções midiáticas com conteúdos históricos feitos por jornalistas³¹⁵.

De igual modo, os jornalistas que participam da construção narrativa em *Chumbo Quente* têm reconhecida a legitimidade, tal qual os historiadores, para falar *sobre*, justamente por meio da escrita que realizaram de biografias, livros-reportagem, livros memorialísticos, autobiográficos ou não, as das análises políticas e das próprias reportagens investigativas. Por exemplo, personagens como o guerrilheiro Carlos Mariguella, o jornalista Vladimir Herzog e o dominicano Frei Tito são sujeitos que em *Chumbo Quente* também são apresentados nesta construção. Os dois primeiros, respectivamente, pelos jornalistas Mario Magalhães³¹⁶ e Audálio Dantas³¹⁷ que os biografaram. O

³¹⁵Os jornalistas Laurentino Gomes e Eduardo Bueno são exemplos disso.

³¹⁶Mário Magalhães é formado em jornalismo pela UFRJ. Trabalhou nos jornais *Tribuna da Imprensa*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de São Paulo*. Neste último, foi repórter especial, colunista e ombudsman. É autor de vários livros entre eles *Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo* (2012), livro biográfico que inclusive serviu como base para a produção do filme *Marighella* (2019), dirigido por Wagner Moura. Por seu trabalho no jornalismo recebeu prêmios e menções honrosas no Brasil e no exterior. Mário Magalhães teve um blog no site UOL entre 2013 e 2017. Informações em perfil do autor, no site da Companhia das Letras.

³¹⁷Audálio Dantas iniciou sua carreira em 1954. Trabalhou no jornal *Folha da Manhã* e nas revistas *O Cruzeiro*, *Quatro Rodas* e *Realidade*. Em 1960, Audálio Dantas conheceu a escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977), ajudando na divulgação dos seus textos. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, entre 1975

terceiro tem a tragédia pessoal descrita pela jornalista Leneide Duarte³¹⁸, que escreveu em coautoria um livro-reportagem acerca de sua trajetória.

Da mesma forma, jornalistas comparecem para elucidar determinados eventos relacionados aos jornais nos quais trabalharam e também escreveram a respeito. Assim, as consequências do golpe sobre o jornal *A Última Hora* e a mudança de posição de *O Estado de São Paulo* são tratadas, respectivamente, pelos jornalistas José Pinheiro Júnior e José Maria Mayrink³¹⁹, que atuaram nesses veículos e igualmente escreveram livros-reportagem a respeito. De modo similar, o jornalista Bernardo Kucinsky arrelata sobre a ação e a variedade de veículos da chamada imprensa alternativa. Cabe lembrar que este não só trabalhou nestes jornais, mas realizou pesquisa acadêmica sobre os mesmos, que resultou em sua tese de doutorado intitulada *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* defendida em 1991 na Universidade de São Paulo.

Além disso, os jornalistas são chamados a explicar determinados eventos relacionados ao período, bastidores da política, consequências, enfim. Assim o jornalista Wilson Figueiredo³²⁰, que

e 1978, período em que conduziu os protestos pelo assassinato do jornalista Vladimir Herzog. Em 1978 elegeu-se deputado federal pelo MDB. Também foi o primeiro presidente eleito da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Foi membro do conselheiro curador da Fundação Cásper Líbero e da Fundação Ulysses Guimarães. É autor de vários livros, entre eles *As Duas Guerras de Vlado Herzog: da perseguição nazista na Europa à morte sob tortura no Brasil* (2012). Também recebeu alguns prêmios por sua atuação no jornalismo e livros publicados. Informações no site Memórias da Ditadura e site da Câmara dos Deputados.

³¹⁸ Leneide Duarte Plon cursou jornalismo na UFRJ. Iniciou sua carreira em 1973 no *Jornal do Brasil*, trabalhou na *Folha de São Paulo*, e na revista *Veja*. Se mudou para a França e foi colaboradora do Observatório da Imprensa no exterior. Entre os livros que escreveu está a biografia *Um homem torturado – nos passos de frei Tito de Alencar* (2014), livro que teve sua versão francesa lançada em 2020. Reside na França e atualmente trabalha como correspondente de Paris para as revistas *Carta Capital* e para a *Carta Maior*. Informações em *A Tortura como arma de guerra*, entrevista ao canal História da Ditadura e entrevista ao Projeto História.

³¹⁹ José Maria Mayrink formou-se em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (SP) e estudou Latim, Filosofia e Teologia (foi seminarista até 1961), se tornou especialista em assuntos do Vaticano. Iniciou como repórter nos anos 1960 em Minas Gerais. Trabalhou em jornais e revistas do Rio de Janeiro e São Paulo, tais como: *Correio da Manhã*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de São Paulo*, *Revista Veja* e *Revista da Família Cristã*. Também trabalhou na Rio Gráfica e Editora. Como repórter cobriu o golpe militar do Chile, em 1973, viagens internacionais do presidente Ernesto Geisel, conflitos na Argentina, Colômbia, Cuba e países da América Central, sempre noticiando golpes e guerrilhas. Em 1980 foi o último repórter a entrevistar Dom Oscar Romero, líder religioso, antes do assassinato deste em El Salvador. Em 1983, acompanhou a visita do papa João Paulo II à Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Haiti e alguns anos depois à Cuba (1994, 1998). Nos anos 2000, além de repórter especial de *O Estado de São Paulo*, passou a ser também editor executivo de assuntos internacionais do jornal, função que exerceu até o fim da vida. Escreveu livros sobre jornalismo e outros assuntos, entre eles *1968 – Mordaca no Estadão* (2008), sobre a censura sofrida pelo jornal no período ditatorial. Recebeu prêmios pelo seu trabalho no jornalismo. Informações coletadas no site Portal dos Jornalistas e no jornal Estadão.

³²⁰ Wilson Figueiredo nasceu no Espírito Santo, foi criado em Minas Gerais e mudou-se para o Rio de Janeiro na década de 50. Trabalhou como editorialista, redator, colunista e comentarista do *Jornal do Brasil* por quase 50 anos. Também trabalhou na Agência Meridional, nos *Diários Associados*, *Folha de Minas*, *O Jornal*, *Última Hora* e nas revistas *Manchete* e *Mundo Ilustrado*. Escreveu livros de poesia e sobre assuntos da política e jornalismo, entre eles *1964: o último ato* (2015), prefaciado por Alberto Dines, *De Lula a Lula: a arte de montar governos com palavras cruzadas* (2016), *Os mineiros: modernistas, sucessores & avulsos* (2018). Teve sua biografia relatada no livro *E a vida continua: a trajetória profissional de Wilson Figueiredo* (2011), escrita por Moacyr Andrade. Foi consultor estratégico do grupo FSB Comunicação por cerca de 10 anos entre 2005 e 2015. É da autoria de Wilson Figueiredo o capítulo que trata do

trabalhou no Jornal do Brasil por quase 50 anos, também um dos autores do livro *Os Idos de Março*, e o jornalista Carlos Chagas³²¹, que atuou como secretário de imprensa do presidente Costa e Silva, explicam, de modo respectivo, bastidores da posse de Jango em 1961, do golpe, da política e economia nos anos do Milagre. Igualmente, aspectos da Guerrilha do Araguaia são expostos pelo jornalista Leonêncio Nossa³²², assim como já vimos, o atentado ao Rio Centro em 1981 é explicado pelo jornalista Chico Otavio.

Cabe ressaltar uma distinção entre essas narrativas que são historicizadas. Nos dois primeiros casos tratam-se de jornalistas que vivenciaram os bastidores da política no período, sendo também agentes. Já os dois últimos referem-se a jornalistas mais jovens, que buscam explicá-los pelo viés da reportagem investigativa ou do livro-reportagem. E não menos importante é frisar que os demais jornalistas, cujas explicações também comparecem em todos os momentos, são também autores de livros biográficos e memorialísticos. Aqui buscamos destacar aqueles cuja participação em Chumbo Quente também está relacionada a temas pesquisados por estes.

Ao final dessas reflexões sobre os testemunhos de jornalistas na série, relembramos que o relato testemunhal é uma tentativa de elaborar, compreender a experiência, não sendo um resgate do passado, mas a busca por compreendê-lo no presente. Assim, tudo que a testemunha fala é uma atualização do presente, é ele que dita como aquela narrativa vai ser feita, o que explica os seus muitos usos. Quanto à relação entre jornalistas e historiadores na construção dessa narrativa, embora haja

perfil das esquerdas no livro *Os Idos de Março* e *Queda em Abril*, intitulado de *A Margem Esquerda* (Rever cap. 2, tópico 2.2.1).

³²¹ Carlos Chagas era formado em Direito e foi professor emérito do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília por 25 anos. Começou no jornalismo em 1959. Trabalhou nos jornais *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e foi comentarista político na extinta *TV Manchete*, *SBT*, *Rede TV* e *CNT*. Na década de 1960 atuou como secretário de imprensa de Negrão de Lima (PSD) e em 1969 como secretário de imprensa do Presidente Costa e Silva. Era membro da Academia Brasileira de Letras. Ao longo da vida escreveu vários livros sobre história política e ditadura no Brasil, entre eles: *113 dias de Angústia: impedimento e morte de um presidente* (1970, 1979) coletânea de reportagens sobre acontecimentos políticos de 1969, publicadas nos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, que lhe rendeu Prêmio Essode Jornalismo (1970) e que haviam sido censuradas pelo governo militar; *“Resistir é preciso”* (1975), *“A guerra das estrelas”* (1985), que trata das sucessões presidenciais militares; *“Revolução no Planalto”* (1988), sobre a redemocratização; *O Brasil sem retoque: a história contada por jornais e jornalistas* (2001); *A ditadura militar e os golpes dentro do golpe-1964-1969: a história contada por jornais e jornalistas* (2013); *A ditadura militar e a longa noite dos generais-1970-1985: a história contada por jornais e jornalistas* (2015). Era pai da jornalista Helena Chagas, ex- ministra-chefe da Secretaria de Comunicação do governo Dilma Rousseff. Informações no verbete biográfico do CPDOC/FGV.

³²² Leonêncio Nossa é formado em jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo. Trabalhou nos jornais *A Gazeta*, *JB* e revista *Época*. Escreveu várias reportagens especiais, algumas premiadas. Escreveu três livros, entre eles *“Mata! O major Curió e as guerrilhas no Araguaia”* (2012) e a biografia *Roberto Marinho- O poder está no Ar* (2019). Vencedor do prêmio Valdimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos por quatro vezes (2011, 2014, 2015, 2016) e menção honrosa (2009), prêmio Embratel de Jornalismo (2011) e Estadão de Reportagem Especial (2011). Trabalha no Grupo Estado desde 2001 e, atualmente, na sucursal da *Agência Estado* e de *O Estado de S. Paulo*, em Brasília. Informações no perfil do autor no site da editora Companhia das Letras.

uma certa disputa de espaços, que provocaria a ideia de que ambos possam parecer estar com seus limites difusos, partilhamos do pressuposto defendido por Marialva Barbosa (2021), de que há muito mais possibilidade de colaboração entre os campos, principalmente para o estudo de temas do tempo presente.

Ficou evidenciado que tanto a participação dos testemunhos dos jornalistas como a dos historiadores em Chumbo Quente fizeram parte de uma prática do Observatório da Imprensa. Os primeiros na representação dos acontecimentos e os segundos na validação do relato testemunhal. Ao tratar da ditadura nos 50 anos do golpe, a série traz ambos os campos, contribuindo para difundir a construção de um sentido histórico referente à atuação da imprensa, agente que teve papel importante na deflagração do golpe.

Sobre os historiadores e sua participação em Chumbo Quente, podemos dizer que eles fazem parte de uma tradição do Observatório da Imprensa em discutir temas históricos, sempre com a preocupação de aprofundá-los com o ponto de vista desses profissionais, portanto, eles sempre estiveram presentes no OI, em seus especiais. No cruzamento de história e memória que é a série, os historiadores são trazidos também para repor o testemunho. A nosso ver, essa relação beneficiava a ambos, o programa com seus debates bem fundamentados – atingindo um público que não é historiador – mas também os historiadores na medida em que estes muitas vezes não têm tanto espaço na mídia comercial. Ainda hoje, é raro ver um historiador com estofa teórico e pesquisa palestrando ou sendo convidado para algum debate na televisão comercial.

Embora haja diferenças notórias entre a concepção do que seja uma História Oral feita por historiadores e uma tentativa de fazê-la também por parte dos jornalistas, devemos reconhecer que Chumbo Quente demonstra esse empenho por parte da equipe do OI de estar fazendo também uma história oral, tendo uma pretensão historiográfica de falar da história do jornalismo. Ou seja, é uma síntese interpretativa de como o jornalismo enfrentou os anos da ditadura, trazendo elementos da memória, mas mantendo o compromisso com uma veracidade histórica. A partir destas reflexões constata-se também o trabalho de curadoria histórica exercido pela equipe do Observatório, no sentido de buscar, investigar, selecionar, conservar e partilhar desses conteúdos com fins de se posicionar do debate público, pautando-se na ideia da democracia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, temos que ressaltar que vivenciamos, na prática, a questão colocada por tantos estudiosos da História do Tempo Presente como um dos maiores desafios da pesquisa nesse campo: o excesso de fontes, calcar o que era ou não essencial para o estudo. Desse modo, a realização deste trabalho exigiu de nossa parte um olhar interdisciplinar do começo até o final de sua realização. Assim, o estudo abarcou pressupostos da história, da área da comunicação e da memória.

Igualmente, esses campos também nos levaram a fontes distintas: desde o próprio audiovisual que é Chumbo Quente; às fontes orais, contatos pessoais do jornalista Alberto Dines e a equipe do programa Observatório da Imprensa; escritos de toda natureza produzidos por este intelectual; escritos de outros sobre ele; notícias de jornais, documentos sensíveis de natureza repressiva. E, por fim, as fontes oriundas dos meios digitais e suas interações. Todas elas nos ajudaram a compor esse mosaico interpelado pelo passado e pelo presente na compreensão do problema.

Ao iniciar este estudo, a nossa intenção era compreender aspectos de uma memória difundida pela mídia sobre os 50 anos do golpe civil-militar de 1964. Tínhamos à mão uma variedade de produções que tratam do tema, entre elas Chumbo Quente. Porém, no decorrer da pesquisa, ao analisar esta série fomos compreendendo a profundidade da questão: um produto sobre a imprensa, ator que desempenhou um papel importante para a culminância do golpe de 1964; um especial do Observatório da Imprensa, programa pertencente a uma televisão pública, único no seu gênero a discutir a atuação da mídia brasileira, pautada no interesse público. Mais ainda: Chumbo Quente fez parte do ciclo de programas especiais da TV Brasil nos 50 anos no golpe e também fazia parte de uma tradição do OI de abordar assuntos históricos com profundidade. Demonstramos que entre eles estava a história da ditadura civil-militar entrelaçada com a própria história da imprensa.

Isto nos levou a um segundo ponto, a saber: a tradição do OI de narrar a ditadura estava intrinsecamente ligada ao empenho do jornalista Alberto Dines, idealizador do projeto, editor e apresentador do programa, intelectual da imprensa brasileira que teve uma trajetória longa, vivenciando vários momentos da república. Para ele, que era um liberal, humanista, defensor da autonomia e da liberdade da imprensa, o fato de ter sido editor-chefe do *Jornal do Brasil*, um veículo importante naquele contexto, e que teve uma atuação forte, junto com a maioria da grande imprensa no sentido de derrubar o presidente João Goulart, apoiando as ações dos militares em 1964, o acompanhou pelo resto de sua vida. Entre silenciamentos, esquecimentos, memórias enquadradas, mas também embates calorosos com críticos, ele procurou meios de recontar essa história, recompondo sua trajetória como ato de memória e possivelmente de perdão.

Assim, demonstramos que os especiais do Observatório sobre os jornais, sobre o AI e outros assuntos referentes à ditadura até Chumbo Quente, em 2014, fazem parte dessa tentativa de fazer uma síntese catártica que carrega muito de autobiografia desse sujeito, mas também do coletivo de intelectuais ao qual Dines pertenceu. Em Chumbo Quente, Alberto Dines procurou recontar com detalhes específicos os eventos dos quais participou e que lhe atingiram pessoalmente, como suas prisões, os eventos relativos ao tempo em que esteve no *Jornal do Brasil* e na *Folha de São Paulo*. Nossa análise evidencia que, numa linha tênue em que ocorre a mescla de parte da sua trajetória de vida à atuação desses jornais, há também silenciamentos e a reiteração da memória de resistência à ditadura.

Analisando a trajetória deste personagem e incorporando o conceito de *zona cinzenta*, buscamos fugir do binômio opressores/oprimidos para situá-lo no campo de oposição moderada à ditadura, posição esta em que muitos outros jornalistas, políticos, acadêmicos, artistas também estiveram. Comprovamos, pela documentação analisada, que a partir de 1968 ele passa a ser visto com desconfiança pelo regime, sendo um sujeito que devia ter a conduta vigiada. E de fato teve, já que era objeto dos documentos dos setores de informação do regime, principalmente durante a sua atuação na *Folha de São Paulo*. Desse modo, analisamos documentos de 1976, ano em que estava à frente da coluna *Jornal dos Jornais* e na página de opinião, mas estes não foram os únicos encontrados por nós a tratar da conduta do jornalista.

Em que pese o que seria história, memória, realidade e ficção em Chumbo Quente, entendendo-a como documentário televisivo, podemos dizer que a série evidencia todos estes aspectos com um fim específico, mas não de forma homogênea. Se tomarmos a premissa de que o gênero documentário também carrega em si elementos do ficcional, com certeza a série, sendo não ficcional, trabalha com recursos estilísticos da ficção, mas no sentido de emocionar e prender o leitor. De igual modo, ela trabalha muito mais com recursos da memória midiática no sentido de produzir um efeito de verdade histórica. Não a memória somente como representação do real, mas fincada num fato real: a participação da imprensa na articulação do golpe de 1964 e sua atuação na ditadura civil-militar que durou 21 anos. A memória midiática aqui comparece como as formas de interpretar, ilustrar e narrar esse fato e esse passado, produzida na tentativa de recuperação da memória e da história do jornalismo pelo Observatório, sintetizada em Chumbo Quente, e permeada pelas vivências pela presença de Alberto Dines.

Por sua vez, assim como ocorre com as narrativas sobre o passado recente, principalmente no que tange a períodos traumáticos, diversos testemunhos de sujeitos que vivenciaram esses momentos, em posições distintas, comparecem para narrá-lo midiaticamente. No caso de Chumbo Quente, a

narrativa tem como mote a atuação da imprensa. Assim sendo, nosso estudo evidenciou que havia por parte do Observatório uma preocupação com a legitimidade destes testemunhos. Naquele momento, parte importante deles, de algum modo, esteve envolvida nos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade: seja como vítimas diretas do aparato repressivo, familiares de mortos e desaparecidos, bem como pessoas que viram por dentro do sistema o funcionamento da prática da tortura, especialmente a atuação dos perpetradores de crimes hediondos. Estes sujeitos estiveram e estão ainda hoje, especialmente os que permanecem vivos, comprometidos com as batalhas de memória em busca dos esclarecimentos do que se passou. Vários deles são, portanto, agentes empreendedores da memória, como mostra a breve aproximação prosopográfica que fizemos de sua trajetórias ao longo do quinto capítulo.

É igualmente importante considerar que uma parcela importante do conjunto desses sujeitos faz parte de um coletivo de jornalistas e intelectuais que atuavam na grande imprensa, jornais e revistas, e na imprensa alternativa. Assim, *Chumbo Quente* também é uma narrativa coletiva que aglutina consensos e dissensos compartilhados pelo grupo do qual também fez parte o jornalista Alberto Dines.

Percebemos que também houve um cuidado em selecionar aqueles testemunhos que contribuíssem para a coesão da narrativa histórica, isto é, à medida que estes sujeitos aparecem conectados com determinado acontecimento, deram forma ao argumento e, lógico, bem urdido pelo trabalho de edição. Por outro lado, a inserção de alguns depoimentos na série tem a ver com o modo jornalístico de operar do Observatório da Imprensa, que consistia em aproveitar o momento, não perder o calor daquilo que acontecia. Dessa maneira, tratava-se não só de um documentário televisivo para contar a história, mas também de remeter ao presente em termos jornalísticos. Os testemunhos de Lygia Jobim e Cláudio Guerra na série são exemplares do modo jornalístico e de investigação praticados pelo OI.

No que concerne à história, podemos compreender *Chumbo Quente* como um trabalho de curadoria histórica desde o levantamento das diversas fontes documentais e testemunhais, que mobilizam até mesmo as concepções históricas e da historiografia sobre a ditadura nas quais a série se apoia. A equipe do OI demonstrou nas entrevistas a sua preocupação em que talvez aquele fosse um dos últimos depoimentos de determinados sujeitos sobre o fato. A esse respeito, embora constatemos que a série faz circular e dar voz a uma historiografia predominantemente carioca, centrada no eixo sudeste, seu conteúdo parte de um conceito mais amplo de historiografia em que jornalistas que pesquisaram o período juntam-se a historiadores para também contar e compartilhar essa história.

Ademais, diante disso nos remetemos a pensar em como o tempo do jornalista se torna defasado, principalmente ao confrontar-se com a mega rapidez das redes sociais. Assim, o Observatório e a figura de Alberto Dines são exemplos desse confronto, dessa atitude de inovar, acompanhar esse ritmo, mas manter a essência. Assim, também os especiais históricos do OI e Chumbo Quente são representativos dessa vontade de elaborar uma versão sobre o que aconteceu e mostram que sim, jornalistas podem fazer uma história pública séria, problematizada que vem para acrescentar, contribuir e que vai completamente na contramão da historiografia revisionista feita por determinados meios, como, por exemplo, as produções feitas pelo canal *Brasil Paralelo* e outros equivalentes.

Nesse caso, considerando o número de visualizações que a série Chumbo Quente tem no Youtube, é notório que mesmo tendo essa qualidade de conteúdo, há ainda um longo caminho a ser percorrido para que a série seja mais conhecida nesse campo. Nossa suposição é que, com a efeméride o acesso a essa produção possa ser ampliado, sendo exibido em mais outros canais e mais acessado no canal da TV Brasil. Ainda assim, foi possível verificar que as interações dos internautas mobilizam conteúdos do debate público entre críticos e defensores do regime, o que, ao nosso ver, justificaria mais ainda uma maior veiculação de um conteúdo com o teor de aprofundamento que se dá nesta produção do Observatório.

A respeito dos comentários dos internautas sobre a produção, foi notório que, de modo geral, a chave de leitura e compreensão destes está muito mais centrada em se posicionar como críticos ou defensores do regime pautados, principalmente, no presente. Acrescentado a isso foi inquietante identificar a quantidade de comentários considerados variados, que com poucas exceções revelam uma compreensão difusa, e que esses representam mais da metade dos engajamentos. Por outro lado, também nos impressiona que quase um terço dos comentários tenha sido de defesa da ditadura. No entanto, reconhecemos que pesquisas nesse campo são ainda bem recentes, portanto, supomos que uma análise mais ampliada que associe também comentários dos internautas sobre outras produções do mesmo gênero e/ou gêneros distintos, mas que tratem dos anos da ditadura civil-militar no Brasil, possa ampliar esse panorama.

Feitas essas considerações, apontamos alguns indicativos de perspectivas que se apresentaram para futuras investigações, entre os quais estão compreender melhor a trajetória de Alberto Dines nos quatro primeiros anos da ditadura, entre 1964 a 1968, antes do AI-5, e a análise da completude dos textos escritos por este jornalista na Folha de São Paulo entre 1975 e 1977.

Ao final, é oportuno dizer que durante a pesquisa, no momento em que finalizávamos as entrevistas, ocorreu a Pandemia da Covid-19, doença que infectou e ceifou centenas de milhares de

vidas, sendo um fenômeno em escala global, só podendo ser comparado à gripe espanhola na segunda década do século passado. Durante todo o ano de 2020, pelo menos até que se concretizasse o empreendimento da fabricação de vacinas, empenho feito mundialmente, o medo, a incerteza, a insegurança, a perplexidade frente ao isolamento social, o desemprego, a tristeza e outras aflições fizeram parte do cotidiano de milhões de pessoas pelo mundo afora. Em meio às inquietações que não puderam ficar de fora da escrita desse trabalho, justamente devido a esse contexto, para nós e para muitos outros ficou patente que a boa informação, aquela que leva ao conhecimento, como bem apregoavam o programa Observatório da Imprensa e o próprio Alberto Dines, é mais imprescindível do que nunca. Em tempos de obscurantismo, o acesso à informação de qualidade contribui para salvar vidas.

ARQUIVOS E FONTES DE PESQUISA

1 FONTES ORAIS

CASÉ, Rafael. Entrevista concedida à pesquisadora pela internet, em 8 de novembro de 2019. Duração: 54min 39s.

COLASANTI, Marina. Entrevista concedida à pesquisadora pessoalmente, em 22 de janeiro de 2020, na cidade do Rio de Janeiro. Duração: 29min 17s.

COURI, Norma. Entrevista concedida à pesquisadora pessoalmente, em 17 de janeiro de 2020, na cidade de São Paulo. Duração: 2h 29min 43s.

DINIZ, Lilia. Entrevista concedida à pesquisadora pela internet, em 9 de novembro 2019. Duração: 1h 12min 38s.

FERRAZ, Emília. Entrevista concedida à pesquisadora pessoalmente em 11 de fevereiro de 2019 na cidade do Rio de Janeiro. Duração: 29min 09s.

MICHAHELLES, Kristina. Entrevista concedida à pesquisadora pessoalmente, em 21 de janeiro de 2020, na cidade do Rio de Janeiro. Duração: 19min 06s.

SACK, Zezé. Entrevista concedida à pesquisadora pessoalmente, em 12 de fevereiro de 2019, na cidade do Rio de Janeiro. Duração: 1h 22min 47s.

SACK, Zezé. Entrevista concedida à pesquisadora pela internet, em 18 de fevereiro de 2019. Duração: 36min 23s.

2. FONTES AUDIOVISUAIS

2.1 Produções do Observatório da Imprensa

- Chumbo Quente (parte 1). Programa Observatório da Imprensa. TV Brasil. 2014.

Disponível em:

<https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/episodio/chumbo-quente-50-anos-do-golpe-de-64-parte-1>; www.youtube.com/watch?v=x3LJYYKaw2s&t=1s . Acesso em: 13 jan. 2017.

- Chumbo Quente (parte 2). Programa Observatório da Imprensa. TV Brasil. 2014. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=5ras3C0wA9o&t=134s . Acesso em: 13 jan. 2017.

- Chumbo Quente (parte 3). Programa Observatório da Imprensa. TV Brasil. 2014. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=-8DLidPG49g&t=69s . Acesso em: 13 jan. 2017.

- Chumbo Quente (parte 4). Programa Observatório da Imprensa. TV Brasil. 2014. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/episodio/chumbo-quente-iv>;

www.youtube.com/watch?v=mxMTa8dykDQ&t=1167s .

Acesso em: 13 jan. 2017.

-Coletânea História da imprensa no Brasil/Observatório da Imprensa/Edição Especial. TV Brasil, v. III e IV (DVD).

-Vladimir Herzog: 40 anos da morte. Programa Observatório da Imprensa. TV Brasil. 2015. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=yEujLhpLVi8&t=1002s. Acesso em: 20 mai. 2021

-Debate sobre o Livro Memórias de uma Guerra Suja. Programa Observatório da Imprensa. TV Brasil. 2015. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=jgm_RtD0STY&t=293s. Acesso em: 19 fev. 2022.

-Entrevista com Claudio Guerra. Programa Observatório da Imprensa. TV Brasil, 2012. Duração: 52 min 35 s. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/episodio/entrevista-claudio-guerra>; www.youtube.com/watch?v=pCBlh0NKs0o.. Acesso em: 22 fev. 2022.

-Entrevista com Claudio Guerra. Programa Observatório da Imprensa. TV Brasil, 2014. Duração: 51 min 03 s. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/episodio/claudio-guerra-um-matador-arrependido> www.youtube.com/watch?v=xOwI7Lc_LKI&t=222s. Acesso em: 12 mar. 2022.

-Entrevista com Leonardo Padura. Programa Observatório da Imprensa, TV Brasil, ano. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=zjmhZ3dz2uQ. Acesso em: 13 jul. 2021.

-O assassinato de Trotsky: a lata do Lixo da História (Parte 1) e 75 anos da morte de Trotsky (Parte 2). Programa Observatório da Imprensa, TV Brasil, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vWC_JdhfJY0; www.youtube.com/watch?v=zqPl5w_36-w. Acesso em: 13 jul. 2021.

-Entrevista com Anita Leocadia Prestes. Programa Observatório da Imprensa, TV Brasil, 2016. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/episodio/anita-leocadia-prestes>. Acesso em: 14 jul. 2021.

-80 anos do Levante Comunista. Programa Observatório da Imprensa, TV Brasil, 2015. Disponível no site da TV Brasil: <https://tvbrasil.ebc.com.br/observatorio/episodio/80-anos-do-levante-comunista>. Acesso em: 14 jul. 2021.

-Entrevista com Eduardo Coutinho. Programa Observatório da Imprensa, TV Brasil, 2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=ZRY8hyffUgA&t=40s. Acesso em: 14 jul. 2021.

2.2 Entrevistas de Alberto Dines concedidas à televisão

-Programa Roda Viva. TV Cultura, 2004. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=Tdro489hQHE. Acesso em: 12 mar. 2018

-Programa Roda Viva. TV Cultura, 2012. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=UbCo-ugid7I. Acesso em: 12 mar. 2018.

2.3 Outras produções sobre a ditadura

-Os Porões da Tortura. *Jornal da Record*, Record, 2010. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=WkZk7ORe9Gw. Acesso em: 12 ago. 2017.

Memórias: Agentes da Repressão. *Conexão Repórter*, SBT, 2011. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=6ExCqtqyQgA. Acesso em: 12 ago. 2017.

-Amor e Revolução, SBT, 2011. Disponível em: www.sbtvideos.com.br/programas/amor-e-revolucao. Acesso em: 12 ago. 2017.

-Os Advogados contra a Ditadura. TV Brasil, 2014. Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/os-advogados-contra-a-ditadura>. Acesso em: 12 ago. 2017.

-Silêncios da Ditadura. Jornal SBT, SBT, 2014. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=4HnikA-ek4Q. Acesso em: 12 ago. 2017

-1964: Um golpe na Democracia. *Caminhos da Reportagem*. TV Brasil, 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/03/serie-da-tv-brasil-mostra-que-1964-foi-um-golpe-na-democracia>. Acesso em: 12 ago. 2017.

-Militares da Democracia, TV Brasil, 2014. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/militares-da-democracia>. Acesso em: 12 ago. 2017.

3 ARQUIVOS CONSULTADOS E FONTES ESCRITAS

3.1 Arquivo Nacional – Plataforma Digital SIAN.2.0

3.1.1 FUNDO: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar - BR DFANBSB AAJ (Projeto Memórias Reveladas)

-Cópia relatório de IPM, encaminhado pelo chefe do gabinete do Ministério do Exército ao Presidente da CGIPM. Ofício n. 128 D/2 de 19 de março 1969, Ministério do Exército, Gabinete do Ministro, IPM 81. p.1 e 3. Disponível no Arquivo Nacional por meio da plataforma SIAN 2.0. FUNDO CGI, CAIXA 2, CAMISA 81) Título: BR_DFANBSB_AAJ_0_IPM_0081_D0001DE0001.pdf. FUNDO: Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar - BR DFANBSB AAJ. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0081/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0081_d0001de0001.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021

-Ofício n. 41, de 21 de março de 1969. Justiça Militar, 1ª Auditoria da 1ª Região Militar. IPM 84. p. 4. Disponível no Arquivo Nacional por meio da plataforma SIAN 2.0. FUNDO: Fundo/Coleção AAJ-Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar Título: BR_DFANBSB_AAJ_0_IPM_0084_d0001de0001.pdf. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_aaj/0/ipm/0084/br_dfanbsb_aaj_0_ipm_0084_d0001de0001.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021.

3.1.2 FUNDO Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Projeto Memórias Reveladas)

-Informe n. 18 - encaminhado pelo DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo) em 02 de fevereiro de 1976 para o CISA/RJ. Difundido anteriormente para o II Ex-SNI/ASP- DPF/SP-1ºDN- CIO/SSP/SP, em 20 de janeiro de 1976. BR_DFANBSB_VAZ_0_0_08998_d0001de0001. Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_vaz/0/0/08998/br_dfanbsb_vaz_0_0_08998_d0001de0001.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021

-Informe n. 251 - encaminhado pelo II Exército (2ª Seção), 5 de fevereiro de 1976 para o CIE e SNI/ASP. Na referência anterior do documento consta: Info. n. 34/76, de 26 de janeiro de 1976-SAI/DOI/CODI/II Ex. BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_EEE_80002558_d0001de0001. FUNDO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_v8/mic/gnc/eee/80002558/br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80002558_d0001de0001.pdf. Acesso em: 06 jan. 2021

3.1.3 FUNDO Paulo de Assis Ribeiro (Projeto Memórias Reveladas)

-Revista Permanência-Título do Documento: BR_RJANRIO_S7_CX129_PT003_d0001de0001. FUNDO Paulo de Assis Ribeiro – BR RJANRIO S7. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_s7/0/txt/cx129/br_rjanrio_s7_cx129_pt003_d0001de0001.pdf. Acesso em: 15 jan.2021

3.1.4 FUNDO/COLEÇÃO AAJ - Comissão Geral de Inquérito Policial-Militar

- CGIPM.Informação. Disponível em: <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/comissao-geral-de-inquerito-policial-militar-2> . Acesso em: 01 fev. 2021.

3.2 Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional (HBN)

-O Pasquim
-Correio da Manhã
-Jornal do Brasil

3.3. Acervo da Folha de São Paulo

DINES, Alberto. Caça às Bruxas. Jornal dos Jornais, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 12 out. 1975, p. 10

DINES, Alberto. Caso Herzog (2): a delação. Jornal dos Jornais, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 nov. 1975.p.6

DINES, Alberto. Caso Herzog (1): comportamentos. Jornal dos Jornais, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 nov. 1975.p.6

DINES, Alberto. Depois da Tempestade. Jornal dos Jornais, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 de novembro de 1975. p.

DINES, Alberto. Um triste aniversário. Jornal dos Jornais, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 de novembro de 1975. p.6

DINES, Alberto. *Exceções*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 de novembro de 1975. p.6

- DINES, Alberto. *A carta de Carta*. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 de novembro de 1975. p.6
- DINES, Alberto. Fatos sem notícia. *Jornal dos jornais, Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 nov. 1975.p.14
- DINES, Alberto. JB (1) Dow Chemical. *Jornal dos jornais, Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 nov. 1975. p.14
- DINES, Alberto. JB (2) Pressão Econômica. *Jornal dos jornais, Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 nov. 1975.p.14
- DINES, Alberto. O caso Herzog. *Jornal dos jornais. Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 dez. 1975.p.6
- DINES, Alberto. Herzog, caso encerrado. *Jornal dos jornais. Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 fev. 1975. p.6
- DINES, Alberto. O relato Konder. *Jornal dos Jornais, Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 fev. 1976.p.4
- DINES, Alberto. Herzog. *Jornal dos jornais, Folha de São Paulo*, São Paulo, 14 mar. 1976. p.6
- DINES, Alberto. Na área da violência e da coragem. *Jornal dos Jornais, Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 abr. 1976. p.6
- DINES, Alberto. Crime e Castigo. *Jornal dos Jornais, Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 set. 1977. p.10
- DINES, Alberto. O Medo, o Susto, o Grito. Página de opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 out. 1975. p.2.
- DINES, Alberto. Réquiem Para um Bolo, Página de opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 out. 1975. p.2.
- DINES, Alberto. De Ilhas e Ilhéus. Página de opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 out. 1975. p.2.
- DINES, Alberto. Humanismo. Página de opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 out. 1975. p.2.
- DINES, Alberto. A Ousadia da Dissensão. Página de opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 02 nov. 1975. p.2.
- DINES, Alberto. Um pequeno Lapso. Página de opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 nov. 1975. p.2.
- DINES, Alberto. Lições da História. Página de opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 nov. 1975.
- DINES, Alberto. CQD. Página de opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 dez. 1975. p.2.

DINES, Alberto. Geisel em São Paulo. Página de opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 30 out. 1975. p.2.

DINES, Alberto. O Recuo. Página de opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 11 set. 1977. p.2.

DINES, Alberto. O Espírito das Leis. Página de Opinião, *Folha de São Paulo*, São Paulo, 18 out. 1977. p.2.

3.5 Acervo do jornal New York Times (Times Machine)

Brazilian Editor Arrested for Assailing Censorship. *New York Times*, 24 dez. 1968, p.5. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1968/12/24/76923123.html?pageNumber=5>. Acesso em: 08 jan. 2021.

Brazilian Arrest Protested. *New York Times*, 25 dez. 1968, p. 3. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1968/12/25/76924299.html?pageNumber=3>. Acesso em: 04 jan. 2021

Rio Editor Who Opposed Censorship Is Released. *New York Times*, 26 dez. 1968, 2. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1968/12/26/76924875.html?pageNumber=2>. Acesso em: 04 jan. 2021

Brazil Press Crackdown. *New York Times*, 26 dez. 1968, p. 36. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1968/12/26/76925051.html?pageNumber=36> Acesso em: 04 jan. 2021

Arrest Not Explained, Says Editor in Brazil. *New York Times*, 27 dez. 1968. p.14. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1968/12/27/76925729.html?pageNumber=14>. Acesso em: 04 jan. 2021

Brazil Tighens Curbs on Economy: President Cuts Federal Aid States and Cities. *New York Times*, 03 dez. 1969, p. 7. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1969/01/04/78330088.html>. Acesso em: 04 jan. 2021.

Latin America's Jailed News. *New York Times*. 04 jan. 1969, p. 26. Disponível em: <https://timesmachine.nytimes.com/timesmachine/1969/01/04/78330088.html?pageNumber=26> . Acesso em: 04 de janeiro de 2021.

3.6 CPDOC/FGV

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Última Hora. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/ultima-hora. Acesso em: 15 mar. 2019.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Otto Lara Resende. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/resende-oto-lara. Acesso em: 17 jun. 2020.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Otávio Pereira Costa. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/otavio-pereira-da-costa . Acesso em: 22. jan. 2020.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Paulo Gustavo Coutinho de Faria. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulo-gustavo-coutinho-de-farian Acesso em: 22 jan. 2020.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Cláudio Abramo. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/claudio-abramo . Acesso em: 03 ago. 2020.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Siseno Ramos Sarmiento. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/siseno-ramos-sarmiento. Acesso em: 03 fev. 2021.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Marco Antonio Tavares Coelho. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marco-antonio-tavares-coelho. Acesso em: 15 mar. 2022.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: José Sette Câmara Filho. Disponível em: <https://jk.cpdoc.fgv.br/biografia/jose-sette-camara-filho>. Acesso em: 28 jan. 2021.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: João Batista de Oliveira Figueiredo. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-de-oliveira-figueiredo. Acesso em: 21 nov. 2021.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Hélio Fernandes. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/fernandes-helio. Acesso em: 13 dez. 2021.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Carlos Heitor Cony. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cony-carlos-heitor. Acesso em: 16 dez. 2021.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Jorge Milton Temer. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jorge-milton-temer. Acesso em: 22 jan. 2022.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Heli Ribeiro Gomes. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/heli-ribeiro-gomes. Acesso em: 20 mai. 2022.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. CPDOC/FGV (Versão Online). Verbete: Carlos Chagas. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carlos-chagas. Acesso em: 15 fev. 2022.

3.7 Livros e outros textos de Alberto Dines

DINES, Alberto. *Os Idos de Março e a queda em abril* (org.). 2. ed. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964.

DINES, Alberto. *Morte no Paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

DINES, Alberto. *E Por que Não Eu?* Coleção Edições do Pasquim, v. 50. Rio de Janeiro: Codecri, 1979.

DINES, Alberto. *O papel do jornal: uma releitura*. 7. ed. São Paulo: Sumus, 1986.

DINES, Alberto. *Cuidado com os Idos de Março*. *El País*. 14 mar. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/14/opinion/1394834375_495709.html . Acesso em: 07 mar. 2020.

3.8 Internet Archive /Versões do site do Observatório da Imprensa (1996, 1998)

-Primeira versão do site do Observatório da Imprensa, 01 abr. de 1996. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20010110115900/http://www.observatoriodaimprensa.com.br/obsabril/observ.html>. Acesso em: 10 jun. 2021.

-Edição 45 do Observatório da Imprensa, 20 mai.1998. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20010416032655/http://observatoriodaimprensa.com.br/arquivo/inde200598.htm>. Acesso em: 19 jun. 2021.

-Textos dos Debatedores do Observatório na TV, 20 mai. 1998. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20010220161038/http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/tv200598.htm> Acesso em: 19 de jun. 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABL. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: www.academia.org.br/. Acesso em: em: 11 mar. 2022.

ABREU, Alzira. *Eles Mudaram a Imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ABREU, Alzira; ROCHA, Dora (org.). *Elas ocuparam as redações*. Depoimentos ao CPDPOC. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ABREU, Alzira. Alberto Dines: um jornalista inovador. In: MILGRAM, Avrahm; KOIFMAN. (org.). *Ensaio em homenagem a Alberto Dines*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2017.

AGÊNCIA BRASIL. Empresa Brasileira de Comunicação- EBC. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/> . Acesso em: 13 set. 2020

AMADO, João. *Da redação do Jornal do Brasil para as livrarias: os idos de março e a queda em abril, a primeira narrativa do golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

AMADO, João. *Os jornalistas e o golpe de 1964*. Observatório da Imprensa. 2007. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/marcha-do-tempo/os-jornalistas-e-o-golpe-de-1964/> Acesso em: 14 jan. 2020.

AGAMBEN, Giorgio. O arquivo e o testemunho. In: AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGÊNCIA SENADO. Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no Congresso e no Brasil. Senado Notícias. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 18 set. 2019

AGUIAR, Carolina A. de. Cinema e História: documentário de arquivo como lugar de memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 235-250, 2011.

ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE, A. de; LADEIRA, J. D. M.; SILVA, M. A. R. da. Media criticism no Brasil: o Observatório da Imprensa. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. XXV, n. 2, jul./dez. 2002.

ALMEIDA, Carla Beatriz de. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

ALVES, Maria Helena M. *Estado e Oposição no Brasil (1964 a 1984)*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1989.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. O direito à história: o(a) historiador(a) como curador(a) de uma experiência histórica socialmente distribuída. In: GUIMARÃES, Jéssica; BRUNO, Leonardo; PEREZ, Rodrigo (org). *Conversas sobre o Brasil: ensaios de crítica historiográfica*. Rio de Janeiro: Editora Autografia, 2017.

ARAÚJO, Dayse M. de. *Comunicação, consumo e educação: o caso da telenovela Amor e Revolução*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2013.

ARAÚJO, Dayse M. de. Memória e história: o caso da telenovela Amor e Revolução. *Revista Brasileira de História da Mídia* (RBHM), v. 3, n. 2, jul/dez/2014.

AREND, Silvia M. F.; MACEDO, Fábio. Sobre a História do tempo presente: entrevista com o historiador Henry Rousso. *Tempo e Argumento*. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201–216, jan/jun. 2009.

ARÓSTEGUI, Julio. *La Historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza editorial, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANISTIADOS POLITICOS (ABAP). Não é verdade que governo paga ‘Bolsa Ditadura’ a 20 mil anistiados políticos. Disponível em: <https://anistiapolitica.org.br/abap3/2019/02/13/nao-e-verdade-que-governo-paga-bolsa-ditadura-a-20-mil-anistiados-politicos/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

BAFFA, Ayrton. História de Arquivos do SNI (Revelações: as memórias do SNI). Estadão. 1987. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19871115-34577-nac-0009-999-9-not/busca/Hist%C3%B3rias+arquivo+SNI>. Acesso em: 07 mar. 2021.

BAUER, Ana Caroline S. A produção dos Relatórios Nunca Mais na Argentina e Brasil: aspectos das transições políticas e da constituição da memória sobre a repressão. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 2. n.1, 2008.

BARBOSA, Marialva; MATHEUS, Letícia. Jornal do Brasil e as noções de tempo histórico no fazer jornalístico. *Revista Famecos*. Porto Alegre, n. 35, p. 113-118, abr. 2008.

BARBOSA, Marialva. Imaginação Televisual e os primórdios da TV no Brasil. In: RIBEIRO, Ana Paula G; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (org.). *História da Televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p.15-35.

BARBOSA, Marialva. Jornalistas, “senhores da memória”? *IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*. s/d. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5281189434155472217413491799349447635.pdf> . Acesso em: 14 jul.2021.

BARBOSA, Marialva. Cenários de transformação: Jornalismo e História no século XX. *Revista Famecos, mídia, cultura e tecnologia*. Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 458-480, maio/ago. 2012

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica. Tradução Gabriel Valladão Silva. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

BENJAMIN, Walter, Walter. *Obras escolhidas*. Magia e Técnica, Arte e Política. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 7. ed. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BONI, Paulo C. Entrevista: Evandro. A fotografia a serviço da luta contra a ditadura militar no Brasil. *Discursos fotográficos*, Londrina, v. 8, n.12, p. 217-252, jan./jun., 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a Televisão*: Seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.1997.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. v. 1, Brasília: CNV, 2014. 976 p. Recurso eletrônico.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*: textos temáticos, v. 2. Brasília: CNV, 2014. 416 p.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Mortos e desaparecidos políticos*. v. 3. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

BRASIL, Ministério da Defesa. ORDEM DO DIA alusiva ao dia 31 de março. *Portal Gov*. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia-alusiva-ao-dia-31-de-marco-1>. Acesso em: 01 abr. 2022.

BRITTOS, Valério Cruz. SIMÕES, Denis Gerson. A Reconfiguração do Mercado de televisão pré-digitalização. In: RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (org.). *História da Televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 219-237.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/> . Acesso em: 19 fev. 2021

CARDOSO, Lucileide Costa. Os discursos de celebração da ‘Revolução de 1964’. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, n. 62, p. 117-140, 2011.

CARDOSO, Lucileide Costa. *Criações da memória*: defensores e críticos da Ditadura (1964-1985). Cruz das Almas, BA: Editora UFRB, 2012.

CARDOSO, Lucileide Costa. Revolução e resistência: historiografia e luta armada no Brasil. História. *Revista da FLUP*, Porto, IV Série, v. 4, p. 33-49, 2014.

CARDOSO, Lucileide Costa. Rastro de Perseguição no Deops: Trajetória, enquadramento na LSN e resistência de um Historiador. *RBBA Revista Binacional Brasil Argentina*. v. 3 n. 1, Vitória da Conquista, p. 41-62, 2014.

CARDOSO, Lucileide Costa. Ativismo nas letras: denúncias da violência do golpe de 1964 e da ditadura. In: CARDOSO, Lucileide C. CARDOSO, Célia C. (org.). *Ditaduras, Memória, Violência e Silenciamento*. Salvador: EDUFBA, 2017.

CARDOSO, Lucileide Costa; MOREIRA, Bruno. *1964 e o debate que não terminou*: controvérsias sobre a terminologia “civil-militar” e a natureza da nossa última ditadura, 2022. (No Prelo)

CARVALHO, Aloysio Castelo de. *A Rede da Democracia: O Globo, O Jornal e Jornal do Brasil na queda do governo Goulart (1961-64)*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2010.

CARVALHO, Guilherme. *O espaço da mídia pública no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

CARVALHO FILHO, Luís Francisco da Silva. Pedido de reconsideração do processo de Zuzu Angel. In: TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

CASA STEFAN ZWEIG. Disponível em: <https://casastefanzweig.org.br/>. Acesso em: 10 dez. 2019

CESARINO, Paula. De que vale a função de ombudsman? Edição brasileira da Columbia. Journalism Review. Observatório da Imprensa. Edição 971, 2017. Disponível em: <http://www.observatoriodaimpresa.com.br/edicao-brasileira-da-columbia-journalism-review/de-que-vale-funcao-de-ombudsman/>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

CHAMMAS, Eduardo Z. *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968*. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHEDIEK, Jorge. Apresentações. In: REÁTEGUI, Félix (coord). *Justiça de transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. 576 p.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Um tributo a Alberto Dines. objETHOS. Disponível em: <https://objethos.wordpress.com/2018/05/22/ponto-de-vista-um-tributo-a-alberto-dines/>. 2018. Acesso em: 21 set. 2018.

COELHO, Henrique. Vítimas da ditadura mostram revolta com pedidos de intervenção militar. *Portal G1*. 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/vitimas-da-ditadura-mostram-revolta-com-pedidos-de-intervencao-militar.html>. Acesso em: 18 set. 2019.

CORDEIRO, Janaína M. Anos de Chumbo ou Anos de Ouro? *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 43, jan./jun. 2009, p. 85-104.

COURI, Norma. Ai, que terra boa para farrear. In: VARONI, Pedro; Oliveira, Lucy (org.). *Observatório da Imprensa: uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018*. [Recurso eletrônico]. São Paulo: Editora Casa da Árvore, 2018.

DE CERTEAU, Michel. Fazer com: usos e táticas. In: DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natalia (org.). *A ditadura na tela: o cinema documentário e as memórias do regime militar brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

DELGADO, Marcio de Paiva. *O “Golpismo Democrático” Carlos Lacerda e o Jornal Tribuna da Imprensa na quebra da legalidade (1949 – 1964)*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2006.

DIAS, André B; ROXO, Marco. De jornalista a ícone da democracia: os 40 anos da morte de Vladimir Herzog, entre a memória e a história. In: ARAUJO, Denize C.; MORETTIN, Eduardo; V. REIA-BAPTISTA, Vitor. (ed.). *Ditaduras Revisitadas: Cartografias, Memórias e Representações Audiovisuais*. A. Faro, Portugal: CIAC/Universidade do Algarve, 2016.

DIAS, Reginaldo B. A Comissão Nacional da Verdade, a disputa da memória sobre o período da ditadura e o tempo presente. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 71-95, jan./jun., 2013.

DINES, Alberto. Sou Sionista. PazAgora.2001. Disponível em: <http://www.pazagora.org/2001/09/sou-sionist/>. Acesso em: 25 jan. 2020.

DINES, Alberto. O contrato das andorinhas. In: MILGRAM, Avraham (org.). *Fragments de Memórias*. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

DINES, Alberto. As imperfeitas simetrias de Alberto Dines[Entrevista concedida à Patrícia Homsj]. *Revista Cult*, 03 abr. 2014. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/as-imperfeitas-simetrias-de-alberto-dines/>. Acesso em: 12 mar. 2018.

DINES, Alberto. Conversando com Alberto Dines.[Entrevista concedida à Fabio Koifman et al.] *Niej-Núcleo Interdisciplinar de Estudos Judaicos. Revista Digital*, 4, n. 6, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

DINES, Alberto. Um projeto em gestação, a semente do programa de TV. In: VARONI, Pedro; OLIVEIRA, Lucy (org.). *Observatório da Imprensa: uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018*. São Paulo: Editora Casa da Árvore, 2018.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. In: *Tempo e Argumento*. Revista do Programa de Pós-graduação em História, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5-22, jan/jun. 2012.

DOSSIÊ CENSURA EBC – Inciso VIII. *Sob o governo Bolsonaro, trabalhadores da EBC contabilizam 138 denúncias de censura e governismo na cobertura*. Trabalhadores lançam segundo dossiê com levantamento de casos em todos os veículos e agências da empresa de comunicação pública. GT Censura: Comissão de Empregados da EBC; Sindicatos dos Jornalistas DF, Rio e SP; Sindicatos dos Radialistas DF, RJ e SP e Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). setembro de 2020. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie_Censura_EBC_2020.pdf Acesso em: 15 abr. 2022.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Meios de Comunicação, Segurança Nacional e a Defesa da “Moral e bons costumes”: uma análise de escritos da Escola Superior de Guerra (1964-1985) In: DUARTE, Ana Rita Fonteles. (org.). *Imagens sob Suspeita: Censura e meios de comunicação na ditadura civil-militar brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2017.

DW POLÍTICA. CIA: Geisel autorizou política de execuções na ditadura. *DW Made for Minds*. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/cia-geisel-autorizou-pol%C3%ADtica-de-execu%C3%A7%C3%B5es-na-ditadura/a-43743103>. Acesso em: 20 fev. 2019.

ECO, Umberto. Apontamentos sobre a televisão. In: ECO, Umberto. *Apocalípticos e Integrados*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/> . Acesso em: 18 dez. 2021.

EQUIPE DO OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Associação Nacional de Jornais homenageia Alberto Dines. Observatório da Imprensa. Edição 1002, 2018. Disponível em: <https://www.observatoriodaimpresa.com.br/memoria/associacao-nacional-de-jornais-homenageia-alberto-dines/> Acesso em: 20 set. 2020

EQUIPE DO OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Um ano sem Alberto Dines. *Observatório da Imprensa*. Edição 1039. 2019. Disponível em: <http://www.observatoriodaimpresa.com.br/memoria/um-ano-sem-alberto-dines/>. Acesso em: 22 out. 2020.

FECHINE, Yvana; FIGUEIRÔA, Alexandre. Cinema e Televisão no contexto da Transmediação. In: RIBEIRO, Ana Paula G. SACRAMENTO, Igor. ROXO, Marco (orgs). *História da Televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.

FERNANDES, Talita; URIBE, Gustavo. Bolsonaro determinou 'comemorações devidas' do golpe de 1964, diz porta-voz. *Folha Uol*. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/bolsonaro-determinou-comemoracoes-devidas-do-golpe-de-1964-diz-porta-voz.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2019.

FERREIRA, Marieta de M. AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História Oral*. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Como eles agiam*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. Ecos de uma ditadura recente: entrevista com Carlos Fico. [Entrevista concedida a Valter Martins et.al] *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, dez. 2016. p. 335-351.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FONTOURA, Odir. Narrativas históricas em disputa: um estudo de caso no YouTube. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 69, p. 50-63, jan./abr. 2020.

GAGNEBIN, Jeanne. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Eu não vim fazer um discurso*. Tradução Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: Record, 2011.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada: As Ilusões Armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GENTILLI, Victor. Jornalismo & História. Depoimentos marcantes e definidores. *Observatório da Imprensa*. Disponível em: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/al120820031.htm>. Acesso em: 07 abr. 2020.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Itania M. M. Metodologia de Análise de Telejornalismo. In: GOMES, Itania M. *Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo* (org.). Salvador: EDUFBA, 2011.

GREEN, James. Revolucionário e gay: identidades inconciliáveis? Entrevista com James Green. [Entrevista concedida à Andréa Moreira Lima e Frederico Viana Machado]. *PSICOLOGIA & SOCIEDADE*, Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social, Recife, v. 32, p.1-12, 2020.

GUERRA, Cláudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. *Memórias de uma Guerra Suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

HARTOG, François. Regimes de Historicidade. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

INSTITUTO ZUZU ANGEL. Disponível em: <https://www.zuzuangel.com.br> . Acesso em: 17 mar. 2022.

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/> . Acesso em: 22 out. 2020.

JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos da Memória*. Madrid/Buenos Aires: Siglo XXI, 2002.

JORNAL NACIONAL. Bolsonaro diz que intenção de texto a ser lido em quartéis é lembrar 31 de março. *Portal G1*. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/03/28/bolsonaro-diz-que-intencao-de-texto-a-ser-lido-em-quarteis-e-lembrar-31-de-marco.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2019.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda, Jornalistas e Censores: do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Editora Boitempo: Fapesp, 2012.

LABJOR. Laboratório de estudos avançados em Jornalismo. Disponível em: <http://www.labjor.unicamp.br> . Acesso em 30 jun. 2018

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEANDRO, Anita. Testemunho filmado e montagem direta dos documentos. In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natalia (org.). *A ditadura na tela: o cinema documentário e as memórias do regime militar brasileiro*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

LEITÃO, Miriam. Confira os áudios inéditos de sessões do STM, inclusive as secretas. O Globo. 2022. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/confira-os-audios-ineditos-de-sessoes-do-stm-inclusive-secretas.html>. Acesso em: 17 abr. 2022.

LIMA, Jozely Tostes de. O que é justiça de transição? *Revista Projeção, Direito E Sociedade*, v. 3, n. 2, p. 30-44, dez. 2012.

LUSTOSA, Isabel. No Aniversário de Alberto Dines. Observatório da Imprensa. Edição 684. 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/ed684-no-aniversario-de-alberto-dines/>. Acesso em: 10 set. 2020.

MACIEL, Alexandre Zarate. “A narrativa ideal seria ir além de uma grande reportagem”: conceitos e características do livro-reportagem brasileiro. *C&S*, São Bernardo do Campo, v. 43, n. 1, p. 73-101, jan/abr. 2021.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Educação, História e Memória: uma aproximação do estudo geracional. In: *Revista HISTEDBR on line*. Campinas: UNICAMP, 2007. nº 28.

MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira da História*, v.17, n. 34, p. 203-220, 1997.

MAP CULT-UFBA. Mapeamento Cultural UFBA.c.2019. Disponível em: <https://mapeamentocultural.ufba.br>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MARTIM-BARBERO, Jesus. A América Latina e os anos recentes: os estudos da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M.W. (org.). *Sujeito: o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense/ECA-USP, 1995.

MARTIM-BARBERO, Jesus. Medios: olvidos y desmemorias. Debilitan el pasado y diluyen la necesidad de futuro. *Revista Etcétera*, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36790/21365>. Acesso em: 20 mar.2016

MARTINS, Allysson. *Guerras de memórias e os 50 anos do golpe de 1964: midiatização do passado em especiais do jornalismo digital*. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MATHIAS, Suseley Kalil. O Projeto Militar de Distensão: notas sobre a Ação Política do Presidente Geisel. *Revista de Sociologia e Política*. n. 4/5, p. 149-159, 1995.

MATHIAS, Suseley Kalil. *Distensão no Brasil: O projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus Editora, 1995.

MATTOS, Sérgio. *História da televisão brasileira: uma visão econômica, social e política*. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MEMORIAS DA DITADURA. O maior acervo online sobre a história da ditadura no Brasil. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/>. Acesso em: 03 set.2020.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA. Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br> . Acesso em: 19 mar. 2022

MILGRAM, Avraham; KOIFMAN, Fábio (org.). *Ensaio em homenagem a Alberto Dines*. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2017.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? *Pensamento Plural*. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Universidade Federal de Pelotas. RS, p.11-21, jan./jun. 2014,

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O ofício das sombras. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, MG, ano XLII, n. 1, jan/jun. 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas políticas na História: novos estudos*. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. *Revista Brasileira de História*, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018.

MUSEU DA TV, RÁDIO & CINEMA. Disponível em: <https://www.museudatv.com.br> . Acesso em: 15 dez. 2021.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. Frente Brasileira de Informações: Imprensa e Resistência no Exílio. *III Seminário Internacional de História do Tempo Presente*, Udesc, Florianópolis, SC, 2017.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques ; PIERRE, Nora. (org.). *História: Novos Problemas*. Tradução de Theo Santiago. 4. ed. Rio de Janeiro: F. Alves. 1972.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares. Tradução Yara AunKhoury. *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, v. 10, jul./dez. 1993.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. Advogado tentou embargar a edição. Observatório Da Imprensa Edição 241, 2003. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/primeiras-edicoes/advogado-tentou-embargar-a-edio/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ORTH, Thiana; SOARES, Jéssica D. Empresa Brasil de Comunicação (EBC): a comunicação pública em declínio. Espaço temático: Política, Ciência e mundo das redes. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 439-448, set/dez. 2020.

OTONDO, Teresa Montero. TV Cultura. A Diferença que importa. In: RINCÓN, Omar (org.). *Televisão pública: do consumidor ao cidadão*. Cultura e Comunicação. Friedrich Ebert Stiftung. Projeto Latino-americano de Meios de Comunicação, 2002.

OVERSEAS CLUB. Overseas Press Club of America. Disponível em: <https://opcofamerica.org/>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PEREIRA, Fábio Henrique. As transformações do mundo dos jornalistas: a consolidação de novos valores profissionais a partir dos anos 1950. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. *VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, UMESP (Universidade Metodista de São Paulo), p.1-12, 2008.

PEREIRA, Fábio Henrique. *Jornalistas-Intelectuais no Brasil*. São Paulo: Summus, 2011.

PROJOR. Instituto para o desenvolvimento do jornalismo. Disponível em: <https://www.projor.org.br/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PORTAL DOS JORNALISTAS. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br> . Acesso em Acesso em: 13 fev. 2022

PINSKY, Carla Sílvia B.B. *Pássaros da Liberdade. Jovens Judeus Socialistas Sionistas: rapazes e moças do movimento Dror (1945-1960)*. 1999. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1999.

PINTO, Simone R. Direito à Memória e à Verdade: comissões de verdade na América Latina. *In: Revista Debates*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 128-143, jan/jun., 2010.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*. Tradução Dora Rocha Flauman. Rio de Janeiro. v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989

POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. *Estudos Históricos*, Tradução Monique Augras. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 1-15, 1992.

REÁTEGUI, Félix (coord). *Justiça de transição: manual para a América Latina*. – Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. 576 p.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Entrevista com o Professor Doutor Daniel Aarão Reis Filho [Entrevista concedida à Mariana Joffily e, Sergio Luis Schlatter]. *Tempo e Argumento*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UDESC. Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 239 – 255, 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar. 2014.

REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. *A Ditadura que mudou o Brasil 50 anos depois do Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RESENDE, Otto Lara. A revolução numa poltrona. In: Os Idos de Março e a queda em abril. 2ªed. Rio de Janeiro: José Alvaro Editor, 1964.

REVISTAOESTE. Disponível em: <https://revistaoeste.com/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

- RIBEIRO, Belisa. *Jornal do Brasil: História e Memória*. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (org.). *História da Televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.
- RIBEIRO, Ana Paula G. SACRAMENTO, Igor. A renovação estética da TV. In: RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (org.). *História da Televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.
- ROCHA, Raquel Caminha. “*Apostávamos no amor*”: gêneros e a produção memorialística sobre a militância de mulheres conta a ditadura civil-militar brasileira (1976-2014). 2017. Tese (Doutorado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Ceará, 2017.
- ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz. (org.) *A Construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XXI-Brasil e América Latina*, v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura 1964-1974). In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A Construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XXI-Brasil e América Latina*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes os filmes na história*. Tradução Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- ROSENSTONE, Robert. História em imagens, história em palavras: reflexões sobre as possibilidades de plasmar a história em imagens. In: *Revista O Olho da História*, n. 5. Tradução Cristiane Nova e Jorge Nóvoa, s/d.
- ROXO, Marco. A volta do “jornalismo cão” na TV. In: RIBEIRO, Ana Paula G.; SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco (org.). *História da Televisão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.
- SÁ, Celso P. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Reflex. Crit.* 20, n. 2, p. 290-295, 2007.
- SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as conferências Reith de 1993*. Tradução Milton Hautoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SAMPEDRO, Víctor; BAER, Alejandro. El recuerdo como olvido y el pasado extranjero. Padres e hijos ante la memoria histórica mediatizada. *Revista de Estudios de Juventud*. “Número especial: Jóvenes, Constitución y cultura democrática”. Espanha, p. 93-108, 2003.
- SANTAYANA, Mauro. Alberto Dines e o jornalismo. Observatório da Imprensa. Edição 684, 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/educacao-e-cidadania/caderno-da-cidadania/ed684-alberto-dines-e-o-jornalismo/> Acesso. 20 set. 2020.
- SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. Tradução Rubia Prates Goldoni e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire d'Águilar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, Muitos significados: alguns comentários sobre a História Pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de.; SANTHIAGO, Ricardo.(org) *História Pública no Brasil. Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. Intelectuais e poder: algumas considerações historiográficas e um exemplo de pesquisa. In: COELHO, Eurelino (org). *Lutas Sociais, Intelectuais e Poder*. Feira de Santana, BA: Editora da UEFS, 2012.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Os testemunhos: entre a ficção e o “real”. In: SELIGMANN-

SILVA, Juremir Machado. *1964 Golpe Midiático-Civil-Militar*. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

SILVA, Márcio. *História, Memória, Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Marco Antônio Roxo. Jornalistas: o sindicato no dilema entre a militância e o profissionalismo. *Revista PJ: BR Jornalismo Brasileiro-ECA-Usp*. 3ª Ed. 1º. Semestre de 2004.

SILVA, Jussaramar da. Entrevista com Leneide Duarte-Plon: Franceses na Gênese das Ditaduras Latino-Americanas. *Projeto História*, São Paulo, v. 59, pp.363-372, Abr/Jul. 2017.

SILVA, Sônia Maria Meneses. A operação midiográfica: a produção de acontecimentos e conhecimentos históricos através dos meios de Comunicação - A Folha de São Paulo e o golpe de 1964. 2011. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2011.

SIRINELLI, Jean François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SENADO FEDERAL. Conselho de comunicação social. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/conselhos/ccs>. Acesso em: 10 jun. 2021

SOCIALISMO CRIATIVO. A esquerda democrática do século XXI. Disponível em: <https://www.socialismocriativo.com.br/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2022.

UCHA, Francisco. O rapaz que sonhava em ser cineasta. *Observatório da Imprensa*, 2012. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/ed684-o-rapaz-que-sonhava-ser-cineasta/>. Acesso em: 12 mar. 2020.

URIBE, Gustavo. Cúpula militar quer evitar comemorações excessivas nos 55 anos do golpe de 1964. *Folha Uol*. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/cupula-militar-quer-evitar-comemoracoes-excessivas-nos-55-anos-do-golpe-de-1964.shtml>. Acesso em: 19 set. 2019.

VARONI, Pedro; OLIVEIRA, Lucy (org.). *Observatório da Imprensa: uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018* (Ebook). São Paulo: Editora Casa da Árvore, 2018. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1MkRrTMxqmcXv16YjEDNQKt0oIX738z1/view> . Acesso em: 13 set. 2018.

VALENTE, Jonas. Concepções e abordagens conceituais sobre Sistema público de comunicação. *In: VALENTE, Jonas. Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro*. São Paulo: Paulus: Intervezes, 2009.

VALENTE, Jonas. Sistema Público de Comunicação no Brasil. *In: VALENTE, Jonas. Sistemas públicos de comunicação no mundo: experiências de doze países e o caso brasileiro*. São Paulo: Paulus: Intervezes, 2009.

VELOSO, Maria S. F.; CABRAL, Ticianne M.P. Mérito - Crítica e convicção na obra do jornalista Bernardo Kucinski. *Bibliocom-Revista da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom*, 2 , 4 ed. bimestral, jul./ago. 2009.

VIOMUNDO. Juremir versus Dines: A polêmica sobre jornalistas e o golpe. *Viomundo*, 16 mar. 2014. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/politica/juremir-machado-vs-alberto-dines-a-polemica-sobre-jornalistas-e-o-golpe.html>. Acesso em: 07 mar. 2020.

ZYL, Paul Van. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. *In: REÁTEGUI, Félix (org.). Justiça de transição: manual para a América Latina*. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.

APÊNDICE A - Biografia dos(as) entrevistados(as)

Norma Couri - Jornalista, mestra em Jornalismo pela Columbia University - New York e doutora em História Social pela USP. Iniciou sua carreira no Jornal do Brasil, no Caderno B. Além do JB, trabalhou na Folha de São Paulo e na revista Veja. Foi Repórter Especial e correspondente internacional do JB e do jornal Zero Hora em Portugal, fazendo coberturas pela Europa, Ásia e África. Cooperou com veículos internacionais como a Rádio France Internacional, BBC de Londres, para as revistas portuguesas Grande Reportagem e Máxima e atuou como correspondente no Brasil da revista portuguesa Visão. Foi entrevistadora do programa Roda Viva, TV Cultura, entre 1998 e 2016. É diretora e cocriadora, com o jornalista Alberto Dines, da empresa Jornalistas Associados Agência de Notícias Ltda, através da qual colaborou com vários veículos jornalísticos do Brasil e do exterior, como o jornal O Estado de São Paulo, as revistas Época e Visão, esta portuguesa. Recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo pela cobertura do “Caso Baumgarten”³²³, em 1983, e sete prêmios Abril de melhor reportagem, entrevista e perfil. Tem 45 anos de experiência na área de Comunicação, com ênfase em Jornalismo. Foi casada com Alberto Dines por cerca de 40 anos.

Marina Colasanti - Jornalista, escritora, tradutora e artista plástica ítalo-brasileira. Trabalhou na redação do Jornal do Brasil e foi redatora do Caderno B, a seção especial de Cultura do JB na época em que Dines era o editor-chefe. Também trabalhou na Revista Nova e outras revistas. É autora de pelo menos 70 livros para o público infanto-juvenil e adulto. Foi vencedora 6 vezes do Prêmio Jabuti de Literatura (1993, 1994, 1997, 2010, 2011, 2014), premiada pela “Ordem da Estrela da Solidariedade italiana” (2019), vencedora do Prêmio Literário da Fundação Biblioteca Nacional (2009) e do Prêmio Iberoamericano SM de Literatura Infantil y Juvenil (2017). É casada com o escritor e poeta Affonso Romano de Sant’Anna.

Zezé Sack - Jornalista, atua como produtora. Iniciou sua carreira na antiga na TVE num programa cultural apresentado pelo cartunista Ziraldo no início dos anos 80 e em outros programas da TVE. Se aposentou da televisão em 1993, mas em 1998 foi convidada para trabalhar com Alberto Dines na produção do programa Observatório da Imprensa, que estava

³²³ Assassinato de Alexander von Baumgarten, em 1982, jornalista diretor da revista O Cruzeiro, colaborador do SNI, no governo Figueiredo. Norma Couri, que na época trabalhava na Revista Veja, juntamente com os jornalistas Francisco Vargas, Bella Stall e Leda Beck trabalharam durante vários meses investigando o caso em sigilo, investigando um dossiê que Baumgarten deixou antes de morrer, culpando os chefes do SNI pela sua morte, principalmente. As matérias foram publicadas na Veja em 1983 e ganharam o Prêmio Esso no mesmo ano.

sendo criado. Atuou na produção executiva do Observatório até o ano de 2016, quando este foi encerrado.

Emilia Ferraz - Jornalista, iniciou seu trabalho no jornalismo diário na antiga TVE, hoje TV Brasil, exercendo funções em reportagem, como chefia e edição. Quando saiu do jornalismo diário ingressou na equipe do Observatório da Imprensa, primeiro fazendo reportagem, pauta e edição até se tornar editora e diretora executiva do programa até o seu final, em 2016.

Rafael Casé – Jornalista, trabalha na televisão desde 1988. Começou na TV Manchete, atuou na TV Globo, TVE, SBT, saiu desta última para ocupar o cargo de editor do Observatório da Imprensa por cerca de sete anos como editor-chefe do programa, sendo substituído por Emília Ferraz. Saiu da função para ser gerente do núcleo de programas especiais ao qual o Observatório também estava integrado. É professor do curso de Comunicação Social da UERJ e autor de alguns livros sobre mídia e história do futebol brasileiro.

Lilia Diniz – Jornalista, começou a trabalhar no recém-criado programa Observatório como estagiária, em 1998, quando ainda cursava faculdade, sendo depois contratada como repórter. Em 2013 passou a ocupar a função de editora de reportagem e realizava pesquisas para os especiais históricos do Observatório. Atualmente trabalha com o cineasta Silvio Tendler na parte de pesquisa e produção (Advogados contra a Ditadura). Paralelo ao Observatório também fez pesquisas para a última reedição ampliada do livro *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig* (2012) e outras pesquisas junto com Alberto Dines.

Kristina Michahelles – Jornalista, começou no Jornal do Brasil, em 1979, na parte de jornalismo econômico. Depois trabalhou na Revista Veja no Rio de Janeiro e em seguida em São Paulo. Foi editora de economia do jornal O Globo e depois do Jornal Nacional na TV Globo. Também atuou como editora do jornalismo ligado ao meio ambiente. Por também ter cidadania alemã foi correspondente da Veja cobrindo a unificação da Alemanha nos fins dos anos 80 e início dos anos 90 do século XX. Fez a primeira revisão da grafia dos termos em alemão para a primeira versão do livro *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*, de Alberto Dines, quando o conheceu. Em 2006 começou a trabalhar como tradutora de livros. Participou da criação do website do museu Casa Stefan Zweig e foi diretora do mesmo até 2020.

ANEXO A

Transcrição do texto do site do Observatório da Imprensa

Texto de abertura do segundo fórum do Observatório de Imprensa, realizado na Unicamp em 11 de abril

“O que diferencia um (jornal) do outro é o nome da enciclopédia que encartam...” Quem o diz é o poeta, ensaísta, tradutor e professor José Paulo Paes em entrevista nas páginas amarelas de Veja de 3/4/96.

Um dos fenômenos mais visíveis e inéditos na mídia brasileira é o aparecimento espontâneo e multiplicado de críticos da mídia. Demonstração clara das disfunções percebidas hoje a olho nu. Os ombudsmen já não satisfazem porque incorporaram-se ao próprio sistema que deveriam fiscalizar.

O poeta José Paulo Paes já fez outras incursões no terreno do media-criticism, mas esta observação sobre a brindo-dependência é nova. E arrasadora, se percebida a sua profundidade

Ao comprar um jornal ou revista, o leitor é um cidadão em busca de informações para capacitá-lo a exercer melhor e mais ativamente seu papel dentro da sociedade. Se ele vai à banca apenas para completar uma coleção de brindes dá-se uma subversão do processo político, o leitor-cidadão converte-se num mero consumidor de papel impresso, secundarizando-se perigosamente o serviço público prestado pela imprensa.

É em função deste serviço público que na Constituição existem várias cláusulas para garantir a livre expressão de idéias ou para proteger as empresas jornalísticas de pressões indevidas e arrochos fiscais etc. A informação livre – matéria-prima da sociedade democrática – não pode sujeitar-se a constrangimentos ou pressões externas.

Pergunta-se: mas a informação pode sofrer constrangimentos vindos de dentro do próprio veículo?

A supremacia do marketing hoje imperante na mídia constitui uma das grandes ameaças à própria lisura com que é praticado o jornalismo.

O sensacionalismo exacerbado é uma destas ameaças, oriunda do empenho em vender mais exemplares sem atentar para a qualidade e o compromisso com a veracidade da informação.

Outra ameaça é a conversão dos jornais em meros veiculadores de produtos não-jornalísticos, utilizando-se privilégios e garantias constitucionais para proteger uma operação comercial convencional.

Fascículos sempre existiram, mas convertê-los em principais alavancas para o crescimento da circulação de jornais é minimizar a informação para o cidadão. E comprometer a própria essência do processo jornalístico, crucial para o funcionamento da democracia.

Pior ainda: ao tornar-se secundário e descartável, o jornal arrasta consigo os níveis de exigência da sociedade, tornando-a banal, leviana e irresponsável.

A inoculação destes estimulantes exógenos na circulação dos jornais é um vício do qual dificilmente poderão livrar-se. Repare-se no caso da Folha de S. Paulo: a sua circulação dominical chegou a 1.400.000 exemplares – efetivamente um recorde histórico – no auge de uma destas serializações. Recentemente, quando anunciou a reforma gráfica e a veiculação da Nova Enciclopédia Ilustrada, o jornal admitiu que naquele momento tirava 750 mil.

Significa que o público que atende e acorre a estas promoções não tem capacidade alguma de fidelização. É errático e oportunista. E não poderia ser diferente porque também é errática e oportunista a estratégia que o seduziu.

Com isto liquida-se a argumentação dos diretores de marketing e a nova classe de jornalistas tecnocráticos que justificam a apelação com a desculpa de que, uma vez atingido o "break-even", o jornal abandonará o recurso.

É a mesma promessa que fazem os tóxico-dependentes – deixar o vício quando estiverem se sentindo mais fortes e confiantes. Só que o movimento pendular de adição e dependência só se corrige com terapias corajosas e a disposição de cortar o mal pela raiz.

Alberto Dines (11/04/96)

Comente, dê sua própria opinião!



FFCH UFBA

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação
Salvador – Bahia – Brasil
Telefax: (71) 3237-7574 / E-mail: poshista@ufba.br